

Jefferson Pecori Viana

**POLÍTICA EXTERNA EQUATORIANA: O GOVERNO RAFAEL  
CORREA E A BUSCA POR AUTONOMIA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Relações Internacionais.  
Orientadora: Profa. Dra. Clarissa Franzoi Dri

Florianópolis  
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Viana, Jefferson Pecori

Política externa equatoriana: o governo Rafael Correa e a busca por autonomia / Jefferson Pecori Viana ; orientadora, Clarissa Franzoi Dri - Florianópolis, SC, 2014. 264 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais.

Inclui referências

1. Relações Internacionais. 2. Política Externa de Rafael Correa. 3. Autonomia. 4. Equador. 5. América Latina. I. Dri, Clarissa Franzoi. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. III. Título.

## FOLHA DE APROVAÇÃO



Dedico este trabalho ao meu núcleo familiar (Jamilton, Cláudia, Ernesto e Ana Jakellyne);

Aos amigos; aos mestres; aos homens e mulheres de bem.

Ao amor que encontrei.

Aos grandes e insubstituíveis: Ana Rosa Pereira da Silva; Tito Pecori; Jacinto da Cunha Viana; Raimundo Araújo; Lucas Araújo; Hugo Chávez; Che Guevara (estes *in memoriam*)



## AGRADECIMENTOS

Cursar o mestrado em Relações Internacionais na UFSC foi de extrema importância para minha formação acadêmica e pessoal: além de complementar as exigências de uma rigorosa formação científica, aproximei os laços teóricos e práticos com os estudos sobre a Grande Pátria, principalmente a partir da aproximação com o IELA e da convivência com colegas de todo o mundo (através dos congressos que participei). Aprendi que o pensamento crítico e a revolução social caminham articulados.

Minha participação como representante discente nos órgãos de representação do programa de Mestrado do PPGRI prezou sempre pela defesa dos interesses dos estudantes – que são, em si, a essência da universidade – contra o autoritarismo de muitos docentes. Trabalhamos a partir de uma permanente transparência, honestidade, humildade e compromisso com a verdade. Como bem lembrou o saudoso Darcy Ribeiro: posso ter fracassado em tudo que tentei, mas os fracassos foram as minhas vitórias, eu detestaria estar no lugar de quem me venceu.

O caminho trilhado até este momento não seria possível, pois, sem a relação de confiança e parceria que estabeleci com a minha orientadora, professora Clarissa Dri, tanto nas aulas do mestrado, quanto no estágio docência, na orientação e nas atividades que estive presente do OIRÃ. Terás meu muito obrigado e minha gratidão permanentes pelo seu generoso e grandioso trabalho e pela coragem de orientador um estudante “rebelde”. Com você aprendi que não existiria tanta desigualdade e conformismo se toda a intelectualidade de uma sociedade, militante ou dispersa, respondesse honestamente somente à verdade, à justiça social e a uma autêntica soberania nacional.

Do mesmo modo, gostaria de agradecer alguns professores de toda minha vida escolar por terem me ensinado a explorar as inquietudes, as indagações, através de uma imaginação criativa sem limites: professor Cláudio Vieira, professor Messias Soares – da Fundação Bradesco –, professora Alessandra Machioni, professora Karine Souza, professor Márcio Voigt, professor Paulo Melo, professor Jonas Grandó, professora Silvana – da graduação na Univali –, professor Carlos de Ory, professor Antonio Acosta – do intercâmbio na Universidad de Sevilla –, professor Hoyêdo Nunes, professora Patrícia Fonseca, professor Waldir Rampinelli, professor Jaime Coelho, professor Nildo Ouriques – de minha graduação e mestrado na UFSC – e demais professores (me perdoem pelo pecado original de não figurarem aqui, mas tenham

certeza que figuram em minhas ações e razões) que contribuem para minha formação humana.

Não menos importante foi o convívio com uma turma de mestrado harmoniosa, na qual todos sempre se respeitaram e estiveram dispostos a escutar uns aos outros: fomos e tenho certeza que seremos sempre uma turma inesquecível. Obrigado pelos ensinamentos, pela paciência: Elisa, Felipe, Maerly, Heloíse e, em especial, agradeço a três grandes amigos e parceiros de sonhos: Mariana, Marília e Vicentão!

É a mescla entre a inocência da infância e o caráter que vamos formando ao longo da vida que nos permite avançar diariamente. Acreditando nisso é que agradeço aos meus amigos de onde vem as minhas raízes, a engenhosa e desigual cidade de Registro (Ítalo, Cássio, Felipe, Pedro, Lucas (*in memoriam*), Lenise, Caroline, Adrielly, Bruna, Paula, Luana, Milan, Jéssica, Alessandro) e aos meus amigos que a vida bordou em meu coração, de Florianópolis (Guilherme, Daniel, André, Gelson, Rebeca, Fabiana, Chayane, Thaís), do PVC (Pedro, Janete, Rose, Jackson, Néia, Gabi, Camila, Matheus), os meninos do Centro Acadêmico de Balneário (Zé, Jonathan, Henrique, Luis Fernando) e de todo o mundo, de todos os lugares (Isabel, meu irmão Mario, Maria Eugênia, Aline e Rica, Andrés, Dudu Zanatta, Gabriel Caetano, Caetana, Laís Kruss, Bruno Moser, Júlio, Paul, Stephan, Gabriele, Paty, Dani, Maria, Fábio, Mariane, Lidiane, Alessandra Gobbi, Dona Magnólia, Nathan, Marko, Cris Diniz, Clara, Jardel, León, Karla, Carolina Prodi, Andrea, Augusto Oviedo, Paulika, Jorge Henrique, Fagner, Yana, Arthur Aquino, Manoella, entre muitos outros). Perdoem-me se alguém falta nesta breve lembrança, a memória já me falta, mas o coração me sobra. Muito obrigado sempre.

Para além da amizade, gostaria de destacar o quanto aprendi com as “indignações” e a inspiração constante que emanam de Guilherme Constantino; a incansável capacidade teórica e comprometimento intelectual que Daniel Correa transpira e o altruísmo, coragem e humildade intelectual de André Ricardo.

Vou ser sincero: tenho aprendido muito mais com os iletrados do mundo do que com os doutores da Universidade! E com isso não menosprezo o trabalho de muitos professores dentro da Academia, apenas reconheço que o que a maioria deles contribui muito pouco ou nada para que resolvamos os grandes problemas de nosso país e de nossa América Latina em favor das classes oprimidas: no limite, a universidade tem sido um eficiente mecanismo para perpetuar nossa dependência e subdesenvolvimento. É preciso reconhecer a urgência em urgente com-



bater o cinismo autoritário incomparável, as mentiras sociais descaradas e o entreguismo antinacional imperdoável.

Entretanto, dentro da universidade também há gente corajosa e disposto a lutar diariamente para romper o ciclo de subdesenvolvimento e dependência em que estamos metidos. Aprendi muito com a nossa tentativa de levar adiante uma Revista Acadêmica, a RARI, que valorize o papel do intelectual público e de alternativas críticas para transformar a nossa realidade. Colhemos alguns frutos, tivemos muitas dificuldades. Tenho de admitir que talvez as dificuldades tenham superado nossos êxitos: mas amigos, isso não é uma derrota, mas sim combustível para que continuemos a nossa busca, pois, de qualquer maneira seguimos aprendendo e apostando nas decisões coletivas, democráticas, horizontais, na qual cada um aporta o seu melhor e todos juntos construímos uma Revista não apenas acadêmica, mas intelectual pública. Obrigado pela aposta e coragem do professor Jaime e dos pareceristas da Revista, dos meus amigos e colegas do mestrado e da graduação em Relações Internacionais envolvidos no Comitê Editorial.

Sabe aqueles autores que lemos e sentimos que estamos dialogando com eles, como grandes amigos e companheiros, pois é assim que me sinto toda vez que leio o sonhador José Saramago, o corajoso Florestan Fernandes, o sábio Darcy Ribeiro, o humilde e genial Paulo Freire, o mágico Pablo Neruda, a pureza de Mario Benedetti, o inspirador Gabo, a sagacidade de Nelson Rodrigues, o libertador Simón Bolívar, o poeta das lutas José Martí, a honestidade militante de Hemingway, o amoroso Jorge Amado, o apaixonante Vinicius de Moraes, a musicalidade de nosso samba, a engenhosidade de nossas milongas, os olhares sábios de meus irmãos latino-americanos.

Essa jornada começou em junho de 2011, quando junto com Rebeca e Guilherme trilhamos uma viagem desde Santiago, no Chile, até Bogotá na Colômbia. E ganhou músculos poéticos entre janeiro e fevereiro de 2013, quando estive em Cuba, Venezuela, Colômbia e Equador. A cada viagem me sinto mais latino-americano, mais disposto e obrigado a tomar o lado das grandes maiorias oprimidas: a lutar incansavelmente pela verdade e pela transformação das injustiças que na América Latina, vem se perpetuando a mais de 500 anos. Amizades eternas que construí às vezes em poucos minutos, em alguns dias e que só acoplaram à minha luta pela justiça e autonomia de nossos povos.

Aprendi que não há espaço para a neutralidade, como alertou Florestan Fernandes e nos recorda há muito tempo o genial Dante Alighieri em sua Divina Comédia: *“os lugares mais sombrios do inferno*

*serão reservados àqueles que se mantiveram neutros em tempos de crise moral”.*

É lutando permanente contra as injustiças e a neutralidade reivindicada pela maioria dos doutores da Casa do Saber é que aportei o pouco do conhecimento que a universidade e a vida me permitiram em favor do Projeto Vestibular Comunitário Gratuito do Rio Tavares (PVC), desde 2012 até os dias atuais. Não fiz nenhuma caridade, tampouco nenhum trabalho voluntário: não acredito na caridade nem voluntarismo! Não dei nenhuma aula, não doei nenhum conhecimento: a vitória é deles, a aula foi feita pela curiosidade deles, pela autonomia que eles exerceram, em uma permanente dialética; daqueles trabalhadores e trabalhadoras, daqueles meninos e meninas, daqueles sonhadores e sonhadoras, massacrados pelo sistema desigual que os relegada a “carvão” do grande projeto de Brasil, um projeto que não existe para a sua gente, que unicamente faz com que o povo continue trabalhando para produzir o que ele não come. Estes são meus heróis, homens e mulheres que decidiram pular o muro da universidade e não apenas sonhar, mas transformá-la em sua essência excludente e desigual. Viva a vocês, por uma educação crítica e transformadora: como nos ensina o grande Álvaro Vieira Pinto: nenhum idealismo existe nesta situação, a força da ideia revolucionária não procede da cabeça, mas da realidade que nela se reflete.

A despeito das minhas muitas críticas ao programa político que chegou ao poder em nosso país em 2002 – a partir da vitória de Lula –, sobretudo pelo não enfrentamento das estruturas de poder político e econômico que seguem aprimorando a nossa dependência e subdesenvolvimento, não posso deixar de reconhecer que muitas coisas positivas foram feitas, desde a possibilidade de afrodescendentes pularem os muros da universidade (cotas) – embora apenas isso seja insuficiente – até programas como o Prouni, do qual fui beneficiário durante a graduação e a própria extensão quantitativa de bolsas de mestrado, da qual também fui beneficiário.

Certamente é um programa de economia política que chega à mais brasileiros, e no meu caso, esse programa público foi essencial para que eu chegasse até aqui: é a minha admiração por Lula que me leva a combater as suas próprias escolhas e opções. Eu serei desleal se fosse diferente: é o meu compromisso com a coisa pública e com a luta coletiva pelo fim da exploração do homem pelo homem que me leva a combater a intelectualidade que faz uma verdadeira “ode” às falácias da tendência de governo que está no poder desde 2002. Minha honestidade intelectual me leva a combater qualquer possibilidade de retorno à or-

dem política e econômica que prevaleceu antes de 2002, entretanto, também me leva a reconhecer que, a despeito de muitos avanços, o programa pós-2002 continua marcando um pacto de classes que pouco favorece a apropriação da riqueza nacional e do fim das explorações dos brasileiros e brasileiras.

Não vou negar minha fé e minha esperança no amor e na força de um companheirismo amoroso, de forma que não poderia deixar de mencionar meu agradecimento infinito pelas pessoas que estiveram do meu lado nesses anos, com as quais tanto aprendi e tentei viver a felicidade e, em especial, a minha atual companheira, que me trouxe o gás que me faltou em alguns momentos, o abraço do tamanho do mundo mundial e reforçou minha fé no amor, Bruna Caroline.

Sem todos eles que menciono nesse breve agradecimento não haveria aprendido a sonhar, a lutar. Sem a parceria deles não haveria podido chegar a nenhum lugar. A racionalidade científica não lhes diminuiu, lhes engrandeceu; não lhes relegou ao esquecimento, lhes colocou no lugar eterno que somente a alma pode conhecer. Entretanto, algumas pessoas tem um lugar ainda mais especial: Cláudia, minha mãe; Jamilton, meu pai; Ernesto, meu tio; Jakellyne, minha irmã; Minelita, minha avó; João Batista, meu tio e aos que já partiram fisicamente, mas que nunca partirão espiritualmente: Ana Rosa, minha avó; Tito, meu avô; Jacinto, meu avô e seu Raimundo.

Se Deus existe, se é ele essa energia superior que equilibra os acontecimentos do universo, esse Deus só pode ser o todo que essas pessoas preencheram e preenchem em minha vida. É uma delícia viver. É um presente ter nascido na América Latina.



## UN CANTO PARA BOLÍVAR

Padre nuestro que estás en la  
tierra, en el agua, en el aire  
de toda nuestra extensa latitud  
silenciosa,  
todo lleva tu nombre, padre, en  
nuestra morada:  
tu apellido la caña levanta a la  
dulzura,  
el estaño bolívar tiene un fulgor  
bolívar,  
el pájaro bolívar sobre el volcán  
bolívar,  
la patata, el salitre, las sombras  
especiales,  
las corrientes, las vetas de  
fosfórica piedra,  
todo lo nuestro viene de tu vida  
apagada,  
tu herencia fueron ríos, llanuras,  
campanarios,  
tu herencia es el pan nuestro de  
cada día, padre.  
Tu pequeño cadáver de capitán  
valiente  
ha extendido en lo inmenso su  
metálica forma,  
de pronto salen dedos tuyos  
entre la nieve  
y el austral pescador saca a la  
luz de pronto  
tu sonrisa, tu voz palpitando en  
las redes.  
De qué color la rosa que junto a  
tu alma alcemos?  
Roja será la rosa que recuerde  
tu paso.  
Cómo serán las manos que  
toquen tu ceniza?  
Rojas serán las manos que en tu

ceniza nacen.  
Y cómo es la semilla de tu  
corazón muerto?  
Es roja la semilla de tu corazón  
vivo.  
Por eso es hoy la ronda de manos  
junto a ti.  
Junto a mi mano hay otra y hay  
otra junto a ella,  
y otra más, hasta el fondo del  
continente oscuro.  
Y otra mano que tú no conociste  
entonces  
viene también, Bolívar, a estrechar  
a la tuya:  
de Teruel, de Madrid, del Jarama,  
del Ebro,  
de la cárcel, del aire, de los  
muertos de España  
llega esta mano roja que es hija  
de la tuya.

Capitán, combatiente, donde  
una boca  
grita libertad, donde un oído  
escucha,  
donde un soldado rojo rompe  
una frente  
parda,  
donde un laurel de libres brota,  
donde una nueva  
bandera se adorna con la sangre  
de nuestra insigne aurora,  
Bolívar, capitán, se divisa tu  
rostro.  
Otra vez entre pólvora y humo  
tu espada está naciendo.  
Otra vez tu bandera con sangre  
se ha bordado.

Los malvados atacan tu semilla  
de nuevo,  
clavado en otra cruz está el hijo  
del hombre.

Pero hacia la esperanza nos  
conduce tu sombra,  
el laurel y la luz de tu ejército  
rojo  
a través de la noche de América  
con tu mirada mira.

Tus ojos que vigilan más allá  
de los mares,  
más allá de los pueblos oprimi-  
dos y heridos,  
más allá de las negras ciudades  
incendiadas,  
tu voz nace de nuevo, tu mano  
otra vez nace:  
tu ejército defiende las bande-  
ras sagradas:  
la Libertad sacude las campa-  
nas sangrientas,  
y un sonido terrible de dolores  
precede  
la aurora enrojecida por la san-  
gre del hombre.

Libertador, un mundo de paz  
nació en tus brazos.

La paz, el pan, el trigo de tu  
sangre nacieron,  
de nuestra joven sangre venida  
de tu sangre  
saldrán paz, pan y trigo para el  
mundo que haremos.

Yo conocí a Bolívar una maña-  
na larga,  
en Madrid, en la boca del Quin-  
to Regimiento,

Padre, le dije, eres o no eres o  
quién eres?

Y mirando el Cuartel de la

Montaña, dijo:  
"Despierto cada cien años  
cuando despierta el pueblo".

*(Pablo Neruda)*

## RESUMO

Nesse breve início de século XXI, o movimento de massas volta a existir em vários países da América Latina, entretanto, este movimento popular está órfão de uma teorização que possa dar as bases para as grandes transformações em favor das maiorias, de modo que este estudo pretende ser um pequeno tijolo na teorização sobre as transformações que vem ocorrendo em um importante ator da América Latina, a República do Equador. Para cumprir essa função, trabalha-se com o seguinte problema analítico: “Como as mudanças internas, externas e regionais, a partir de 2007 (em comparação com o período anterior, de 1980 a 2007) afetaram o grau de autonomia da política externa do país?” A abordagem aqui aplicada objetiva focalizar as relações, processos e estruturas econômicas internacionais, e ao mesmo tempo, tratar do relacionamento entre as classes dentro do Estado equatoriano, e das relações do Estado equatoriano com os países centrais e organizações intergovernamentais/multilaterais. Propor-se a tratar de autonomia em termos gerais e autonomia em termos de política externa é algo de extrema importância para a realidade latino-americana. O estudo da política externa equatoriana será evidenciado através da comparação em dois períodos temporais, a saber: 1980-2007 (a “longa noite neoliberal”) e de 2007-2013 (as transformações com a chegada ao poder de Rafael Correa). Inicialmente se desdobra as perspectivas teóricas e metodológicas que nortearão o trabalho sobre a autonomia em política externa do governo de Rafael Correa para logo avançar na investigação das relações sistêmicas que caracterizam a autonomia na política externa do governo de Rafael Correa, tanto em suas manifestações econômicas e quanto nas políticas, e, por último se verifica como se produz as combinações entre as relações econômicas e as relações políticas, no âmbito do aparelho estatal. Conclui-se que as mudanças da política externa tem que cada vez mais, enfrentar os desafios que consistem em conciliar o processo de transformação interna com a turbulência do mercado mundial, com as transformações em nível tecnológico e com a complexidade em direção a um programa socialista de transformação.

**Palavras-chave:** Equador. Rafael Correa. Política Externa. Autonomia. América Latina





## ABSTRACT

In that brief beginning of XXI century, the mass movement returned in several Latin American countries, however, this popular movement is orphan of a theory that can give the basis for the major changes in favor of the majority, so this study intended to be a small brick in theorizing about the changes that are occurring in an important player in Latin America, the Republic of Ecuador. Aiming to fulfill this role, it works with the following analytical problem: "How internal, external and regional changes, since 2007 (compared to the previous period, from 1980 to 2007) affected the degree of autonomy of foreign policy country?" Analytical problem was formulated thereby because it was observed that international insertion chanced from 2007 to a differentiated and grounded in discourse privileging at least theoretically, autonomy regarding decision making and execution of foreign policy. The approach introduced here aims to focus on relationships, processes and international economic structures and at the same time, address the relationship between the classes within the Ecuadorian state, and the Ecuadorian state relations with central countries and intergovernmental and multi-lateral organizations. Propose analyzing autonomy in general terms and autonomy in foreign policy is something of extreme importance for the Latin American reality. Studying Ecuador's foreign policy is evidenced by comparing two time periods, namely 1980-2007 (the "long neoliberal night") and 2007-2013 (the transformations with the coming to power of Rafael Correa). Initially we drill down into the theoretical and methodological perspectives that will guide the work on autonomy in foreign policy of the government of Rafael Correa and then investigate the systemic relationships that characterize autonomy in foreign policy of the government of Rafael Correa, in its economic and political demonstrations, and other, and finally look at how it produces the combinations of economic relations and political relations in the context of the state apparatus. It is concluded that the changes of foreign policy must increasingly face the challenges that appear of the combination of the process of inner transformation with the turbulence of the global market, with changes in technological level and the complexity toward a socialist program processing.

**Keywords:** Keywords: Ecuador. Rafael Correa. Foreign Policy. Autonomy. Latin America.



## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES**

ALBA – Alternativa Bolivariana para as Américas  
BCE – Banco Central do Equador  
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento  
(também conhecido como Banco Mundial)  
BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econmico e Social  
CAF – Corporação Andina de Fomento  
CAN – Comunidade Andina de Nações  
CDB – China Development Bank Corporation  
CELAC – Comunidade de Estados latino-americanos e caribenhos  
CIA – Central de Inteligência Americana  
CONAIE – Confederação de Nacionalidades Indígenas do Equador  
DEA – Departamento Antidrogas dos Estados Unidos  
EUA – Estados Unidos da América  
FARC – Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia  
FED – Reserva Central (Banco Central dos Estados Unidos)  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
GAFI – Grupo de Ação Financeira Internacional  
IIRSA – Iniciativa para a Infraestrutura Regional Sul-americana  
MERCOSUL – Mercado Comum do Sul  
SENPLADES – Secretaria Nacional de Planificação  
SUCRE – Sistema Unitário de Compenso Regional  
OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econmico  
OEA – Organização dos Estados Americanos  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo  
OTAN – Organização do Tratado do Atlntico Norte  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
TMD – TMD  
UNASUL – União de Nações Sul-americanas



## LISTA DE FIGURAS, TABELAS E GRÁFICOS

### FIGURA

Figura1. O papel mediador dos processos de decisão entre agentes e grau de mudança da política externa - .....página 30

### TABELAS

Tabela 1. Crédito chinês concedido ao Equador - .....página 99

Tabela 2. Evolução da dívida externa da América Latina e do Caribe - .....página 104

Tabela 3. Dívida Interna Pública e Taxas de Juro legal - .....página 115

Tabela 4. Destino dos recursos captados através da emissão de Bônus - .....página 119

Tabela 5. Presidentes e Ministros que subscreveram os Decretos - .....página 120

Tabela 6. Aprovação da gestão de presidentes da América - ..página 182

Tabela 7. Crescimento econômico na América Andina (1980-2005) - .....página 191

Tabela 8. Subsídios do governo do Equador em 2010 - .....página 204

Tabela 9. Taxa de desemprego na América Latina- .....página 206

Tabela 10. Crescimento do Produto Interno Bruto - .....página 209

Tabela 11. Participação do Estado equatoriano na produção petroléira - .....página 210

Tabela 12. Renda petroléira bruta do Estado: Renda por exportações - .....página 210

Tabela 13. Arrecadação do Estado (petróleos e não petróleos) - .....página 233

### GRÁFICOS

Gráfico 1. Exportações por parceiro 2013 - .....página 89

Gráfico 2. Importações equatorianas por principais parceiros (2007-2012) - .....página 90

Gráfico 3. Evolução da Dívida Externa e da Dívida Interna Pública - .....página 115

Gráfico 4. Evolução da dívida interna pública - .....página 116

Gráfico 5. Taxas de Juro Internacionais (Prime e Libor) e Nacionais - .....página 117

Gráfico 6. Serviço da Dívida: Externa e Interna - .....página 117

Gráfico 7. Transferências canalizadas através do Sistema Sucre - .....página 141

Gráfico 8. Reservas internacionais dos países do ALBA-TCP -	página 141
Gráfico 9. Evolução das reservas internacionais ALBA-TCP de 2006 a 2011 -	página 142
Gráfico 10. Evolução do preço das commodities, entre 1970 e 2010 -	página 195
Gráfico 11. Evolução do preço do petróleo em dólares -	página 196
Gráfico 12. Produção de petróleo por milhares de barris -	página 202
Gráfico 13. Gasto de capital como porcentagem do PIB – Comparativo -	página 205
Gráfico 14. Evolução da cobertura da cesta básica -	página 208
Gráfico 15. Preço do Barril de Óleo Brent-	página 212
Gráfico 16. Arrecadação do Governo Central 1971-2011 -	página 218
Gráfico 17. Arrecadação do governo central do Equador (2011-2013) -	página 218
Gráfico 18. Evolução das reservas internacionais do Equador (2000-2014) -	página 221

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b>	<b>15</b>
<b>Capítulo 1: Análise de Política Externa e a abordagem de estudo marxista das Relações Internacionais</b>	<b>25</b>
1.1 Características do Método de Análise de Política externa aplicado neste trabalho.....	26
1.2 Economía política da política externa .....	37
1.2.1 Os aportes da Teoria Crítica Neogramsciana .....	40
1.2.2 A Teoria Marxista da Dependência.....	44
1.3 As possibilidades teóricas de estudar a política externa a partir do conceito de autonomia.....	54
1.3.1 As diferentes abordagens do conceito de autonomia	55
1.3.2 A autonomia a partir da TMD.....	62
<b>Capítulo 2. As variáveis sistêmicas da política externa autônoma do governo de Rafael Correa</b>	<b>71</b>
2.1 O capital estrangeiro: síntese das influências sistêmicas	72
2.1.1 As consequências do projeto hegemônico estadunidense para as relações exteriores do Equador	78
2.1.2 China e novos parceiros: bases para a autonomia da política externa	96
2.2 A inserção equatoriana e o resgate da autonomia dentro da globalização	103
2.3 O entorno regional: a solidariedade bolivariana e o pragmatismo econômico “tupiniquim”	126
2.3.1 O Entorno regional da política externa anterior a 2007	127
<b>Capítulo 3. Variáveis estatais: a política externa como espelho das transformações internas</b>	<b>152</b>
3.1 O componente institucional da política externa	152
3.1.1 Institucionalidade ameaçada: crise interna pelo modelo de aprofundamento neoliberal e recuperação do Estado interventor	155

_____3.1.2 Presença militar estrangeira no Equador: um desafio à nova institucionalidade	182
____3.2 Do auge ao declínio da dependência do modelo monoexportador de petróleo: o desafio de evitar a repetição do mesmo ciclo	188
____3.3 Soberania Monetária: caracterizando e discutindo a dolarização da economia equatoriana	223
<b>Considerações Finais</b>	<b>241</b>
<b>Referências bibliográficas</b>	<b>251</b>



## Introdução

A República do Equador, com sua população girando entorno de 14 milhões de habitantes, apresenta-se no âmbito global como uma nação borbulhante de povos e culturas na formação de seu todo social. A formação desse todo social deve ser compreendida, como apresenta o professor Ricardo Antunes<sup>1</sup>, assim como em toda América Latina, a partir do processo colonial fundado na intensa exploração do trabalho, do povo latino-americano, do labor. Labor, no sentido de trabalho aviltado, intensificado, superexplorado. A realidade nacional que emerge de dada relação corresponde a ideia e a realidade empírica de que esse continente foi feito para a extração, para a sucção de riquezas para o mundo avançado: primeiro a Europa e depois os EUA. Este trabalho pretende ser uma contribuição para esse processo não se repita, agora para o sudeste asiático.

Assim, no continente do labor, para se compreender a política externa equatoriana, dentro do marco da economia política, ou seja, da história do capitalismo mundial, é preciso compreender e explicar a vinculação do aparelho estatal do país subdesenvolvido às decisões, acordos e órgãos multilaterais, por meio dos quais, os interesses e objetivos econômicos dos países centrais se efetivam.

Desta maneira, trabalha-se com o seguinte problema analítico: “Como as mudanças internas, externas e regionais, a partir de 2007 afetaram o grau de autonomia da política externa do país?” O problema analítico foi formulado desta forma porque se parte da observação de que houve uma inserção internacional, a partir de 2007, diferenciada e pautada em um discurso que privilegia, pelo menos no plano retórico, a autonomia em matéria de tomada de decisão e execução de política externa. De maneira que, se busca observar, no período 1980-2007, qual o grau de autonomia que as variáveis independentes indicam que havia nesse período, e tomando por base as mesmas variáveis, observar o comportamento da política externa pós-2007, de modo a observar no plano empírico a comprovação do discurso sobre autonomia das autoridades governamentais a partir de 2007.

Para atingir aos objetivos que o problema de pesquisa requer, é inegável a importância do exame das organizações e agências multilaterais, intergovernamentais ou multinacionais. Do mesmo modo, a análise

---

<sup>1</sup> (Ricardo Antunes, 2011, Entrevista ao Brasil de Fato).

do aparelho estatal do país subdesenvolvido possibilita a compreensão dos movimentos, das transformações que ocorrem devido às condições internas e externas no seio das sociedades dependentes:

A análise das relações internacionais precisa desenvolver-se ainda mais, antes que seja possível uma caracterização mais precisa das modalidades ou estilos mais significativos das políticas exteriores dos países do hemisfério. A par da insuficiência dos estudos feitos até o presente, há que acrescentar a ampla variação das particularidades históricas, políticas, econômicas e culturais de cada país (Ianni, 1988, p. 97).

Para dar conta deste desafio, a abordagem aqui aplicada objetiva focalizar as relações, processos e estruturas econômicas internacionais, e ao mesmo tempo, tratar do relacionamento entre as classes dentro do Estado equatoriano e das relações do Estado equatoriano com os países centrais e com as organizações intergovernamentais e multilaterais. Esta abordagem se justifica e se faz necessária, tendo em vista que poucos são os estudos que revelam uma preocupação explícita e sistemática por abordar a temática da política externa sob estas circunstâncias, da totalidade social.

De maneira que propor-se a tratar de autonomia em termos gerais e, principalmente, de autonomia em termos de política externa é um ato político-científico de extrema importância para a realidade latino-americana, pois as nossas lutas independentistas no século XVIII e XIX e as seguintes independências políticas não foram seguidas pela independência econômica, de modo que a economia latino-americana passou a funcionar em conformidade com o mercado mundial, ou seja, de maneira dependente ao desenvolvimento do capitalismo industrial. A inserção econômica na divisão internacional do trabalho comprometeu nossa independência política. A autonomia latino-americana ficou reduzida a escolha entre libertar-se do subjulgo dos impérios português e espanhol e realizar a independência formal, seguindo os procedimentos emanados desde Londres.

Entendendo assim nossa inserção no Sistema capitalista, é que se orienta nossa tentativa, com este estudo, de dar “historicidade” – no sentido gramsciano – aos estudos que se realizam atualmente sobre o tema da “globalização”, nova política externa, “socialismo do século XXI”, etc., desde uma perspectiva crítica, ou seja, mostrando a utilidade do acúmulo teórico de uma parte da ciência social comprometida para

com as grandes transformações revolucionárias que exigem as maiorias empobrecidas e exploradas do continente latino-americano. É mais do urgente combater o cinismo autoritário incomparável, as mentiras sociais descaradas e o entreguismo antinacional imperdoável.

De maneira que, acreditamos que somente teremos alguma importância para os centros metropolitanos na medida em que expressarmos com paixão e rigor científico nossa visão crítica do mundo, que começa justamente com a crítica radical da realidade efetivamente existente à nossa volta.

Tendo em vista que os intelectuais das elites dominantes mudaram os termos do debate subdesenvolvimento e dependência para outros termos, mais sutis para eles próprios – os mãos-sem-obra do “Vale das Lágrimas” –, surgiram termos como países ou mercados emergentes, economias em desenvolvimento, potência média, BRIC’s entre outros termos anacrônicos; e assumiram posições das quais a caracterização de nossos países deixa de ser de miseráveis, pobres, e passa apenas a ser “injustos”.

Nosso estudo, apesar de se constituir em uma contribuição pequena e limitada, renega esse tipo de pensamento e, tenta, reconhecendo toda a dificuldade de trabalhar nos termos que aqui nos propormos – principalmente na conservadora disciplina de relações internacionais – ser uma resposta a dissimulação que estes teóricos do pensamento conservador propõem e para tanto, é preciso resgatar a importância da história dialética de nossa realidade e de nossas ideias.

Nesse sentido é que se coloca o desafio de esclarecer a questão da autonomia jurídica *versus* a questão da autonomia de fato. No marco deste trabalho – e como se apresentará logo no capítulo 1 – estamos preocupados com a autonomia de *facto* –, pois é esta autonomia que revela em que medidas as oportunidades e caminhos que as escolhas em favor da Nação são verdadeiramente frutos das escolhas internas populares e contribuem, de fato, para o aumento efeito da autonomia. Neste sentido, nada mais verdadeiro do que propor um trabalho que estude, ao lado das condições internas peculiares a cada país, também reconheça a necessidade de estudar o caráter das suas relações externas.

É por isso que trabalhamos com a análise do caráter da hegemonia econômica, política e militar dos EUA no Equador; as situações, no período de 1980-2013, de acomodação, tensão e conflito nas relações entre estes países; as flutuações e florescimento das relações do Equador com a nova aspirante a potência mundial, a China; o modo pelo qual as classes sociais internas incorporaram e elaboraram as situações de acomodação e conflito; o impacto das forças regionais nas políticas

externas alinhadas ou autônomas, de submissão ou antagonismo, ensaiadas ou postas em prática, de modo episódico ou persistente.

É preciso entender como a política externa da potência hegemônica atua em nossa região e como se sabe, os EUA, historicamente, tem relegado grande importância à manutenção do estado de coisas na América Latina que privilegie seus interesses e amplie suas possibilidades de ganho, a tal ponto, que o então secretário de Estado dos EUA William P. Rogers, em 1969, declarou que “nenhuma parte do mundo é mais importante para eles” do que a América Latina (Roger *apud* Ianni, 1988, p. 44).

Trata-se de um trabalho que observa a necessária, conforme coloca Bambirra (2013), ambição intelectual para encarar o tema em profundidade. A consciência da ciência oficial burguesa diante dos problemas e das dificuldades para sua superação da dependência chegar a ser bastante aguda, mas sua qualidade de ciência institucionalizada limita sua imaginação científica e lhe impede de buscar alternativas para a solução dos problemas que vão para além do sistema vigente.

De modo que, a principal característica desta pesquisa é não se furta da política. É preciso, sucessivamente, aproximar-se da realidade concreta, trabalhar no sentido de estudar as manifestações históricas específicas e do processo de transformação das estruturas dependentes que se formaram no Equador, como aponta um importante estudioso da América Latina:

El intento actual de no asumir compromisos intelectuales es mucho más un reflejo del oportunismo intelectual y de la presencia del neocolonialismo que un camino seguro y no comprometido de búsqueda de la verdad. Además, a nivel teórico, genera un eclecticismo que, más que ayuda, confunde y termina por justificar teóricamente posiciones políticas conservadoras o abiertamente reaccionarias (OURIQUES, 1995, p. 48).

Tendo em vista que, a crítica e o debate praticamente sumiram do âmbito acadêmico<sup>2</sup> e político, sendo muitas vezes rebaixados ou

---

<sup>2</sup> A professora Renata Peixoto de Oliveira (2013, p. 3) pontua que: “Antes de qualquer coisa, não podemos nos omitir diante de uma importante autocrítica, a de que os Estudos das Relações Internacionais se constituíram e avançaram enquanto profundamente elitizados; marcadamente representantes do mundo anglo-saxão; refletindo sua análise sobre o internacional a partir de uma perspectiva deliberadamente marcada pelo posicionamento das grandes potências.

ficando em seu lugar uma espécie de “bom mocismo”, em geral tedioso e infértil, é preciso, pois recuperar a polêmica, que quando bem direcionada, acaba tocando em pontos fundamentais da realidade, sendo, portanto, perene, ainda que também historicamente determinada.

Levantar a polêmica com o rigor científico e compromisso intelectual com os povos oprimidos é ainda mais fundamental neste momento, em que o movimento de massas que volta a ganhar fôlego em vários países da América Latina, visto que este movimento popular está órfão de uma teorização que possa dar as bases para as grandes transformações em favor das maiorias.

Por mais que a atual força do “ressurgimento” das massas tenha características mais bem eleitorais, os ensinamentos históricos mostram que as massas têm em si mesmas, a possibilidade de radicalizar, ainda mais num contexto de pressão oferecido pelas crises capitalistas e pelos limites do processo de desenvolvimento atuais.

Isso não é apenas um “clichê”, é uma constatação histórica concreta que explica as condições nas quais, na colonização, na independência imperial, na independência republicana, na ditadura e na democracia contemporânea continuamos atrelados à dependência e ao subdesenvolvimento: não é o atraso, mas o modo específico que o capitalismo engendrou as desigualdades e injustiças em nossas sociedades que regem as nossas próprias leis.

A decisão de desenvolver o estudo procurando considerar fatores exploratórios ao longo de três níveis complementários de análise – sistêmico, regional e estatal – se justifica, pois, no entender do trabalho empenhado, o exame histórico da experiência humana nunca é finalizado por completo e quanto mais fatores e níveis de análise possam ser utilizados, mais rigoroso e verdadeiro poderá ser o estudo elaborado, uma vez que a própria experiência humana está sempre mudando de acordo com o tempo histórico, pelas novas combinações entre padrões de pensamentos, condições materiais e instituições humanas.

Adota-se a perspectiva de que um estudo sério e aprofundado sobre a Política Externa Equatoriana exige a análise de seus condicionantes sistêmicos, regionais e estatais. Os esforços subsequentes se concentraram na leitura de bibliografias, na realização de trabalhos de campo (coleta de materiais em órgãos oficiais e imprensa especializada)

---

No que diz respeito aos Estudos sobre Política Externa e as perspectivas de cooperação e integração regional, o grande protagonismo de estudos centrados em aspectos comerciais e de segurança, acabou moldando esta disciplina, enquanto uma “novidade” consideravelmente conservadora”.

que puderam auxiliar no exame científico sobre as mudanças na Política Externa do Equador a partir de 2007. A análise deste material foi feita através da avaliação crítica dos fatores selecionados em cada um dos três níveis de análise.

O estudo da política externa equatoriana será evidenciado através da comparação em dois períodos, a saber: 1980-2007 (período conhecido como década “perdida”, crise das dívidas, aplicação do Consenso de Washington e das medidas neoliberais e pela crise democrática equatoriana, crise econômica equatoriana); 2007-2013 (ocorrência da eleição à presidência de Rafael Correa; realização da Assembleia Nacional Constituinte; auditoria da dívida soberana equatoriana; participação em novos processos de integração; iniciativas de realização do ideal de democracia participativa; realização de uma diplomacia afirmativa, popular).

Para responder ao nosso problema de pesquisa, em primeiro lugar, no nível sistêmico de análise, se utilizou os aportes da abordagem que considera a inserção dependente da América Latina no sistema capitalista de produção (Teoria Crítica) e também algumas importantes evidências apontadas por Dos Santos (1996, 1999, 2003, 2007) sobre a inserção da América Latina e os desafios da globalização. Nesse sentido também vale os apontes de Fiori (2007), Arrighi (2003, 2011), sobre a inserção da América Latina dentro da lógica do poder global e da nova geopolítica das nações. Por último, e não menos importante, para explorar o nível sistêmico de análise se completa com as considerações de Milton Santos (2009), Chomsky (2003), entre outros, quando trata, sobretudo para os povos periféricos do mundo, dos signos da globalização enquanto “perversidade” e da globalização enquanto “possibilidade”.

Em segundo lugar, no nível regional de análise se usou o referencial teórico legado por Ouriques (1995), Gunder Frank (1976, 1991, 2003), Ruy Mauro Marini (1976, 2012) sobre a histórica relação de dependência entre o centro do capitalismo dinâmico e a periferia latino-americana. Essa discussão é atualizada nas relações internacionais – ainda que sobre perspectivas diferentes – nos anos 2000 por Pinheiro Guimarães (2005), por René Báez (2010), Nogueira Batista (2000), Atilio Borón (1991), entre outros importantes intelectuais, muito embora permaneçam com grande grau de influência os postulados de Raul Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, Darcy Ribeiro, Osvaldo Sunkel sobre a inserção dos países latino-americanos na Economia Política Internacional. Adota-se a perspectiva apontada por um dos principais

pensadores de Política Externa e Integração na América Latina, Samuel Pinheiro Guimarães (2008):

[...] A política externa não poderá ser eficaz se não estiver ancorada na política brasileira na América do Sul. As características da situação geopolítica do Brasil [Venezuela, Colômbia, Argentina], isto é, seu território, sua localização geográfica, sua população, suas fronteiras, sua economia, assim como a conjuntura e a estrutura do sistema mundial, tornam a prioridade sul-americana uma realidade essencial.

Por sua vez, em derradeiro lugar, no nível estatal se parte da análise dos autores equatorianos que vem tratado do tema da Política Externa (Zepeda, 2011) e das demais políticas públicas (Mantilla e Mejía, 2012) do governo Rafael Correa e dos estudos históricos dos períodos anteriores, como, por exemplo, os estudos de Agustín Cueva (1989, 1986) Acosta (2006) e de Mora (2008) sobre a história do Equador a partir dos anos 1980.

Em sua história, se pode observar que a política externa equatoriana busca a consolidação de sua identidade nacional histórica, tendo em vista a busca de individualização dentro da comunidade internacional, tanto como nação, quanto como Estado, fruto, principalmente, da fusão étnica, de costumes e de culturas que a própria invasão de Nossa América trouxe para aquela parte do mundo.

Para além da participação no sistema de dominação colonial equatoriana, a identidade é algo conformado diariamente, pelos equatorianos, e pelo povo latino-americano, como no meu caso, que me sinto tão equatoriano quanto meus amigos equatorianos que vivem lá. A política externa assume a responsabilidade de reafirmar e solidificar essa identidade frente ao mundo.

Essa concepção implica trabalhar com a ideia de que é preciso ir além dos limites da “abstração da realidade nacional”, de tal modo que, o formulador da política externa, para além de um especialista (o “bárbaro moderno” nas palavras de José Ortega y Gasset), deva ser um conhecedor profundo das reais condições internas de seu país.

Outro aspecto importante é a possibilidade que tem a política externa de um país para aportar elementos à construção de uma ordem mundial mais justa quanto à distribuição da riqueza e, por tanto, de exercício do poder mundial. A ideia por detrás de este objetivo é a de que a política externa deve ser elemento atuante no apoio direito e cons-

tante aos esforços pela transformação econômica e política da injusta ordem internacional que existe.

Qualquer política externa tem como objetivo estratégico manter relações diplomáticas com todos os países do mundo, sobretudo, através do respeito ao direito internacional público. Entretanto, as bases de quaisquer relações diplomáticas devem ser assentadas sobre a reciprocidade e o interesse nacional popular, ou seja, pelo exercício de uma política externa que contemple os interesses do povo nacional. O exercício de tal política externa não é possível senão a partir de uma autonomia de formulação e execução cada vez maiores.

Ao proceder nosso exame teórico crítico sobre o nível de autonomia, no âmbito da política externa, a partir da comparação do período anterior (1980-2007) à chegada ao poder político de Rafael Correa, com o período iniciado a partir do exercício de seu mandato, pretende-se apontar sobre os caminhos da superação da dependência, desde o ponto de vista econômico (que sejam a dependência comercial, tecnológica e financeira)<sup>3</sup> e também sob o ângulo político. A relação entre a dependência econômica e sua realização no plano político, depende de que observemos, desde o ponto de vista da economia política, que a subordinação do sistema produtivo (seja através de capitais, comércio ou tecnologia) limita o poder político de um país e sua capacidade decisiva livre e independente.

Assim colocado, o trabalho que segue está organizado em três capítulos, que versam sobre a perspectiva teórica (1), as variáveis sistê-

---

<sup>3</sup> A dependência comercial é a mais desenvolvida e tradicional e, até hoje, a que melhor rentabilidade ofereceu aos centros metropolitanos. Realiza-se enquanto a continua perda de divisas, causada, em particular, pela deterioração dos termos de troca (nos termos desenvolvidos por Raúl Prebisch). A dependência no setor tecnológico é talvez a mais moderna e sofisticada. Diz respeito ao acesso dos países subdesenvolvidos às fontes de conhecimento científico. A alta acumulação de capital, permitida, entre outras formas, pela exploração contínua e aprofundada das periferias do mundo, permitiu ao centro metropolitano dispor de uma grande acumulação de capital – não é essa senão a história da revolução industrial e não seria diferente com a revolução tecnológica atual – para avaliar à alta capacidade tecnológica. Não tendo tido as mesmas condições para desenvolver as tecnologias, os “retardatários” (enquanto subdesenvolvidos não podem ansiar por outra posição) ficam à mercê das regras dos países possuidores das tecnologias. É pois uma eficaz e sutil arma de submetimento internacional de uns Estados a outros, pois, ao longo dos tempos, promove a subordinação comercial e financeira. (Mena, 1991).



micas (2) e as variáveis estatais (3) que atuam sobre o grau de autonomia da política externa equatoriana.

No capítulo 1, se trata de desdobrar as perspectivas teóricas e metodológicas que nortearão o trabalho sobre a autonomia em política externa. O Capítulo está dividido em 3 seções: i) a primeira sobre o método de análise a partir de uma pesquisa comparativa e sobre os aspectos que atuam sobre a mudança em termos de política externa; ii) a segunda seção sobre o conteúdo teórico do trabalho, especialmente a Teoria Marxista da Dependência (TMD) e por último; iii) uma seção sobre as bases que caracterização a concepção crítica adotada de autonomia.

No capítulo 2, para efeito da análise aqui proposta, se investigará as relações sistêmicas que caracterizam a autonomia na política externa do governo de Rafael Correa, em suas manifestações econômicas e políticas. O Capítulo está dividido em 3 seções que pretendem dar conta do período de 1980 à 2013. Em primeiro lugar sobre a relação da República do Equador com a potência hegemônica (EUA) e com a eventual emergente a ocupar a hegemonia, a República Popular da China<sup>4</sup>; a segunda seção trata da participação do Equador na globalização a partir dos anos 1980 e; por último se analisa as relações do Equador com os países do entorno regional e a contribuição da relação bilateral e em nível de organizações com estes países para o grau de autonomia em política externa do governo de Rafael Correa.

No capítulo 3, se quer verificar como se produz as combinações entre as relações econômicas e as relações políticas, no âmbito do aparelho estatal. O capítulo está dividido em 3 seções: i) a institucionalidade do Equador no período 1980-2013; ii) a economia política do período analisado e sua influência na política externa e; iii) a interrelação entre a economia política e a superestrutura equatoriana, materializada na questão da soberania monetária equatoriana.

---

<sup>4</sup> Em nosso ponto de vista, no que tange às relações com as “potências hegemônicas” e aproveitando para afirmar que não se pretende com a caracterização da China como “hegemônica” colocá-la como novo “hegemon” sistêmico, mas sim que para o caso equatoriano, a potência que vem disputando o espaço de influência da ainda potência hegemônica (os EUA) tem sido a China. Ademais, também leva-se em consideração a interpretação de vários autores (André Gunder Frank; Theotonio dos Santos; Immanuel Wallerstein; Giovanni Arrighi; Beverly Silver; entre outros) que vem trabalhando, desde os anos 1990, com a hipótese de que o centro de acumulação capitalista tenha, pela primeira vez na sua história de mais de quinhentos anos, se deslocado do eixo ocidental Europa-EUA para o sudeste asiático (e Ásia em geral).

Nesta perspectiva, a análise que se realiza pretende posicionar o Estado do país dependente como um elemento importante das relações e estruturas que determinam a autonomia da política externa equatoriana, uma vez que há uma manutenção da importância do aparelho estatal dos países ricos e pobres nas relações econômicas externas e na reprodução internacional do capital, o que significa que, é na esfera do Estado, ou seus distintos poderes, que as estruturas de dominação política e apropriação econômica conjugam-se de modo mais complexo.

Portanto, com este trabalho se tentará superar as limitações implícitas nas análises que abordam principalmente fatores externos, obstáculos externos. Tenta-se, neste caso, realizar uma análise a partir da perspectiva do país subordinado, o que nos obriga a estudar tanto as relações clássicas de dominação externa (influência hegemônica) quanto as manifestações internas de poder de classes (econômicas, políticas, militares, etc).

Trata-se de uma revisão de perspectivas que traz novas possibilidades de explicação dos problemas que impedem a efetiva emancipação dos países latino-americanos. Para tanto, em nosso ponto de vista, é, pois, a adesão radical à TMD que encoraja o pesquisador a filtrar esta realidade, a reciclá-la, para estudar a política externa equatoriana. Filtrá-la e reciclá-la significa, cada vez mais, perceber que os intelectuais devem ser ensinados pela imaginação dos iletrados, das amplas maiorias excluídas na América Latina.

## **Capítulo 1: Análise de Política Externa e a abordagem de estudo marxista das Relações Internacionais**

*A teoria, quando se apodera das massas se converte em força material.  
Sem teoria revolucionária tampouco pode haver movimento revolucionário  
(MARX [1847], 2008).*

Este capítulo inicial trata de desdobrar as perspectivas teóricas e metodológicas que nortearão este trabalho. Pensamos que é intelectualmente honesto e eticamente necessário deixar claro de onde partimos para estudar o objeto aqui proposto. Outro elemento que, muito embora seja perceptível durante a leitura, mas que de todo modo deve estar enunciado é a percepção do autor sobre a inexistência de quaisquer métodos de aproximação ao objeto de estudo que se caracterizem por qualquer grau de neutralidade. Assumir qualquer compromisso semelhante seria um ato de desonestidade, tanto com o leitor ao presumir tal postura, quanto com a causa da emancipação dos povos oprimidos em todo o mundo, visto que assumir a neutralidade seria estar ao lado dos opressores.

Dito isto, que é de suma importância, sobretudo na área de Relações Internacionais (na qual reina a perturbante figura apolítica do “bom-mocismo”) e deixando expressa a tentativa de realização de uma rigorosa pesquisa participante, é que se procede a evidenciar nosso esquema de apresentação deste capítulo:

O Capítulo 1 está dividido em 3 seções. A sessão inicial aborda as razões pelas quais optamos pela escolha do método de análise de política externa a partir de uma pesquisa comparativa e enfocando os aspectos que tratam das mudanças em política externa. A segunda sessão trata do conteúdo teórico que será dado ao método de pesquisa, através da breve apresentação de aspectos que absorvemos a partir da Teoria Crítica Neogramsciana e, principalmente – que será o núcleo fundamental de análise –, pelo resgate e apresentação da TMD como marco teórico geral neste trabalho. Por último, tratamos de explicar as bases de nossa concepção de autonomia e como o marco teórico aqui apresentado pode dar conta do tema.

## 1.1 Características do Método de Análise de Política externa aplicado neste trabalho

Neste trabalho, elabora-se uma periodização histórica de médio prazo – 1980-2013 –, dentro de um estudo de política externa comparada entre dois períodos distintos (1980-2007; 2007-2013). No marco da análise do objeto de estudo aqui proposto, não se pretende trabalhar com a mera descrição dos fatores que mudaram no período pós-2007. Do mesmo modo, não se busca fazer uma avaliação holística<sup>5</sup> da totalidade<sup>6</sup> dos fatores que podem estar influenciando as mudanças no sentido de uma maior autonomia em política externa, mas sim selecionar alguns fatores considerados prioritários para iniciar a exploração teórica e empírica nessa área. Este é um estudo comparativo de política externa<sup>7</sup> no qual faremos uma seleção de alguns fatores que podem explicar as variações na formulação e execução da Política externa equatoriana.

Portanto, em primeiro lugar, pensa-se ser importante desenvolver o porquê de nossa escolha de trabalho a partir do método comparativo. Nesse sentido, sobre o Método Comparativo, vale a observação de Rosenau (1969, p. 308):

---

<sup>5</sup> Dizer isto significa que reconhecemos a limitação (temporal e pessoal) de avaliar todos os possíveis fatores que podem justificar tal mudança de política externa. Entretanto, dentro da mesma limitação, pensa-se que seria possível aplicar a concepção marxista de totalidade das relações sociais para compreender o fenômeno aqui proposto. Este será o nosso desafio com o qual tentaremos lidar ao longo deste trabalho.

<sup>6</sup> “Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A **totalidade** dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX; ENGELS [1859], 2012, p. 106, grifo nosso).

<sup>7</sup> Sobre a diferença entre estudo comparativo de política externa ou estudo de política externa comparada, ver ROSENAU, 1968, p. 309.

Comparison is a method, not a body of knowledge. Foreign policy phenomena – and not comparative foreign policy phenomena – comprise the subject matter to be probed and these can be studied in a variety of ways, all of them useful for certain purposes and irrelevant to other purpose [...]

Conforme mencionado acima, a realização de um estudo comparativo entre os períodos históricos que aqui se propõe é necessária para que se aprofunde a compreensão das atividades externas tomadas por determinado sistema nacional, que, se tomada apenas unilateralmente, sob uma única perspectiva, não é suficiente para responder as questões de adaptação sistêmica e do processo político que são inerentes ao fenômeno da política externa.

O método tradicional de estudo comparativo de política externa é aquele que trata sobre a comparação entre a política externa de dois países. Contudo, tendo em vista a limitada bibliografia (em termos quantitativos e qualitativos) sobre política externa do Equador, e as condições contrastantes de ruptura da atual política externa com relação ao padrão anterior, vale notar a recomendação de Rosenau (1969) que indica a linha de análise que será tomada neste trabalho:

Under special circumstances, however, it is possible **to apply the comparative method to a single system**. If certain conditions remain constant from one point in time to another, then variables pertinent to the one system can be contrasted and assessed in terms of their operations at different historical juncture (p. 308).

[...] explaining why and how one or more national actors interact with their environments, foreign policy theory provides some of the material needed for a functional analysis of international systems (p. 326).

Desta maneira, este estudo de política externa reconhece que a observação dos fatores que influenciam em determinada política externa está ligado, em primeiro lugar, ao conhecimento da relação entre determinada sociedade e os interesses dos grupos sociais organizados, interesses estes voltados para o prosseguimento de certos objetivos estratégicos e para a divulgação de certa concepção de mundo para toda socie-

dade<sup>8</sup> e; em segundo lugar, ao conhecimento dos estímulos externos que influenciam na elaboração, e execução da Política externa.

Assim assinalado, observa-se a necessidade de ir além da premissa de que a política externa resulta da combinação de vários fatores, interno e externo, mas também mostrar como esses vários fatores combinam sob diferentes circunstâncias. No caso aqui abordado, as diferentes circunstâncias são dadas, pois, a partir da existência e consolidação de novos pactos e emergência de blocos de poder. Neste sentido, vale a observação de Marini (2012, p. 73):

Parce-nos que nenhuma explicação sobre um fenômeno político pode ser boa se o reduzir a apenas um de seus elementos, e é decididamente ruim se tomar como chave justamente um fator condicionante externo. Em um mundo caracterizado pela interdependência, e mais que isso, pela integração, ninguém negaria a influência dos fatores internacionais sobre as questões internas, principalmente quando se trata de uma economia como a daquelas denominadas *centrais, dominantes ou metropolitanas* e de um país periférico, subdesenvolvido. Mas em que esta influência é exercida? Qual é a sua força diante dos fatores internos específicos da sociedade sobre a qual atua?

Desta maneira, em diferentes circunstâncias, o estudo de política externa comparada, que será realizado neste trabalho, busca contemplar os principais elementos que atuam e influenciam na elaboração de determinada política externa, sejam eles resultantes das variadas demandas e conflitos de grupos domésticos, do qual emerge o bloco de poder que legitima dada política externa, sejam resultantes das condicionantes internacionais sistêmicas. Portanto, ao constatar a influência do próprio conflito de classes e de interesses (influenciados e penetrados pelos estímulos externos), também se trata de analisar as razões

---

<sup>8</sup> Segundo Tokatlian (1996, p. 36): “[...] se intenta comprender las relaciones internacionales como el producto de la interacción dinámica y recíproca de factores internos y externos, políticos y económicos, estatales y de clase, en la búsqueda de riqueza y poder [en este sentido] la autonomía se evalúa a partir de las posibilidades de decisión y acción independientes con que cuente un Estado a nivel doméstico”.

Ver também Cox (1981), no sentido de que uma teoria sempre serve a alguém e a algum propósito.

pelas quais a política externa enfatiza determinados fatores em detrimento de outros, conforme Rosenau (1973, p. 415):

[...] everyone is wondering what the impact of internal change will be on the nation's external behavior. Will a new consensus emerge? [...] Which internal changes? Having what kinds of immediate effects? With what kinds of long-run consequences?

Portanto, o esquema de interpretação deste trabalho tentará dar conta das razões pelas quais um determinado governo decide mudar as orientações da política externa. Nesse sentido, este estudo analisará as mudanças sistêmicas e regionais e as mudanças internas, para compreender profundamente (conforme mencionado acima, numa breve e não esgotada tentativa de aplicar a ideia de totalidade das relações sociais) a natureza das mudanças na condução da Política externa que podem ou não influenciar num maior grau de autonomia de ação<sup>9</sup>.

Como ponto de partida, aponta-se a Análise de Política externa proposta por Hermann (2000) como *guideline* para revelar os caminhos de compreensão de nosso objeto de estudo. Adota-se esta perspectiva, pois um dos objetivos da análise é, dentre outros, privilegiar o estudo da condução levada a cabo pelo líder<sup>10</sup>, no caso, o presidente Rafael Correa<sup>11</sup>. Do mesmo modo, a análise também passa pela observação da burocracia, que é responsável pelo tratamento institucional do tema da política externa; pelas mudanças de correlação de forças no âmbito interno e pela dinâmica externa dos períodos analisados. A análise destes determinantes é fundamental para que nos aproximemos da observação e avaliação crítica tanto das fontes de mudança para a política externa, quanto para a magnitude dessa mudança<sup>12</sup>. A seguir, se apresenta-

---

<sup>9</sup> Conforme afirma Hermann (2000): "Foreign policy changes can be placed on a continuum indicating the magnitude of the shift from minor adjustment changes, through both program and goal changes, to fundamental changes in a country's international orientation."

<sup>10</sup> Ver trabalho de BREUNING (2007, P. 6) no qual ele afirma: "leaders do not exist in a vacuum".

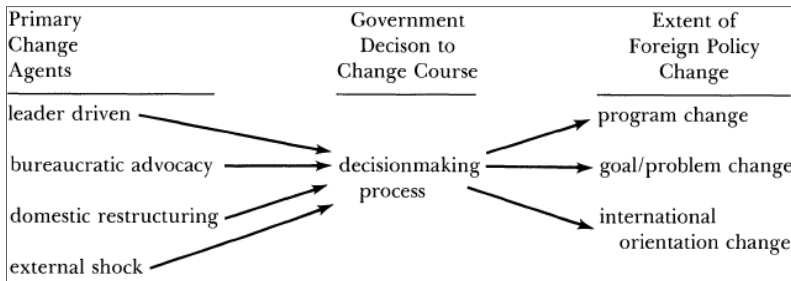
<sup>11</sup> Neste sentido, também se destaca a importante observação do historiador Edward Carr (1996, p.85): "Todos os movimentos eficazes têm poucos líderes e uma multidão de adeptos; mas isto não significa que a multidão não é essencial ao seu existo. **Números contam para a história**" (grifo nosso).

<sup>12</sup> Hoffman (1989, p. 84) afirma algo que permanece muito válido para a análise da Política externa, sobretudo, da parte em que consideramos, neste trabalho, a

rá as classificações de tipos de mudança que podem vir a ocorrer em política externa.

Hermann (1990) aponta um esquema de Análise de política externa que pensamos ser útil na medida em que pode explicar, a partir de uma gama maior de variáveis as mudanças na Política externa, em nosso caso, com relação à autonomia de formulação e execução, conforme demonstra a figura abaixo:

Figura1. O papel mediador dos processos de decisão entre agentes e grau de mudança da política externa



Fonte: Hermann (1990 p. 13).

O esquema e a proposta de Análise de política externa de Hermann (1990) apresenta alguns importantes caminhos de orientação:

"How profound are the changes underway? How will policy-makers and others recognize that they are indeed fundamental and not mere window dressing? Changes that mark a reversal or, at least, a profound redirection of a country's foreign policy are of special interest because of the demands their adoption poses on the initiating government and its domestic constituents and because of their potentially powerful consequences for other countries [...] Economic well-being may significantly improve or decline. Alliances may be reconfigured. Sometimes the entire international system is affected (pp.4-5).

---

dinâmica externa do mundo: "There are periods of history when profound changes occur all of a sudden, and the acceleration of events is such that much of what experts write is obsolete before it gets into print. We are now in one of those periods."



Assim, a partir deste autor se revela a intenção de estudar os aspectos que influenciam sobre as mudanças na condução e elaboração de determinada política externa, tais como a profundidade de determinadas mudanças sobre os objetivos de política externa; de que maneira e por que ocorre o redirecionamento das alianças estabelecidas (participação em algumas organizações internacionais, ou privilégio de algumas delas em detrimento de outras) e; se há uma relação entre os interesses do grupo de poder doméstico e as ações, estratégias e demandas da política externa. Nesse último ponto, outra observação que interessa do trabalho de Hermann (1990) é sobre as mudanças institucionais<sup>13</sup> (de regime):

In fact, there may be a tendency to conclude that regime change is virtually the only way to achieve profound shifts in a nation's foreign policy. Reflection, however, will reveal cases in which the same government that initiated a course in foreign policy recognizes that significant changes must be undertaken [...] distinction between foreign policy redirection that results from regime change or state transformation, and change that occurs when the existing government elects to move in a different policy direction.

Deste modo, tendo em vista as transformações institucionais que impactam sobre o regime de acumulação e correlação de força interna, buscadas pelos grupos que detém o poder em determinado momento histórico, importa observar a conceitualização e caracterização da política de Estado de política externa. Segundo Hermann (1990, p. 5):

[...] the concept of foreign policy is a program (plan) designed to address some problem or pursue some goal that entails action toward foreign entities. The program presumably specifies the conditions and instruments of statecraft.

---

<sup>13</sup> Entrevista do presidente Rafael Correa à jornalista Marta Harnecker: “era una tarea inmensa tratar de hacer un cambio con un Estado burgués siempre al servicio de los poderes fácticos [...] la primera etapa de nuestro proceso era cambiar la relación de fuerzas, la relación de poderes en este país. **Ganar las elecciones no es ganar el poder.** Los poderes fácticos siguen intactos y siguen también enquistados en el Estado, en ese Estado burgués, entonces la primera etapa era cambiar esa relación de fuerzas y transformar ese Estado burgués (HARNECKER, 2012iv, p. 31, grifo nosso).

Assim, o próprio Charles Hermann ratifica a posição de que o programa de política externa que foi pensado e proposto por determinado grupo de poder especifica as condições e instrumentos de ação estatal. Deste argumento resulta a justificativa para a observação da estrutura constitucional que respalda as ações em política externa, uma vez que é o próprio marco jurídico-legal que proporciona os instrumentos materiais de ação de determinada política externa.

Tendo isso em conta, também é importante apontar quais os níveis que serão observados para a avaliação das mudanças na política externa equatoriana, segundo Hermann (1990): i) se trabalhará com as **mudanças como ajuste**, ou seja, as mudanças serão observadas no sentido de possibilitar um maior ou menor esforço em perseguir um objetivo e não na mudança propriamente dita do objetivo; ii) **mudanças de programa**, que considera a mudança de método utilizado para atingir determinado objetivo; iii) **mudanças de objetivo** de política externa, que significam a alteração dos propósitos de determinada ação externa e; iv) **mudanças na orientação** internacional, a mudança de orientação significa a transformação nas atividades e papéis desempenhados à nível internacional.

Em geral, considerando os níveis em que operam as mudanças na política externa, concomitantemente, se pode definir três campos maiores que dão as pistas de como observar essas mudanças na prática da política externa: os meios, os fins e a orientação geral (que contemplam, pois, o discurso e a ação em termos de política externa). Definidos os principais campos que podem orientar a Política externa de um país, deve-se também observar as condições nas quais os meios, os fins e a orientação geral atuam e influenciam na ação internacional de determinado país:

Typically, reorientation involves shifts in alignment with other nations or major changes of role within an alignment [...] At least four areas of scholarship, to some degree located in different academic fields of inquiry or disciplines, can potentially contribute to this exploration. They are (1) domestic political systems, (2) bureaucratic decision-making, (3) cybernetics, and (4) learning (HERMANN, 1990, p. 6).

Com relação à influência dos sistemas políticos domésticos<sup>14</sup>, isso vai depender da continuidade e do que constitui as práticas e regras das instituições domésticas de determinado país. A influência dos sistemas políticos domésticos na formulação e execução de determinada política externa vai depender do grau de institucionalização do regime político, do grau de apoio dos diferentes atores nacionais e da questão específica de ação externa, que pode ter maior ou menor grau de importância no nível doméstico.

Do mesmo modo, segundo os trabalhos de Hermann (1990) e Rosenau (1969), o próprio tema da Análise de política externa é: i) um tema que diferencia os atores internamente e que lhes garante menor ou maior apoio, de modo, que o **grupo vencedor** pode levar adiante o programa apresentado e realizar mudanças na condução da política externa; ii) a ideologia, crenças e programa político dos **grupos domésticos dominantes**; iii) a maneira que um "realinhamento" da política externa ocorre via de regra, através da **transformação das instituições** via revolução ou mudanças do sistema político que existia e; iv) as reestruturações ou **transformações do sistema econômico** doméstico e internacional também são uma fonte importante para as mudanças da política externa, uma vez que afetam largamente os grupos participantes dos sistemas políticos domésticos.

Portanto, com relação ao sistema burocrático de tomada de decisões, sabe-se que eles podem ser conduzidos, majoritariamente, por figuras individuais em determinadas organizações da burocracia estatal. As escolhas e opções, delineadas pelo corpo profissional desta burocracia são feitas pelos ministros e formuladores oficiais de política externa, assim como pelos gabinetes ministeriais e seus representantes.

Assim, a tomada de decisões e a própria implementação da política externa se dá, no âmbito do discurso, pela ação presidencial (conhecido também como diplomacia presidencial) e pela ação do órgão responsável pela Política externa. No âmbito da prática, para além do presidente e da "Casa das Relações Exteriores" atuam também, principalmente no âmbito de formulação, outros departamentos estatais, como em alguns setores da economia, cultural, ciência, educação, esporte, etc.

---

<sup>14</sup> Segundo Hermann (1990, p. 7): "Changes in the policy preferences or in the dominant alignment of these constituencies, or-more drastically-changes in the nature of the political system itself, presumably trigger changes in foreign policy. Certainly the nature of the political system and its relationship to constituencies strongly influence the way in which changes in that system affect foreign policy".

Neste caso, também vale observar que "the structure of governmental organizations and the nature of political leadership normally act to resist change" (HERMANN, 1990, p. 8).

Nesse sentido, ao considerar a figura presidencial como importante elemento da Análise de Política Externa também se necessita esclarecer que, ainda que seja de grande importância reconhecer as qualidades pessoais e maneiras diferentes de percepção da realidade internacional que os líderes<sup>15</sup> têm, não será adotada a premissa, neste trabalho, de que por si só, o estudo de um líder carismático possa oferecer as explicações da realidade concreta estudada, pois, para além da importância do líder, necessita-se desvendar os blocos de poder que atuam naquela sociedade e como o conflito de classes influencia nas ações desses líderes é que, como explicação do componente material, social e cultural de uma nação, pode nos oferecer substrato para seguir as análises. De maneira que nos interessa a afirmação de Hermann (1990, p. 12):

In different political systems the dynamics of domestic restructuring will vary, but at their core is a common theme: Foreign policy redirection occurs when elites with power to legitimate the government either change their views or themselves alter in composition—perhaps with the regime itself.

Portanto, a compreensão<sup>16</sup> da importância da figura do líder – e da configuração do bloco que detém o poder político –, será revelada, a

---

<sup>15</sup> Entrevista do presidente Rafael Correa concedida à jornalista Marta Harnecker (2012, p. 30): “Además es obvio que yo tengo una personalidad fuerte y también aquí se trata de castigar el liderazgo: ahora ser líder es ser malo ¿me explico? O sea que para que haya democracia no debe haber liderazgo ¡absurdo! Otra cosa es el caudillismo, que ese liderazgo se utilice para servirse de los demás y no para servir a los demás. Pero ¿qué proceso revolucionario de cambio rápido no ha tenido un liderazgo claro?”

<sup>16</sup> A questão do "learning and problem-solving theory", segundo Hermann (1990, p. 10) pode ser abordada da seguinte maneira: "Learning in the form of problem solving may be quite instructive in considering major foreign policy change. Leaders may replace goals in foreign policy or the means for achieving them as a result of a basic restructuring of their own schemata about the problem or the policy designed to address it. Thus, better understanding of the conditions under which such reformulations occur could have significant payoffs. Furthermore, as will be suggested below, the research on problem solving may

fim de demonstrar o conhecimento dos limites, constrangimentos, oportunidades, mudanças e o nível de autonomia da Política externa equatoriana a partir da observação das determinações externas:

The international environment in which most foreign policies operate is a very large system with enormous uncertain [helping solving this problem] Policymakers attend to the highest priorities first: if everything is currently satisfactory with the highest ordered goal (national survival, for example), then they can move to the next level (political survival, for example). If feedback indicates trouble with performance in that area, then policymakers scan key subareas within the domain of political survival (such as satisfaction of support groups or strength of opposition) until the area of the problem is identified. Then corrective measures are attempted [...] external shocks are large events in terms of visibility and immediate impact on the recipient. They cannot be ignored, and they can trigger major foreign policy change (HERMANN, 1990, pp. 9-12).

Nesse sentido, a partir do acúmulo de conhecimento sobre os choques externos que podem influenciar o interesse nacional (sobrevivência nacional), é que os tomadores de decisão em termos de política externa, vão dispor de informações suficientes para se permitirem escolhas mais "racionalis". O problema é que, no caso dos países dependentes e subdesenvolvidos, o conhecimento acumulado, ainda que útil, não serve para permitir a emancipação nacional, uma vez que se deve observar a lógica do conflito de classes no nível nacional e internacional, que impõe limites ao interesse nacional popular<sup>17</sup>.

Com isso, não se quer apenas observar a transformação do modelo de acumulação baseado, por exemplo, na dependência da exportação de produtos primários à industrialização local, mas, em nossa pers-

---

be instructive in considering the stages of decision-making that foster significant foreign policy change".

<sup>17</sup> Afirmar isto não significa dizer que a situação seja tal qual e permaneça desta maneira, mas sim, reconhecer que as forças das classes dominantes trabalham por impossibilitar quaisquer tentativas de mudança, levantadas por forças subalternas e populares (com ou sem lideranças específicas) que possam retirar das mãos da burguesia comercial, industrial, financeira os privilégios que o subdesenvolvimento lhes proporciona.

pectiva, o mais importante é analisar a apropriação da riqueza gerada em cada segmento da economia, que, em última escala, vai depender da correlação de forças que influenciará definitivamente nas mudanças ou não dos sistemas políticos nacionais (MARINI, 2012).

De tal maneira que interessa compreender os impulsos que trabalham sobre a mudança de escopo de política externa:

Realignment of the domestic system often results from large-scale discontent with the existing government or the failure of the system to meet the demands of present or newly powerful constituents [...] the redirection of foreign policy must result from explicit decisions to change course, then a shared task for each theoretical perspective is to determine how information about failure or potential failure enters the decision system and under what conditions it actually triggers major change. (Hermann, 1990, p. 13).

A construção de determinada política externa leva em consideração as ameaças e incentivos, tanto da órbita interna, quando da órbita regional e sistêmica. De maneira que, mesmo que os próprios objetivos e problemas a serem enfrentados pela política externa se deem em escalas diferentes, não se pode deixar de observar que essas escalas estão justapostas dialeticamente na realidade concreta. Na Análise de política externa, mais do que buscar o reconhecimento de uma configuração específica na sequência de tomada de decisão, é fundamental para reconhecer que esse processo não é linear, e que ocorre sob determinadas circunstâncias<sup>18</sup>.

Portanto, as soluções alternativas podem ser desenvolvidas através de novas opções, que são desenhadas da seguinte maneira: i) definição de "novos" objetivos de política externa; ii) o interesses dos atores internos<sup>19</sup>; iii) nova possibilidade de ação, a partir de um esque-

---

<sup>18</sup> Conforme pontuam Marx e Engels [1859] (2012, p. 106): “Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão aos problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir”.

<sup>19</sup> Devido à natureza rapidamente mutável das restrições do sistema mundial, alguns Estados poderão ter mais opções e outros menos, ainda que as alternativas disponíveis não fossem plenamente percebidas pelos gestores da política exterior. **Portanto, muito do que se possa fazer e incidir no campo interna-**

ma analítico mais preciso, sobretudo, como resultado da criação e estruturação da "intelligentia" da política externa (HERMANN, 1990).

Deste modo, tendo apresentado e justificado o porquê do método de análise de política externa que aqui julgamos apropriado, bem como os diferentes fatores que resultam, em nosso ponto de vista, fundamentais para entender as mudanças (e a profundidade das mesmas) ocorridas nos períodos analisados, é que seguimos para a apresentação do conteúdo teórico metodológico do nosso método de análise, qual seja: a economia política internacional, que pensamos ser essencial para que se proceda à análise da autonomia na política externa.

## 1.2 Economía política da política externa

Desde a perspectiva da Economia Política nas Relações Internacionais, é essencial compreender e explicar a interação dinâmica e recíproca dos fatores internos e externos, políticos e econômicos, da relação entre o Estado e as classes que fazem parte dele, a fim de buscar compreender os efeitos para autonomia da relação entre riqueza e poder. Nesse sentido, vale observar o apontamento de Braillard (1990, pp. 82-83 e 86):

[As] Relações Internacionais [...] constituem um objeto cujo estudo é hoje um local privilegiado de encontro de diversas Ciências Sociais [...] O que caracteriza propriamente as Relações Internacionais é o fato delas constituírem fluxos que atravessam as fronteiras [...] Podemos por em evidência a especificidade das Relações Internacionais definindo-as como as relações sociais que atravessam as fronteiras e que se estabelecem entre as diversas sociedades (grifo nosso).

Na perspectiva adotada para o presente estudo, a autonomia da política externa tem relação direta com o espaço de manobra no qual um Estado pode formular e perseguir metas que não sejam o simples reflexo das demandas ou interesses de grupos sociais, das classes ou da sociedade em geral. Entretanto, não ser o simples reflexo de demandas espe-

---

**cional depende das forças, fatores e fenômenos internos** (TOKATLIAN, 1996, p. 28, grifo nosso).

cíficas não implica perseguir o caminho de uma política externa “neutra” ou de uma abstração do conceito de interesse nacional<sup>20</sup>.

Pelo contrário, não aceitar o simples reflexo de um determinado grupo<sup>21</sup> (o que seria adotar uma perspectiva monolítica, ou seja, de pensamento único para explicar a política externa) é estar ciente de que várias influências trabalham o tempo todo e vindas de várias fontes sobre a formulação e execução de política externa. Do mesmo modo, também implica observar que existe uma clara relação entre o bloco de poder hegemônico, que está baseado nas relações de classes daquela sociedade, com a busca pela autonomia nacional, conforme observa o professor Fred Halliday (2007, pp. 62-63):

O estabelecimento de uma relação entre o materialismo histórico e a disciplina das relações internacionais ainda está em um estágio inicial [...] o materialismo nunca ocupou um lugar seguro dentro das relações internacionais. Basicamente, isto é obtido ignorando as principais questões teóricas do marxismo. **É um fato indicativo que as RI quase não mencionem o capitalismo**, categoria

---

<sup>20</sup> É pertinente, para início de trato do tema da autonomia na política externa, observar a diferença entre os conceitos de soberania e autonomia: **“autonomía y soberanía no son sinónimos**. Primero, la autonomía es, en esencia, un concepto político, mientras que la soberanía es fundamentalmente una noción jurídica. Segundo, comúnmente se entiende la autonomía como una aspiración, mientras que se asume la soberanía como un derecho. Tercero, por lo general el término autonomía se refiere a la práctica externa de un Estado mientras el de soberanía se reserva, preferentemente, al ámbito del control estatal interno”. (TOKATLIAN, 1996, p. 29, grifo nosso).

A partir do Conceito de Dependência da Teoria Marxista trabalhamos a noção de que a autonomia implica a análise concreta das relações de dominação entre os países e, dentro destes, das classes sociais. Trata-se, portanto, de um esforço para estabelecer de forma correta as relações entre o interno e o externo das sociedades latino-americanas e romper com a concepção da Cepal de dependência externa.

<sup>21</sup> No caso específico dos países da América Latina, a classe dominante não é nem constituída por um pensamento único constituinte, nem apresenta interesses puramente homogêneos, conforme aponta Vânia Bambirra (2013, pp. 73-74): “[...] o setor industrial surge diretamente vinculado ao setor exportador, destinado a satisfazer as necessidades diretas da exportação dos produtos [...] A situação de dependência em relação aos centros hegemônicos condicionou os marcos gerais das estruturas econômicas produtivas dos países atrasados e como, ao mesmo tempo, estas estruturas são redefinidas em função das possibilidades de desenvolvimento capitalista dependente”.



central da análise social moderna do marxismo (HALLIDAY, 2007, grifo nosso, p. 62-63).

Para mostrar a clareza e precisão explicativa deste vínculo de classes com a política externa equatoriana é que na linha deste trabalho se adotará o marco teórico da TMD e logo explicitaremos as razões pelas quais procedemos desta forma.

Em linhas gerais, ao tratar da autonomia estatal estamos nos referindo tanto à capacidade organizacional representada pela força da figura de um líder e de uma burocracia responsáveis por assumir a formulação e execução de uma política externa que realize a autonomia buscada; quanto ao processo interno de reestruturação (que condiciona o próprio aparecimento do líder e as transformações/continuidade da burocracia institucional), derivado do conflito de classes que pode ou não levar à emergência de um novo bloco histórico de poder<sup>22</sup> e também aos choques externos que podem influenciar neste processo. De todos os modos, considerar essas fontes de mudanças em política externa implica, ao mesmo tempo, relacionar essas fontes de mudanças com as transformações em curso na órbita da Economia Política.

Pretende-se, com este trabalho, superar a dicotomia entre realização de autonomia como resultado ou de uma “transformação violenta das condições internas” ou como um fenômeno virtual, alcançável sob certas circunstâncias históricas. Esta dicotomia, por exemplo, se observa nas considerações de Tokatlian e Carvajal (1995, p. 11):

se denotan dos lecturas de la autonomía para los países periféricos en los diversos enfoques de

---

<sup>22</sup> Gramsci sugere que as forças materiais são o conteúdo e a ideologia a forma de um bloco histórico particular, mas não especifica exatamente a distinção, uma vez que dá tal papel chave à ideologia para moldar e expressar as forças materiais, enquanto simultaneamente mantém um sentido de primazia das relações de produção (GERMAIN; KENNY, 1998). Neste sentido, o conceito de bloco histórico se baseia na sólida estrutura constituída pelo Estado e pela sociedade civil, ou seja, na relação dialética entre estes os elementos da estrutura e da superestrutura que criariam uma unidade maior. De modo que ao, conceber a relação recíproca entre as esferas política, ética e ideológica com as relações econômicas, também permite entender as ideias com relação às circunstâncias materiais (meios físicos e relações sociais existentes). Assim, a relação entre estes elementos é que permitiria a emergência de um novo bloco histórico, a saber, quando uma classe subordinada estabelece sua hegemonia sobre outros grupos, mas recorrente ao exercício de uma coesão e identidade com a propagação de uma cultura comum (COX, 1994).

economía política internacional. Por un lado, una concepción acerca de que la autonomía -una especie de Autonomía con mayúscula- es alcanzable sólo a través de una transformación estructural y sistémica: abandonando el capitalismo y adoptando un modelo distinto y alternativo en lo social, económico y político, con una configuración interna notoriamente diferente a la existente en cuanto al bloque en el poder. Por el otro, una comprensión de la autonomía como un fenómeno virtual, alcanzable bajo determinadas condiciones domésticas e internacionales: oportunidad, voluntad y capacidad se pueden conjugar para adquirir cierto grado de autonomía.

De maneira diferente, avaliar a realidade concreta da autonomia da política externa do Equador é uma tarefa que vai para além de uma análise de possibilidades que seriam “dicotômicas”. Em nosso caso, avaliar dialeticamente o processo de transformação interna e ao mesmo tempo, as oportunidades e constrangimentos das condições internacionais é uma tarefa *sine qua non*, imprescindível nos marcos deste trabalho.

Deste modo, seguindo o esforço teórico realizado, primeiro, de definir o método de análise de política externa, segundo, de apresentar o conteúdo (economia política) que pensamos ser fundamental para preencher este método, logo a seguir, apresentaremos (respectivamente) em dois subtópicos as “cores” deste conteúdo: a Teoria Crítica Neogramsciana e a TMD.

### **1.2.1 Os aportes da Teoria Crítica Neogramsciana**

Uma maneira de apontar como se trabalhará para definir os indicadores adequados e possíveis para cada variável seria mencionar que se parte do rigoroso detalhamento proposto por BURGESS (2008), em seu artigo sobre a Hegemonia Consensual e no tripé proposto por Cox (1981, 1994) de considerar as instituições, as ideias e as capacidades materiais dos atores. Assim apresentado, o leitor deve estar se perguntando: de que maneira a Teoria Crítica auxilia na análise do grau de autonomia em termos de formulação e execução da política externa equatoriana?

Nesse sentido, para entender a emergência de uma determinada política externa, vale observar o apontamento de Roberto Cox (1983) de

que o conceito de hegemonia [de Gramsci] não pode estar relacionado tão somente com a força para legitimar determinado bloco de poder.

Segundo o autor canadense, as instituições podem ser um bom exemplo de mecanismo de hegemonia, pois ao mesmo tempo em que incorporam e expandem as regras, facilitando a expansão das forças econômicas e sociais dominantes, também podem permitir ajustes em favor dos interesses subordinados, o que justifica o labor deste trabalho, no sentido de destacar, no nível estatal, as transformações institucionais e nos níveis regional e sistêmico, a participação do Equador nas reelaborações da arquitetura institucional regional e da inserção global face aos incentivos e constrangimentos existentes.

Assim, a manifestação das forças dominantes em determinado contexto interno pode ser observada na política externa de um país específico e das alianças que estas forças dominantes estabelecem. Afinal, se a classe capitalista exerce sua “missão internacionalista” (a mundialização do capital<sup>23</sup> seria a expressão concreta desta “missão”), a análise dialética também permite observar um movimento semelhante das experiências das lutas das classes subalternas, ou seja, a classe oprimido-subalterna também pode realizar sua missão internacional<sup>24</sup>, uma vez observada sua correlação com outras classes subordinadas a nível internacional e regional, com consequência no aumento de seu poder de resistência e ressonância nacional para questionar a hegemonia local (COX, 1994).

Argumenta-se, nesse sentido, que a análise das forças e alianças será importante para mensurar o grau de autonomia da política externa equatoriana a partir de alguns aportes da Teoria Crítica. Essa escolha se justifica, sobre o ponto de vista deste estudo, pelo destaque que esta perspectiva analítica dá às bases do materialismo histórico, a partir dos aspectos relacionados com a análise dialética da realidade. Segundo o professor Fred Halliday (2007, p. 72):

O potencial teórico desta abordagem como uma teoria social abrangente e as contribuições específicas, substantivas e conceituais, que podem ser feitas às relações internacionais combinam-se para sugerir que o materialismo histórico pode ofe-

---

<sup>23</sup> Ver Dreifuss (1986) no livro “A internacional capitalista”.

<sup>24</sup> “[los comunistas] destacan y hacen valer los intereses comunes a todo el proletariado, independiente de la nacionalidad (p.50) [...] Los obreros no tienen patria. No se les puede arrebatar lo que no poseen. Mas, por cuanto el proletariado debe en primer lugar conquistar el poder político, elevarse a la condición de clase nacional (p. 56); Marx; Engels [1847], 2008.

recer uma explicação abrangente das relações internacionais, sem complacência com relação a sua adequação frente às questões abordadas e as suas fraquezas internas.

No nível da lógica, denota um diálogo em busca da verdade através da exploração das contradições. No nível da história real, a dialética é o elemento que potencializa formas alternativas de desenvolvimento<sup>25</sup> que refletem a confrontação de forças sociais opostas em uma situação histórica concreta.

Assim, basear-se no materialismo histórico é dar crédito ao conflito de classes como causa de mudanças estruturais, pois, dele se extrai um exame da conexão do poder com (e na) produção, com (e no) Estado e com (e nas) RI. Pois,

As ideias, as instituições e os eventos de uma formação societária devem ser percebidos a partir de sua relação com a totalidade e com as formas de determinação material, definidas pelas forças e relações de produção e não em um contexto isolado ou abstraído do modo de produção. Afirmar isto não significa dizer que tudo deve ser reduzido à atividade econômica. Além disso, o conceito marxista de capitalismo não abrange somente as forças específicas e a apropriação da economia, mas um conjunto mais amplo de instituições políticas, legais e culturais, que a elas se relacionam (Halliday, 2007, p. 74).

Conforme posto, amplia-se a análise pela combinação entre ideias, condições materiais e instituições, da qual emerge uma possibilidade material e as bases institucionais para o aparecimento de uma estrutura alternativa àquela existente. Entretanto, assumir essa perspectiva não significa afirmar que o aspecto material é o mais mensurado, se comparado aos demais aspectos, uma vez que se considera que nas bases institucionais estão os mecanismos de estabilização de determinada ordem, o que permite enxergar as relações de poder existentes nos vários âmbitos dos processos de produção, das formas de Estado reveladas através do exame da interação entre Estado e sociedade e das ordens mundiais (MURPHY, 2007).

---

<sup>25</sup> “A história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista mundial” (MARINI, 1980).

Complementar ao ponto de vista da Teoria Crítica é que se lançará mão da perspectiva neogramsciana, em particular das próprias contribuições de Gramsci, das quais se emprestará a ideia de trabalhar a política externa (comparativamente conforme propomos aqui) considerando sua historicidade. Confirmar afirmar Cox (1994), para Gramsci, é preciso que os elementos conceituais sejam sempre ajustados às circunstâncias históricas específicas. Adotar essa perspectiva permite reconhecer a condicionalidade humana perante os fatores sociais, ideológicos, políticos e econômicos, distanciando-se de qualquer perspectiva determinista. É, pois, uma visão que reconhece que a História é um tempo de possibilidades e não de determinismo e que o futuro é problemático e possível e não ineroxável.

Portanto, no estudo aqui proposto e para alcançar os objetivos enumerados, interessa utilizar os aportes da Teoria Crítica e dos autores que reinterpretem os aportes de Gramsci, sobretudo porque sugere que as forças materiais são o conteúdo e; a ideologia seria a forma de um bloco histórico particular, embora sem especificar exatamente a distinção, uma vez que emprestar um papel chave tanto à ideologia para moldar e expressar as forças materiais, quanto simultaneamente mantém um sentido de primazia das relações de produção (GERMAIN; KENNY, 1998).

Portanto, se buscará realizar a interação entre os aportes da Teoria Crítica, sobretudo os aportes de Cox (1981, 1994) com o aporte dos neogramscianos para tratar do nível sistêmico. Esta escolha está fortemente embasada nas contribuições da Teoria Crítica, sobretudo, ao considerar a importância do Sistema Internacional e da posição de poder que cada estado, desde os aspectos institucionais, materiais e ideacionais. A perspectiva da Teoria Crítica permite dimensionar a Economia Política como importante variável para entender as mudanças que ocorrem na elaboração, formulação, execução e avaliação de determinada política externa.

Aqui, como em outros pontos, o compromisso intelectual com o aprofundamento e a observação da história concreta deste bloco de poder remete à seguinte pergunta: este novo de bloco caracteriza, no âmbito da luta de classes, o domínio das instituições políticas pelas classes subalternas? O que significa, desde o ponto de vista econômico, a diminuição da capacidade das classes dominantes de superexplorar a população? Se o estudo aqui realizado confirmar esta tendência concreta da realidade equatoriana, tem-se, no âmbito da TMD, a contestação de uma das principais características do subdesenvolvimento e dependência latino-americana e um dos maiores obstáculos para nossa autonomia *de*

*facto*, que é a superexploração do trabalho (entende-se a superexploração como um elemento estrutural que atravessa o capitalismo dependente, o que significa abandonar a ideia de que ela esta vinculada com um determinado regime político)<sup>26</sup>, como veremos a seguir.

### 1.2.2 A Teoria Marxista da Dependência<sup>27</sup>

*“Depois de quase quarenta anos a Teoria da Dependência finalmente chega ao Brasil”.* Vânia Bambirra, 2013.

A Teoria da Dependência gerou e continua gerando inúmeras polêmicas com relação à sua validade analítica e explicativa na Ciência Social latino-americana, sobretudo para os teóricos que pretendem homogeneizar as várias tendências da Dependência em apenas um signo. Por exemplo, para Francis Fukuyama, o ideólogo do fim da história, o “fim” da influência da Teoria da Dependência marcou, no início dos anos 1990, uma verdadeira revolução intelectual para a América Latina:

La cuestión económica sólo ahora está siendo enfrentada y el país parece estar finalmente abandonando **la teoría de la dependencia que**, a pesar de ser una creación conceptual de la izquierda, orientó por años la práctica económica de la derecha. La teoría fue una cosa esencialmente brasileña y por años impidió que se pensase claramente la planeación económica del país [...] en los últimos 15 años, felizmente, aconteció una revolución intelectual en esta area (FUKUYAMA *apud* OURIQUES, 1995, p. 229, grifo nosso).

Essa declaração de Fukoyama revela o desconhecimento tanto das variantes que a Teoria da Dependência teve em toda a América Latina, África e Ásia, quanto o desconhecimento do programa político de cada uma de suas outras vertentes. Para este trabalho, impacta avaliar a declaração de Fukoyama porque demonstra a não consideração (por

---

<sup>26</sup> Dois elementos atravessam a dependência e a busca pela autonomia na América Latina: as altas taxas de exploração e a transferência do excedente. Segundo Marini (2012, p. 52): “A superexploração do trabalho constitui, portanto, o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo que isso implica em matéria de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial”.

<sup>27</sup> Nildo Ouriques (1995, Capítulo II) trata com bastante detalhe o desenvolvimento da TMD.

razões ou de ação política consciente ou de desconhecimento intelectual) do aporte da perspectiva que será adotada neste estudo, que é a vertente marxista da Dependência.

É, pois, fundamental recuperar esse aporte marginalizado na disciplina das Relações Internacionais para o estudo da política externa, uma vez que renunciar a esta herança sem uma compreensão de seu significado teórico-político seria sofrer uma derrota a mais, quando, resgatando essa herança intelectual, teremos a capacidade de enfrentar o processo de colonização acelerada que vemos no campo da Teoria das Relações Internacionais e das Ciências Sociais latino-americanas (OURIQUES, 1995).

Tokatlian e Cervajal (1995, p. 12) apontam a importância da visão dependentista para o estudo da autonomia para a Política externa:

De acuerdo con la visión dependentista, la división internacional del trabajo otorgaba a los países industrializados la producción de bienes de capital y manufacturas, mientras a los Estados periféricos les correspondía el papel de proveedores de alimentos y materias primas [...] el modelo de desarrollo económico que coadyuvaría en la ruptura de los lazos de la dependencia se basaría en la “sustitución de importaciones” y el crecimiento “hacia adentro” [...] la dependencia es entendida, entonces, como resultado de la explotación monopólica, la acumulación tecnológica de los países centrales, el mantenimiento de patrones de consumo acordes con la situación productiva de las economías dominantes. **En el marco de esta aproximación al tópico de la autonomía en política exterior, el Estado aparece como el actor que fundamentalmente debe conducir las políticas de desarrollo que, a largo plazo, romperán los cimientos estructurales de dominación. Así, el Estado es el articulador y promotor de la estrategia industrialista por la autonomía** (grifo nosso).

Portanto, inclusive autores de perspectivas não marxistas, como Tokatlian e Cervejal, reconhecem a importância da Teoria da Dependência para os estudos de Política Externa. Entretanto, cabe destacar, que mesmo na análise destes autores, eles chegam, em algum momento a apontar para a ação política de uma vertente específica da Dependência, por exemplo, quando apontam que o objetivo da Teoria da Depen-

dência é a transformação radical do sistema interno de dominação e a instauração do socialismo. Porém, sua apresentação da Teoria da Dependência representa, ao considerar as políticas de desenvolvimentismo e a centralidade da condução pelo Estado (nessa linha, se não descarta, pelo menos “evita” e menospreza a luta de classes a nível interno e externo, fundamental para compreender porque o Estado atua por um caminho ou por outro), não trabalhando as outras vertentes da Teoria da Dependência, como a vertente marxista.

De maneira que, ao tomar o estruturalismo cepalino<sup>28</sup> como corrente predominante e alternativa para a “conquista da autonomia”, os autores como Tokatlian e Cervejal apresentam a classificação clássica da Teoria da Dependência que tem suas bases na disciplina das Relações Internacionais, dentro do conteúdo programático de uma Ciência Social estadunidense, conforme aponta Arlene Tickner (ALACIP, 2013). Portanto, o debate “aberto” proposto pelos autores continua “fechado”, na medida em que não considera nem a possibilidade da vertente marxista da dependência e tampouco os principais argumentos que derivam desta interpretação. Essa marginalização teórica do marxismo tem suas explicações.

O marxismo – é algo que se deve insistir – nunca foi uma corrente de pensamento dominante na América Latina, mas sim marginal. A compreensão do por que o pensamento crítico latino-americano teve

---

<sup>28</sup> Vale observar a crítica que Halliday (2007) faz do estruturalismo: “O estruturalismo é uma forma de determinismo, no sentido de negar liberdade de ação ou de representação aos elementos dentro da estrutura. O marxismo, apesar de sua defesa das “leis de ferro” da história e das determinações do contexto socioeconômico, contém um elemento de liberdade, de vontade, de possibilidade e de voluntarismo: Marx, no meio da longa elaboração das leis sobre o modo de produção no *Capital*, afirma que, em algum momento do conflito entre proprietário e explorador, os trabalhadores irão rebelar-se [ou seja] uma habilidade dos indivíduos e das forças políticas de perseguir uma emancipação desafiadora dos constrangimentos objetivos e de contestar, através da ação consciente, os limites da sociedade [Nesse sentido] o estruturalismo também é enganoso, pois sugere em seu uso convencional que uma multiplicidade de relações afeta os elementos do sistema, entretanto, o nível da determinação socioeconômica tem sua primazia, caracterizado como uma estrutura em controle. O marxismo, a despeito de reconhecer a importância das formas de determinação abordadas pelo materialismo histórico, a produção e a exploração econômica, também destaca que estas podem ser ainda acompanhadas por **outras formas de constrangimento. A estrutura em controle do estruturalismo é substituída por uma determinação a esmo**” (pp. 66-67, grifo nosso).



difíceis relações com o marxismo pode ser encontrado nos caminhos de sua divulgação. De modo que, se considerado o relativo atraso de tradução dos textos clássicos de Marx<sup>29</sup> e quando divulgados, a partir, sobretudo, dos partidos comunistas, não conseguiram alcançar uma dimensão de massa que permitisse ao marxismo poder ter uma divulgação mais ampla. Segundo Ouriques (1995, p. 19):

Tal fenómeno – la existencia activa de los “de abajo” en lucha libertadora – es condición *sine qua non* para que este esfuerzo teórico iniciado hace muchas décadas pueda seguir su curso en aras de transformarse en un pensamiento hegemónico en América Latina y superar la actual situación.

Assim, a tentativa de aplicar esse aporte ao trabalho aqui proposto também requer a observar das fontes constitutivas da TMD, que são: i) o pensamento crítico latino-americano desde Mariátegui, que incorpora os pensamentos e ações de Simon Bolívar, José Martí e todas as lutas de liberação levadas a cabo na América Latina, com maior influência da revolução cubana e da nicaraguense; ii) a crítica das formulações da CEPAL; e iii) o debate entre a esquerda, a crítica ao reformismo expressado pelas posições dos partidos comunistas e ao caráter do fortalecimento das lutas populares na segunda metade dos anos cinquenta e início dos anos sessenta que chocaram com a dominação burguesa em escala continental, ainda que não tenham possibilitado tomar o poder pelas classes populares (OURIQUES, 1995).

Assumir o ponto de vista marxista muitas vezes é confundido com trazer a discussão exclusivamente para o plano economicista. Em nosso ponto de vista, ao trabalharmos para revelar os mecanismos que trabalham no nível do concreto, desde um ponto de vista de Economia Política, o elemento do poder continua sendo fundamental para desvendar, especificamente neste trabalho, a autonomia da Política externa. Entretanto, explica-se o porquê se considera importante destacar o âmbito econômico:

O âmbito econômico, [se] considerado apenas como um marco estrutural em sentido genérico, não permite revelar, em toda sua complexidade, a gama intrincada da ação dos diversos grupos e

---

<sup>29</sup> No Brasil, por exemplo, a obra magna de Marx, O Capital, teve sua primeira tradução ao português em 1968, ou seja, no auge do período repressivo da ditadura militar instaurada em abril de 1964.

classes sociais que atuam em função de interesses econômicos objetivos, cuja imposição existe a luta pela hegemonia política. **Somente a existência desses interesses pode revelar o sentido da ação política e sociológica dos atores, que se manifesta muitas vezes em movimentos sociais aparentemente difusos e incoerentes** (BAMBIRRA, 2013, p. 49, grifo nosso).

Sobre o ponto de Bambirra (2013), importa mencionar que, ainda que ela reclame a importância do destaque do âmbito econômico, se observa que ela não avança com relação ao trato da “velha questão” da autonomia da política com relação à economia, fazendo-o apenas enquanto uma análise sociológica. Assim mesmo, a contribuição de Bambirra somada a de outros dependentes será importante, pois, a análise a partir da TMD vai permitir observar o mecanismo que tem, historicamente, caracterizado a participação dos países latino-americanos no sistema capitalista mundial, a partir das particularidades que se manifestam em nossas economias subdesenvolvidas e dependentes (Ouriques, 1995).

Nos países dependentes, o mecanismo econômico básico provém da relação exportação-importação, de modo que, mesmo que seja obtida no interior da economia, a mais-valia se realiza na esfera do mercado externo, mediante a atividade de exportação, e se traduz em rendas que se aplicam, em sua maior parte, nas importações. No caso dos países latino-americanos, e para o caso do Equador, importa observar a diferença entre o valor das exportações e das importações, o que caracteriza o excedente possível de ser investido, e como esse excedente sofre ou não a ação de fatores externos à economia nacional (MARINI, 2012, pp. 50-51).

Portanto, no marco de uma política externa que se caracterize pela independência e autonomia das decisões, é necessário e imprescindível saber se a atividade principal de exportação está sob o controle das classes dominantes locais, o que significará, para este trabalho, relacionar esse controle com a autonomia sobre as decisões de investimento<sup>30</sup> (conforme faremos no capítulo 3), numa economia, historicamente marcada pela dependência frente ao mercado mundial.

---

<sup>30</sup> Conforme afirma MARINI (2012, p. 51): “O excedente é aplicado no setor mais rentável da economia, que é precisamente a atividade de exportação que mais excedente produziu; porém [...] parte do excedente se orienta também para atividades vinculadas ao mercado interno”.

Chegando a este ponto, cabe outro esclarecimento: em muitos textos de revisão do debate sobre a dependência na América Latina é possível encontrar a crítica fácil – e equivocada – de que os teóricos da dependência seriam “exogenistas”, circulacionistas, buscando apenas no plano externo ou na relação com o imperialismo as determinações da formação econômico-social latino-americana, como por exemplo, na perspectiva do próprio presidente do Equador, o economista Rafael Correa:

Esta teoría de la dependencia: echarle la culpa a los ricos de que somos pobres, pero qué ocurre con eso: si los ricos son los malos y nosotros somos los buenos y somos víctimas nada más, son ellos los que tienen que cambiar, y nosotros no tenemos que cambiar nada y eso nos inmoviliza. En América Latina lo que vamos es tirarle piedras a la embajada de los EUA porque siempre se culpa a los EUA. Así no vamos a seguir adelante (Rafael Correa *apud* HARNECKER, 2012iv, p. 32).

Na perspectiva de diversos autores ligados ao debate sobre a dependência – e claramente na obra dos teóricos marxistas da dependência –, essa contraposição simples é uma falácia. Para esclarecer e mostrar o engano e desconhecimento de tomar a TMD como “exogenistas”, basta observar que a TMD<sup>31</sup>, toma como aspecto é fundamental para caracterizar o capitalismo latino-americano a relação interno/externo (e não somente o âmbito externo), pois através dela é que se observarão as contradições de classe e “pela percepção das formas como se reproduzem concretamente as relações de dependência frente aos centros imperialistas” (BAMBIRRA, 2013, p. 14).

De maneira, que, a TMD auxilia a captar o momento histórico que vivemos e a enfrentar os temas fundamentais que a realidade concreta apresenta. Isso é o resultado de gerações de pensamento marxista que fizeram com que o referencial dependentista marxista latino-

---

<sup>31</sup> No Cesó (Centro de Estudos Sócio-Econômicos) vinculado a Faculdade de Economia da Universidad de Chile estavam muitos dos intelectuais que participariam de forma ativa do debate sobre a TMD: Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos, Vania Bambirra, Tomás Vasconi, André Gunder Frank, Marta Harnecker, Julio López, José Carlos Valenzuela Feijoó, Orlando Caputo, Roberto Pizarro, Cristián Sepúlveda, Jaime Torres, Marco Aurélio Garcia, Ivaro Briones, Guillermo Labarca, Antonio Sánchez, Marcelo Garcia e Jaime Osorio.

americano superasse aquela perspectiva unilateral que se limita a analisar o problema do desenvolvimento/subdesenvolvimento, desde o ponto de vista do centro hegemônico, ou seja, houve um trabalho no sentido de explicar a integração da área periférica latino-americana, dentro do conjunto de análises, como parte de um sistema de relações econômico-sociais a nível mundial (DOS SANTOS, 1979).

Como marco teórico para pensar a política externa, vale observar o que o professor equatoriano, Agustín Cueva (*apud* Ouriques, 1995), afirma sobre a TMD:

La teoría marxista de la dependencia, en su versión marxista en este caso, nos dejó además toda una serie de hipótesis sobre las modalidades específicas de acumulación en nuestras formaciones sociales, ligadas al movimiento internacional del capital y que implican, tal vez como rasgo esencial, la sobreexplotación de las clases trabajadoras [...] la constante tendencia a la depauperación de amplísimos sectores, ciertamente mayoritarios de nuestra población. Es pues un problema que no podemos dejar de estudiar, y no sólo como una cuestión económica sino como algo definitorio de la estructura social, del sistema y los mecanismos del poder.

Portanto, a partir da TMD, os fatores causais da autonomia em termos de política externa ganham dinâmica e vida própria na explicação dos problemas da América Latina, dado que no cenário internacional os Estados são influenciados pelo que se eventualmente chama de “dependência”, pela análise do poder econômico e das disparidades de poder que podem influenciar a composição do extrato social que dá contorno ao conflito social, caracterizando verdadeiras vulnerabilidades externas à autonomia da política externa (VIANA, 2013).

Deste modo, é importante observar que, desde a inserção dos países latino-americanos no âmbito da dominação mercantil colonial e depois nas relações capitalistas (industrial e financeira), a realidade local explicou-se através de teorias e perspectivas produzidas fora do contexto latino-americano, portanto, importadas e inseridas numa dinâmica social pensada pela lógica analítico-explicativa das potências centrais. Essas análises revelam que a dependência é uma situação condicionante, pois condiciona o desenvolvimento e a expansão da outra economia com a qual estabelece essa dita relação (DOS SANTOS, 1979).

Haverá aqueles que procuram atribuir a esse diagnóstico o conceito de interdependência, o que não deixa de ser verdade. Contudo, certo é que uma relação de interdependência assume a forma de dependência quando alguns países (os dominantes) podem realizar sua expansão, em quanto os outros (os dependentes) só podem realizá-los como reflexo dessa expansão dominante. Portanto, a situação de dependência conduz a uma realidade global na qual os países dependentes são retratados e estão baixo exploração dos países dominantes, e esse é o caso da América Latina (OURIQUES, 1995).

Portanto, no âmbito desse trabalho, dado o mencionado anteriormente sobre a conexão dos países centrais e dos países periféricos, é importante mencionar, para evitar mal-entendidos e “preconceitos” teóricos que resultam do desconhecimento da maioria dos “críticos” sobre a vertente marxista da Teoria da Dependência, que a dependência, na análise aplicada, não será tomada tão somente como resultante do exercício imperialista do centro, ou seja, como um fator externo que impera sobre os demais.

Enfocar a dependência como uma condição que configura certo tipo de estrutura interna significa entender o desenvolvimento como fenômeno histórico mundial, resultado da formação, expansão e consolidação do sistema capitalista. Contudo, a questão é não tomar estes resultados simplesmente como efeitos do desenvolvimento capitalista, mas sim como parte sua parte integrante e determinante. Em outras palavras, dentro dos países subdesenvolvidos há e houve um sistema de exploração interna<sup>32</sup> que está e esteve sempre conectado dependentemente ao sistema internacional (DOS SANTOS, 1979).

O debate sobre o caráter operativo da dependência, sobre a maneira histórica como nega a aplicação do conceito sobre a realidade latino-americana, não nos permite avançar no sentido de conhecer e pensar as alternativas teóricas e políticas para os grandes problemas das sociedades dependentes. Na verdade, a negação da dependência é, pois, mais do que uma análise rigorosa da realidade da Pátria Grande, um “vício” ou uma confusão que a oposição industrialização e dependência trazem em si.

Neste sentido, Theotonio dos Santos tentou estabelecer um marco teórico sobre o Conceito de Dependência. Para o autor, a relação interno/externo (economia nacional/economia mundial) é um ponto de

---

<sup>32</sup> A dinâmica interna da acumulação capitalista em um país dependente é parte da acumulação do capital à escala internacional, a qual tem seu polo dominante nas economias centrais (Ouriques, 1995).

partida para um caminho que revele a problemática do subdesenvolvimento. Através de tipologias o autor identificou as formas históricas que a Dependência assumiu (dependência-colonial; comercial-exportadora; financeiro-industrial e tecnológica industrial) (OURIQUES, 1995).

Para o nosso trabalho, a relação interno/externo é importante porque permite mostrar um dos aspectos que mais gera controvérsias sobre a TMD. Tratar a relação da economia doméstica com a economia mundial significa tratar a dependência como uma situação condicionante e condicionada. Condicionante pelos limites e possibilidade de ação, ou seja, uma situação na qual se encontram alguns países, cujas economias são condicionadas pelo desenvolvimento e expansão de outras economias e; condicionadas por uma estrutura interna que se redefine em função das possibilidades estruturais das economias nacionais, ou seja, se bem seja verdade que os países subdesenvolvidos não condicionem as relações de dependência, pelo menos eles podem delimitar as possibilidades de sua expansão, determinar o seu funcionamento concreto (OURIQUES, 1995).

Esclarecidas a importância, a validade e a relação interno/externo, neste ponto o leitor já deve estar se perguntando: agora resta saber qual a contribuição da TMD para a análise do nível autonomia da Política externa?

Com relação à autonomia no processo de elaboração e execução da política externa, a importância da TMD se dá na medida em que a partir do enfoque dependentista é possível, primeiro, desde o ponto de vista da produção, superar a tradição cepalina<sup>33</sup> que se encerrava nas relações mercantis (OURIQUES, 1995).

Segundo, do mesmo modo, o enfoque da Teoria da Dependência permite identificar o processo de penetração imperialista através da modalidade associativa e suas consequências concretas no nível da luta de classes. Por exemplo, o tratamento das questões relacionadas à internacionalização dos mercados vai revelar a vitalidade do enfoque, pois mostra em detalhes como o “dinamismo” do centro capitalista afeta e em última distância determina a dinâmica capitalista da periferia (OURIQUES, 1995).

Por último, e não menos importante, é a questão do ciclo do capital, que para a TMD vai além de uma mera questão de “desequilíbrio no balanço de pagamentos”, mas que justificam medidas de ajuste e restrições socioeconômicas (OURIQUES, 1995, p. 41).

---

<sup>33</sup> Ver nota explicativa na qual Halliday (2007) apresenta o estruturalismo, que é, por assim dizer, a tradição cepalina.

No geral, tanto ao focar a dependência externa como a dependência interna, tenta-se mostrar a relação do movimento das leis do desenvolvimento capitalista doméstico/internacional e a perda ou reconquista da capacidade de conduzir a economia política e os destinos nacionais, o que nos oferece uma relação imediata e vinculante tanto com a soberania nacional (entendida para além dos marcos jurídico) e, em nosso caso, com o nível de autonomia em termos de política externa. Posto de outro modo: tratamos aqui de estudar a capacidade que um país (ou a América Latina entendida conjuntamente) tem de **exercer ou não com certa margem de manobra suas opções de ação política**, frente a uma situação internacional que se transforma, no sentido de oferecer possibilidades de exercício de autonomia, conforme afirma Nildo Ouriques (1995, p. 64):

El concepto de dependencia se define teóricamente, en primera instancia, como una relación respecto a la existencia del capital como una doble relación social. En primer lugar la relación entre capital y trabajo y, en segundo, la competencia entre los capitales globales de los países centrales y los capitales globales de los países dependientes.

Ao tratar da política externa, tendo como principal variável o nível de autonomia, vamos tratar de estudar as relações de dominação a nível interno e externo<sup>34</sup> que permitiram aprofundar ou reverter o grau de apropriação dos excedentes (através do pagamento de royalties, superávits comerciais, dívida interna e externa, etc), que no nível político, significa a própria transferência dos centros de decisão. Ademais, os mecanismos de transferência trabalham numa lógica de realizar de “baixo para cima”, comprimindo as camadas populares e de “dentro para fora”.

Portanto, a tarefa fundamental de nossa análise, ao lançar mão da TMD, aplicada ao nível de análise da política externa, consiste em determinar a legalidade específica pela qual se rege a economia dependente, liberando esta análise das características funcionais-

---

<sup>34</sup> Nosso ponto de vista é que a única forma de atender a uma interpretação marxista do tema é utilizando as categorias de Marx para a interpretação da sociedade capitalista na articulação do objeto histórico, que pode ser a articulação entre a formação do mercado mundial e as sociedades nacionais. Nestas circunstâncias, um esquema totalizante não pode ser mais que um guia geral para a compreensão do problema (OURIQUES, 1995, p. 86).

desenvolvimentistas dos trabalhos vinculados à Teoria da Dependência. Deste modo, a própria política externa será um denominador assertivo para entender as mudanças internas necessárias para realizar o próprio enfrentamento com a estrutura de dominação internacional, tendo em conta sempre, que o imperialismo – dominação externa – não é tão somente um fator externo a sociedade nacional periférica.

Portanto, o referencial teórico e metodológico da TMD possibilidade entender as variações no eixo das contradições e nos conflitos da sociedade. Assim, será preciso discutir as condições que tornam efetivo um dado processo histórico-social, como o aparecimento de uma nova hegemonia política, o que implica determinar os interesses objetivos das classes sociais que o impulsionaram, seu desenvolvimento e seus limites para a política externa. Antes de seguir-se a revelação deste desenvolvimento, limites e possibilidades, convém observar como os teóricos das Relações Internacionais vêm tratando o tema da autonomia.

### **1.3 As possibilidades teóricas de estudar a política externa a partir do conceito de autonomia**

*La autonomía aparece como posible, deseable y benéfica y como practicable por el Estado. No se la ve como dificultosa, inviable y costosa, ni como ejercitable por diversos tipos de actores no gubernamentales (Tokatlian e Cervajal, 1995, p. 11).*

A aceitação fácil e a popularização de determinados conceitos<sup>35</sup> – algo comum nas ciências sociais e particularmente no mundo das relações internacionais – muitas vezes conseguem – e esse é o seu verdadeiro objetivo político – desacreditar uma categoria de análise que poderia ser de, outra forma, extremamente útil. Como é o caso, já abordado acima, da Teoria Marxista de Dependência e, agora, também, importa observar o manejo, na realidade latino-americana e na linha proposta pelas discussões dependentistas, do conceito de autonomia.

Para tanto, este tópicos está dividido em duas seções: na primeira sessão são revisados os principais autores que trabalham o conceito de autonomia para a realidade latino-americana; na segunda sessão apre-

---

<sup>35</sup> Como afirmava Marx, todos os conceitos estão determinados historicamente; mas o velho hegeliano afirmava também que os fenômenos se superam dialeticamente, ou seja, conservando-se parcialmente. Assim, a atenção pelo “novo” não deve ir acompanhada pelo esquecimento ao “velho” (Ouriques, 1995).



sentar-se como o conceito de autonomia pode ser trabalhado dentro da TMD, que é a nossa abordagem teórica principal para este trabalho.

### 1.3.1 As diferentes abordagens do conceito de autonomia

Em primeiro lugar, quando se busca compreender a autonomia na política externa dos países latino-americanos, pensamos que as perguntas iniciais das quais devemos partir para a compreensão da importância de se abordar este conceito “real” são:

¿Cuáles son las variables que definen la autonomía? ¿Qué *cuantía* de ciertas variables y requisitos se necesita para que un país pueda ser considerado autónomo? ¿Es posible o viable ser autónomo? ¿Es la autonomía un valor deseable per se? ¿Puede hablarse indistintamente de un mismo tipo de autonomía en y para los países centrales y en y para los países periféricos? (Tokatlian; Carvajal, 1995, p. 8).

Em nosso ponto de vista, ser autônomo significa ter o controle sobre os próprios assuntos. De maneira que, no nível concreto, atuar com autonomia significa ser “dono” de seu próprio destino nacional, da consciência prática de como levar adiante um projeto de nação, de como articular a redução da submissão (vulnerabilidade<sup>36</sup>) externa, que permite a possibilidade de atuar com um espaço de manobra amplo com relação ao contexto externo. Este ponto de vista é válido sob a percepção de que tratamos da autonomia desde uma perspectiva periférica, ou seja, dentro de nossa realidade latino-americana, inseridos na periferia do sistema internacional econômico e político. Assim, vale a pena perguntar-se:

En este contexto, ¿qué es la autonomía en el caso de los países periféricos? La respuesta es sencilla y tajante: en un escenario internacional marcado por una pugna permanente por el poder entre poderosos con autonomía, la heteronomía definiría la conducta de los actores menores del sistema (Tokatlian; Carvajal, 1995, p. 9).

Na fase desenvolvimentista, todas as esperanças, no sentido de reverter a dependência e o desenvolvimento nacional, eram depositadas

---

<sup>36</sup> Ver trabalho de GONÇALVES e FILGUEIRA (2007).

na “industrialização substitutiva de importações” como também na atuação do Estado como supremo condutor do processo de conquista da autonomia nacional. Nessa perspectiva, o “autonomismo” foi o paradigma predominante cujo horizonte era a diminuição da dependência dos países diante do poderio estadunidense, sem, no entanto, terem a intenção de confrontar-se com este: Juan Carlos Puig, da Argentina, e Helio Jaguaribe<sup>37</sup>, do Brasil, são os principais representantes da corrente denominada “realismo da periferia” (SOARES, 2005).

Do mesmo modo, segundo a interpretação de Jaguaribe (1986), observa-se que para viabilizar um status de nação autônoma se necessita contar com um “mínimo crítico” de recursos naturais e humanos; por outro lado, também se devem considerar as questões relativas às possibilidades dadas pelo contexto externo, no que tange às questões econômicas, políticas, militares, etc. Completando esse pensamento, para o autor brasileiro, a autonomia está ligada à capacidade do sistema nacional de dirigir e determinar o fluxo de recepção e envio de influência entre os subsistemas, sobretudo, o subsistema econômico, no qual, deve-se relacionar as influências dos países centrais e das empresas que representam esses mesmos países. Essa ação no subsistema econômico influencia os outros subsistemas, como o cultural, político e se consolida na deteiorização da ideia de nação como um projeto coletivo<sup>38</sup>.

Por sua vez, o autor argentino Juan Carlos Puig (2002), trabalha o esquema de autonomia nas relações internacionais a partir do regime internacional em que as relações interestatais estão baseadas. Caracterizando a transnacionalização política e econômica, Puig trata o sistema internacional como um modelo hierárquico, no qual existem aqueles que mandam, os que executam e os que obedecem. Nessa divisão, as potências mundiais são as mandatárias, as potências que cooperam com essas potências são as executórias e “todos os habitantes do mundo

---

<sup>37</sup> Jaguaribe (1979) trata do tema da estratificação internacional dos atores em quatro níveis: i) primazia geral; ii) primazia regional; iii) autonomia (que se divide em autonomia geral, regional e setorial) e; iv) dependência.

<sup>38</sup> “la autonomía no es una conquista estable y permanente. La autonomización en política externa implica, por lo tanto, una voluntad para alcanzarla y una aptitud para preservarla [así] **la autonomía depende de factores «estáticos» y «estructurales» -como la viabilidad interna y la permisibilidad externa** y de requisitos «dinámicos» y «funcionales - como la independencia técnico empresarial o una relación efectiva con el imperio cercano. **La autonomía es una capacidad y un ejercicio que demanda la existencia o concurrencia de un conjunto de elementos básicos para su posible materialización**” (TOKA-TLIAN, 1996, pp. 39-40, grifo nosso).

acatam as ordens”. Nesse sentido, a respeito de tomar um conceito a partir de seu aspecto formal e sobre analisá-lo de forma a considerar as relações objetivas de uma sociedade, Tokatlian e Carvajal (1995, p. 15), resumem as considerações de Puig:

las nociones de igualdad soberana y, por ende, de “horizontalidad” en las relaciones internacionales, son consideradas ficciones que encubren la existencia de estructuras jerárquicas en las que el poder fluye en dirección vertical, de arriba hacia abajo, de Norte a Sur, sin consideraciones nacionales o fronterizas.

Para Puig [1969] (2002), o processo de construção da autonomia passava por distintos estágios, segundo o nível de autodeterminação atingido pelo Estado. Puig estabelece uma classificação que considera a existência de: dependências paracoloniais<sup>39</sup>; dependências nacionais<sup>40</sup>; autonomias heterodoxas<sup>41</sup> e autonomias secessionistas<sup>42</sup>. Para nossa

---

<sup>39</sup> Segundo a observação de Tokatlian e Cervajal (1995, p. 16): “*la dependencia paracolonia*l se presenta cuando el Estado posee formalmente un gobierno soberano, pero se depende fundamentalmente de la estructura de poder de otro país (que puede ser la “metrópoli”, la potencia dominante o el centro imperial). Se denomina “para-colonial” a esta situación, porque el único factor que diferencia a estos países de las colonias es la posesión formal de un Gobierno soberano; por ejemplo, la economía del Estado para-colonial se desarrolla en función de los intereses del país o grupo de países dominantes”.

<sup>40</sup> “*La dependencia nacional* se presenta cuando los grupos gobernantes racionalizan la situación de subordinación y se trazan objetivos propios con el fin de sacar el máximo beneficio de la situación dependiente, en ocasiones con la pretensión de alcanzar márgenes de acción autonómica en el futuro. Se trata de una situación de “dependencia consentida” (Tokatlian; Cervaja, 1995, p. 16).

<sup>41</sup> A “*autonomía heterodoxa* consiste en un estadio en el que los grupos internos de poder buscan capitalizar al máximo los espacios que, por debilidades o errores, deja el país o conjunto de países dominantes. En este contexto, los grupos de poder internos han vivido un proceso de “funcionalización” progresiva que les permite identificarse como relativamente independientes respecto al centro de poder y, por lo tanto, tienen la capacidad de trazarse objetivos propios” (Tokatlian; Cervaja, 1995, p. 16).

<sup>42</sup> “*La autonomía secesionista* que se presenta cuando los grupos domésticos que detentan el poder en el país periférico deciden romper las relaciones con el país central y obviar los intereses estratégicos de éste. El riesgo de esta elección reside en que, si el país secesionista no cuenta con la suficiente viabilidad, éste podría -en el mejor de los casos- regresar a las condiciones de dependencia anteriores” (Tokatlian; Cervaja, 1995, p. 17).

análise, vale observar a coincidência, tanto no esquema de Puig quanto no de Jaguaribe, de que os estados periféricos e subdesenvolvidos podem atuar e “criar” um espaço de atuação soberana, sobretudo pelas contradições que a aplicação das “ordens” das grandes potências traz para as relações de poder existentes entre os grupos sociais destinatários das determinações, ou seja, a própria submissão<sup>43</sup> aos ditames do “Centro” influi na luta de classes a nível local, que é o *locus* per se, do pensamento de alternativas para uma inserção internacional autônoma e independente.

Nesse sentido, é importante observar os “meios” (recursos materiais) disponíveis e buscados para alcançar um nível maior de autonomia, ou seja, obter as ferramentas para dar concretude à acumulação de recursos de poder – dentro da lógica da Economia Política – e assegurar o aumento da capacidade de sentar-se a negociar com outros atores do Sistema Internacional<sup>44</sup>, para alcançar o fim desejado (bem-estar popular). Esses meios, que podem permitir a um país ser mais autônomo devem ser trabalhados e detalhados de forma a caracterizar o cenário interno e externo que podem possibilitar ou não maior margem de autonomia para a política externa latino-americana.

Outros autores como Drekonja<sup>45</sup>, Cepeda<sup>46</sup>, Pardo e Tokatlian<sup>47</sup> também trouxeram importantes contribuições ao estudo da autonomia para a política externa, sobretudo no sentido de tratar a autonomia como um instrumento de análise e não uma simples criação abstrata; a partir de sua consideração como uma noção não estática e; de seu trato com relação a questões concretas da vida dos países latino-americanos.

Para nossa análise, interessa a contribuição, sobretudo de Pardo e Tokatlian, quando os autores tratam do tema da autonomia para além das questões subjetivas (presente nos discursos das autoridades nacionais). Ao considerar os aspectos do “para lá das fronteiras” e as funções

---

<sup>43</sup> Tokatlian (1996, p. 42), ao analisar a obra de Puig, afirma que: “[...] la mayor o menor autonomía externa de los países latinoamericanos está ligada a su «propia viabilidad, lo cual supone no solo recursos suficientes mínimos, sino también, y sobre todo, élites funcionales, o sea, decididas a emprender el camino de la autonomización [...] la autonomía está vinculada a una actitud en la cual la voluntad juega un papel central”.

<sup>44</sup> Ver FIORI (2007, p. 16): “A força expansiva que acelerou o crescimento dos mercados e produziu as primeiras formas de acumulação capitalista veio do mundo do poder e da conquista, do impulso gerado pela acumulação do poder”.

<sup>45</sup> Ver o trabalho de Drekonja (1983).

<sup>46</sup> Em: Cepeda (1986).

<sup>47</sup> Pardo e Tokatlian tratam o tema da subordinação e da autonomia (1988).

do Estado e os setores que atuam junto a ele, dentro de uma perspectiva de economia política internacional, estes autores contribuem para trazer o debate para o nível concreto e ampliam substancialmente nossa possibilidade de definir os eixos que revelam a importância da autonomia para a Política externa.

Em resumo, segundo a perspectiva da interdependência ou “derrotista” das Relações Internacionais latino-americanas, as novas circunstâncias históricas levaram à obsolescência do conceito de autonomia, e a produção das Ciências Sociais latino-americanas perdeu também sua autonomia, ademais, na prática da política externa latino-americana:

[na perspectiva de Carlos Escudé] los países periféricos (como los de Latinoamérica), por sus precarias condiciones políticas, económicas y estratégicas deben abandonar las prácticas confrontacionistas en su política exterior [...] la conducta externa de un país periférico debe “tener un perfil lo más bajo posible, y debe adaptar sus objetivos políticos a los de la superpotencia dominante en su región, a menos que dicha adaptación tenga costos materiales tangibles (Tokatlian; Carvajal, 1995, p. 21).

Na perspectiva de Carlos Escudé, os interesses políticos com relação ao comportamento externo não conduzem a um verdadeiro aumento da autonomia. Contudo, é preciso, ao observar as considerações de Escudé, ter em conta o quadro pintado na virada dos anos 1980 para os 1990 e observar as consequências dos compromissos resultantes dos pactos de classes assumidos em vários países da América Latina e sua relação com o colonialismo intelectual, no geral e especificamente, na área de Relações Internacionais. Ao concordarmos que a produção das Ciências Sociais latino-americanas perdeu sua autonomia, e como consequência de observação esse processo, é no mínimo contraditório, cobrar da mesma Ciência Social um pensamento autônomo para a inserção dos países latino-americanos no sistema internacional, até porque, a partir da subserviência intelectual que emerge nos anos 1980, 1990, as Ciências Sociais nem mesmo propuseram a realizar esta tarefa.

Em outras palavras, como se pode dizer que as Ciências Sociais latino-americanas produziram, consciente e livremente, ideias e conceitos que levam a crer que houve uma verdadeira obsolescência do conceito de autonomia? É mais apropriado observar que a “obsolescência” do **conceito de autonomia** é uma decisão política dos representantes

das Teorias de inserção de política externa na América Latina, consequência do próprio colonialismo intelectual que brota, sobretudo, a partir dos anos 1980 e 1990, responsável pelo desaparecimento e “pela fábula” de que não haveria mais espaço para a autonomia nacional (Tokatlian; Carvajal, 1995).

Portanto, não se pode perder de vista que existem implicações políticas das várias produções teóricas e a produção teórica sobre autonomia nos anos 1990 ao considerar que a “despolitização” da política externa em um país periférico é, pois, um imperativo da nova ordem internacional e que força o reconhecimento da “superioridade” qualitativa das grandes potências com relação aos países periféricos. Essa produção teórica dos anos 1980 e 1990 contribui verdadeiramente para o “não pensar” autonomamente e soberanamente sobre a inserção internacional da América Latina.

Nesse sentido, como poderíamos propor uma alternativa ao pensamento da dita corrente do “realismo periférico”<sup>48</sup>, sem cairmos na tentação de desenvolver uma abordagem da autonomia em política externa de corte idealista? Os apontamentos de Atilio Borón (1991) ajudam a compreender que há um considerável espaço de manobra entre o alinhamento automático da política externa à potência regional (no nosso caso, o alinhamento à potência regional também significa o alinhamento à potência mundial, que são os EUA) e uma postura de confronto pouco produtivo, em razão da discrepância de capacidades materiais entre os atores centrais e periféricos. Segundo Borón (1991), entre estes dois extremos há um verdadeiro espaço para realizar uma política externa “autônoma e digna”.

Entretanto, autores como Roberto Russel ainda trabalham com a perspectiva de aproximação de uma via de ação dos países periféricos como resultado do avanço de programas de “desenvolvimento”. Sobre este aspecto, considera-se importante, primeiro, observar de que modelo

---

<sup>48</sup> A tese do *realismo periférico*, segundo a qual: “un país subordinado, altamente vulnerable y de escaso valor estratégico para un hegemon como EUA, «debe eliminar sus confrontaciones políticas con las grandes potencias, reduciendo el ámbito de sus confrontaciones externas a aquellos asuntos materiales vinculados en forma directa a su bienestar y base de poder [de esta manera] la política exterior debería desplegarse con base no sólo en «un riguroso cálculo de costos y beneficios materiales, sino también en función de los riesgos de costos eventuales” (TOKATLIAN, 1996, p. 43). Ver mais em: Carlos Escudé, La política exterior de Menem y su sustento teórico implícito, en *América Latina Internacional*, Vol. 8, No. 27, Enero-Marzo, 1991, p. 401.

de desenvolvimento se está tratando e; segundo, observar a trajetória do próprio desenvolvimentismo latino-americano e que, em termos capitalistas de inserção específica da América Latina, a perspectiva do desenvolvimentismo ao invés de nos permite maior autonomia e independência acabou por aprofundar o nosso subdesenvolvimento e dependência. Nesse sentido, nossa compreensão se aproxima mais da perspectiva de Atilio Borón, pois não se limita a avaliar apenas os aspectos materiais<sup>49</sup> da condução da política externa, mas também os aspectos simbólicos (conhecimento e ideias) e culturais, conforme aponta Tokatlian e Carvajal (1995, p. 24):

La autonomía se disminuye o se incrementa en la medida en que el país se trace unos principios supremos no transables, a partir de los cuales el interés nacional en general y los intereses materiales en particular puedan ser alcanzados. En otras palabras, siempre que una política exterior pretenda como meta la defensa de una serie de principios (en esencia ideales pero con manifestaciones y repercusiones específicas en lo concreto), y lo logre de manera efectiva, lo demás -los intereses materiales- se alcanzará de modo concomitante.

A autonomia depende das decisões e ações que contribuam para alavancar o conjunto de atributos de poder de um país e a melhorar o bem-estar material da população. A busca por uma autonomia que garanta atributos e bem-estar exige prudência, visão estratégica e um cálculo utilitarista para determinar o alcance e o sentido, bem como o próprio conteúdo e a prática da autonomia. Portanto, vontade, capacidade e

---

<sup>49</sup> “La autonomía, entonces, puede resumirse en dos puntos para la perspectiva de economía política internacional: el sujeto de referencia para entender la mayor o menor autonomía relativa en política mundial sigue siendo el Estado; un Estado más complejo, desagregado y contradictorio pero el Estado al fin y al cabo [...] la asimetría estructural existente en el sistema internacional impone restricciones enormes a los actores menores; con lo cual sus posibilidades de autonomía relativa son escasas [...] la autonomía parece necesaria, viable y benéfica, esta autonomía, a su vez, es ejercitable por el Estado. Dicha autonomía se configura como la capacidad que resulta básicamente de la conjunción de elementos materiales; lo cual refuerza la diferencia, la distancia y la disputa entre los poseedores de esos recursos y los que carecen de los mismos” (TOKATLIAN, 1996, p. 37).

exercício autônomos se complementam mutuamente (TOKATLIAN, 1996).

Soares (1995) afirma que o conhecimento, em geral, e as teorias sociais, em particular, constituindo-se em respostas à necessidade de explicar o mundo em que vivemos, de encontrar o sentido das circunstâncias que nos cercam, enfim, de construir o futuro, mantêm vínculos estreitos com a história das sociedades nas quais elas têm sua origem.

No entanto, segundo Maria Soares sobre as mesmas teorias sociais produzidas aqui na América Latina (2005, p.8), **“a partir dos anos 1990, até o mais desatento observador pôde constatar a obsolescência do conceito de autonomia (gripo nosso)”**. Ao considerar o panorama a partir desta qualificação, a autora desconsidera a relação entre a “obsolescência do conceito de autonomia” e a falta de autonomia que reinava nas Ciências Sociais, sob a égide do pensamento único.

Ora, não fora exatamente o pensamento único que foi o responsável por essa visão “atenta e perspicaz”, com claros objetivos políticos de que a autonomia era um conceito de ação superado para explicar a nossa realidade? Porque a América Latina diminuiu sua participação no comércio internacional é que devemos abandonar o conceito de autonomia? Não seria justamente o contrário? Ao contrário do que afirma a autora acima, é justamente o mais desatento observador que é levado a crer na obsolescência do conceito de autonomia, como forma aplicada do pensamento único para inviabilizar a construção de opções próprias para a América Latina (DOS SANTOS, 2007; SANTOS, 2009).

### 1.3.2 A autonomia a partir da TMD

Conforme trabalhado acima, alguns autores, como SOARES (2005) – sobre as possibilidades teóricas de explicação do conceito de autonomia para os países latino-americanos – consideram que na produção das Ciências Sociais latino-americanas e, em particular, da disciplina de Relações Internacionais, o conceito de autonomia teve grande destaque até os anos 1980. Entretanto, segundo essa mesma corrente teórica, o conceito de autonomia foi deixado de lado no momento em que a Teoria da Dependência, responsável pela viabilidade da autonomia, não mais respondia à “nova realidade socioeconômica” da região e nem à nova conjuntura internacional.

De tal maneira, é importante, depois das colocações acima, perguntar-nos: i) as razões pelas quais a Teoria da Dependência (e a TMD em especial) não mais responde à nova realidade imposta pelos anos 1980/1990; ii) a qual vertente, especificamente, da Teoria da De-



pendência a crítica se refere; iii) em que medida se pode afirmar que a Ciência Social latino-americana é *sine qua non* uma adaptação à produção da Ciência Social Estadunidense?

Iniciando pelos caminhos teóricos que levaram a afirmar a invalidez da Teoria da Dependência a partir dos anos 1980<sup>50</sup>, temos a interpretação liberal-institucional. Segundo os autores da interdependência, conceitos e concepções, como Estado-nação, autonomia, desenvolvimento nacional, soberania e dependência passaram a ser considerados anacrônicos ou obsoletos. A partir dessa época, no discurso político, nos debates acadêmicos, na imprensa e no meio empresarial, somente eram encontrados termos como globalização, interdependência, integração:

O surgimento de conceitos como sociedade global, terceiras culturas, cultura internacional popular, economia-mundo, multilateralismo e outros análogos está a indicar a constituição de novas realidades sociais, políticas e econômicas cujas dimensões internas e externas estão cada vez mais interligadas (SOARES, 2005, p. 6).

Por sua vez, em termos acadêmicos, o que se pensa é que o nível multicêntrico<sup>51</sup> domina o nível estadocêntrico, isto é, a autonomia

---

<sup>50</sup> Ainda segundo Soares (2005), nos anos 1960 e 1970, conceitos como imperialismo, modernização, dependência, autonomia, projeto nacional e Estado-nacional, luta de classes, burguesia nacional, além de muitos outros, correspondiam a realidades empíricas que nos anos 1980, 1990 já não mais existiam. De maneira que, a partir dos anos 1980, eles passaram a ser questionados, devido à “falta de capacidade” da Teoria da Dependência de continuar dando suporte concreto para a realidade latino-americana, transformada pelas profundas mudanças que a globalização trouxe para as sociedades. Essas transformações originaram novas teorias, conceitos e concepções, com maior capacidade explicativa das novas realidades e das circunstâncias sociais, econômicas, culturais e tecnológicas.

<sup>51</sup> Há coincidência em observar que de fato há um pluralismo de atores, entretanto, isso não equivale a dizer que a existência por si só de um pluralismo reduziu ou limitou, decisivamente, a autonomia do Estado nacional. Afinal, é uma própria decisão do Estado nacional latino-americano diminuir ou “abrir mão” de sua autonomia, sobretudo no contexto dos anos 90. Ademais, o próprio aporte da TMD trabalha como marco analítico fundamental para analisar o Estado, o conflito de classes, que continua mais válido do que nunca, basta olhar pelas janelas de nossas casas que dão de frente aos grandes conglomerados

do estado nacional é limitada pela ação de múltiplos atores não estatais, principalmente os econômicos. De maneira que se pode dizer que os autores interdependentistas excluíram de seu vocabulário o conceito de autonomia, sobretudo, para os países latino-americanos. Para eles, “*a interdependência reduz a autonomia*” (KEOHANE e NYE, 1988), e, num mundo caracterizado por uma inevitável interpenetração entre as sociedades, é impossível e provavelmente indesejável a autonomia. O mais interessante, nesse ponto, é que a autonomia é provavelmente indesejável para os países periféricos, mas continua sendo prioridade política para os países do centro.

Fernando Henrique Cardoso (1988 *apud* OURIQUES, 1995, p. 97) afirma que a crítica da Teoria da Dependência poderia ter caminhado em outro sentido. Para ele, se no lugar da dependência houve a interdependência, seria possível o desenvolvimento teórico de maneira a propiciar que o conceito abrisse novas perspectivas concretas. Neste trabalho não se nega que existe o fenômeno da interdependência, mas há de observá-lo dialeticamente com a realidade concreta latino-americana. Procedendo assim, a interdependência, na sua formulação mais robusta e completa, só nos serve na medida em que a compreendemos no marco de “interdependência desigual”, entre desiguais e, portanto, dependência.

Nesse sentido, a ciência social crítica tem que trabalhar para mostrar que a forma de aproximação do conceito pode assumir diversas características. Por isso, vale observar como a Ciência Social latino-americana desenvolveu, a partir dos anos 1970, o conceito de autonomia a partir de objetivos teórico-políticos e não seria diferente com o desenvolvimento feito pelos liberal-institucionais nos anos 1980, 1990.

Nosso intuito é mostrar que a generalização da “assumida incapacidade” explicativa da TMD resulta, pois, do desconhecimento das próprias explicações sobre a realidade e das diferentes vertentes desta matriz teórica. Por exemplo, é a própria TMD, na medida em que analisa o processo de industrialização iniciado com os governos autoritários nos anos 1960 e 1970, que fornece as explicações teóricas que apontavam para o aumento da dependência, como resultado das contradições internas e do tipo de capitalismo associado que se colocava em marcha, por exemplo, na ditadura brasileira, na ditadura chilena, etc (DOS SANTOS, 1979).

---

dos desumanos chamados favela, ou uma volta dentro de um ônibus numa das capitais latino-americanas.

Assim, essa perspectiva marxista da dependência jamais viu na via “desenvolvimentista” o caminho para superar a dependência ou aumentar a via da autonomia nacional, se bem o contrário, é justamente o aprofundamento deste processo, sem as bases de uma revolução social nacional que levariam ao cenário dos anos 1980 (MARINI, 1976).

Portanto, não resiste à análise do concreto as afirmações ideológicas de que a TMD não se enquadra à “nova realidade” dos anos 1980. Pelo contrário, o caminho de superação da dependência proposto em última instância pelos dependentistas marxistas era o da superação das contradições através da revolução das classes subalternas.

Entretanto, na medida em que nos anos 1980, em virtude de uma série de circunstâncias históricas que serão apresentadas nos capítulos II e III, tem-se o aprofundamento da dependência e do subdesenvolvimento, o que ocorreu foi um desmonte do pensamento crítico proposto e uma verdadeira marginalização – por parte das elites econômicas e políticas que impuseram sua visão de mundo<sup>52</sup> na academia – dos aportes marxistas da dependência, com óbvias intenções políticas, econômicas e sociais, e que não tem relação com a sua “incapacidade” analítico-explicativa da TMD.

Pode-se afirmar que o argumento de Soares (2005) sobre a incapacidade teórica do referencial dependentista para fornecer explicações sobre a realidade não oferece ao leitor uma profunda abordagem, nem de que vertente da Dependência<sup>53</sup> se está referindo e, tampouco do das razões pelas quais a autora acredita que a TMD não pode explicar “mais adequadamente” a realidade.

Uma análise rigorosa da realidade, e dos aspectos teóricos que caracterizam o imperialismo, a dependência, a autonomia, o projeto nacional, a luta de classes<sup>54</sup>, a burguesia nacional, etc., mostra que principalmente nos anos 1980, 1990, esses conceitos continuam mais válidos do que nunca: as condições objetivas de apropriação dos excedentes

---

<sup>52</sup> “As ideias dominantes em qualquer época no foram nunca mais que as ideias da classe dominante”. Ver MORAES (2004).

<sup>53</sup> Dedutivamente, por consequência da influência da Ciência Social estadunidense no Brasil, acreditamos que a autora esteja se referindo à vertente webberiana, sobretudo aquela que ganha influência a partir dos trabalhos de Cardoso e Faletto (1988) e Cardoso (1984), entre outros.

<sup>54</sup> “A primazia destas classes [mostra] primeiro, que o Estado em si mesmo é, em uma medida considerável, uma função de forças sociais mais amplas e, segundo, que a impermeabilidade da política doméstica é uma aparência que esconde uma permanente, subjacente, internacionalização de fatores políticos e econômicos” (Halliday, 2007, p. 78).

latino-americanos via remessa de lucros, via pagamento de dívidas; a acentuação da subordinação política e econômica nacional; a situação de miséria das classes populares; o pacto de classes emergente nos anos 80 e 90 demonstram que para além da própria validade teórico-conceitual, a TMD revela com detalhes precisos a monstruosa realidade concreta do subjuço das classes populares latino-americanas (OURIQUES, 1995; DOS SANTOS, 1999).

Portanto, a Ciência Social latino-americana, na esteira do que Theotônio dos Santos (2007) afirma ser o pensamento único, materializa a aceitação dos conteúdos provindos dos países centrais (e de seus objetivos políticos) na seguinte afirmação:

“no contexto global no qual as tendências à heteronomia se expandem e se multiplicam, tem sentido falar hoje de autonomia dos países da América do Sul? A **resposta é não**” (Soares, 2005, p.7, grifo nosso).

A afirmação da autora pode denotar dois pontos: i) ou que uma superestrutura da globalização – “superior” à própria soberania dos países – impede, no contexto global, os países da América do Sul de buscarem a autonomia ou; ii) essa é a representação máxima do “complexo de vira-lata” operante na Ciência Social Latino-americana, mais vivo do que nunca: o mundo nos impõe o fim da busca pela autonomia.

Importa mencionar que não se observa semelhante análise sobre a impossibilidade de se alcançar a autonomia para os países desenvolvidos, do centro sistêmico. Pelo contrário, os países do centro buscam ter cada vez mais recursos de poder que lhes permitam lograr autonomia para sua política externa, ou melhor, colocado: não se admite falar em política externa nos países centrais se não partimos de uma sólida base de exercício de autonomia. Por sua vez, em nosso caso, para a periferia, os nossos cientistas aceitam sem maiores objeções “a fábula” e a “perversidade” do Não.

A representação prática do colonialismo intelectual que a adoção desse discurso ideológico traz para a Ciência Social latino-americana é feita através de um amplo aparato teórico e subjetivo: conceitos como globalização, mundialização, planetarização, interdependência, integração e muito outros, além de engrossarem as fileiras dos neologismos em nossos dicionários, passaram a ser usados para explicar o novo que surgia, o emergente, enfim, o futuro do mundo. Neste mesmo sentido, por exemplo, é que Keohane e Nye (1988, p. 23) anunciam

nas bordas dos anos oitenta: “a interdependência reduz a autonomia”. Confirme afirmam Tokatlian e Carvajal (1995, p. 7):

Si se acepta la validez de los análisis más optimistas que caracterizan la estabilidad, el equilibrio, la cooperación y el compromiso como elementos principales del *nuevo* ordenamiento mundial de la postguerra fría, el tratamiento del asunto de la autonomía sería claramente innecesario. Ella se entendería o bien como ya presuntamente alcanzada, o bien como irrelevante en un mundo más interdependiente y menos asimétrico en el que no se es (ni se podría ser) autónomo, en el sentido de actuación externa más libre, holgada y sin ingerencias, expresas o sutiles, de otros actores estatales y no gubernamentales con mayores atributos de poder.

O fim da guerra fria e a suposta “supremacia” da democracia liberal e do “capitalismo de mercado”, aplicados à risca pelos países ocidentais não trouxe, como a pregava a corrente da interdependência, os efeitos positivos que a adoção das instituições liberais deveria trazer para o Sul global, de maneira que, tem-se um novo espaço para estudar e ampliar a relação do conceito de autonomia com as realidades nacionais dos países na América Latina:

la relevancia y actualidad del debate en torno al asunto de la autonomía cobra más sentido pues, de hecho, la historia no ha finalizado bajo el supuesto del acceso al “espíritu universal” (en el sentido hegeliano, como lo reprodujo Fukuyama), y porque el predominio de la armonía y el acuerdo en los asuntos internacionales aún dista de materializarse de modo significativo, de manera equitativa y con alcance vasto (Tokatlian; Carvajal, 1995, p. 7).

Portanto, o marco do estudo da autonomia em termos política externa representa a busca pela análise das condições objetivas que podem permitir uma análise com mais rigor da importância, natureza e alcance deste referido conceito. É, pois, a análise dialética da relação conceito-realidade que vai basilar todo o nosso esforço crítico nesse trabalho.

Neste capítulo se observou, dentro das críticas e possibilidades, como se pode abordar o conceito e a concepção de autonomia, primeiro, dentro da Análise de Política Externa e, segundo, dentro da Economia Política Internacional, no marco da Teoria Crítica Neogramsciana e, sobretudo, no marco da TMD. Desenvolver o trabalho a partir destes marcos teóricos significa assumir uma tarefa intelectual necessária e pertinente à nossa atualidade, não apenas para o caso aqui estudado, se não que para muitos países da América Latina.

Em primeiro lugar, através do método de Análise de política externa observa-se que existem várias fontes para a mudança na elaboração e execução de determinada política externa. Em outras palavras, existem várias forças que influenciam diretamente na política externa de um país, e a compreensão de estas forças, em nosso trabalho, responderá tanto ao esforço de aplicação do Método de Análise de política externa, que revelará o caminho da mudança, quanto aos marcos teóricos específicos aqui apresentados, fundamentais para avaliar as mudanças na política externa e nossa consideração sobre a existência de um maior grau de autonomia.

Em segundo lugar, concordamos que a abordagem de autonomia tomada em nosso trabalho dará destaque para ação estatal<sup>55</sup> e que, no marco da Teoria das Relações Internacionais, autonomia e ação do Estado continua sendo a relação central desde o ponto de vista analítico da disciplina. Com isso, entretanto, não queremos menosprezar a importância de outros atores internacionais, domésticos<sup>56</sup> e, sobretudo, ao adotarmos a perspectiva da Teoria Crítica/Neogramsciana e da TMD

---

<sup>55</sup> Segundo Halliday (2007, p. 74): “O Estado não é mais percebido como uma corporificação do interesse nacional ou da neutralidade judicial, mas sim como locus de interesses de uma sociedade específica ou de uma formação social definida por sua estrutura socioeconômica. **Identificar até que ponto as classes controlam o Estado, ou estão separadas dele**, tem sido umas das questões principais de disputa dentro da área. Da mesma forma, **a soberania se torna não um conceito legal genérico, mas a soberania das forças sociais específicas** (a sua história é a das formas de poder social e a da sua legitimação)” (grifo nosso).

<sup>56</sup> Segundo ROMÃO (2013, p. 4): a emergência de atores não estatais, como as organizações internacionais, as organizações não-governamentais ou os grupos empresariais multinacionais; o dinamismo e a flexibilidade demonstrados pelo conteúdo do princípio da soberania; e a redefinição interna dos próprios Estados, que, nas últimas décadas, começaram a demonstrar um maior grau de heterogeneidade interna, abandonando uma imagem mais monolítica de que pareciam gozar.

para analisar o grau de autonomia em termos de política externa, a configuração da luta de classes interna, regional e internacional é fundamental para que possamos entender as variáveis que influenciam (e como influenciam) o nível de autonomia na política externa dos países latino-americanos.

Ao analisar a política externa de um país latino-americano, a partir do marco da TMD, reconhece-se que o conceito de autonomia, nesse caso, não se produz num vazio a ser completo com o desdobramento da Razão sobre ela mesma. Portanto, o conceito nasce “impuro”, na luta prática (teoria e política) e como prova real de sua adequação, a teoria se consolida na medida em que permite ver mais claro o processo real. Neste trabalho, ao estabelecer o marco analítico da TMD pretendemos investigar a essência, os mecanismos fundamentais e as categorias que garantem a lógica interna dessa Teoria, mediante a análise do processo real das ações de política externa do Equador nos períodos de 1980-2007 e; 2007-2013.

Inclusive, é importante ter claro que este trabalho não caminha no sentido de apontar só os condicionantes materiais para ampliação da autonomia, mas também os aspectos culturais (autonomia cultural) e simbólicos, que na América Latina, podem revelar as possibilidades para além do nacionalismo, como motor das ambições política da identidade dos povos, como, por exemplo, na reivindicação da política externa equatoriana tem importância sua conexão com o imaginário latino-americano em primeiro nível e com o imaginário bolivariano em segundo nível.

Portanto, ao propor essa temática de investigação, pensamos que o dinamismo dos eventos que conformam a realidade na América do Sul transcende as perspectivas teóricas trabalhadas até então no âmbito da academia ou, se não, podem traduzir novas possibilidades de teorização sobre a realidade e a própria Ciência Social latino-americana, o que pretendemos fazer através do método de Análise de Política Externa e do aporte teórico da perspectiva da TMD, seguindo a pista que deixa Ruy Mauro Marini (2012, p. 63):

A lei geral da acumulação capitalista, que implica a concentração da riqueza num polo da sociedade e o pauperismo absoluto da grande maioria do povo, se expressa aqui com toda brutalidade, colocando na ordem do dia a exigência de formular e praticar uma política revolucionária, de luta pelo socialismo.

Compreender este duplo fenômeno de dependência e revolução a partir do estudo da política externa do Equador é o desafio ao qual nos propomos neste trabalho.



## Capítulo 2. As variáveis sistêmicas da política externa autônoma do governo de Rafael Correa

*“Para lá da simples ordenação formal da exposição, a própria essência do método dialético faz coincidir o exame teórico de um problema com o seu desenvolvimento histórico” (MARINI, 1976, p. 61).*

Neste capítulo, para alcançar o objetivo da pesquisa aqui desenvolvida de mostrar o grau de autonomia da política externa equatoriana atual, se trabalhará com algumas determinantes que atuam no âmbito das relações sistêmicas do Equador com os demais atores do Sistema Interestatal capitalista.

Para tanto, este capítulo trata, em primeiro lugar, de mostrar e avaliar a relação do Equador com a potência hegemônica capitalista (os Estados Unidos da América) e também, conforme se observou em nossa pesquisa, a partir dos anos 2000, ganha destaque as relações com a República Popular da China, que ademais de, no ponto de vista bilateral ser o parceiro mais importante atualmente do Equador, o dragão asiático transformou-se em um importante ator do Sistema Internacional, ao ponto que, alguns analistas das relações internacionais, apontam a China como centro do novo ciclo de acumulação que se está deslocando para o sudeste asiático.

Em virtude da crescente participação chinesa na política externa do Equador é que se observará a dinâmica desta relação, lembrando que ao se estudar a China desta maneira, não se está colocando-a no status de potência hegemônica, mas tão somente como aspirante a tal.

Do mesmo modo, se mostrará e analisará a participação do Equador no frenesi da globalização apontada como dinâmica predominante a partir dos anos 80 e, sobretudo, com o fim da guerra fria, no qual a unipolaridade centralizada em Washington e seu projeto imperial marcaram o breve início do século XXI.

Por último e fundamental para se analisar e avaliar as ações de uma política externa mais autônoma é que se abordará o entorno regional e o aprofundamento da integração regional em que participa o Equador, nas suas mais variadas frentes. Embora não se constitua num exercício exaustivo de análise de política externa, neste capítulo se pretende abordar as relações dentro do Sistema Interestatal capitalista (e sua evolução deste os anos 1980) que permitirá avaliar o grau de autonomia da política externa equatoriana do ponto de vista sistêmico.

## 2.1 O capital estrangeiro: síntese das influências sistêmicas

Com o objetivo de analisar as relações sistêmicas do Equador, enquanto país subdesenvolvido e dependente importa observar que a função que assume o capital estrangeiro na América Latina. No ponto de vista aqui tomado e segundo a dinâmica das leis capitalistas, o capital estrangeiro age de maneira a subtrair abertamente uma parte da mais-valia<sup>57</sup> criada dentro de cada economia nacional, o que aumenta a concentração do capital nas economias centrais e alimenta o processo de expansão imperialista (ou se o leitor preferir globalizadora), conforme afirma o professor Ruy Mauro Marini (1976):

A presença crescente do capital estrangeiro no financiamento, na comercialização e, inclusive, na produção dos países dependentes, assim como nos serviços básicos, atua no sentido **de transferir parte dos lucros ali obtidos para os países industriais**; a partir de então, o montante de capital cedido pela economia dependente através das operações financeiras cresce mais rapidamente do que o saldo da balança comercial (p. 67, grifo nosso).

As possibilidades que a “competição mundial” abriu para os países dependentes não explicam o porquê dos países da América Latina, especialmente o Equador no período dos anos 1980-2007<sup>58</sup>, serem cada vez mais pobres, mais marginalizados na economia mundial e reforçaram os seus papéis subordinados de aceitar a entrada de indústrias, capi-

---

<sup>57</sup> Importa, a princípio deste trabalho, observar como se abordará o tema de produção e apropriação da mais-valia e do excedente econômico: “A mais-valia diz respeito ao trabalho social não pago. Isto é, compreende a diferença entre o produto total do trabalho e a parte atribuída ao trabalhador, diferença essa de que apodera o proprietário dos meios de produção. Neste sentido, a mais-valia compreende diretamente as relações entre os vendedores e os compradores de força de trabalho. Aqui estão em jogo a interdependência e o antagonismo entre as classes sociais, em âmbito nacional ou internacional. O excedente econômico, por seu lado, abrange somente a parte da mais-valia que é acumulada. Ou seja, compreende a parte do produto do trabalho coletivo que entra no circuito das classes dominantes, como capital” (Ianni, 1988, p. 100).

<sup>58</sup> [Neste período] “o avanço logrado pela concentração do capital à escala mundial põe então nas mãos das grandes corporações imperialistas uma abundância de recursos que necessitam de procurar aplicação no exterior” (MARINI, 1976, p. 50).

tais financeiros e serviços, como ocorre no caso da grande maioria destes países.

Além disso, o próprio florescimento de organizações internacionais, que a princípio foi visto como uma oportunidade para os países subdesenvolvidos conjugarem ações e atuarem em favor de sua emancipação de *facto* (novas possibilidades de desenvolvimento econômico), revelou-se, ao longo dos anos, como um novo instrumento e particularmente importante para favorecer a circulação de capital, tecnologia e *know-how*, segundo os interesses de empresas e conglomerados internacionais, pois:

[...] as organizações multilaterais passaram a exercer influência crescente nos países necessitados de capital e assistência técnica. Não só aceitam a participação cada vez mais ampla do Estado nos assuntos econômicos desses países como estimulam e ajudam a criar agências centrais e regionais de planejamento (Ianni, 1988, p. 121).

Essa interpretação é importante para o trabalho aqui desenvolvido, porque revela, não apenas para o caso equatoriano, mas também para a maioria dos países da América Latina, que a compreensão, por exemplo, do por que do fracasso das empresas nacionais, só pode se dar à luz da observação da necessidade imposta pelo capital internacional de transferir continuamente valor para o centro – ainda que a maioria dos analistas atribua, ingenuamente, a culpa à corrupção, à má administração, etc –.

Uma vez que não se compreende a dinâmica da transferência de valores na condição de países dependentes e a importância que teve a “colaboração” e assessoramento das instituições multilaterais, sobretudo as organizações financeiras/monetárias, não se poderá compreender o porquê da reduzida margem de manobra em termos de autonomia de política externa (OURIQUES, 1995).

No caso equatoriano, ademais de outros mecanismos<sup>59</sup> de transferência de valor – e sem negar sua importância –, a constante ameaça da fuga de capitais é o discurso mais usado pelas classes dominantes. Quando as classes populares avançam no seu nível de mobilização e ação política e, literalmente colocam em perigo a estabilidade necessá-

---

<sup>59</sup> Nildo Ouriques (1995, p. 155), menciona, dentre outros mecanismos que operam para transferência de valor, os seguintes: i) as tarifas estatais; ii) as transferências via preços no mercado mundial; iii) a política de preços e; iv) a fuga de capitais.

ria para a reprodução sem limites do capital (o pacto de classes existente), a “fuga de capitais” é anunciada como a punição do capital internacional para a nação que desobedece as instruções enunciadas, conforme o estudo de Nildo Ouriques (1995, p. 155):

La mal llamada fuga de capitales es la respuesta burguesa, a nivel económico, pero sobre todo a nivel político [pues] su carácter de respuesta a la crisis burguesa y de ofensiva contra las naciones es más o menos permanente.

Ainda que não se negue a importância da questão dos termos desiguais de comércio, neste trabalho segue-se a linha de análise que toma transferência de valor relacionada e operante a partir da superexploração do trabalho, uma vez que a observação empírica do fenômeno e as respostas políticas, se bem que identificam o problema do intercâmbio desigual, não ocorrem com relação à correção dos desequilíbrios dos preços e o valor das mercadorias exportadas, mas sim através da compensação via uma maior exploração da força de trabalho (MARINI, 1976).

Por isso, neste trabalho, se busca ir para além da relação das variáveis sistêmicas com as perspectivas reformistas/cepalinas<sup>60</sup>, que enraízam suas explicações para a compreensão e superação do fenômeno do subdesenvolvimento na esfera da circulação das mercadorias, portanto, na correlação dos valores de troca, deixando de lado o plano da produção interna (e correlação de forças domésticas).

Orientar-se politicamente para além das perspectivas cepalinas significa partir de um plano que considera a esfera da produção de valores e das relações de classe presentes nessa esfera, uma vez que a questão central da dependência é o fenômeno da superexploração da força de trabalho (ou seja, se está referindo concretamente à figura do trabalhador), conforme se verifica a seguir:

Chamada a coadjuvar na acumulação de capital com base na capacidade produtiva do trabalho, nos países centrais, a América Latina teve de fazê-lo mediante uma acumulação fundada na su-

---

<sup>60</sup> Segundo Marini (1976, p. 21): “Negarmo-nos a ver as coisas desta maneira é mistificar a economia capitalista internacional, é fazer crer que essa economia poderia ser diferente do que realmente é. Em última instância, isso leva a reivindicar relações comerciais equitativas entre as nações, quando do que se trata é de suprimir as relações econômicas internacionais que se baseiam no valor de troca”.

perexploração do trabalhador. Nesta contradição radica a essência da dependência latino-americana. **A base real sobre a qual esta se desenvolve são os laços que ligam a economia latino-americana à economia capitalista mundial.** Nascida para atender às exigências de circulação capitalista, cujo eixo de articulação é constituído pelos países industriais, e centrada, pois, sobre o mercado mundial, a produção latino-americana não depende para a sua realização da capacidade interna de consumo (MARINI, 1976, p. 36, grifo nosso).

Ao considerar a história da inserção latino-americana no sistema capitalista mundial como a história da apropriação de nossas riquezas pelos capitalistas estrangeiros em conluio com o pacto de classes interno, é importante, nos períodos aqui estudados, observar de que maneira se dava o mecanismo usado pelo capitalista estrangeiro para apropria-se de parte substantiva da riqueza nacional, pois:

La dependencia exterior es un fenómeno económico con connotaciones políticas sociales, culturales de variada índole, por el cual la estructura productiva, financiera y comercial de un Estado se encuentra condicionada al desarrollo y expansión económica de otro Estado. Tal condicionamiento es resultado de los factores internos causantes del subdesarrollo y de los factores de poder externos basados en la división internacional del trabajo. En tal virtud, la situación de dependencia exige la presencia de una estructura interna que la viabilice y una articulación permanente y directa entre 'los intereses dominantes en los centros hegemónicos y los intereses dominantes en las sociedades dependientes' (Mena, 1991, p. 19).

Portanto, observar a apropriação da riqueza nacional pelos capitalistas significa, em primeiro lugar, enxergar como se realiza a conexão da geração dos excedentes nacionais, em um sistema dinâmico, que condiciona as economias periféricas ao ritmo de desenvolvimento imposto pelas necessidades econômicas, políticas, sociais e culturais dos centros sistêmicos; em segundo lugar, é importante observar como as elites locais avançam ou não com relação à apropriação da riqueza ge-

rada pelas atividades econômicas de exportação, na qual radica a particularidade das leis de movimento capitalista na América Latina:

A economia exportadora é, pois, algo mais do que o produto de uma economia internacional fundada na especialização produtiva: é uma formação social baseada no modo capitalista de produção, que acentua até ao limite as contradições que lhe são próprias. Ao fazê-lo, configura de maneira específica as relações de exploração em que se baseia, e cria um ciclo de capital que tende a reproduzir em escala ampliada a dependência em que se encontra face à economia internacional (MARINI, 1976, pp. 38-39).

Assim, se observará em que medida, do ponto de vista econômico, o excedente econômico provindo da mais-valia permanece nas mãos do capitalista estrangeiro e do capitalista nacional e as consequências desta apropriação para a esfera política daquele país, especialmente para as políticas públicas, como é o caso da política externa.

Se há períodos em que as elites nacionais se apropriam mais deste excedente – como acreditamos ser o caso atual – é importante verificar como o bloco de poder existente consegue valer-se da aplicação deste excedente, de maneira a transformá-lo ou não em verdadeira base para o capitalismo nacional, e, conseqüente, desempenhando assim uma política externa mais autônoma. Para tanto, é fundamental

Definir as determinações que se encontram na base da luta de classes que ali se desenvolve e abrir, assim, perspectivas mais claras às forças sociais empenhadas em destruir essa formação monstruosa que é o capitalismo dependente: é este o desafio teórico que se põe hoje aos marxistas latino-americanos (MARINI, 1976, p. 58).

No marco da interpretação da TMD, a consolidação do imperialismo como forma dominante do capitalismo internacional não ocorre de forma tranquila, dado, por exemplo, os próprios enfrentamentos entre as nações do centro e as crises do sistema de acumulação. Entretanto, é possível afirmar que depois da guerra pela hegemonia mundial de 1939 e a realização da hegemonia norte americana, que

A economia que emerge deste processo reestabelece a tendência integradora do imperialismo, mas agora em nível mais alto do que o anterior, na medida em que consolida definitivamente a inte-

gração na esfera do mercado e impulsiona a etapa da integração dos sistemas de produção empreendidos em seu raio de ação (MARINI, 2012, p. 53).

Portanto, o que se tem no breve pós-1945 é a verdadeira “empresa monopolística” estadunidense<sup>61</sup> atuando em todo o globo. O centro hegemônico de poder – os EUA – impulsiona e coordena a integração, garantindo-a com seu poderio militar. Entretanto, também há o surgimento de forças opostas, que tem sua origem, principalmente, no campo socialista, “que nasce e se desenvolve no fogo dos conflitos engendrados pela própria integração imperialista” (Marini, 2012).

A América Latina, que se insere no jogo geopolítico do pós-1945 encontra-se na área de influência mais próxima ao poder estadunidense, assim, a partir das consequências atuantes dos mecanismos de acumulação no centro (estatização e militarização) e na periferia (superexploração do trabalho), há uma crescente da mais-valia que escoo para os centros capitalistas (que vai gerar o que Eric Hobsbawn chama de “os anos dourados” e o “Welfare State” dos países do centro<sup>62</sup>).

A afluência dos excedentes para o Centro permite, por sua vez, um aumento constante dos investimentos diretos nas economias periféricas, realizando a completa integração do sistema produtivo destas economias periféricas ao sistema integrador central, com o qual se observa um crescimento e diversificação do sistema periférico.

A “geopolítica da dependência” é parte do substrato de dominação ao qual estamos submetidos e pelo qual passa o rompimento necessário para a realização da autonomia nacional, sobretudo, em termos de liberdades políticas e econômicas para a política externa equatoriana.

Para entender como funciona a Geopolítica da Dependência é que, a seguir, se mostrará as relações do Equador com a atual potência hegemônica, os Estados Unidos da América.

---

<sup>61</sup> Bambilra (2013) desenvolve o argumento de que “empresa monopolística” norte-americana é a responsável pelo processo de integração produtiva ocorrido no pós-1945.

<sup>62</sup> “Hoje é evidente que a Era de Ouro pertenceu essencialmente aos países capitalistas desenvolvidos, que, por todas essas décadas, representaram cerca de três quartos da produção do mundo, e mais de 80% de suas exportações manufaturas. Outra razão pela qual essa característica da era só lentamente foi reconhecida é que na década de 1950 o surto econômico pareceu quase mundial e independente de regimes econômicos” (HOBSBAWN, 1995, p. 255).

### 2.1.1 As consequências do projeto hegemônico estadunidense para as relações exteriores do Equador

*Quanto mais essa política estiver baseada na análise realista dos nossos interesses e dos interesses dos outros, maior poderá ser o nosso papel no mundo. Não estamos envolvidos no mundo porque temos compromissos; temos compromissos porque estamos envolvidos. Os nossos interesses devem modelar os nossos compromissos* (Richard Nixon *apud* Ianni, 1988, p. 34).

Algo importante e que escapa da maior parte da literatura das relações internacionais é o que o cenário entrante dos anos oitenta é, evidentemente, diferente do cenário que se inicia no início da década de 2000. Para além de apenas apontar os fenômenos da bipolaridade, da nova ordem econômica internacional, da crise do petróleo, da crise da dívida, da reação conservadora, é preciso compreendê-lo à luz de que, naquele período, a economia dos EUA era esmagadora e decisivamente maior com relação aos seus vizinhos latino-americanos, entretanto, o seu poderio político (e militar) não o era, pelo menos não de forma tão abrupta<sup>63</sup>.

É ciente desta situação que a partir dos anos oitenta os EUA traçam uma estratégia de ocupação, através de acordos militares com os governos locais e alto investimento bélico (monetarismo militar de Ronald Reagan) para ampliação da influência para além da esfera econômica. À luz desta atuação é que a imensa força do capital estadunidense transforma-se em capacidade militar e política de influenciar os programas nacionais dos países latino-americanos<sup>64</sup>. Conforme aponta IANNI (1988, p. 46):

---

<sup>63</sup> O que se quer dizer com isso é que o keynesianismo militar de Reagan é que vai criar o abismo gigantesco não apenas na relação militar dos EUA com a América Latina, mas dos EUA com o restante do mundo.

<sup>64</sup> Também deve-se observar, que na mesma linha de ação, de buscar influenciar os programas nacionais dos países periféricos, o BIRD tem sido uma agência importante para iniciar ou acelerar planos nacionais de desenvolvimento. Sobre a atuação das Organizações Internacionais Multilaterais, Ianni (1988, p. 123) afirma: “Essa tem sido a via institucional por meio da qual alguns problemas políticos e econômicos importantes têm sido contornados, controlados ou mesmo eliminados [...] Para evitar assuntos de intervencionismo, dominação, imperialismo e outras, o governo estadunidense tem se beneficiado bastante das possibilidades de negociações abertas pelas organizações multilaterais”. Ver também Fiori (2007), que trata o tema sob o signo da “hegemonia benevolente” dos EUA do período de 1945-2001.



Uma parte importante da história dos países da América Latina tem sido a história da luta para romper totalmente ou reformular as condições de dependência em que eles se encontram, em face dos EUA. Na maior parte dos casos, essa dependência é econômica. Em alguns casos, ela é também política. Em quase todos, a dependência militar é grande. [...] Verificam-se também relações de dependência cultural. **No conjunto, pois, os países do hemisfério têm vivido uma situação típica de dependência histórico estrutural** (grifo nosso).

Assim, ao começar esse capítulo tratando da crise dos anos oitenta, queremos dimensioná-la como um aspecto que reflete a totalidade do fenômeno da dependência latino-americana. De tal modo que, para entender a crise da dívida dos anos oitenta, é preciso observar a estratégia política e militar de direcionar o movimento de capitais das economias dominantes nos anos setenta. Ao se observar esta estratégia, é possível caracterizar a existência de um duplo movimento dinâmico: de demanda dos países do terceiro mundo e de disponibilidade/mundialização do capital a partir dos países centrais.

Só assim é que se pode concluir que a demanda de empréstimos não é a única razão da existência do endividamento externo e o “dito” mau uso desses recursos não pode ser a única via de explicação da crise dos anos oitenta. A explicação passa pela análise das ações da potência hegemônica e da caracterização do conflito de classes na América Latina (Ianni, 1988).

A crise do excesso de endividamento encontra suas origens na oferta de recursos financeiros nos países desenvolvidos, especialmente nos EUA, como resultado do incremento sem precedentes da liquidez internacional e da recessão do fim dos anos sessenta e início dos anos setenta<sup>65</sup> nos países centrais. Em outras palavras, o capital financeiro

---

<sup>65</sup> Ao invés de corrigir os desequilíbrios da balança de pagamentos dos EUA, com reformas internas, o governo de Washington violentou as regras básicas do Sistema Monetário Internacional e no dia 15 de agosto de 1971, de maneira unilateral, sem nenhuma culpa, o presidente Richard Nixon anunciou que a partir daquela data o dólar não seria mais convertível em ouro. Essa manobra permitiu que os EUA tivessem o privilégio de financiar seu próprio desequilíbrio exportando sua moeda nacional. A liquidez provinda dessa manobra au-

buscou novas oportunidades de ampliar a sua reprodução e encontrou nos empréstimos aos países subdesenvolvidos a válvula de escape (Acosta, 2006).

Nesse sentido, é que se compreende – frente ao fim da paridade dólar-ouro declarada em 1971 e a criação de liquidez internacional que essa decisão estadunidense permitiu – a possibilidade de realizar operação de criação de petrodólares exponencialmente, os quais puderam ser gerados a partir do aumento do preço do petróleo, gerando o excedente financeiro que se movimentou na década de setenta.

Dada a crise de acumulação (realização de lucros)<sup>66</sup> nas economias centrais, esse excedente financeiro foi redirecionado para os países periféricos, especialmente aqueles que necessitam de recursos para levar adiante as etapas posteriores do processo de substituição das importações (Ianni, 1988).

Entretanto, a estratégia dos países centrais foi, além do próprio empréstimo de capitais aos países latino-americanos, subordiná-los a aplicar esses fundos para a ampliação da presença das empresas estadunidenses na região: por exemplo, no caso do Equador foi fazer esses recursos serem aplicados via número considerável de multinacionais estadunidenses, que participaram dessa jogada financeira ao vender suas tecnologias obsoletas, construindo obras de infraestrutura<sup>67</sup> e abrindo suas sucursais (Acosta, 2006).

Portanto, o projeto equatoriano de substituição das importações, assim como o da grande maioria dos países latino-americanos não cria uma verdadeira industrialização nacional, pelo contrário, o processo de industrialização consiste em atrair as multinacionais estadunidenses (grande empresa monopolística internacional) para a periferia (no centro essas mesmas multinacionais já estão numa etapa posterior do processo tecnológico), financiá-las com subsídios, isenções de toda ordem para a instalação de suas indústrias e garantir a proteção nacional do mercado

mentou a capacidade de empréstimo no mundo, especialmente dos bancos privados.

<sup>66</sup> Ver em Wallerstein (2004) as razões que levaram à crise produtividade e legitimidade estadunidense nos anos setenta.

<sup>67</sup> Importa destacar a realização de inúmeros projetos improdutivos nesse período na América Latina que não vingaram, mesmo com as custosas assessorias de consultores e empresas estrangeiras e a supervisão dos organismos multilaterais. Esses projetos não se realizaram e hoje permanecem como um passivo a ser pago pelos países pobres. O professor Alberto Acosta (2006, pp. 148-149) apresenta uma lista dos projetos iniciados e não realizados nos países pobres).

para os seus produtos: a industrialização latino-americana nasce com vocação a aprofundar o subdesenvolvimento e a dependência aqui existentes, pois coloca o Estado e o trabalho de seu povo à serviço do capital internacional.

Daí que não se pode esperar que existisse uma política externa autônoma e independente nesse cenário, ou, se bem ela tenha existido, foi para aprofundar o processo acima descrito, em virtude das limitações, em termos de desenvolvimento das forças produtivas internas, que o subdesenvolvimento relega para a realidade latino-americana. Ou seja, é sim, no marco cepalino uma política externa (até o final dos anos 70) que se justifica sob as bases do nacional desenvolvimentismo, com a ideia de crescimento econômico e desenvolvimento produtivo.

Entretanto, essa política externa, dentro do marco do conflito ideológico da guerra fria e da revolução cubana na América Latina, só pode ser entendida enquanto estratégia permitida dentro do jogo geopolítico correspondente a esfera de influência de Washington<sup>68</sup>, o que nos leva a observar uma política externa mais bem baseada no capitalismo dependente associado do que no capitalismo nacional autônomo.

Entendendo, então, que a política externa resultante deste processo é, pois, dependente da vinda daqueles recursos financeiros e do aprofundamento, por exemplo, dos compromissos comerciais para efetivar uma balança de pagamento positiva, que arque com as parcelas devidas do aprofundamento do processo de subdesenvolvimento levado a cabo pela substituição de importações, é que vale destacar o papel que desempenharam as instituições financeiras internacionais, sobretudo, o BIRD (ou Banco Mundial), o FMI e o BID.

Estas instituições se caracterizam por serem estruturas controladas pelos países do centro. Elas e o consórcio da banca privada foram o meio principal pelo qual os recursos disponíveis da recessão dos anos setenta<sup>69</sup> (entenda-se como a falta de atividades lucrativas para investir o capital excedente) dos países centrais foram deslocados, na forma de financiamento a juro baixo<sup>70</sup>, para os países periféricos. Ademais de

---

<sup>68</sup> Ver em Wallerstein (2004), as esferas de influência decididas nas conferências que intermediaram a segunda guerra mundial.

<sup>69</sup> Nas palavras de Wallerstein (2004), ocorreu um processo de estagnação.

<sup>70</sup> Segundo Acosta (2006, p. 151): “Los años setenta, sin duda alguna, fueron un período propicio para conseguir préstamos fáciles. El destino de los créditos casi no interesaba, hasta se podía financiar el pago de la burocracia con deuda externa. En este proceso, los bancos ofrecían y aun obligaban, directa o indirectamente, a los países subdesarrollados a aceptar préstamos que no se ajustaban a

atuar na concessão dos empréstimos, estas instituições interviram ativamente desenhando e recomendando as políticas econômicas realizadas (Acosta, 2006).

Entretanto, o caminho para compreender o fenômeno de uma política externa atada e submissa não seria possível, pois, a partir apenas do desenho da visível dicotomia externo/interno<sup>71</sup>. Entender as conexões entre as dívidas latino-americanas adquiridas nos anos 1970 e início dos anos 1980 e a crise do pagamento destas dívidas a partir dos primeiros anos da década de 1980, passa, necessariamente, pela compreensão da resposta interna que os países subdesenvolvidos deram aos interesses e as necessidades da banca internacional, especificamente do capital financeiro internacional:

Se aplicó un neoliberalismo o el capitalismo salvaje – flexibilización laboral, privatización, desregulación, apertura de las cuentas comercial y financiera, reducción del tamaño del Estado [...] es decir, dirigido por élites económicas y políticas rentistas, adversas a la competencia de mercado, con un entendimiento patrimonialista de la política y acostumbradas a la manipulación de las políticas públicas que esquilmaron al Estado (FALCONÍ; MUÑOZ L., 2012, p. 77).

Desta maneira, se faz necessário entender a mundialização do capital e a importância que tem a lógica do capital financeiro internacional na vida dos países latino-americanos nas esferas política, econômica, social e cultural. O grande problema (compartilhado pelos países latino-americanos) foi que o crescimento da economia, no caso a equatoriana, que trouxe um importante fluxo de crédito estrangeiro, não teve simultaneamente a contrapartida na realização de transformações estruturais que permitissem sentar bases mais firmes para economia nacional (Acosta, 2006). Na verdade, o resultado foi exatamente o oposto: esse fluxo financeiro fez com que a economia equatoriana ficasse mais vulnerável<sup>72</sup>.

---

las condiciones regulares, muchos de los cuales ni siquiera eran indispensables o aun superaban los mismos montos solicitados inicialmente; sin que la banca dejara de obtener en todo momento grandes ganancias”.

<sup>71</sup> Octavio Ianni (1988) trabalha a questão do interno e externo nas políticas exteriores da América Latina.

<sup>72</sup> Marini (1976, 2012), Bamberger (2013), Frank (1976, 1991), Dos Santos (1999, 1996), entre outros, trabalham a história do subdesenvolvimento e expli-

Portanto, este período, anterior aos anos 1980, caracteriza-se pela reorganização das bases de expansão financeira e industrial do mercado mundial, através da hegemonia dos EUA, que para além da tendência à integração dos sistemas de produção (tendência do período 1945-1970), na década de 1970, caracterizou-se pelo início da integração dos sistemas financeiros nacionais, em razão, sobretudo, da grande concentração de capital em escala mundial, que fora depositado nas mãos das grandes companhias internacionais (Acosta, 2006).

Esse processo relegou uma superabundância de recursos passíveis de ser investidos no exterior (levar aos países pobres as técnicas produtivas atrasadas) e de desenvolver, nas suas economias centrais, do setor de bens de capital, garantindo-lhes, sempre, maior produtividade e uma dinâmica divisão social do trabalho. Conforme afirma Bambilra (2013, p. 74):

Como a situação de dependência em relação aos centros hegemônicos condicionou os marcos gerais das estruturas econômicas produtivas dos países atrasados e como, ao mesmo tempo, estas estruturas são definidas em função das possibilidades de desenvolvimento do capitalismo dependente.

É, pois, neste contexto se compreende as relações políticas e econômicas com a potência hegemônica, os EUA<sup>73</sup>. Washington, nos anos 1980, 1990 e início dos anos 2000 manteve uma intensa onda de pressões diplomáticas e, inclusive, alfandegárias que se repetiram durante esse período em toda a América Latina. No caso equatoriano, esse processo materializou-se em ameaças da embaixada estadunidense em Quito, com o objetivo de defender os interesses dos grupos investidores estadunidenses que mantinham negócios lucrativos, como ilustram as operações realizadas em Guayaquil, pela empresa elétrica EMELEC (Acosta, 2006).

A estratégia do capital estadunidense, após uma série de benefícios concedidos e assegurados por uma política econômica que objeti-

---

cam o por que desse fluxo de capital aprofundar o desenvolvimento do subdesenvolvimento.

<sup>73</sup> “A maneira pela qual se exerce a hegemonia dos EUA e o modo pelo qual as distintas classes sociais, no interior das sociedades latino-americanas, incorporam e elaboram essas relações de acomodação ou conflito são fundamentais para a compreensão dos sentidos e variações nas políticas exteriores dos países da América Latina” (Ianni, 1988, p. 19).

vava atrair recursos (e a política externa era fundamental para cumprir esse objetivo “nacional”), funcionava da seguinte maneira nos países dependentes: superestimando os investimentos em muitos projetos; estabelecendo e consolidando padrões de consumo direcionados a uma minúscula parte da população equatoriana; transferindo recursos financeiros ao exterior (caracterizando o que se chama de fuga de capitais) – nesse caso se consideram as remessas de lucros, o pagamento de royalties das empresas estrangeiras<sup>74</sup> – e; principalmente, o crescente pagamento de juros e amortização dos créditos junto à banca internacional (Ouriques, 1995).

Essa estratégia garantia a ampliação do capital internacional privado sob a economia dependente, a partir, ou da associação do país dependente com os países metropolitanos ou do exercício hegemônico (via empresas nacionais, ou via instituições internacionais – que bem pode ser tratado como hegemonia benevolente) da economia central, a partir de decisões internas e que repercutiam em todo o sistema internacional capitalista.

Esse processo relega, em específico ao Equador e, em geral à América Latina, o aprofundamento do processo de marginalização social de amplas maiorias. Esse aprofundamento da desigualdade se dá justamente no momento em que ocorreu o apogeu do programa de liberalização econômica sem precedentes, sob a tutela de um verdadeiro terrorismo econômico, que pode ser demonstrado pelo fato de que, após quase quinze anos de aplicação do neoliberalismo, a participação do continente no volume de comércio internacional dos países latino-americanos diminuiu de minúsculos 5,39% a “insignificantes” 3,83%, sem contar o aumento da pobreza e das desigualdades sociais (OURIQUES, 1995, p. 22).

De tal modo que, se nos permite afirmar, em termos gerais, para o propósito de captar o comportamento da política externa equatoriana, que houve uma submissão ao intervencionismo estadunidense nos assuntos internos nacionais:

Em sentido lato, o intervencionismo é inerente ao poderio dos EUA. Qualquer que seja a política que os EUA ponham em prática na América Latina, ela será de alguma forma intervencionista. A questão é saber como os seus vizinhos mais fra-

---

<sup>74</sup> Essas empresas estrangeiras gozavam de proteção no mercado interno equatoriano, situação que lhes garantia monopólio nacional da produção e comércio (Acosta, 2006).

cos encaram esses esforços no sentido de impulsionar a sua influência (Gordon Connell-Smith *apud* Ianni, 1988, p. 38).

Portanto, considerar a influência dos EUA nos anos oitenta sobre as economias latino-americanas, não é menosprezar os aspectos da vida interna equatoriana, mas é o reconhecer os condicionantes concretos que a principal economia capitalista sob a política monetarista de Reagan gerou no mundo subdesenvolvido.

Com o objetivo de reduzir os déficits estadunidenses, Ronald Reagan aumentou os gastos em armas – e para tanto, é preciso ter em mente que estes gastos correspondiam tanto às estratégias dentro do período da guerra fria quanto a uma maneira de resolver o problema da liquidez internacional. Para levar adiante sua política econômica, Reagan operou um verdadeiro processo de recuperação de capitais por partes dos países do Norte, levados adiante a partir do aumento da taxa de juro (Acosta, 2006).

O aumento da taxa de juro provocou o esperado refluxo de capitais dos países pobres, que, endividados, foram literalmente amarrados ao mecanismo do juro composto (pagamento dos empréstimos realizados e um acréscimo, gigantesco, dos serviços do juro sobre o valor emprestado)<sup>75</sup>.

Os capitais estrangeiros depositados na América Latina foram atraídos por esse aumento do juro americano e com o capital concentrado na economia central, foi possível financiar a recuperação da indústria estadunidense (sobretudo a partir do parque industrial militar) e as transformações tecnológicas requeridas.

Para além de sentir as consequências da fuga planejada de capitais, os países latino-americanos também sofreram tanto pela redução da demanda das matérias-primas (termos quantitativos) quanto pela queda de seus preços (termos qualitativos), que agravou os constrangimentos externos para o pagamento das dívidas. Ademais dos ajustes provindos dos ditames das instituições financeiras internacionais, o mecanismo pelo qual os países latino-americanos resolveram o problema da diminuição da renda das exportações e da saída líquida de capitais<sup>76</sup> foi através

---

<sup>75</sup> Ver mais em Arrighi, Giovanni; Zhang, Lu (2011).

<sup>76</sup> A quantidade transferida representa, para ter uma ideia da magnitude, três vezes ao equivalente ao Plano Marshall, que foi o financiamento dos EUA à Europa entre os anos 1948 e 1953. Portanto, se pode dizer que a América Latina

da contratação de novos empréstimos, como se observa no caso equatoriano:

Se pagó en términos netos una suma enorme: 238 mil millones y la deuda creció en casi 220 mil millones. La deuda externa adquirió vida propia. Se instauró la locura financiera, la lujuria especulativa, la sin razón de los intereses usurarios que se cobran sobre los intereses atrasados. La deuda se volvió impagable (Acosta, 2006, p. 155).

Para ter uma ideia da soma envolvida nessas transferências da dívida, o estudioso belga Eric Toussaint, assegura que o serviço da dívida realizado por todos os países pobres desde o ano de 1980 até o ano 2000, sem considerar os novos desembolsos, representou 43 Planos Marshall, e anualmente, representou o pagamento de três Planos Marshall. No caso equatoriano, desde 1982 a 2000, o país pagou 75,9 bilhões de dólares e no mesmo lapso temporal recebeu em novos desembolsos 65,6 bilhões de dólares, ou seja, a conta de transferência é negativa em 10,2 bilhões de dólares, apesar de a dívida ter crescido em 6,9 bilhões de dólares, caracterizando, pois, uma sangria crônica da população equatoriana<sup>77</sup>, conforme aponta CDES (2004, p. 13):

El total de transferencias negativas entre los años 1996-2002 sobrepasó 200 000 millones de dólares, fenómeno que se vio amplificado a partir de 1999. Desde entonces, cada dos años, los países latinoamericanos hicieron una transferencia neta hacia los acreedores, equivalente a un Plan Marshall. Si consideramos únicamente los pagos efectuados por los poderes públicos latinoamericanos entre los años 1996 y 2002, el balance es

---

financiou a recuperação das economias desenvolvidas, em particular a dos E.U.A.

<sup>77</sup> De que parte saia o capital necessário para pagar essa enorme quantia de dívidas sobre dívidas que o Equador devia? Essa pergunta merece especial atenção visto que estamos falando de um país com baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Para além de observar o comprometimento dos rendimentos da balança comercial petroleira e não petroleira com o pagamento do serviço da dívida, na América Latina, ganha especial destaque o processo de superexploração do trabalhador, ou seja, ampliação dos mecanismos capaz de ampliar a extração de *mais-valia* para garantir e honrar o pagamento das dívidas. É a operação da superexploração da força de trabalho latino-americana que caracteriza o nosso subdesenvolvimento e nossa dependência.



netamente deficitario; en efecto, durante este período se pagaron 505 mil millones de dólares y se recibieron como préstamos 394 millones de dólares, lo que hace una diferencia negativa de 111 mil millones de dólares.

Ademais do pagamento do serviço da dívida, as próprias perdas pela deterioração dos termos de troca, da fuga de capitais, da perda de capital humano, são elementos que vieram a condicionar e limitar as possibilidades de inserção internacional e, portanto, condicionaram a diminuição do nível de autonomia da política externa equatoriana.

Do ponto de vista do aumento da dependência, se pode afirmar que os ajustes feitos sobre o governo de Durán Ballén e Alberto Dahik, entre 1992 e 1996 levaram ao aprofundamento do nível de dependência da política externa com relação aos ditames e confluência com a posição da principal potência, os EUA (Falconí e Muñoz L, 2012).

Durante os anos noventa, a política externa equatoriana foi um elemento fundamental para viabilizar o plano de privatizações (atraindo as multinacionais), o ajuste econômico via manejo do câmbio e da taxa de juro, a liberalização e desregulação financeira, abertura econômica e diminuição da capacidade de atuação do Estado.

Ademais do marco das políticas econômicas impostas pela potência hegemônica, outro fator atuou no desequilíbrio das contas nacionais e no aprofundamento da inserção neoliberal: o conflito militar com o Peru, em 1995, pois “el conflicto bélico de 1995 con el Perú terminó con la disciplina fiscal” (Falconí e Muñoz L, 2012, p. 77).

Desta maneira, sofrendo as consequências tanto da inserção cada vez mais dependente através da exportação de commodities (sobretudo o Petróleo), o governo de Jamil Mahuad (1998-2000) chegou ao poder e tentou aprofundar os mecanismos de diminuição da atuação do Estado na economia através de uma nova Constituição (1998) – por consequência prática, a aplicação irrestrita de medidas para diminuir o tamanho do Estado, acabou por reduzir a política externa (que já é uma ferramenta limitada em países dependentes) a um mecanismo de execução dos “conselhos da grande potência do norte” –. Como resultado do aprofundamento do modelo de inserção dependente/neoliberal e do conflito bélico com o Peru, Jamil Mahuad sofreu uma grave crise financeira<sup>78</sup>.

---

<sup>78</sup> Mais detalhes sobre as crises institucionais serão visto no capítulo 3.

Após Jamil Mahuad, Álvaro Noboa, Lúcio Guitiérrez e Alfredo Palacio seguiram aplicando a lógica neoliberal, sobretudo, no final dos anos 90 e início da primeira década do século XXI, no qual os preços das matérias-primas apresentaram um ciclo de aumento – e, portanto, o excedente disponível ao governo por consequência do aumento dos preços do petróleo era visto como resultado do “sucesso” das políticas neoliberais –, entretanto, as políticas públicas monetárias, cambiárias e a própria política externa não trabalharam para aproveitar esse aumento de preços e convertê-los, pelo menos, em reformulação da dependência equatoriana. O auge da incapacidade de lidar com essa situação é materializada na dolarização unilateral da economia equatoriana, em janeiro de 2000. Assim:

en el plano económico e institucional, los resultados de la aplicación del neoliberalismo fueron mediocres. La desigualdad en la distribución de los activos, ingreso y consumo fue agudizada. A su vez, el rol del Estado en la orientación del desarrollo fue debilitado de forma sistemática, y le amputaron sus capacidades de planificación, regulación y distribución (Falconí; Muñoz L, 2012, p. 78).

Como consequência do que se apresenta acima, se pode dizer que a política externa equatoriana dos anos oitenta e noventa tem como característica geral a atuação para facilitar a realização desses componentes de inserção neoliberal periférica, seja buscando atrair o capital internacional, seja via aumento das exportações (superávit primário) para cumprir com o serviço da dívida, seja aceitando os tratados/pactos internacionais e bilaterais que buscaram facilitar a abertura das economias e, sobretudo, tratando o Estado<sup>79</sup> e as suas políticas públicas correspondentes como elemento técnico para buscar o crescimento, tentando omitir e tirar a importância do planejamento político nacional, que ao ser colocado em segundo plano, contribui para aprofundar o subdesenvolvimento, e não para alcançar o desenvolvimento, o que caracterizou

---

<sup>79</sup> “El Estado social fue desmontado con el pretexto de las distorsiones creadas en la economía y otras áreas, debido a una sostenida política de intervención. La receta neoliberal se aplicó de manera dogmática, rompió con las herencias políticas constituida, y apuntaló la tesis del Estado mínimo. **En este sentido su agenda política se centró en el debilitamiento del rol estatal y la pérdida de sus facultades esenciales**” (Falconí; Muñoz L, 2012, p. 78, grifo nosso).

na fórmula de André Gunder Frank “o desenvolvimento do subdesenvolvimento”.

Neste período, tem-se verdadeiramente a operação de um modelo de política externa baseado no capitalismo dependente<sup>80</sup>, que corresponde à ampla aceitação das relações de complementaridade e interdependência, organizadas segundo as exigências da economia política estadunidense. É entendendo esse processo de realização de uma política externa baseado no capitalismo dependente que se compreende as ações tomadas no chamado período da globalização, a partir dos anos 80.

A transformação (ou pelo menos questionamento) desta lógica de aprofundamento da política externa dependente e associada começa no governo de Alfredo Palacio, no qual foi decidido não avançar na assinatura do Tratado de Livre-Comércio (TLC) com os EUA, na qual houve a participação (fundamental para a não assinatura) do então ministro das finanças, Rafael Correa.

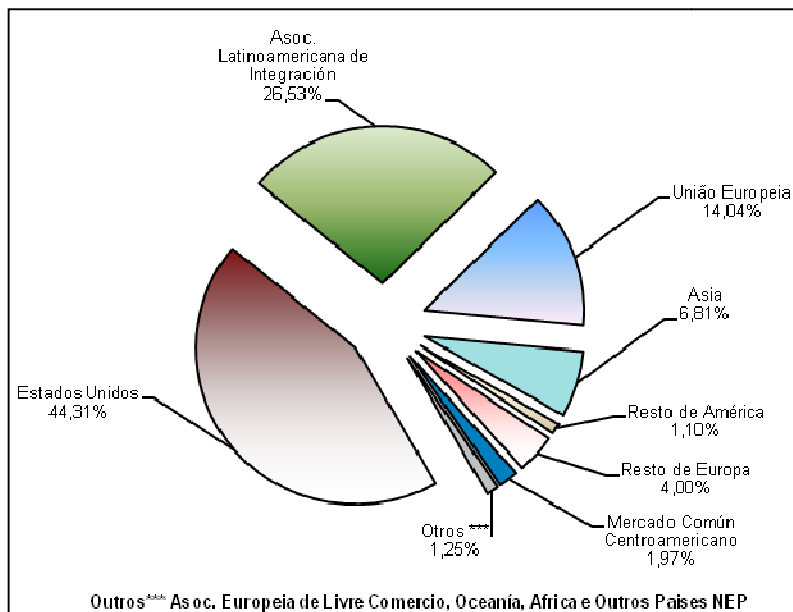
De maneira ascendente a realização de uma política externa autônoma aos EUA, na gestão do presidente Rafael Correa, o Equador segue a tendência de romper com os laços subordinados à Washington e tem dado sinais de avançar nesta direção, o que significa, em termos de política externa, uma decisão autônoma de trilhar seu próprio caminho em separado para obter vantagens que os outros países que decidiram assinar TLC's com os EUA não tiveram até agora – como o Peru, a Colômbia, o Panamá, entre outros (Paredes, 2012).

Entretanto, os EUA ainda tem um peso importante na economia equatoriana, sobretudo quando se avalia os destinos, principalmente, de exportação, conforme se verifica nos gráficos a seguir:

Gráfico 1. Exportações por parceiro 2013 (em porcentagem)

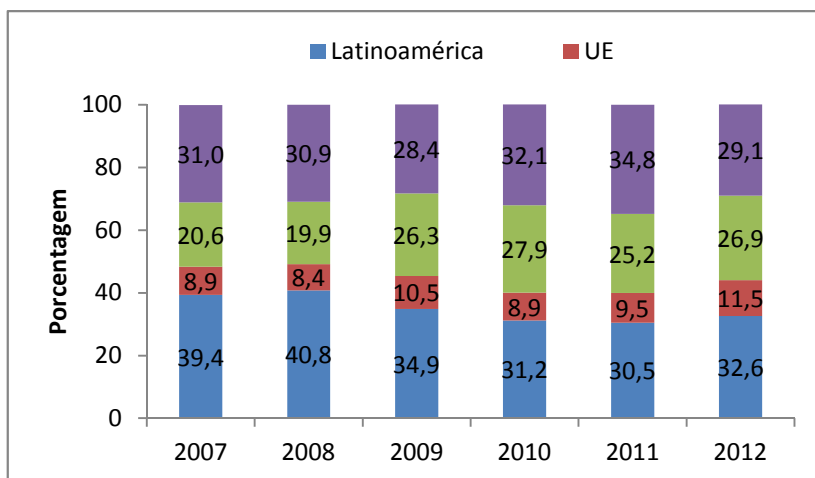
---

<sup>80</sup> Segundo Ianni (1988, p. 100): “[...] a subalternidade inerente ao capitalismo dependente garante certas condições de produção e apropriação do excedente econômico, que é a forma sob a qual a mais valia aparece no horizonte das classes dominantes”.



Fonte: BCE, Boletim 1941 – Novembro/2013.

Gráfico 2. Importações equatorianas por principais parceiros (2007-2012)



Fonte: BCE, 2013. Senplades.

Ainda que tímida, a diversificação de parceiros econômicos (principalmente na América Latina, África e Ásia) tem permitido ao

governo equatoriano, na gestão de Rafael Correa, tomar decisões com relação à diminuição dos vínculos comerciais oficiais com os EUA, como demonstra a renúncia<sup>81</sup> "de maneira irrevogável" ao Tratado de Preferências Alfandegárias (ATPDEA). Esse acordo "beneficiava" cerca de US\$ 500 milhões em exportações do país para os EUA, segundo o setor privado equatoriano.

No plano político-diplomático, com relação à atuação de agentes estadunidenses, ligados às agências e organismos de segurança e espionagem dos EUA na América Latina e, especificamente, no Equador, importa mencionar que:

Os interesses econômicos, políticos e militares, além dos acordos, tratados e programas culturais, universitários, científicos, sindicais e religiosos passam a ser encarados como elementos mais ou menos importantes, conforme o caso, das relações hegemônicas dos EUA sobre os outros países do hemisfério. Tanto assim que a espionagem e os programas destinados à preparação de forças especiais para a repressão de movimentos sociais também passam a fazer parte desse sistema de relações (Ianni, 1988, p. 23).

Tendo isto em conta, o presidente Rafael Correa emitiu o Decreto 1080, de 15 de maio de 2008, objetivando investigar a suspeita de infiltração destes agentes de inteligência estrangeiros nos serviços das Forças Armadas e da Polícia Nacional equatoriana. Neste período, o então Ministro de Defesa, Javier Ponce, confirma:

Sin identificar responsables, que se confirma la infiltración y que oficiales de las FF.AA. y la Policía recibieron pagos en efectivo por el espionaje, especialmente para sustentar el trabajo de EE.UU en el Plan Colombia (Quezada, 2012, p. 117).

Entretanto, ainda que tenha havido o reconhecimento de que oficiais equatorianos receberam dinheiro e apoio técnico<sup>82</sup> ao pessoal

---

<sup>81</sup> Ver em: Valor (2013), sobre a decisão do governo equatoriano de se retirar do ATPDEA. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/internacional/3178100/equador-renuncia-tratado-com-eua-por-caso-snowden#ixzz2aeOB3wly>>

<sup>82</sup> "Los gastos operativos son financiados con recursos de la International Narcotics Law – INL – de los EUA. [...] algunos integrantes de la UIES – Unidad de investigaciones Especiales – reciben remuneraciones directamente de la

militar e policial, nenhuma instância do governo de Rafael Correa executou ações contra aqueles que receberam contribuições estadunidenses em troca de informações soberanas do Equador, o que revela, em certo grau, algumas limitações de ação concreta da política externa equatoriana (Quezada, 2012).

Portanto, a dependência no plano político e econômico e a tentativa de exercer uma política externa autônoma por parte do governo de Rafael Correa, não passam em branco frente ao fato de que, todavia existe uma grande dependência das informações de inteligência colombiana e por via estadunidense, ademais da inexistência de pessoal qualificado, ausência de meios informáticos seguros e de infraestrutura de vigilância e alarme. Assim, mesmo frente a toda “boa vontade” da gestão de Rafael Correa de ampliar a autonomia da política externa, não se pode negar a influência que o passado de subdesenvolvimento e subserviência ainda exercem sobre as estratégias nacionais.

Desde a chegada de Rafael Correa à presidência da República do Equador e a partir dos seus discursos, se observa uma linha de atuação que beira ao confronto e denunciamento contra o imperialismo do norte e o capitalismo selvagem, entretanto isso não significou romper ou deixar de lado as relações como os EUA e com outros parceiros “tradicionais”<sup>83</sup>, mais bem, se pode dizer que essas relações passaram por uma reavaliação (Quezada, 2012).

Ao contrario do discurso antiestadunidense pregado pelo presidente Rafael Correa contra a intromissão dos estadunidenses na soberania equatoriana, a gestão pós-2006 não rompeu, por exemplo, os acordos de troca de informações e financiamento dos EUA aos agentes de informações locais, conforme comprova Quezada (2012, p. 128):

Los gringos mantienen presencia efectiva y activa en el país, debidamente documentada mediante acuerdos firmados el 25 de agosto del 2009, entre los dos gobiernos, donde consta la legalización de la presencia de la DEA – departamento antidrogas de los EUA –, el financiamiento y capaci-

---

embajada estadounidense [...] además de la ayuda en infraestructura, vehículos, equipos, capacitación y gastos operacionales” (Quezada, 2012, p. 118).

<sup>83</sup> Como demonstra, por exemplo, nos recentes contatos entre o presidente equatoriano, Rafael Correa e o vice-presidente dos EUA, Joe Biden, para tratar do pedido de asilo diplomático do ex-agente da CIA ao Equador, Edward Snowden. Ver em: Valor (2013b). Disponível em: <<http://www.valor.com.br/internacional/3179592/presidente-do-equador-conversou-com-vice-dos-eua-sobre-snowden#ixzz2qOdcGzII>>

tación a las fuerzas represivas, las operaciones conjuntas, la creación de unidades investigativas, [etc] estos mecanismos que el presidente Correa **los rechazó bravísimo en una de sus cadenas sabatinas, han sido aceptadas sin condicionamiento alguno en cartas firmadas entre las autoridades norteamericanas y del gobierno ecuatoriano** (grifo nosso).

Portanto, mais do que um plano concreto de afastamento e congelamento das relações exteriores com os EUA, presentes na retórica presidencial, o período que se inicia com a gestão de Rafael Correa é marcado pela ascensão de parceiros de peso do Sul global, fortalecendo a ideia presente nos discursos e no plano de governo da presidência da república de diversificar<sup>84</sup> os produtos, mercados, atores e acordos econômicos e políticos, cujo reflexo na política externa equatoriano foi o seguinte:

Desde un principio, se imprimió la diplomacia ecuatoriana, auguraban un distanciamiento, al menos político, del que hasta la fecha sigue siendo el principal socio comercial de Ecuador, EUA. La decisión del gobierno ecuatoriano, comunicada en 2007, de no renovar el contrato de la base de Manta, elemento importante en la estrategia estadounidense de lucha contra las drogas en el Pacífico, atendió así, tanto al consenso en la sociedad ecuatoriana, que ya se había plasmado en el Plan nacional de política exterior 2006-2020, como a la orientación anti hegemónica de la administración del presidente Rafael Correa (Zepe-da, 2011, p. 119).

Mesmo com a chegada à presidência dos EUA do democrata Barack Obama em 2009, não houve uma melhora substancial das relações entre Quito e Washington, para além do já estabelecido entre os governos de ambos os países. Isto se deve à algumas razões específicas.

Logo no início do mandato de Barack Obama, foi divulgado os detalhes dos convênios de cooperação entre o governo dos EUA e a Polícia Nacional equatoriana, no qual, o governo dos EUA condicionava a assistência financeira estadunidense à designação do alto comando da Polícia Nacional. O presidente equatoriano considerou esta ação de

---

<sup>84</sup> Atualmente o Equador conta com 28 oficinas comerciais em 23 países.

Washington uma ingerência nos assuntos internos do país, procedendo, inclusive, a questionamento direto sobre a própria atuação da Embaixada estadunidense em Quito como um órgão de espionagem e de criação de tensões internas<sup>85</sup>. Este questionamento trouxe um abalo as relações diplomáticas entre os países.

Apenas em abril de 2012 as relações diplomáticas entre Equador e EUA voltaram a ficar normalizadas, com a nomeação de Adam Namm, como embaixador dos EUA em Quito, nomeação que foi acolhida pelo governo de Rafael Correa<sup>86</sup>.

Entretanto, o episódio que mais impactos nas relações internacionais do Equador – e não apenas com os EUA, mas com as potências ocidentais tradicionais – foi o aceite do pedido de asilo diplomático de um dos líderes do grupo Wikileaks, senhor Julian Assange<sup>87</sup>, recebido na Embaixada do Equador em Londres. Consentir o asilo à Assange representou a *práxis* do discurso de uma política externa autônoma do presidente Rafael Correa<sup>88</sup> contra o imperialismo e as ingerências perpe-

<sup>85</sup> “A raíz de la publicación de nuevos cables filtrados a *Wikileaks*, en los que la embajadora de EUA en Quito, Heather Hodges, informaba al Departamento de Estado sobre la supuesta corrupción de algunos altos mandos policiales y especulaba sobre el posible conocimiento de esta situación por el presidente Rafael Correa, el gobierno ecuatoriano declaró a esta diplomática *persona non grata* y exigió su salida del embajador de Ecuador en Washington, generándose así el mayor distanciamiento entre los dos países en la historia reciente” (Zepeda, 2011, p. 119).

<sup>86</sup> O rompimento de relações diplomáticas entre Equador e EUA e a inexistência de diálogo fez caducar o compromisso comercial ATPDEA, em fevereiro de 2011. Andes (2012), disponível em: <http://www.andes.info.ec/es/pol%C3%ADtica-audio/1894.html>.

<sup>87</sup> No dia 19 de junho de 2012, o cidadão de nacionalidade australiana Julian Assange solicitou proteção diplomática do Estado equatoriano, em Londres, na Embaixada equatoriana, a partir das normas de asilo diplomática vigentes. Assange justificou o pedido do asilo por temor de perseguição em distintos países, temos que provém não apenas das ideias e ações difundidas por sua participação na organização *Wikileaks*, mas por seu incansável labor de publicar informações que compromete aos poderosos, de publicar a verdade e com ela, desmascarar a corrupção e os graves abusos aos direitos humanos dos cidadãos ao redor do mundo. Ver a “Declaração da República do Equador sobre a solicitação de asilo de Julian Assange em”: [http://estaticos.elmundo.es/documentos/2012/08/16/asilo\\_assange.pdf](http://estaticos.elmundo.es/documentos/2012/08/16/asilo_assange.pdf). Acesso em 01 dez.

<sup>88</sup> Em entrevista ao jornal “El Telégrafo” (2013, p. 09), Rafael Correa é perguntado: “Até aonde lutará ou defenderá o destino, o futuro, a vida de Julian As-



tuadas por Washington em todo o mundo<sup>89</sup>. De maneira geral, é possível enquadrar o aceite do pedido de Assange dentro de uma linha da atual política externa que consagra o princípio da solidariedade, ademais da busca estratégica pelo contato com uma das pessoas mais influentes na área de segurança cibernética do mundo.

Portanto, a gestão do presidente Rafael Correa, em matéria de política externa, ao reivindicar a soberania equatoriana e dos demais estados latino-americanos, coloca em prática uma retórica anti-imperialista, que confronta as políticas externas de Washington, em geral, e de Bogotá, em específico. Desde a invasão colombiana à região de Angostura em 2008, o governo equatoriano pareceu emitir sinais de afastamento tanto com os EUA, quanto com a Colômbia.

Se bem seja verdade que, tenha sido empregado um discurso de autonomia para romper a dependência econômica, militar, policial, política com Washington, observa-se que, por exemplo, o pedido de suspensão de assistência estadunidense às Forças Armadas e à Polícia Nacional, com o passar do tempo, ficou apenas no plano formal, pois as relações de colaboração continuaram em execução, inclusive, através da colaboração em exercícios militares, como o realizado na operação “Panamax 2010”, realizadas em Agosto, sob a direção do Comando sul do exército dos EUA, em defesa do Canal do Panamá.

Segundo Quezada (2012), o discurso político que empenha a espada de Bolívar contra os invasores do Norte, se contradiz com uma

---

sange?”. Sua resposta foi a seguinte: “Enquanto não mudarem as circunstâncias, Equador seguirá outorgando o asilo. Não temos por que voltar atrás. Está sob a proteção do Estado equatoriano e seguiremos dando essa proteção” (tradução do autor).

<sup>89</sup> Chama a atenção que Washington não apresente planos de desestabilização tão rápidos contra o governo de Rafael Correa, mesmo, pois, com a importância da decisão de concessão de asilo diplomático a Julian Assange, o que, em nosso ponto de vista, pode responder a duas possibilidades: i) nova estratégia de Washington pós era Bush para a América Latina – que parece pouco plausível, pois como aponta Chomsky (2003), republicanos e democratas estão preocupados, ambos, com a expansão do projeto estadunidense de democracia e livre-mercado por todo o mundo – e; ii) o fato do Equador manter a dolarização, que vai de encontro com a busca dos EUA por ampliar a proteção ao fator dólar – ou seja, tão logo o governo de Rafael Correa tome uma postura de fim à dolarização e enfrentamento ao dólar, tão mais rápido espera-se uma atitude de Washington, como já fora feito com o Irã, a Venezuela, a Coreia do Norte, a Líbia, entre outros, que “ousam” desafiar o pilar dólar.

amizade no plano militar que nada favorece o plano de autonomia e descolamento das relações exteriores fora do eixo de Washington.

Deste modo é que vale observar como a China pode ser um ingrediente fundamental para que tão logo toda a retórica contra os EUA e, que passa necessariamente, por uma política externa autônoma, encontre bases materiais para realizar-se.

### **2.1.2 China e novos parceiros: bases para a autonomia da política externa**

Em sua análise histórica sobre a vinculação da América Latina à dinâmica expansionista do capitalismo mundial, Marini (2012) oferece um interessante panorama, que pode ser um roteiro para compreender os processos da atualidade. O florescimento da República Popular da China como grande comprador de matérias-primas e produtos semimanufaturados (correspondente, por exemplo, no final do século XIX, à aceleração do processo de industrialização e urbanização nos países centrais) infla a demanda mundial de matérias-primas e alimentos, permitindo um “auge” /crescimento da economia exportadora latino-americana:

Esse auge está, no entanto, marcado por um aprofundamento de sua dependência frente aos países industriais [e atualmente, com relação à própria China], a tal ponto que os novos países que se vinculam de maneira dinâmica ao mercado mundial desenvolvem uma modalidade particular de integração (p. 50).

Observa-se que, a despeito dos excedentes do processo de acumulação econômica provenientes dos contratos de exportações petrolíferas à China e do desenvolvimento de atividades complementares, que caracterizam o crescimento do PIB não petroleiro se realizarem a partir da dinâmica e dos interesses hegemônicos do polo central de acumulação econômica, a nova configuração do bloco de poder equatoriano a partir de 2007, a partir da renegociação dos termos dos contratos com as empresas exploradoras de petróleo, permitiu ao governo atual lançar desafios econômicos e políticos à alguns setores tradicionais e centralizar no Estado o núcleo de acumulação e distribuição do crescimento econômico equatoriano.

É preciso levar em conta as relações econômicas internacionais, o que significa que a partir do breve início do século XXI, é necessário estudar como ocorre o processo de integração dos países da América Latina ao capitalismo hegemônico, dado, por exemplo, às mudanças

substanciais no funcionamento do sistema capitalista mundial, como consequência do florescimento, por exemplo, de novos atores, como a China, a Índia e da Rússia.

O próprio florescimento de um novo centro dinâmico de acumulação, determinando um novo ciclo de expansão capitalista, tem efeitos diretos sobre as sociedades dependentes latino-americanas, que tem – enquanto atores subdesenvolvidos – de se readaptar para satisfazer as demandas da nova etapa de expansão do capitalismo mundial. A realidade histórica nacional e as mudanças estruturais exigidas acabam por impactar nos projetos políticos nacionais, abri-lhes ou negando-lhes possibilidades de avanço, aprofundamento ou autonomia de gestão e execução de um interesse nacional popular.

Por exemplo, a ascensão da China como novo centro de acumulação tem consequências diretas nos setores produtivos da economia orientados para a exportação. É preciso entender como o comportamento desses setores influencia a tomada de posições em política externa e, de maneira análoga, analisar como a integração à economia mundial, ocorria no período anterior (de 1980 a 2007), ainda marcado pelo capitalismo monopolista estadunidense.

O crédito propiciado pelas autoridades chinesas tem sido fundamental para o governo Correa, principalmente após o anúncio de que o governo pagaria US\$ 3,2 bilhões a menos em pagamentos de títulos da dívida em 2008 (conforme recomendação da Comissão de Auditoria). Deste modo, com a diminuição dos fluxos de capital em direção ao Equador (sobretudo no ano de 2008 e 2009), o investimento (empréstimo) dos chineses<sup>90</sup> foi uma das fontes que propiciou a alta dos gastos do governo nos últimos anos. Esses gastos levaram o país a um crescimento sólido do PIB e ajudaram a reduzir a taxa de pobreza de 52% para 32%, desde que ele assumiu o cargo, em 2007 (Valor, 2013).

Com o gasto público em alta, o déficit fiscal do Equador chegou a 5,7% do PIB (Produto Interno Bruto) no ano passado e deve superar os 7% do PIB neste ano. Esse déficit tem sido coberto em parte pelos

---

<sup>90</sup> “Contrato es Contrato. Sin licitación, a precios inferiores a los del mercado, durante seis años, se ha obligado a la empresa pública Petroecuador, transferir a una transnacional extranjera semiestatal (Petrochina), un negocio superior a 36 mil millones de dólares, a cambio de 5 créditos, por 7 mil millones de dólares otorgados por el Banco de Desarrollo de China (CDB)” (Villavicencio, 2013, p. 102).

US\$ 9,25 bilhões<sup>91</sup> em créditos concedidos pela China, muitos deles tendo o petróleo - principal produto de exportação do país - como moeda de troca (ver tabela1 abaixo).

Os acordos feitos entre as estatais equatoriana e chinesa estão sendo articulados, dentro da atuação da Política Externa da gestão de Rafael Correa, sob a concepção de “Aliança Estratégica”, assinada no dia 27 de janeiro de 2009, entre a petrolífera Petroecuador e a Petrochina (semiestatal). Sob o marco desta Aliança Estratégica:

en el labirinto comercial y financiero, la empresa pública Petroecuador, tiene la responsabilidad de consignar petróleo a favor de Petrochina con el fin de amortizar el capital y los intereses. Para gratificar esta operación: con tan solo dos embarques mensuales de 360.000 barriles de petróleo por 16 meses, a un precio promedio de USD 90 el barril, se amortizaría el crédito de 1 mil millón de dólares; no obstante, Petroecuador concedió un volumen de crudo 4 veces superior (Villavicencio, 2013, p. 112).

Desta forma é que o presidente Rafael Correa pôde, entre outras medidas, elevar os gastos com educação de 2,5% para 6% do PIB, conceder benefícios sociais em dinheiro (conhecidos como bônus de desenvolvimento humano) para famílias mais pobres e ter bilhões de dólares contratados em obras de infraestrutura, que impulsionam o crescimento do país. Além dos mais de US\$ 9 bilhões em financiamentos, a China também é o principal parceiro do país em obras de infraestruturas. Os chineses tocam hoje cerca de US\$ 6 bilhões em projetos como hidrelétricas, irrigação e estradas, entre outros, no país (Valor, 2013)<sup>92</sup>.

Tabela1. Crédito chinês concedido ao Equador

<sup>91</sup> Dos 9,25 bilhões de dólares, 2 bilhões foram encoberto na figura de vendas antecipadas; 5 bilhões adicionais garantidos com petróleo através dos denominados contratos comerciais; e os créditos para as plantas de Coca Codo Sinclair (1,682 bilhão) e 571 milhões para o projeto de Sopladora (Villavicencio, 2013, p. 103).

<sup>92</sup> Dinheiro chinês ajuda a reeleger Correa no Equador, Internacional, **Valor Econômico**, 18 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/internacional/3008870/dinheiro-chines-ajuda-reeleger-correa-no-equador#ixzz2o84W13ra>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

Créditos concedidos ao Equador (em US\$ milhões)

Ciente	Credor	Ano	Finalidade	Valor
Petroecuador	Petrochina	2009	Pagamento antecipado por petróleo	1.000
Governo	Banco Ex-Im	2010	Hidrelétrica Coca-Codo Sinclair	1.682,7
Petroecuador	BDC	2010	80% discricionário e 20% relacionado ao petróleo	1.000
Governo	Banco Ex-Im	2010	Hidrelétrica Sopladora	571
Petroecuador	Petrochina	2011	Pagamento antecipado por petróleo	1.000
Governo	BDC	2011	70% discricionário e 30% relacionado ao petróleo	2.000
Governo	BDC	2012	-	2.000

Total de créditos  
US\$ 9,253 bilhões

Fonte: Valor, 2013.

Portanto, se pode afirmar que existem vários objetivos com relação à aproximação das relações diplomáticas com entre Quito e Pequim. Em primeiro lugar, tem destaque o objetivo de diversificar as relações exteriores, particularmente as relações comerciais e financeiras e; em segundo lugar, garantir um parceiro político que possa contribuir a contrabalançar a hegemonia estadunidense na política externa equatoriana. De um modo ou de outro, a participação da China foi fundamental para garantir maior autonomia de ação e planejamento para a política externa a partir de 2007, sobretudo, porque Pequim não tem o mesmo perfil de exigências políticas (contrapartidas) que os EUA se caracterizaram por exigir frente às relações comerciais e financeiras com países da América Latina.

Na prática, o que afirmamos acima se comprova quando se observa a assinatura de trinta convênios com a República Popular da China desde a chegada de Rafael Correa à presidência da República. Dentre estes acordos, há a predominância de acordos de cooperação financeira, que na verdade, são formalizações de “adiantamentos” (venda futura de petróleo à preço presente) referentes à compra de petróleo equatoriano<sup>93</sup>:

Petroecuador alcanzó acuerdos económicos por 1.000 millones de dólares con la empresa estatal Petrochina, a cambio de la venta anticipada de petróleo por parte de la empresa ecuatoriana, a un plazo de dos años y al 7,25% de interés. Luego la Secretaría Nacional de Planificación – SENPLADES – obtuvo otro acuerdo económico con la empresa china CMAC Engineering Co. Ltda. para desarrollar proyectos agropecuarios y de saneamiento por un monto de 1.000 millones más, en

<sup>93</sup> No governo de Rafael Correa, se continuou com o sistema de endividamento externo com organismos internacionais de crédito como o BID, a CAF, e o governo da República Popular da China e suas instituições financeiras, com as quais se acordou a venda antecipada de petróleo, a entrega diária de barris de “ouro negro”, como foram de pagamento pela dívida mantida (Quezada, 2012).

las mismas condiciones anteriores, llegado al acuerdo de entregar 60.185 barriles diarios de petróleo, el porcentaje representa el 75% de sus ventas diarias de petróleo de Petroecuador que serán concedidas a las financieras chinas (Quezada, 2012, p. 531).

Outro dado importante, é que o Equador, no momento, é o principal receptor de investimentos chinês<sup>94</sup> na América Latina, com uma quantia que chega a mais de cinco bilhões de dólares (Zepeda, 2011). Portanto, do ponto de vista equatoriano, tem sido vantajoso aproximar-se da China, tanto pelo excedente financeiro que o gigante asiático dispõe, que pode ser revertido em empréstimos adiantados<sup>95</sup> ao Equador, quanto pela diminuição da dependência frente aos EUA, que a relação econômica com a China possibilita.

Entretanto, não se deve desconsiderar a hipótese do Equador estar avançando para substituir a velha dependência com relação aos EUA por uma nova dependência<sup>96</sup>, agora ligado ao centro de acumulação do sudoeste asiático, conforme aponta Quezada (2012, p. 291; p. 532):

Con el inicio y desarrollo de la mega minería, el Ecuador profundiza su matriz primario exportador

---

<sup>94</sup> “Alrededor de unas 45 empresas chinas laboran en el Ecuador [...] la empresa más importante es la Andes Petroleum Co” (Quezada, 2012, p. 532). Ademais do crescimento do investimento direto chinês na América Latina, a partir de 2010, chegando a composição de 9%, segundo dados da CEPAL, no documento “O investimento estrangeiro direto na América Latina e Caribe”, de 2010.

<sup>95</sup> Segundo Villavicencio (2013, pp. 98-99), os empréstimos chineses não são, pois apenas adiantamentos de capital, do tipo que caracterizaria uma **venda antecipada de petróleo**, pois há dois elementos que configuram sim uma política de endividamento público: i) o fato de serem contratos de quatro partes (BCE; CDB; Petroecuador e Petrochina), pois, se de fato fosse uma venda real de petróleo e não um contrato de endividamento, não haveria a necessidade de contar com essa quarta instituição financeira é o CDB; e ii) Há a incidência de custos financeiros explícitos nos contratos específicos, que caracteriza uma política de endividamento e não de venda real de uma commodity: “el caso de las facilidades petroleras, como se indica, aparenta ser más que nada una forma de endeudamiento público agresivo y caro, antes que la intitulada venta anticipada de petróleo”.

<sup>96</sup> El comercio, 2011. Disponível em: [http://www.elcomercio.com/editorial/ALTA-DEPENDENCIA-CHINA\\_0\\_511748958.html](http://www.elcomercio.com/editorial/ALTA-DEPENDENCIA-CHINA_0_511748958.html).

y la explotación de recursos naturales no renovables, da un giro en su dependencia comercial, cambiando el eje norteamericano por el chino. El desarrollo de la mega minería, es rechazado por las organizaciones sociales, partidos políticos de izquierda y comunidades indígenas del país, provocando una reacción severa por parte del gobierno nacional;

[...] la venta anticipada de petróleo, a una tasa de interés de 7,25% a dos años plazo, son de claros beneficios para la República Popular China, pues compromete a Ecuador y su empresas estatal Petroecuador a entregar aproximadamente 130 millones de barriles durante seis años, lo que representa 12.512 millones de dólares. **Los préstamos otorgados por los financistas chinos son extremadamente costosos [...]** Este gobierno ha descartado préstamo que oscilan entre el 2,5 al 4% de interés, que facilitan instituciones financieras como la CAF o el BID, para estos y otros proyectos, **lo que les importa es obtener dinero sin mayores requerimientos o trabas para disponerlos de inmediato** (grifo nosso).

Ademais da China, vale destacar a estratégia de aproximação com outros países da Ásia e do leste europeu. A visita presidencial à Rússia e à Bielorrússia teve como principal objetivo a aproximação do Equador com o bloco da União Aduaneira entre Rússia, Bielorrússia e Cazaquistão, para viabilizar um acordo de liberação de tarifas alfandegárias. Vale destacar que o asilo diplomático que o governo de Vladimir Putin concedeu à Snowden (que divulgou os segredos da espionagem estadunidense) aproxima o Kremlin de Carondelet, uma vez que ambos os países estão comprometidos com a defesa destes importantes personagens (o Equador concedeu asilo à Assange), perseguidos pela diplomacia estadunidense<sup>97</sup>.

A aproximação com a Rússia, responde também ao interesse russo em se aproximar de uma zona estratégica tradicional para os EUA. Desta maneira, a estratégia de Putin veio ao encontro das propostas

---

<sup>97</sup> Andes (2013). Disponível em: <<http://www.andes.info.ec/pt/noticias/o-equador-aproxima-do-bloco-comercial-russia-belarus-e-cazaquistao-liberacao-tarifas>>.

de política externa equatoriana (buscar novos sócios e aproximação bilateral para diminuir a dependência política e econômica frente a Washington). Observa-se que, como resultado deste movimento, desde janeiro de 2008 foram assinados doze convênios ou memorandos de entendimento entre a Federação Russa e a República do Equador, inclusive alguns de cooperação técnica-militar, financiamento russo para os projetos hidroelétricos Toachi-Pilatón, cooperação em matéria de energia e uma declaração de associação estratégica e inclusive, conversações sobre a utilização de energia atômica para fins pacíficos (Zepeda, 2011).

Este último tema nos leva a um novo parceiro que vem gerando polêmica na política externa equatoriana, o Irã. Durante a presidência de Mahmoud Ahmadinejad (2005-2009; 2009-2013) houve uma ativa política externa para a América Latina em busca de alianças que permitam ao governo de Teerã superar o isolamento internacional, ao qual EUA, Grã Bretanha, França e Alemanha tentaram submetê-lo. Desde a posse do presidente Rafael Correa (a qual assistiu pessoalmente, o presidente do Irã), foram assinados mais de vinte e cinco convênios bilaterais ou interinstitucionais<sup>98</sup>, que enfocaram a cooperação na área de hidrocarbonetos, petroquímica, mineração e energia.

Do ponto de vista da política externa institucional, foi instalada uma Embaixada em Teerã e oficinas comerciais entre ambos os países, com o fim de incrementar as relações não somente políticas, mas comerciais e financeiras. Porquanto, as relações comerciais ainda estão em pleno amadurecimento, de modo que, as consequências imediatas da aproximação à Teerã são vista desde o plano político, sobretudo da política externa: i) defesa da multipolaridade; ii) relacionamento entre países não alinhados; iii) direito dos países a desenvolver e utilizar energia nuclear para fins pacíficos, que representa a orientação anti-hegemônica de ambos os países.

Nesse caso, o trato político levou ao estabelecimento de acordo entre o BCE e o Banco de Desenvolvimento de Exportações do Irã, para o estabelecimento de um banco iraniano no Equador e a concessão de um empréstimo de 40 milhões de dólares para financiar a importação de bens e serviços iranianos ao Equador. Esses acordos têm sido vistos com muita suspeita por parte dos EUA, que como retaliação incluiu o Equador na lista de países que não cooperam na luta contra a lavagem de bens e o financiamento ao terrorismo, pelo GAFI – a diplomacia

---

<sup>98</sup> Lista completa de Protocolos; Memorandos; Projetos; Convênios; Acordos; listado em: Villavicencio (2013, pp. 173-175).



equatoriana tenha agido rapidamente para retirá-lo desta lista (Zepeda, 2011).

Assim, observa-se que o Equador tem aprofundado sua relação diplomática com atores que não figuravam como parceiros tradicionais da América Latina, o que reforça não apenas o discurso, mas a prática concreta de diminuir a dependência financeira, militar, política e cultural com relação à potência hegemônica, os EUA. Não é uma tarefa sem muitos desafios a do Equador, cuja história nacional – como é o caso também dos demais países latino-americanos – coincide com o período de florescimento e hegemonia estadunidense.

Desta maneira, o aparecimento de “rivais” sem não à altura dos EUA, mas pelo menos que reforcem o cenário de multipolaridade e multilateralismo fornece para a América Latina e, em especial, para o Equador, possibilidades de incrementar a autonomia de ação e planejamento de sua inserção internacional, muito embora, há de estar atento para não se confundir novas possibilidades de arranjo com Pequim com uma nova dependência, nos moldes da que existe com os EUA.

É sobre a inserção dependente e sobre a tentativa de alcançar autonomia na globalização que se passará a analisar a seguir.

## **2.2 A inserção equatoriana e o resgate da autonomia dentro da globalização**

*A expansão do mercado mundial é a base sobre a qual opera a divisão internacional do trabalho entre as nações industriais e as não industriais, mas a contrapartida dessa divisão é a ampliação do mercado mundial (Marini, 1976, p. 22).*

A força das dinâmicas financeiras, tecnológicas e comerciais globais marcou uma etapa história na qual o neoliberalismo passou a ser o receituário adotado pelos países latino-americanos para livrar-se das crises em que se encontravam, na década de 80 e 90. Assim, há de se destacar que, dentro do cenário de globalização financeira, a posição central das instituições financeiras (responsáveis pela elaboração das “receitas” para a crise) radica não apenas no controle das fontes de capital, mas também na crescente dependência das empresas e do Estado com relação aos recursos externos, ligados, sobretudo à dinâmica do capital financeiro (vide tabela 2 sobre a evolução das dívidas externas), conforme afirma Chesnais (2003, pp. 46-48):

O regime de acumulação com dominância financeira designa uma etapa particular do estágio do

imperialismo, compreendido como a **dominação interna e internacional do capital financeiro**. No centro do regime de acumulação que tenta impor-se mundialmente, situam-se novas formas de concentração do capital-dinheiro (fundos de pensão e os fundos de aplicação financeira), os mecanismos de captação e de centralização de frações de valor e de mais-valia a sua disposição e, enfim, as instituições que garantem segurança, políticas, mas também financeira, das operações de investimento financeiro. **Isso tudo permite à finança desfrutar daquilo que se designa com o termo autonomia da finança, com o imenso poder social que essa autonomia lhe confere** (grifo nosso).

Tabela 2. Evolução da dívida externa da América Latina e do Caribe  
Em milhões de dólares

Años	1970	1980	1990	1996	1999	2001	2002
Total A. Latina + El Caribe	32 561	257 374	475 374	670 868	794 836	764 880	789 398
<i>Principales países endeudados</i>							
Brasil	5 734	71 527	119 964	181 322	243 711	226 362	
México	6 969	57 378	104 442	157 498	167 250	158 290	
Argentina	5 810	27 157	62 233	111 378	145 294	136 709	
Venezuela	1 422	29 356	33 171	34 490	37 261	34 660	
Perú	3 211	9 386	20 064	28 981	29 210	27 512	
Colombia	2 236	6 941	17 222	28 900	34 424	36 699	
Chile	2 977	12 081	19 226	23 049	34 269	38 360	
<b>Sub-total</b>	<b>28 360</b>	<b>213 825</b>	<b>376 322</b>	<b>565 617</b>	<b>691 420</b>	<b>658 592</b>	
<b>Sub-total en %</b>	<b>87%</b>	<b>83%</b>	<b>79%</b>	<b>84%</b>	<b>87%</b>	<b>86%</b>	
<i>Países medios</i>							
<b>Ecuador</b>	<b>364</b>	<b>5 97</b>	<b>12 107</b>	<b>14 495</b>	<b>15 305</b>	<b>13 910</b>	
Bolivia	588	2 702	4 275	5 195	5 548	4 682	
Paraguay	112	955	2 105	2 565	3 393	2 817	
<i>Países pequeños</i>							
Haití	43	350	911	904	1 182	1 250	
El Salvador	182	911	2 149	2 914	3 795	4 683	
Guatemala	159	1 180	3 080	3 772	4 205	4 526	
Nicaragua	203	2 193	10 745	5 961	6 909	6 391	
Uruguay	363	1 680	4 415	5 899	7 501	9 706	

Fonte: Centro de Direitos Econômicos e Sociais, CDES. Equador, Quito.

Portanto, nesta perspectiva, a participação na emergente globalização significaria, essencialmente, o surgimento e desenvolvimento de uma esfera de relações econômicas, sociais e políticas globais que tendem a se reproduzir como fenômenos mundiais que transcendem as

fronteiras nacionais, formando um sistema global<sup>99</sup>, ainda que continue dependendo de sistemas nacionais ou locais para assegurar sua total reprodução (DOS SANTOS, 2003).

O papel dos sistemas nacionais pode ser constatado na observação empírica da centralidade que as decisões e ações do Banco Central passaram a ter para a política econômica (e a constante reafirmação de sua separação da “grande política” nacional). Os Bancos Centrais foram transformados em instituições estratégicas para a manutenção da hegemonia financeira, não apenas nacional, mas também internacional (TAVARES; FIORI, 1997).

A globalização produtiva impactou concretamente no modelo de inserção internacional que o Equador adotou desde os anos 1980 até os dias atuais. A partir dos primeiros anos da década de oitenta, quando se deu a crise da dívida (1982) os diversos governos começaram a aplicar as diretrizes das Cartas de Intenção do FMI<sup>100</sup>, cujo principal objetivo era manejar a economia de maneira a angariar recursos (não importando de onde eles fossem retirados: saúde, educação, segurança, previdência social) para pagar os serviços atrasados da dívida externa assim como ter acesso aos empréstimos internacionais.

Muito embora a reforma constitucional de 1979 estivesse inscrita no marco do Estado desenvolvimentista, a crise da dívida dos anos 1980 e os compromissos internacionais do Equador levaram a uma necessária transformação das estruturas legais e do sistema financeiro nacional, no sentido de permitir o livre manejo das taxas de câmbio, das taxas de juro e da movimentação de capitais estrangeiros, conforme

---

<sup>99</sup> Neste sentido, pode-se destacar a vinculação do Equador à Organização Mundial do Comércio (OMC), desde 1996, que significou eliminar quase todo tipo de restrição comercial, exceto algumas salvaguardas alfandegárias introduzidas, sobretudo por razões de curto prazo. Esta ação da diplomacia equatoriana permite afirmar que a política de abertura comercial, aprofundada desde 1995, apesar das tendências protecionistas e regionalistas na economia mundial, como mostra a dificuldade, por exemplo, da banana equatoriana para ingressar no mercado europeu ou a luta contra os enormes subsídios que recebe a agricultura nos EUA (Acosta, 2006).

<sup>100</sup> “Pieza fundamental de este proceso resultó la acción sistemática del FMI y del BIRD. Acción respaldada por un hábil y no menos perverso manejo propagandístico. Punto vital de este manejo constituye la visión combinada de inevitabilidad y de atraso que tendría el Ecuador en relación con los otros países latinoamericanos, que niega la existencia de alternativas” (Acosta, 2006, p. 203).

aponta o Relatório da Auditoria da Dívida do Equador (Ministério de Economía..., 2008, p. 23):

Estos cambios se expresaban en 1983 en la primera carta de Intención suscrita con el FMI por Abelardo Pachano, Gerente General del Banco Central del Ecuador y Pedro Pinto, Ministro de Finanzas y dice así: “el gobierno está en proceso de reformar el sistema cambiario, reacondicionar las finanzas públicas y la utilización de instrumentos monetarios y establecer controles y normas adecuados sobre el endeudamiento externo del sector público. Para lograr los objetivos antes mencionados el gobierno ha formulado un programa... para cuyo propósito desea contar con el apoyo del Fondo Monetario Internacional. Por lo tanto solicita un acuerdo de crédito contingente.

Assim, em particular dentro do contexto do caso equatoriano, e em geral, no caso dos países subdesenvolvidos, o poder político encontra-se submetido ao poder financeiro por causa da sua necessidade de capital (para cobrir o serviço e a amortização da dívida interna e externa), que se concretiza em empréstimos. Desta maneira, o Estado financia o seu déficit com o setor financeiro de forma parecida que o faz com as corporações, não através de ações, mas com títulos públicos, criando o mecanismo de endividamento público interno crescente, sobretudo, no período a partir de 1994. Ademais dessa “necessidade fiscal”, o Estado, como um ente que existe dentro e sobre a influência de uma sociedade classes, está sujeito aos mais variados *lobbies* e outras influências e constrangimentos:

Los países desarrollados, poseedores de una considerable acumulación de capital buscan invertirlo en los países necesitados de esos recursos sometiéndolos a sus condiciones, con el afán de obtener los mayores beneficios posibles y de incorporar a su correspondiente órbita de dependencia económica exterior (MENA, 1991, p. 21).

Nessa situação de forças, um dos fatores fundamentais que permitem o poder dos bancos e das instituições financeiras é o controle que estes exercem sobre parte substantiva dos recursos e do fluxo de capitais na economia. Esse controle possibilita, em determinadas circunstâncias, criar constrangimentos ao processo decisório das políticas governamentais (por exemplo, dentro do marco da política externa co-

mo uma política pública) e às decisões estratégicas das empresas, caracterizando-se um processo que alguns autores identificam como *hegemonia financeira* (MINTZ; SCHWARTZ, 1985).

Portanto, a necessidade por parte do Estado de (re) financiamento cria uma grande dependência para com o capital financeiro, estabelecendo uma relação de endividamento assimétrica entre ambos os poderes (o Estado como tomador de empréstimos e os capitalistas financeiros como credores), conforme aponta o relatório da Comissão de Auditoria da Dívida pública do Equador (2008, p. 24):

A partir de los años 80 todos los gobiernos han emitido bonos en sucres y en dólares para dirigirlos principalmente a estos objetivos (sostener el endeudamiento; dismantelar al Estado; beneficiar a la banca privada) [...] esas emisiones de bonos por gobierno, que han sido tomadas de las publicaciones de los respectivos Decretos en los Registros Oficiales<sup>101</sup>.

Precisamente neste controle das fontes de capital baseia-se a hegemonia financeira, que faz com que o poder do capital financeiro tenha uma importante influência no processo decisório de elaboração de políticas públicas estatais. Diante do controle da finança sobre a institucionalidade estatal e de sua imposição como “credora inevitável” ocorre a aceitação por partes das elites dirigentes nacionais da “fábula”<sup>102</sup> de que nenhuma reestruturação maior pode ser feita sem o poder das finanças (uma vez que o poder financeiro seria também gerador de especulação e de instabilidade), a menos que seu poder seja questionado.

Sobre as imposições da globalização financeira dos anos oitenta, parece muito pertinente o comentário do professor Pierre Salama (2006, p. 105):

En la década del ochenta, se impusieron en América Latina criterios económicos similares a los establecidos a título de indemnizaciones de guerra

---

<sup>101</sup> Refinanciar deuda externa: Decretos 2817,1349; Refinanciar deuda externa privada: Dec 3615; Refinanciar deuda pública total: Dec. 3545, 302, 1273, 484, 992, 1788, 2621, 19; Modernización Estado: Decreto 1962, Registro oficial 493. Julio de 1994; Capitalizar La Previsora -86: Dec 1503; Salvataje bancario en 1998: Ley AGD; Capitalizar Filanbanco-2001: Dec 1517 (Ministério de Economía..., 2008, p. 24).

<sup>102</sup> Ver como Milton Santos (2009) caracteriza essa fábula da globalização.

por el Tratado de Versalles a Alemania después de la Primera Guerra Mundial.

É partir dessas imposições criteriosas da globalização (burguesia financeira), a partir dos anos oitenta, que se permite compreender a falta de autonomia de planejamento nacional e, em especial, da política pública das Relações Exteriores e a conseqüente subserviência aos ditames dos organismos financeiros/monetários multilaterais<sup>103</sup>, que se compreende o porquê da década dos noventa ser considerada “a década da recessão”, sobretudo, em decorrência da redução dos gastos públicos e do aumento da dependência e vulnerabilidade nacional equatoriana:

Adicionalmente, en los años ochenta, la valorización del capital en América Latina se sustenta en el mecanismo de la extracción de plusvalía absoluta, alargamiento de la jornada de trabajo seguida por la multiplicación de empleos para sobrevivir en razón de la reducción del poder de compra (SALAMA, 2006, p. 108).

Dado o grau de abertura da economia equatoriana ao capital especulativo financeiro e tomando a abertura das contas financeiras como medida de base para o crescimento equatoriano é que se compreende a política de desvalorização monetária como forma de aumentar os saldos positivos na balança de pagamentos e como forma de compensar o cada vez mais elevado compromisso com o pagamento dos serviços e amortizações da dívida pública (interna e externa), conforme aponta o professor Salama (2006, p. 114):

Desde el momento en que una de las relaciones más significativa a considerar **no es la deuda externa en proporción al PIB, sino la deuda respecto al valor de las exportaciones**, queda claro por qué las economías latinoamericanas permanecen relativamente firmes a pesar del aumento de sus tasas de apertura en los últimos diez años (grifo nosso).

---

<sup>103</sup> “O Equador, apesar de seguir em grande medida as receitas destas instituições, foi considerado como um país reativo ao ajuste. As instituições financeiras internacionais incluíram o Equador na lista de países que negaram o ajuste. E, por isso, justificando a própria falta de ajuste, é que estas instituições pressionaram pelo aprofundamento do ajuste estrutural” (Acosta, 2006, p. 202, tradução nossa).

Considerando todos estes fatores abordados acima, a política externa equatoriana encontrava-se, virtualmente, sob o controle ideológico da “fábula neoliberal” e na prática, a política externa deixou de ser um mecanismo autônomo para pensar a inserção internacional do Equador de maneira a reduzir a dependência e vulnerabilidade externa. Pelo contrário, havia a crença, de que o desenvolvimento equatoriano e a consequente diminuição da vulnerabilidade externa, viriam apenas com o aprofundamento da dependência associada aos EUA. Desta feita, importa mencionar o apoio da diplomacia equatoriana à proposta de 27 de junho de 1990, da “Iniciativa para as Américas”:

Así, desde inicios de los años ochenta, con diversos grados de coherencia e intensidad, en el Ecuador se adoptó una **concepción aperturista y liberalizadora de inspiración fondomonetarista / bancomundialista**, impuesta a través de múltiples mecanismos y hasta con chantajes externos e internos. La recuperación de los equilibrios macroeconómicos, para retomar en forma espontánea la senda del crecimiento y la distribución de los frutos del ingreso, fue el *leitmotiv* del manejo económico al tiempo que se introducían cambios estructurales en la economía (Acosta, 2006, p. 202, grifo nosso).

A participação do Equador, e as consequentes manobras de sua política externa na globalização econômica, aprofundadas a partir dos anos noventa, não podem ser entendidas sem passar pelo estudo (sob qual nos debruçaremos no seguinte capítulo) das consequências da dolarização econômica de janeiro de 2000, que revela a constante interação dos planos doméstico e internacional, uma vez que a própria crise interna do regime econômico e monetário equatoriano é, pois senão, resultado dos diversos efeitos provocados pelas crises financeiras dos anos noventa (leste asiático, economia mexicana, economia brasileira) (Acosta, 1996).

Essas crises financeiras trazem como consequência prática para o Equador, a deterioração da balança de pagamentos, tanto na conta comercial<sup>104</sup> quanto na conta de captais. Ademais, não se pode observar

---

<sup>104</sup> Muito embora isso não tenha significado a diminuição quantitativa das exportações: “la lista de productos exportados creció vertiginosamente: agua mineral, aguardiente, artículos de confitería, achiote, alimento para perros, avena especial, bambú, caolín, cigarros, condimentos, duraznos, féculas, extractos de

a influência desses fatores sem notar a queda dos preços do petróleo, a partir de 1998. A conjugação destes elementos é que explica a crise econômica, financeira e monetária que o Equador e a maioria dos países da América Latina, enfrentaram em 1999-2000, pois:

La expansión capitalista de los países centrales – incluso antes de convertirse en imperialista – potencia los componentes internos de cada sociedad latinoamericana que favorecen la fragmentación; poco más de un siglo después, la dinámica de la expansión capitalista parece recrear, en otro plano cuanti-cualitativo, condiciones para revertir el proceso (ANSALDI, 1992, p. 214).

Neste turbulento período em que o aprofundamento da participação na globalização – segundo o receituário das instituições financeiras internacionais – gerou uma constante de crises econômicas e políticas, é que se observa uma reação popular, que pelo menos no caso equatoriano, denota a globalização também como uma etapa de possibilidades para os países latino-americanos<sup>105</sup> e não de puro fatalismo.

Como reação à abertura dos mercados e ao livre fluxo de capitais, a esquerda latino-americana recuperou a visão de um Estado forte, com capacidades para regular, planificar, redistribuir e controlar a economia e o modelo de participação na globalização financeira. Ao adotar essa posição política de agente atuante, a própria política externa equatoriana passou a beneficiar-se de um Estado que valoriza a autonomia e o exercício soberano de suas atribuições.

Um dos pontos mais centrais com relação à soberania econômica equatoriana tem a ver com o Processo de Auditoria<sup>106</sup> da Dívida In-

malva, harina de plátano, hongos, jugos, legumbres, manteca de cerdo, piñas, quinua, salsa de tomate, tabaco negro, etc” (Acosta, 2006, p. 206). Entretanto, ainda que tenha aumentado o número de produtos exportáveis, a contribuição dos mesmos em termos qualitativos (e até mesmo quantitativos) é limitado. No limite, o aumento em quantidade equilibrou a redução em termos de preço.

<sup>105</sup> Conforme aponta Milton Santos (2009).

<sup>106</sup> Uma pergunta interessante sobre o processo de auditoria é saber por que ele não foi realizado em outros países que também tiveram governo de tendência progressista (Venezuela; Bolívia, Uruguai; Paraguai; Honduras; Brasil (?)). Pensamos, de maneira preliminar, que alguns fatores podem explicar a ocorrência da auditoria da dívida pública no Equador: i) ao contrário dos outros países, o grupo de intelectuais que apoiou a candidatura de Rafael Correa e o próprio economista Rafael Correa já vinha, desde meados da década de 1990, trabalhando sobre o tema da ilegalidade da dívida externa – no grupo Jubileo 2000;



terna Pública do Equador, finalizada em setembro de 2008. Só é possível entender o apoio eleitoral e respaldo cidadão à auditoria em razão tanto da crise política que as instituições políticas do Equador viviam desde o ano de 1996 e também em virtude da crise bancária de 1999, que logo foi transformada (por uma decisão política do governo de Jamil Mahuad) em crise monetária. O então professor e ex-ministro da Economia, Rafael Correa e seu bloco hegemônico fizeram a correta leitura de um importante ator equatoriano (a classe média) para levar adiante as mudanças buscadas pela Alianza País, daí a precisão do termo cunhado para essas transformações: a Revolução Cidadã (Dávalos, 2012).

Os anos 1980 e 1990 foram marcados pelo ajuste econômico do FMI<sup>107</sup>, ajuste que provocou feridas sociais imensas no Equador, principalmente, no que diz respeito às sucessivas recessões e ao aumento da pobreza. A aplicação do programa neoliberal que se inicia no começo dos anos 80 caracterizou o privilégio das políticas econômicas com o

ii) a especificidade da dívida equatoriana, cujo ápice de descontrole e ampliação fora a materialização da dolarização da economia no ano 2000 e; iii) a tendência ao “não conflito” imprimida pelo presidente Rafael Correa, que ao que parece, sofreu pressões específicas de grupos internos para não cumprir integralmente com o que apontava o Relatório da Comissão de Auditoria da Dívida.

Com isso, não se quer justificar que outros países não fossem capazes de realizar uma Auditoria própria em seus países, mas que a correlação de forças internas e a própria sustentação externa (acordos e participação em determinação organização externas – Unasul; Alba; Celac; etc) levou o grupo de poder liderado por Rafael Correa a realizar a auditoria – mais a frente vamos expor o porquê do apoio da burguesia nacional a este processo de auditoria –. Também importa mencionar que outras estratégias foram tomadas na Venezuela, na Bolívia, em Honduras, no Uruguai, no Brasil e não foram tomadas no Equador, de maneira que é preciso, nesse caso, destacar as condições internas que permitiram e necessitaram a realização da Auditoria da Dívida (sobre a rede Jubileo 2000, mais informações em: <http://www.jubileo2000.ec/>).

<sup>107</sup> En una nueva y rápida mirada sobre las crisis financieras de inicios de los años ochenta, podemos ver que México no puede pagar más el servicio de su deuda, mucho menos el principal, por lo que los mercados financieros internacionales reaccionan de manera extremadamente brutal: los países latinoamericanos, más que los países asiáticos, no pueden desde ese momento acceder a los créditos internacionales, sin antes firmar una “carta de intención” con el Fondo Monetario Internacional (FMI). En lo sucesivo, los países latinoamericanos deben financiar una parte sustancial del servicio de su deuda con recursos propios y negociar con el FMI la amortización del capital (SALAMA, 2006, p. 105).

pagamento dos serviços da dívida<sup>108</sup>, no marco da transferência de vultosos recursos dos países subdesenvolvidos (como é o caso do Equador) para os países desenvolvidos.

Neste cenário, a política externa equatoriana se caracterizou pela tendência de aceitar os acordos internacionais e imposições dos EUA, e do ponto de vista econômico, pela tentativa de ampliar os mercados de venda dos produtos primários equatorianos, como mecanismo usado para aumentar o superávit nacional (comprometido com o pagamento do serviço da dívida) e rígidos cortes de política social. Vale observar os efeitos que a abertura requerida pelo Programa imposto pelos “Regimes Internacionais” (FMI, BIRD, princípios e práticas da livre-economia) trouxe a economia equatoriana:

[...] la apertura feroz de los mercados de capitales, al presentarse crisis financieras, tiene efectos extremadamente brutales sobre la economía real. Tratar de detener la huida de capitales conduce a elevar las tasas de interés a niveles astronómicos, que rápidamente, a falta de desalentar las fugas de capitales, paralizan la producción y precipitan las crisis económicas (Salama, 2006, p. 113).

Do ponto de vista do apoio interno, a classe média equatoriana estava relativamente cômoda com o esquema econômico de mercado e com as privatizações do Estado, sobretudo, uma vez que seus interesses individuais e a sua crença no mercado (enquanto criador de riquezas) seguiam preservados:

Se abstraían de la realidad en la que vivían y la recreaban desde aquella del centro comercial en cuya **geografía de no-lugar** se sentían a salvo de los ruidos de la historia y las contingencias de la memoria [...] La democracia les parecía más un trámite administrativo que una responsabilidad social. Despreciaban el populismo porque éste convocaba la presencia del pueblo, y en su mundo de formas, esto les recordaba lo frágil de su propia burbuja (Dávalos, 2012, p. 107).

---

<sup>108</sup> Neste sentido é que Marini (1976, p. 77) afirma que: “O papel da dívida externa passa a ser o de transferir para a metrópole parte do excedente obtido na América Latina”.

Contudo, essas classes médias, desconsideravam até então, as consequências de uma apressada especulação financeira, através de altas taxas de juros remuneradas pelos bancos privados e a possibilidade do aparecimento de uma verdadeira “bolha” especulativa. Logo que essa bolha especulativa estourou, as classes médias sofreram graves consequências, sobretudo no que diz respeito à possibilidade de consumo, via usufruto da remuneração financeira que outrora era a sua base de realização econômica:

A desolação da classe média foi patética quando pediram auxílio ao sistema político e ao Estado e constataram que o sistema político, em meio à crise, se preocupava mais por si mesmo e pelos banqueiros que estavam desfalcando o país do que pela população equatoriana. Foi então quando compreenderam que o mundo no qual eles viviam havia, finalmente, chegado ao seu fim (Dávalos, 2012, p. 108, tradução nossa).

Essa mesma ruína da classe média foi o que provocou a sua politização enquanto capacidade de perceber o seu papel na luta de classes e levantamento como ator político nacional. A constatação essencial que a classe média chegou foi a que as instituições políticas se colocavam ao lado dos banqueiros e das elites econômicas<sup>109</sup>: a classe média não entendia como era possível que o sistema político no qual ela sempre confiou agora os sacrificasse sem nenhum escrúpulo.

A partir de então, as classes médias equatorianas apostaram tanto no apoio às mobilizações sociais quanto num projeto político que questione tanto a institucionalidade que imperava a favor do capital quanto à partidocracia que trabalhava por manter essa institucionalidade intacta e operante, o que explica a sua aposta pelo projeto político de Rafael Correa (Dávalos, 2012).

---

<sup>109</sup> El endeudamiento interno, ha respondido tanto a las políticas impulsadas desde la banca internacional a través de las Instituciones financieras internacionales (Fondo Monetario Internacional, BIRD) así como de los grupos financieros locales. Esto se expresa en las políticas económicas impulsadas en los últimos 30 años, las mismas que han contribuido a la consolidación de un modelo económico que ha permitido el permanente flujo de recursos financieros, vía emisiones de bonos del Estado y últimamente de los Certificados de Tesorería (CETES) hacia el capital financiero internacional y local (Ministerio de Economía..., 2008, p. 23).

Neste contexto, o pagamento do serviço da dívida pública se converteu no principal objetivo da política econômica a partir dos anos oitenta, configurando-se como um mecanismo real de extorsão dos povos instaurado pela banca credora internacional através dos compromissos firmados com instituições como o FMI e o BIRD. No marco de uma política externa comprometida com o pagamento da dívida (interna e externa), em detrimento de qualquer outro compromisso, observa-se a falência do planejamento público nacional, como resultado dos constantes cortes e diminuições orçamentárias para a Educação, Saúde, e em geral, para o interesse nacional popular equatoriano. É neste cenário, pois, que o presidente Rafael Correa, a partir do Decreto Executivo No. 472, criou a Comissão Integral sobre o Crédito Público (CAIC), com a seguinte missão definida no artigo 2 deste decreto:

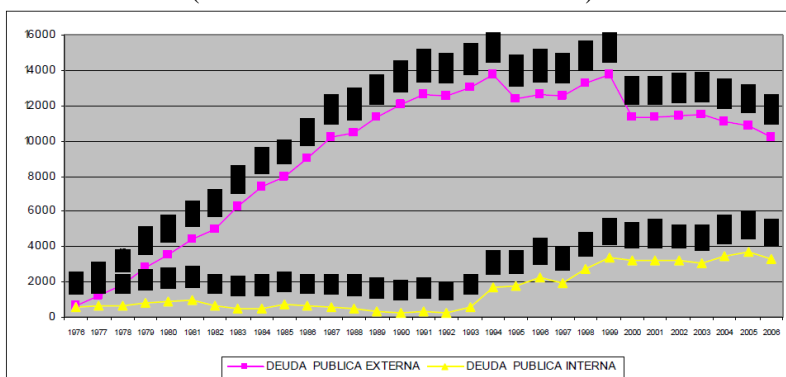
como Auditoría Integral a la acción fiscalizadora dirigida a examinar y evaluar el proceso de contratación y/o renegociación del endeudamiento público, el origen y destino de los recursos y la ejecución de los programas y proyectos que se financien con deuda interna y externa, con el fin de determinar su legitimidad, legalidad, transparencia, calidad, eficacia y eficiencia, considerando los aspectos legales y financieros, los impactos económicos, sociales, de género, regionales, ecológicos y sobre nacionalidades y pueblos.

A realidade concreta equatoriana mostra que a transferência de valor é um dos mecanismos essenciais para se entender a dependência deste país para com os centros econômicos. Para além do endividamento externo, como estratégia de sugar os recursos nacionais, a partir, principalmente, dos anos noventa, o Estado nacional lançará mão do endividamento interno, através da emissão de Bônus do Estado e Certificados de Tesouraria (CETE's)<sup>110</sup> com altas taxas de juros<sup>111</sup>, conforme se observa no gráfico 3 e tabela 3 a seguir:

---

<sup>110</sup> “Los Certificados de Tesorería (CETES): Los CETES son emisiones revolventes en dólares, con un saldo máximo en circulación por un equivalente al 1% del PIB, del año inmediato anterior, publicado por el Banco Central del Ecuador, para colocaciones en el sector privado; y, sin ningún límite para negociaciones en el sector público. La emisión de estos CETES que también buscan superar el déficit fiscal tiene como principal inversionista al Instituto Ecuatoriano de Seguridad Social (IESS), pero también está la banca privada (Ministerio de Economía..., 2008, p. 17).

Gráfico 3. Evolução da Dívida Externa e da Dívida Interna Pública período 1976-2006 (em milhões de dólares estadunidenses)



Fonte: BCE. Boletim mensal No. 1874 de Abril de 2008.

Tabela 3. Dívida Interna Pública e Taxas de Juro legal  
Saldos em milhões de dólares estadunidenses e taxas em percentagem.

<sup>111</sup> “En los Decretos Ejecutivos para la emisión de bonos cuyos montos son los más elevados, se señala claramente que estos recursos se destinan para “preservar capital vía amortización de la deuda pública” o para “refinanciar la deuda pública externa”. Es decir la deuda interna pública ha sostenido principalmente el pago de la deuda externa pública” (Ministério de Economía..., 2008, p. 13). Sobre a ampliação da dívida interna pública para cobrir os serviços financeiros da dívida externa, ver também o Decreto 1788 publicada no Registro Oficial No. 361 de 22 de Junho de 2004 e o Decreto 2817 publicado no Registro Oficial No. 801 de 6 de Agosto de 1984.

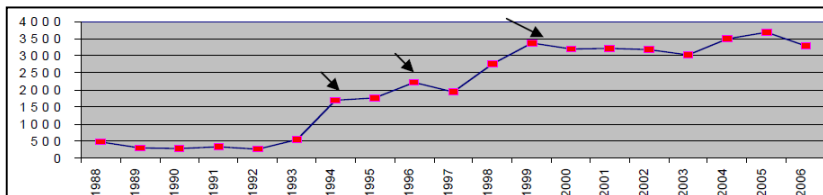
AÑO	SALDO	% CREC	% Tasa Interés *
1988	464,1		23,00
1989	298,0	-36	32,00
1990	278,2	-7	35,00
1991	323,8	16	49,00
1992	256,8	-21	49,00
<b>1993</b>	<b>533,2</b>	<b>108</b>	<b>33,57</b>
<b>1994</b>	<b>1.701,9</b>	<b>219</b>	<b>44,88</b>
<b>1995</b>	<b>1.766,8</b>	<b>4</b>	<b>59,41</b>
<b>1996</b>	<b>2.224,5</b>	<b>26</b>	<b>46,38</b>
1997	1.937,3	-13	37,46
<b>1998</b>	<b>2.754,9</b>	<b>42</b>	<b>61,84</b>
<b>1999</b>	<b>3.371,9</b>	<b>22</b>	<b>64,38</b>
2000	3.201,1	-5	13,16
2001	3.208,8	0	16,44
2002	3.181,1	-1	14,55
2003	3.016,0	-5	11,80
<b>2004</b>	<b>3.489,0</b>	<b>16</b>	<b>9,86</b>
2005	3.686,0	6	9,61
2006	3.277,0	-11	9,22

Fonte: BCE. Boletim da Dívida do Equador (1988-2002). Informação estatística mensal (Julho de 2007). \*Taxa de juro legal em Sucre desde 1988 até 1999 e desde o ano 2000 a Taxa de juro legal é em dólares estadunidenses.

#### Gráfico 4. Evolução da dívida interna pública

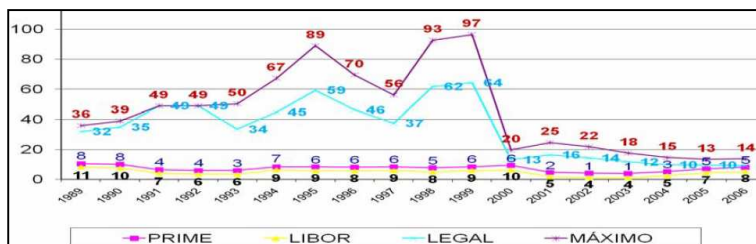
Período 1988-2006

Em milhões de dólares estadunidenses



Fonte: BCE.

Gráfico 5. Taxas de Juro Internacionais (Prime e Libor) e Nacionais equatorianas (Legal e Máxima).  
Período 1989-2006



Fonte: BCE.

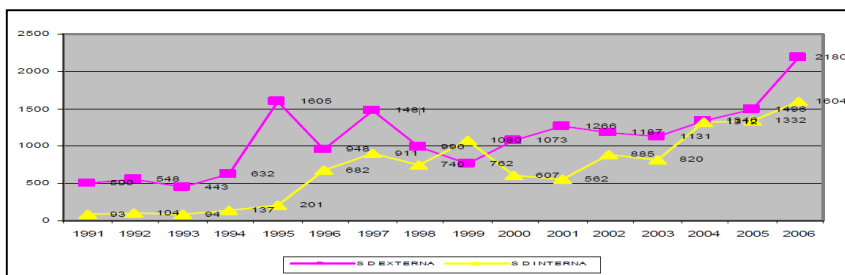
Conforme se observa, o ritmo do crescimento da dívida pública, sobretudo, a partir de 1994, se correlaciona com: i) a queda dos juros internacionais (em decorrência das crises econômicas e financeiras – observar gráfico 6) e; ii) a crescente especulação financeira interna, que culminou com a crise bancária e monetária de 1999.

Com a diminuição das taxas de juro internacionais, os bancos e instituições de crédito internacionais adotaram uma nova estratégia: ao invés de oferecer empréstimos aos países subdesenvolvidos, passaram a oferecer-se e atuar como compradores dos Títulos da Dívida Pública desses países, que, na condição de países “sem confiança” necessitariam emitir os bônus de suas dívidas com altas taxas de juro (o que aumenta o comprometimento de transferência com os “serviços” da dívida, conforme gráfico abaixo).

Obviamente, a elite local, colonizada e dependente e, em grande parte, beneficiária desse mecanismo de sucção da riqueza nacional, leva adiante uma política externa que prioriza a atenção aos “bondosos” credores internacionais e aceita levar adiante esse processo de endividamento, no qual há uma expansão contínua da dívida pública interna e externa<sup>112</sup>.

Gráfico 6. Serviço da Dívida: Externa e Interna  
(Milhões de dólares)  
Período de 1991-2006

<sup>112</sup> A dívida interna pública passou de um saldo de US\$ 539 milhões em 1976, para um saldo de US\$ 3,277 bilhões no ano de 2006, o que significou um crescimento ao redor de 7 vezes em três décadas (Ministério da Economia e Finanças, 2008, p. 4).



Fonte: BCE. Boletim mensal No. 1874 de Abril de 2008.

A partir deste gráfico observa-se que o serviço da dívida passou de 93 milhões de dólares em 1991 para 1,604 bilhão no ano de 2006, ou seja, um aumento de 16 vezes no período de 16 anos. Este incremento no valor do pagamento de serviços da dívida confirma a tese de que nos anos noventa as taxas de juros de emissão dos bônus são o fundamento da bonança da banca internacional em contraste com a queda das taxas de juros internacionais (o que leva o Estado a ser o grande “pagador” dos investidores internacionais). Na crise bancária de 1999 e na consequente manobra de salvamento dos bancos privados que o BCE fez ao emitir os bônus “Agencia de Garantía de Depósitos” (AGD) – sob a taxa de juros de 12% - ocorreu, pela primeira vez, que o serviço da dívida interna superou o serviço com a dívida externa (Acosta, 2006).

Ademais, verificou-se um grande descompasso entre o Estado “comprometido” com o pagamento do serviço das dívidas e o Estado “garantidor” dos serviços sociais (dos direitos humanos do povo equatoriano), como educação, saúde, conforme aponta o relatório final da Comissão de Auditoria da Dívida Equatoriana:

el servicio de la deuda pública total ha constituido en el período 1991 – 2006 más del doble de lo destinado a educación y salud juntas. En el año de la crisis -1999- el servicio de la deuda pública en general significó el 45% del total del presupuesto y lo destinado a educación y salud no llegaron a constituir ni siquiera el 20% del total (Ministerio de Economía..., 2008, p. 6).

Essa tendência ao menosprezo dos compromissos sociais do Estado nacional se deu em razão do que aponta o levantamento da Comissão responsável pela Auditoria do Crédito Público do Equador, no qual se constata que 58% dos recursos provenientes dos bônus (títulos



de governo) emitidos se destinaram a manter ou refinarciar o endividamento público<sup>113</sup>, conforme demonstra a tabela 4 a seguir:

Tabela 4. Destino dos recursos captados através da emissão de Bônus do Estado

Periodo 1984 – 2006					
DESTINO RECURSOS	EN SUCRES	% S/	EN UVC	EN DOLARES	% US \$
Refinanciamiento y pagos deuda publica	153,616,000,000.00	4.88	2000000	5,244,329,669.07	57.88
Capitalización Banco Central y Salvatajes	2,027,558,922,342.31	64.39		2,175,138,249.09	24.01
Financiamiento Obras infraestructura	813,800,000,000.00	25.84		1,189,915,133.87	13.13
Déficit fiscal				135,000,000.00	1.49
Modernización del Estado				115,000,000.00	1.27
Gasto militar	50,000,000,000.00	1.59		95,400,000.00	1.05
Capitalización y pagos deuda Ecuatoriana de Aviación	28,140,000,000.00	0.89		31,000,000.00	0.34
Proyectos de interés social	76,000,000,000.00	2.41		75,000,000.00	0.83
<b>TOTAL</b>	<b>3,149,114,922,342.31</b>	<b>100.00</b>	<b>2,000,000.00</b>	<b>9,060,783,052.03</b>	<b>100.00</b>

Fonte: BCE. Oficio DSF-628-2007 de 21 de Novembro de 2007.

É, pois, um processo de vassalagem financeira nacional, pois como a tabela acima mostra, a grande maioria os bônus em dólares foram utilizados para refinarciar a dívida e o pagamento dos serviços da dívida (emitir em dólares é elevar o patamar de confiança e de credibilidade destes títulos, seguindo as orientações do FMI). Do outro lado, as emissões de títulos em sucres tiveram como destino principal a capitalização do BCE e o salvamento de instituições bancárias privadas (como no caso das crises bancárias de 1983, 1986 e 1998).

Nesse sentido, do ponto de vista da atuação da política externa equatoriana e sua relação com a dívida equatoriana (interna e externa), importa mencionar a adequação de sua formulação e execução no sentido de ser uma ferramenta auxiliar para angariar confanças e fundos externos para o refinanciamento contínuo da dívida, como é o caso, por exemplo, do momento em que a Dívida externa foi transformada em Dívida interna:

<sup>113</sup> Segundo Maria Lúcia Fattorelli (2011, p. 25): “No caso da dívida comercial as investigações e documentos comprovaram que a dívida atual representada por títulos (Bônus Global) era o resultado do endividamento agressivo iniciado no final da década de 70, durante a ditadura militar, majorado pela influência da elevação unilateral das taxas de juros pelo FED a partir de 1979, pelas onerosas renegociações ocorridas na década de 80 quando o Estado equatoriano assumiu inclusive dívidas privadas, seguido de renúncia à prescrição dessa dívida em 1992 e sua transformação em títulos negociáveis, denominados Bônus Brady em 1995, emissões de Eurobonos e nova transformação em Bônus Global em 2000”.

el Programa de **Reordenamiento Económico y Desarrollo Humano**, diseñado por el Gobierno Nacional, contempla la aplicación de diversas políticas tendientes a lograr entre otros objetivos, el cumplimiento de las **metas de inflación y crecimiento económico** del país, previstas para el período 2003-2007, para cuyo efecto, la política fiscal se ha orientado a la búsqueda de soluciones al **problema de liquidez**, al restablecimiento de la disciplina fiscal, a garantizar la sostenibilidad de las finanzas públicas, a la consolidación financiera del Estado y a la gerencia de la deuda soberana (Decreto 1788 de refinanciamiento da dívida externa, grifo nosso).

Neste sentido, vale a pena observar como a institucionalidade burguesa, através do exercício de sua hegemonia financeira sobre o poder político estatal tem, constantemente, a capacidade de reorganizar-se no marco de produzir (novas e velhas) legalidades a favor, por exemplo, através do aumento da transferência de recursos e da garantia da continuidade de processo, via transformação da dívida externa em dívida interna pública (a influências do capital financeiro internacional<sup>114</sup>), via salvamento de instituições bancárias (demonstrando a validade das elites burguesas internas).

Assim, o processo de auditoria da dívida equatoriana, enquanto importante mecanismo para a recuperação da soberania econômica equatoriana revelou os mecanismos concretos da dependência equatoriana, ministros que executaram a legalidade do processo de subserviência financeira do Equador:

Tabela 5. Presidentes e Ministros que subscreveram os Decretos de Emissão de Bônus para pagamento da dívida externa

---

<sup>114</sup> Fattorelli trata sobre a atuação do capital internacional (2011, p. 24): “Constatamos que a Banca Privada Internacional, representada por um reduzido grupo de bancos (Shearson Loeb Rhoades, Lloyds Bank, Citybank, JPMorganChase), foram os principais responsáveis pelo endividamento agressivo da década de 70 e pelos sucessivos processos de “reestruturação” não transparentes, que geraram transferência de dívidas privadas ao Estado Equatoriano, trocas e pagamentos antecipados injustificados, custos onerosos e operações diretas no exterior sem ingresso de qualquer recurso no País”.

AÑOS	DECRETO	MONTO Millones US dólares	PRESIDENTE	MINISTRO QUE SOLICITA EMITIR DECRETO Y EJECUTA
1984	2817	350	Oswaldo Hurtado	Pedro Pinto Rubianes
1992	3615	854	Rodrigo Borja	Pablo Better
1993	1349	909	Sixto Durán Ballén	César Robalino Gonzaga
1996	3545	70	Sixto Durán Ballén	Iván Andrade Apunte
1997	302	250	Fabián Alarcón	Carlos Dávalos Rodas
1998	1273	100	Fabián Alarcón	Marcos Flores T.
1999	484	440	Jamil Mahuad	Fidel Jaramillo Buendía
2000	992	241	Gustavo Noboa	Luis Iturralde Mancero
2004	1788	1.035	Lucio Gutiérrez	Mauricio Yépez Najas
2005	2621	142	Lucio Gutiérrez	Mauricio Yépez Najas
2006	19	700	Alfredo Palacio	Armando Rodas Espinel

Fonte: Registros oficiais aonde foram publicados os Decretos mencionados acima.

A análise das tabelas apresentadas permite, inclusive, observar que a relação de alguns funcionários dos bancos privados nacionais e internacionais com a emissão de títulos da dívida pública (o que revela o caráter de apropriação de classe que a instituição política tem em si mesma), como no caso de César Robalino Gonzaga, integrante da Associação de Bancos Privados do Equador.

Entretanto, o mais importante é observar como ocorre o manejo dos recursos provindos do endividamento estatal: 58% dos recursos provindos do endividamento foram para o refinanciamento da dívida; 24% foram dirigidos para salvar os bancos privados e tão somente 18% de todo o endividamento foi investido em obras de infraestrutura e gastos sociais. Observam-se, ainda, os tipos de pagamentos realizados com o endividamento: i) saldos pendentes da dívida externa privada (sucretização); ii) dívida pública externa; iii) saldo da dívida pública interna e; iv) pagamento da dívida pública total (Ministério de Economia..., 2008).

A diplomacia equatoriana e a política externa atuaram envolvidas nas chamadas Cartas de Intenção trocadas com o FMI, que tratavam do comprometimento do Estado equatoriano com a liberalização das taxas de juro (com a desculpa de que essa era uma medida necessária para controlar os “desequilíbrios” macroeconômicos nacionais, realizada, efetivamente, no governo de Sixto Durán Ballén – Resolução 837/93 da Junta Monetária –), eliminar os controles sobre a entrada de capital estrangeiro, desvalorizar a moeda e restrição do crédito por parte do

BCE. Nas 13 Cartas de Intenção trocadas entre as autoridades políticas e diplomáticas equatorianas com o FMI, o governo se compromete, fielmente, a ser o mais flexível possível para garantir o crescimento da “poupança” financeira, conforme se observa na carta trocada no ano de 1987:

En 1986 se consiguió un progreso significativo para ampliar la **flexibilidad de las tasas de interés**. A partir del 11 de Agosto de 1986, se permitió a los intermediarios financieros ofrecer tasas de interés que reflejen en todo tiempo las condiciones del mercado para los depósitos de ahorro y también cobrar tasas de interés determinadas por el mercado por los préstamos financiados con estos recursos.... El Banco Central tiene el interés de continuar con su política de tasas de interés flexibles para incentivar el crecimiento del ahorro financiero (Ministerio de Economía..., 2008, p. 40).

Portanto, para a política externa equatoriana, a Auditoria da Dívida Pública revelou os mecanismos de ingerência da banca nacional<sup>115</sup> e internacional sobre a autonomia de formulação e execução desta política pública. Ademais, a política externa foi uma ferramenta essencial para concretizar os acordos entre as instituições financeiras internacionais<sup>116</sup> (FMI, Banco Mundial) e as autoridades nacionais equatorianas, obviamente, cumprindo um papel subalterno no que diz respeito à sua capacidade de pensar a inserção internacional autônoma equatoriana,

---

<sup>115</sup> “A principal conclusão de nossa subcomissão de dívida comercial foi que o processo de endividamento equatoriano, durante o período compreendido entre 1976 e 2006, beneficiou ao setor financeiro privado e às empresas transnacionais, em detrimento dos interesses da Nação equatoriana” (Fattorelli, 2011, p. 23).

<sup>116</sup> “Outro tema fundamental foi a ingerência de organizações não-estatais, como o FMI em assuntos internos do país por meio de recomendações e imposições, com a conseqüente lesão à soberania e a violação aos direitos fundamentais das pessoas bem como aos princípios internacionais de direito. Constatamos a existência de inúmeras cláusulas abusivas e práticas de taxas de juros elevadas e capitalizadas que caracterizam a usura e o anatocismo, além da flagrante assimetria entre as partes que negociavam, pois em algumas “negociações”, de um lado estava o Equador e de outro toda a banca privada internacional organizada no Comitê de Gestão bancário, apoiado pelo FMI e Clube de Paris” (Fattorelli, 2011, p. 23).

conforme aponta a Comissão de Auditoria do Crédito Público (p. 45, grifo nosso):

La banca privada nacional e internacional aprovechó la coyuntura y adquirió bonos correspondientes a decenas de decretos tanto de los destinados a financiar pagos de deuda como los de salvatajes anteriores y de obras de infraestructura, lo que le permitía cobrar elevados montos trimestrales por ser tenedora de bonos [...] Entre los principales tenedores observamos que están la banca que anteriormente se benefició de la sucretización, la banca **acreedora internacional (City Bank, Lloyds Bank)** y empresas constructoras como Hidalgo & Hidalgo y **Andrade Gutiérrez**, esta última con bonos dólares especialmente.

Ademais, o próprio desenvolvimento das atividades produtivas eficientes para o aprofundamento da Divisão Social do Trabalho equatoriano ficou comprometida com esse processo de endividamento, pois, a liberalização colocada em marcha na década de 80 e principalmente nos anos 90, criou uma economia baseada na especulação, tornando caro o crédito para as atividades produtivas (indústria nacional; produção agrícola familiar, etc).

Desta maneira, se pode afirmar que foi criado um modelo rentista, baseado no endividamento público, na reprimarização das bases econômicas e na precarização da vida do trabalhador nacional (em última instância, a superexploração do trabalho é o mecanismo que permite ao Equador e aos demais países latino-americanos participar com “eficiência” na divisão internacional do trabalho proposta pelos países desenvolvidos). Para evitar a secularização do problema da dívida,

En la Constitución del 2008 la deuda pública no se contrapone a la estructura del modelo de desarrollo, consecuencia de lo cual se la restringe cuando afecte a la soberanía, al buen vivir y a la preservación de la naturaleza<sup>117</sup> [...]El Ecuador,

---

<sup>117</sup> Um exemplo de iniciativa que garantia o cumprimento dos direitos da “Mãe Terra” e ao mesmo tempo constitui-se em uma ação criativa da Política Externa foi o Projeto Yasuní. O Projeto Yasuní foi uma tentativa do governo de Rafael Correa de não explorar os campos de Ishpingo, Tambococha e Tiputini (ITT), que ficam dentro do Parque Yasuní, na Amazônia equatoriana. A ideia do projeto era criar um fundo junto com a ONU/PNUD – que seria a administradora –, com a participação da sociedade civil e representantes dos contribuintes que em

comparado con los países andinos analizados, propone lineamientos de control más rígidos para la contratación de este tipo de deuda y limita los sectores en los que se puede contraer la misma (RUALES, 2008, p. 216).

Portanto, tratar do tema da auditoria da dívida pública realizado no governo de Rafael Correa é buscar um dos pilares fundamentais para a maior autonomia da política externa equatoriana: a diminuição da dependência financeira, a partir dos resultados do processo de Auditoria.

O relatório final apresentado pela Comissão auditora recebeu respaldo jurídico e embasou os atos soberanos do presidente da república do Equador e como consequência prática, Rafael Correa não procedeu com o pagamento de US\$ 30 milhões em novembro/2008, a título de juros de uma dívida fictícia. Esse montante de recursos foi destinado a investimentos em saúde e educação, que cresceram 71% naquele ano. Segundo Fattorelli (2011, p. 26):

Em 2009, os investimentos nessas áreas sociais foram ainda mais relevantes, prova de que a auditoria deu resultado. A economia ao país foi calculada em US\$ 7,7 bilhões em vinte anos, quando os títulos venceriam. Tal cifra é muito importante para a economia equatoriana e está possibilitando o resgate de direitos sociais.

A partir dos resultados apresentados pela Comissão Auditoria (profissional e cidadã) foi tomada uma ação concreta com relação ao trato das injustiças financeiras às quais o Equador vinha sendo submetido: no início de 2009, o presidente Rafael Correa apresentou proposta soberana aos credores internacionais e nacionais dos títulos da dívida pública equatoriana, propondo recomprar pelo valor máximo de 30% a

---

13 anos deveria angariar 3 bilhões e 600 milhões de dólares (metade do valor que renderia a exploração do campus petrolífero Yasuní-ITT). Entretanto, após mais de 6 anos do lançamento da iniciativa, apenas 13,3 milhões de dólares foram arrecadados, o que levou o presidente Rafael Correa, em um pronunciamento nacional conhecido como “el mundo nos ha fallado” (decreto executivo 74 de 15 de agosto de 2013), a ponderar sobre a necessária exploração das reservas do Yasuní, com o mínimo de dano ambiental garantido (El universo, 2013, disponível em: <<http://www.eluniverso.com/noticias/2013/08/15/nota/1294861/rafael-correa-pone-fin-iniciativa-yasuni-itt>>)

dívida dos Bônus 2012 e 2030, que pagavam juros anuais de 10 e 12%, respectivamente. Os detentores desses títulos – nada menos que 95% deles - aceitaram a proposta do presidente equatoriano, inclusive, sem iniciar processos judiciais (Fattorelli, 2011).

Houve uma redução de 70% na dívida externa em títulos ou bônus do governo<sup>118</sup>, e, do ponto de vista de uma política externa autônoma e soberana, o questionamento de algumas lógicas que vinham sendo aplicadas aos tratados (contratos de empréstimos/compra de títulos da dívida pública): as renegociações da dívida eram realizadas sob o princípio da assimetria, que passou a ser questionado pelas autoridades políticas equatorianas; os convênios assinados eram assinados com base nas legislações locais de Nova York e Londres, o que constituía uma verdadeira renúncia à soberania nacional, pois desconsiderava os Tratados internacionais referentes à imunidade do Estado.

Portanto, logo depois de realizada a auditoria, a política externa equatoriana enviou aos credores a mensagem de que essa dívida era ilegítima e os convidou para discutir os termos de um acordo com relação ao pagamento. Houve a recompra de três bilhões de dólares da dívida externa que estavam em mãos de bancos internacionais (fator que comprometia a autonomia da política externa) a um terço do valor, reduzindo em mais dois bilhões de dólares o estoque da dívida e poupando o país de uma sangria financeira milionária nos próximos anos.

Sem apresentar nenhuma novidade, as instituições privadas de classificação de risco com relação aos investimentos financeiros reagiram negativamente ao processo de auditoria e à renegociação levada a cabo por Rafael Correa. Essas organizações aumentaram o risco-país do Equador, esse indicador é considerado, para o encaminhamento dos investimentos financeiros como o “oráculo” institucional que aponta a insegurança econômica e a instabilidade institucional de cada país para “ajudar” na decisão do investidor de apostar ou em um ou em outro país<sup>119</sup>, é pois, a ação da hegemonia financeira para coibir ações de autonomia dos Estados.

---

<sup>118</sup> “Del presupuesto del 2001, **el 53% de los ingresos totales se destinó al servicio total de la deuda pública** y el 33% de los ingresos totales para el servicio de deuda externa; servicio que equivale al 44% de las exportaciones previstas” (Acosta, 2006, p. 198, grifo nosso).

<sup>119</sup> Logo após o anúncio dos novos termos de renegociação da dívida pública, a agência de classificação Moody rebaixou a nota de classificação de risco. Ver em mais em:

<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi02099915.htm>

Entretanto, em setembro de 2013, a mesma agência (Moody) que havia diminuído a nota de confiança para os investimentos realizados no Equador anunciou a elevação da avaliação da “confiabilidade” de Quito, sobretudo, devido aos investimentos chineses naquele país:

Ecuador’s sovereign credit rating was raised one step to Caa1, seven levels below investment grade, with a stable outlook, Moody’s said today in a statement. Access to loans from China shores up government finances while its debt load compares favorably to higher-rated peers, Moody’s said (Bloomberg, 2013)<sup>120</sup>.

Portanto, interessa observar como o Equador passa a exercer uma autonomia sobre os destinos de sua nação, a partir, principalmente, da gestão de Rafael Correa. A autonomia se exerce com tamanha capacidade que as próprias agências da globalização ou são obrigadas a reconhecer que o Equador tem capacidade de se autogerir sem a necessidade de “Cartas de Intenção” – caso do FMI, BIRD e BID – ou são obrigadas a inclusive, a avaliar positivamente as ações do governo atual – caso da agência de *rating* Moody’s.

De um modo ou de outro, a política externa passou de uma ferramenta passiva de cumprimento do fatalismo da “globalização – última etapa da história” nos anos 80, 90 e início de 2000 – para uma ferramenta ativa, que reflete as conquistas internas populares e busca ampliar externamente as credenciais do Equador no mundo globalizado. Para tanto, é importante observar o que contribuiu para a autonomia da política externa no entorno regional, como se verificará no tópico a seguir.

### 2.3 O entorno regional: a solidariedade bolivariana e o pragmatismo econômico “tupiniquim”

*“Ligadas por los vínculos del origen, la religión y las costumbres, por su posición geográfica (...), por sus comunes necesidades y recíprocos intereses, no pueden considerarse sino como parte de una misma nación”*<sup>121</sup>.

<sup>120</sup> Gill, Nathan. Ecuador credit rating raised by Moody’s on China, Finances, **Bloomberg**, 13 set. 2013. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/news/2012-09-13/moody-s-raises-ecuador-rating-on-china-loans-improved-finances.html>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

<sup>121</sup> Preâmbulo do Tratado de Confederação de 1848, assinado por Bolívia, Chile, Equador, Nueva Granada (Colômbia) e Peru.



Outro passo significativo para abordar o conceito de autonomia é observar a integração com outros países, sobretudo, no marco regional<sup>122</sup> de atuação do Equador. Somente através da integração com outros países, igualmente subdesenvolvidos e, também, com objetivos similares, é possível atingir um estágio de autonomia mais elevado com relação às sociedades centrais, conforme aponta Oliveira (2013, p. 10):

A partir da emergência de novos atores políticos e de partidos progressistas ao poder, a busca por maior autonomia, a garantia da soberania nacional e o fortalecimento de projetos de integração entre os países da região são os principais elementos que caracterizam suas Políticas Exteriores, independentemente das singularidades apresentadas por estes governos.

### **2.3.1 O Entorno regional da política externa anterior a 2007**

Para entender as relações internacionais do entorno regional equatoriano durante o período anterior à gestão de Rafael Correa, é preciso observar que, um dos principais temas da política externa do Equador, desde mediados do século XX até o final da década de noventa foi o problema fronteiriço com o Peru:

Las relaciones exteriores del país estuvieron dominadas por el conflicto territorial con Perú, lo que se constituyó en el eje central de articulación de la diplomacia ecuatoriana y subordinó, casi por completo, los otros ámbitos de su agenda exterior (Zepeda, 2011, p. 115).

Entretanto, esse problema é solucionado em 1998, quando da assinatura do Acordo de Brasília, no qual, ambas as partes reconhecem as mútuas fronteiras e o Equador deixa de reclamar sua soberania sobre o território amazônico do Peru. Portanto, a resolução deste conflito fronteiriço deixa a diplomacia equatoriana sem orientação internacional, visto que durante muitas décadas, houve uma especialização em direito territorial e busca de apoio internacional para resolver o conflito com o

---

<sup>122</sup> Sobre a importância do aspecto regional, Tokatlian, (1996, p. 39) considera: “Krasner define la autonomía como una meta clave procurada por los Estados [...] por lo tanto, la ‘maximización de la autonomía nacional y regional’ fue un objetivo crucial de los países para enfrentar su ‘inserción dependiente en la economía política mundial’.

Peru. Assim, a diplomacia equatoriana teve sobre si um novo desafio e consequentemente novas oportunidades: abrir novas frentes diplomáticas (Zepeda, 2011).

Não propriamente uma nova fronteira, mas uma fronteira alargada pelo conjunto de opções políticas que a Colômbia faz a partir da segunda metade dos anos 1990 leva ao aumento da tensão entre Bogotá e Quito. De modo que, as relações entre Equador e Colômbia só podem ser compreendidas a raiz da observação da entrada em vigor, desde 1998 e, sobretudo, a partir de 2000, do Plano Colômbia<sup>123</sup> e da ofensiva patrocinada pelos EUA contra o narcotráfico e da ofensiva levada a cabo pelo governo de Álvaro Uribe contra as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC).

As consequências do Plano Colômbia em nível regional forçam a política externa equatoriana a posicionar-se, sobretudo, em face de grande onda de migrações de nacionais colombianos ao território equatoriano, das incursões armadas de atores locais e externos (exército dos EUA e exército da Colômbia) resultantes conflito interno colombiano para as terras equatorianas e da própria necessidade de se discutir os termos da integração fronteiriça, tendo em vista a situação criada pelo Plano Colômbia (Zepeda, 2011).

Contudo, neste período, o Equador enfrenta dois problemas graves: a manutenção dos acordos com as autoridades financeiras internacionais (FMI, BIRD, banca privada internacional), que são, sobretudo, influenciados pelos interesses estadunidenses, o que, por sua vez, dificultou um enfrentamento de *práxis* da política externa equatoriana

---

<sup>123</sup> O “Plano para a paz, a prosperidade e o fortalecimento do Estado”, ou Plano Colômbia, é um amplo pacote de assistência dos EUA da América à Colômbia, que começou a ser implantado em 1999, sob a presidência de Andrés Pastrana (1998-2002). Foi concebido para erradicar os cultivos ilícitos, aumentar a assistência militar, desenvolver projetos alternativos, reformar as práticas judiciais e o Estado de direito, assim como assistir às pessoas deslocadas à força. Esta assistência se ampliou a partir de 2001 com a Iniciativa Regional Andina, que incluiu fundos destinados também ao Panamá, Brasil, Equador, Venezuela, Peru e Bolívia. Este pacote de assistência sofreu uma importante transformação sob a luz do 11/09/2001. Originalmente concebido como uma ferramenta para combater o tráfico ilegal de drogas e seus impactos negativos na sociedade e no Estado, a partir dos eventos do 11 de setembro, Washington dispôs, em um contexto mundial favorável a formação de coalizões antiterroristas, que os fundos do Plano Colômbia fossem utilizados para a guerra interna colombiana contra as organizações armadas não estatais (Pizzaro e Gaitán *apud* Zepeda, 2011, p. 125).

para com as práticas levadas a cabo pelo Plano Colômbia. Assim houve apenas algumas críticas dos governos equatorianos (retóricas) ao que vinha sendo realizado pela Colômbia e EUA, sobretudo, nas proximidades do campo fronteiriço equatoriano.

Entretanto, os compromissos econômicos e financeiros de Quito com Washington e a própria necessidade de se manter as trocas comerciais com a Colômbia (em virtude da calamitosa situação das contas nacionais), acabou limitando a capacidade de atuação autônoma da política externa equatoriana.

Com a chegada ao poder de Rafael Correa em 2007, as relações com a Colômbia passam a refletir a nova concepção de mundo do bloco histórico que conquistou o poder. As relações diplomáticas entre Equador e Colômbia foram interrompidas em março de 2008, em razão do bombardeio, por parte da Força Aérea Colombiana do acampamento das Farc, que segundo o exército colombiano se encontrava em território equatoriano, na cidade Angostura, com o fim de matar a um dos líderes das Farc, Raúl Reyes<sup>124</sup> e de vinte e uma pessoas mais, incluindo um equatoriano. Após esta violação da soberania equatoriana, o presidente Rafael Correa procedeu aos protestos internacionais e a ruptura das relações diplomáticas com Bogotá:

La tensión originada por la acción unilateral en Colombia en territorio ecuatoriano logró conjurarse mediante la hábil y rápida intervención del Grupo de Río, que se perfiló entonces como un foro político vigente, en contraposición a la Organización de los Estados Americanos (OEA) y la CAN, organismos que evidenciaron sus enormes limitaciones de gestión política frente a esa crisis (Zepeda, 2011, p. 118).

A crise diplomática se estende até novembro de 2010, quando ambos os países voltaram a nomear embaixadores para reocupar suas missões diplomáticas. Um fator que é importante para observar a reativação das relações diplomáticas entre Colômbia e Equador é a chegada

---

<sup>124</sup> “El asesinato del Comandante Raúl Reyes, y del ecuatoriano Franklin Aisalla, permitió conocer al presidente Correa el verdadero papel que juega la inteligencia militar en el país; **la subordinación al Comando Sur no es de ahora**, las órdenes provienen desde allí, la masacre estuvo planificada y coordinada entre los servicios de Inteligente colombianos y norteamericano previa entrega de información por parte de los servicios de Inteligencia ecuatorianos” (Quezada, 2012, p. 113, grifo nosso).

à presidência da República de Juan Manuel Santos e os consequentes esforços para solucionar os “temas sensíveis” da agenda de política externa colombiana, entendidos como fatores centrais da agenda de normalização das relações, que marcaram, pois, um breve novo período de relações entre as Casas de Nariño e Carondelet.

Do mesmo modo, desde 2009 entrou em vigor o TLC dos EUA com o Peru e em 2013 entrou em vigor o TLC dos EUA com a Colômbia, que marcaram ainda mais um ambiente de sérias discrepâncias que anulam a perspectiva de uma aproximação entre Equador e Colômbia e de uma política comercial comum no âmbito da Comunidade Andina de Nações (CAN). A atual política externa equatoriana não tem uma estratégia semelhante às políticas externas de Alan García (ou mesmo de Humala Ollanta) e Manuel Santos:

La firma de un Tratado de Libre Comercio entre Ecuador y EUA no parece previsible, primero, porque los EUA no va a sentarse en la mesa de negociaciones si no se arregla favorablemente el contencioso de la Occidental Petroleum y, segundo, porque el propio gobierno del Ecuador ha preconizado que no le interesa un TLC de las características que prevalecen en estos tratados que hace los EUA con varios países (HERRERA, 2007, p. 147).

Um último comentário é a respeito do contínuo trabalho elaborado pela diplomacia equatoriana, com supervisão pessoal do presidente Rafael Correa, para incrementar e melhorar a presença do Estado na Fronteira Norte, como parte de um projeto maior de recuperação da soberania estatal territorial, no marco de uma plataforma política anti-neoliberal, que permite assim, ações concretas de uma política externa mais autônoma.

Outra ação internacional que se bem não confirma novos contornos da política externa, mas que sofre significativas alterações no sentido deixar de ser um objetivo da orientação internacional da política externa atual é a participação do Equador na OEA e na CAN. A participação equatoriana na OEA pode ser observada, segundo o próprio ex-chanceler, Fander Falconí (2010), pelo fato de que desde sua criação, a OEA<sup>125</sup> tem sido junto com o Tratado Interamericano de Assistência

---

<sup>125</sup> Segundo Ianni (1988, p. 38; p. 124): “Essas organizações, em geral, facilitam a despolitização das controvérsias e contradições inerentes às relações imperialistas. Elas conferem aos governantes dos países membros, seja a ilusão de

Recíproca (TIAR), um mecanismo de hegemonia benevolente<sup>126</sup> dos EUA na região da América Latina e Caribe:

El mandato de la OEA ordena fortalecer la democracia, promover los derechos humanos y luchar contra la pobreza, el terrorismo, las drogas y la corrupción. Mucho de esto se ha cumplido, **pero los errores** han sido más grandes que los aciertos. Es necesario, tras seis décadas, realizar un balance para aclarar el estado de la situación (Falconí, 2010, p. 146).

O recorrido histórico da inoperância da OEA é longo, para ilustrar vale relembrar alguns casos de omissão da instituição: a destituição militar de Domingo Perón em 1955; o golpe militar de Augusto Pinochet contra o governo democrático popular de Salvador Allende em 11 de setembro de 1973; o não posicionamento com relação à fraude eleitoral de 1957 no Haiti, que levou ao poder Francois Duvalier; a falta de resposta às atrocidades cometidas por Anastasio Somoza na Nicarágua entre 1967 e 1979 e as inúmeras violações de direitos humanos no restante dos países centro-americanos, além do fato mais conhecido, a exclusão de Cuba do Sistema interamericano em 1962, entre outras dezenas de acontecimento que mereceriam ser mencionados.

Mais representativo para ilustrar a inoperância e dominação dos interesses estadunidenses nesta instituição se pôde observar na XIX Assembleia Geral da OEA, de três de junho de 2009, realizada em San Pedro Sula, na qual a representante dos EUA, a então secretária de Estado Hillary Clinton, impôs certas condições para que Cuba pudesse retornar a esta organização. Em resposta, o governo de Havana recusou as condições impostas pela OEA (entenda-se Washington), pois aceitá-las seria concordar com uma ingerência na soberania do heroico povo cubano (Falconí, 2010).

Ainda que devamos considerar a importante atuação da Comissão e da Corte Interamericana de Direitos Humanos, por outro lado, a

---

participar de processos decisórios, seja a conveniência de não discutir e submeter-se abertamente nas negociações bilaterais com os EUA [...] Agir por meio da Organização dos Estados Americanos é um modo eficaz de desviar ou minimizar a acusação de domínio pelos EUA. A simples existência de uma entidade como a Organização dos Estados Americanos parece dar às nações latino-americanas a garantia do seu *status* de estados soberanos”.

<sup>126</sup> Fidel Castro, nas Declarações de Havana I e II qualificava a OEA como “Ministério das Colônias”.

complacência da OEA mostrada frequentemente ao capital transnacional permitiu que este fosse capaz de deter mais direitos que as próprias populações locais, em outras palavras, “el capital puede demandar a los Estados en cualquier momento, incluso con el alegato de que la ley interna es injusta” (Falconí, 2010, p. 149).

Portanto, a OEA criou uma série de mecanismos para proteger os direitos humanos, mas não instituiu mecanismo algum para diminuir os conflitos entre o capital internacional e os Estados, cujas consequências dizem respeito aos direitos humanos das populações latino-americanas e caribenhas.

De maneira geral, a OEA beneficiou as práticas de domínio e hegemonia dos EUA, pois permitiu, através de forçosos compromissos multilaterais, evitar situações politicamente delicadas que, sem a atuação da OEA, exigiram a ação exclusiva dos EUA. Portanto, se caracterizou como um modo eficaz de pressão para alterar políticas e práticas adversas ao que pretendia Washington e realizou-se enquanto assessoramento multilateral como meio eficiente para parecer reduzir a quota estadunidense de intromissão nos assuntos internos de outros países (Ianni, 1988).

Por sua vez, a CAN tem se caracterizado por uma inércia crescente, que coincide com o mandato iniciado em 2007 por Rafael Correa. Embora após o fim da década dos noventa se esperasse um aprofundamento do modelo de integração<sup>127</sup> dos países andinos, sobretudo, em virtude dos acordos de fronteira estabelecidos entre Equador e Peru e o fim deste litígio histórico, o que se observou foi uma continua marginalização desta organização, completada por:

El retiro del Pacto Andino por parte de Chile en la dictadura militar pinocherista (en el 2006, se reincorporó como miembro asociado); **la denuncia de Venezuela al Acuerdo de Cartagena**; la ruptura de relaciones diplomática entre Ecuador y Colombia; los impases políticos entre Bolivia y Perú (Falconí, 2010, p. 155, grifo nosso).

---

<sup>127</sup> O Modelo de integração do Pacto Andino (CAN) tem sua expressão maior no compromisso assinado em 26 de maio de 1969, em Cartagena de Indias: promover o desenvolvimento dos países membros, acelerar seu crescimento e gerar emprego, facilitar a formação de um mercado comum latino-americano, melhorar a posição no contexto econômico internacional e fortalecer a solidariedade sub-regional (Falconí, 2010).

Para além das já conhecidas heterogeneidades estruturais, problemas sociais e econômicos, interculturalidade, impactos ambientais do extrativismo mineral, o componente que mais somou a não conformação da Comunidade Andina, sobretudo no último decênio, tem sua razão nas estratégias diametralmente opostas de inserção no sistema global entre os países que fazem parte deste acordo.

Observa-se, por exemplo, países como Venezuela (que inclusive já denunciou sua participação na CAN<sup>128</sup>), Equador, Bolívia (ou eixo bolivariano) que tem priorizado estratégias próprias de inserção internacional, consistindo uma tentativa de potencializar as oportunidades de divisão social do trabalho local, nacional, através de uma regulação, planejamento e distribuição levada a cabo pelo Estado, que por sua vez, fortalece empresas públicas, outorgando prioridade à exploração dos recursos nacionais cuja renda seja revertida em prol do interesse nacional popular (Falconí, 2010).

Por sua vez, países como Colômbia, Peru, diferentemente do “Eixo bolivariano”, tem priorizado o aprofundamento de relações com os EUA, com a União Europeia e, em geral, com os países da OCDE. Ainda que a ação destes países não possa ser caracterizada como o a prática do mesmo discurso neoliberal do início dos anos noventa, tampouco escapa à lógica de aceitar os ditames de Washington e Bruxelas sem maiores contestações.

Assim, o funcionamento de uma organização internacional do tipo da CAN objetiva, fundamentalmente a redução dos direitos ou impostos sobre a importação – solicitadas pelas empresas que participam das reuniões setoriais e formulam os projetos de acordo. Entretanto, o ponto a ser compreendido é que a proposta de redução das tarifas aduaneiras não visa a complementação entre as economias nacionais,

---

<sup>128</sup> A Venezuela oficiou sua saída da CAN para entrar no MERCOSUL. Em uma primeira vista, a saída da Venezuela da CAN para o MERCOSUL pouco avançaria, se se toma em conta apenas a questão da desgravação tarifária, de maneira que se tem que ampliar a análise. Embora o trabalho não permita uma análise extensa, acredita-se que alguns fatores foram importantes para a decisão de Caracas de sair da CAN e ingressar no MERCOSUL – esses fatores são importantes também para entender as futuras ações da política externa equatoriana na mesma direção –, tais como: i) importância relativa e absoluta da economia brasileira para a integração econômica e produtiva dos países da América do Sul; ii) a guinada à direita – em termos de política externa e interna – da Colômbia e do Peru e; iii) a inserção internacional de Lima e Bogotá em favor de um processo de integração à economia estadunidense, em contrapartida das tendências atuais de Caracas, Quito e La Paz.

pois a desgravação tributária não cria, necessariamente um mercado competitivo ou ampliado, conforme as autoridades governamentais o vislumbram. O que não está transparente (e nunca o estará) é que estas empresas (na sua grande maioria de países membros da OCDE) têm acordos entre si para que cada uma se especialize em cada país em algum tipo ou linha de produtos, o que justifica a necessidade de desgravação tarifária. Conforme aponta Ianni (1988, p. 41):

A consequência é óbvia: nem o governo nem o público de cada país sabem como evolui a dependência de suprimentos externos de produtos que podem ser de importância estratégica ou vital para o bom funcionamento do seu sistema econômico nacional.

Portanto, assim considerado, o fato de haver dentro da mesma CAN um grupo de países (Equador, Venezuela, Bolívia) que prática uma política externa através de uma posição política antineoliberal – buscando transformar a ordem econômica estabelecida, através de novas alianças políticas e comerciais – cria obstáculos para a realização daqueles acordos intrafirmas e interfirmas, pois o eixo bolivariano está em seu afã de desenvolver um capitalismo autônomo (ou o Socialismo do Século XXI), o que, eventualmente, tem gerado conflito com a política de transnacionalização das empresas dos EUA e dos países do Centro, uma vez que afeta a maneira pela qual elas se apropriavam do excedente econômico destes países.

Assim, agora é importante tratar das novas iniciativas regionais de integração política, econômica e social – que ainda que não sejam novas enquanto iniciativas, mas apresentam êxitos que antes não se verificaram – que potencializam a capacidade dos países do entorno regional equatoriano de serem os próprios definidores de seus destinos nacionais, dando-lhes, como se verificará no caso equatoriano, bases para o exercício autônomo de suas políticas externas.

De algum modo, a arquitetura regional de integração e cooperação sem a presença dos EUA tem avançado a passos firmes. Acordos de novos tipos, que tem conseguido criar consenso em uma região fragmentada por interesses contraditórios, tanto estrangeiros como domésticos têm sido firmados em vários âmbitos, desde acordos econômicos e políticos, até acordos que consagram objetivos culturais e militares.

Desde o final dos anos noventa e início dos anos 2000 há uma crescente tendência de êxito da esquerda progressista nas eleições regi-



onais (essa tendência certamente se inicia com a eleição de Hugo Chávez em 1998 e de Lula da Silva em 2002):

La amplia gama de gobiernos de izquierda, en América Latina, ha sido un soporte para que unos y otros puedan llegar y mantenerse, afincando una **región más autónoma y menos tutelada**, y dando pasos firmes en un nuevo esquema económico que si bien aún no logra ahuyentar el fantasma del capitalismo salvaje, sí ha consolidado algunos pilares de un patrón posneoliberal que, poco a poco, espera convertirse en irreversible (FALCONÍ; MUÑOZ L., 2012, p. 82, grifo nosso).

Uma pergunta que se faz interessante é a seguinte: por que a integração regional, nos marcos propostos por Hugo Chávez, Rafael Correa, Evo Morales, Raúl e Fidel Castro assusta as elites tradicionais nacionais e metropolitanas? Segundo a TMD, o raciocínio se explica, pois, a principal razão é porque muito do que defendem esses líderes populares se aproximam daquelas ideias da ação internacionalista de Guevara e da política revolucionária de Cuba, como resposta dos povos do continente a seus opressores. Conforme aponta o professor Ruy Mauro Marini (2012, p. 71):

Mais ainda, fazem que desponte no horizonte aquilo que parece ser a contribuição mais original da América Latina para a luta do proletariado internacional: seu caráter internacional. Tudo indica que será aqui que o internacionalismo proletário alcançará uma nova etapa de seu desenvolvimento e sentará as bases de uma sociedade mundial de nações livres da exploração do homem pelo homem.

Nesse sentido, importa mencionar que na política externa, o presidente equatoriano, buscou a ampliação dos vínculos econômicos e políticos entre Caracas e Quito. Aproximando seu discurso e prática política com o presidente venezuelano Hugo Chávez e defendendo a unidade dos países latino-americanos, Rafael Correa levou a cabo o programa bolivariano de integração latino-americana. Conforme afirmar Menon, (2012, p. 48), enquanto Chávez é o líder, Rafael Correa pode ser considerado o animador dessa visão pregada por Simon Bolívar. Entretanto, com a morte de Hugo Chávez em março de 2013, Rafael

Correa passa a ser o líder mais representativo da integração regional alternativa ao modelo proposto por Washington e Brasília.

Nesse sentido, observa-se nas ações da política externa atual a realização de um projeto autônomo e próprio para a Integração Latino-americana:

Como alternativa al modelo de regionalismo abierto, representado por la CAN, el gobierno ecuatoriano ha optado por fortalecer esquemas de integración “posliberales” como la Unasur (Unión de Naciones Suramericanas) y la Alba (Alianza Bolivariana de los Pueblos de nuestra América-Tratado de los Pueblos), cuyo objetivo, más que la integración económica o comercial, es la articulación y la integración política de Sudamérica (Zepeda, 2011, p. 116).

Contudo, referente a essa aproximação entre Caracas, Quito, La Paz e La Habana, vale o comentário do professor Ricardo Antunes (2011) sobre o caráter original que a integração bolivariana tem em seu projeto emancipador:

O que esses governos têm de positivo é resultado da mobilização popular. Nenhum desses países, nem a Venezuela, a Bolívia ou Equador, viveram revoluções socialistas. O fato de não terem vivido revoluções mostra um processo muito difícil que é conviver dentro da ordem e contra a ordem. É uma espécie de “revolução institucional”, ou uma **“institucionalidade revolucionária”** (grifo nosso).

Tratando de investigar e avaliar os impactos dessa “institucionalidade revolucionária” integradora na política externa do Equador é que se faz necessária estudar a contribuição que a participação de Quito na ALBA vem colhendo nos últimos anos.

O Equador aderiu à ALBA<sup>129</sup> no dia 24 de junho de 2009, a partir de uma atitude “reflexiva”. Segundo o então chanceler Fander

---

<sup>129</sup> A ALBA foi fundada em 14 de dezembro de 2004 em Havana, Cuba, quando os presidentes Hugo Chávez Frías, da Venezuela, e Fidel Castro Ruiz, de Cuba, assinaram a Declaração Conjunta. Posteriormente entraram novos membros: Bolívia em 2006, Nicarágua em 2007, Dominica em 2008, Equador, Antigua e Barbuda, e São Vicente e Granadinas em 2009. Atualmente são 8 países. Hon-

Falconí, responsável pela pasta de relações exteriores no momento do ingresso do Equador à ALBA:

Esta decisión, muy estudiada por el presidente y por nosotros, se fundamentó en la convicción de que América estaba **llamada a ser protagonista de un nuevo proceso histórico**. Las premoniciones apocalípticas que publicaron ciertos medios de comunicación y determinados analistas y expertos internacionales, por el ingreso del Ecuador al ALBA, jamás se cumplieron (2010, p. 154, grifo nosso).

Portanto, a adesão à ALBA não é resultante tão somente da aproximação ideológica entre Chávez, Correa, Morales e Manuel Zelaya. Conforme aponta as palavras de Fander Falconí, foi resultado de um pensamento estratégico para a inserção da política externa equatoriana e o prosseguimento de seu objetivo de ampliar os mecanismos de integração regional e favorecer a multipolaridade e multilateralismo no século XXI, dentro de uma ideia de integração integral:

Que tenga en cuenta ya no los intereses de ciertos grupos dominantes, sino los intereses más generales de la sociedad [...] hay que pensar entonces que existe un concepto de integración de los grupos que dominan económicamente los países de organización capitalista, y un concepto de integración popular más global, pero desde la perspectiva popular. Habrá que tratar de desarrollar no solo un concepto sino un concepto y una práctica de la integración desde la perspectiva popular (MONGE, 1992, pp. 202-203).

Nos discursos oficiais, a ALBA<sup>130</sup> busca mostrar-se como um modelo socialista de integração<sup>131</sup> independente com ênfase na com-

---

duras ingressou em 2008, mas se retirou em dezembro de 2009, após o golpe de Estado sofrido pelo então presidente Manuel Zelaya.

<sup>130</sup> A Alba é composta pelos seguintes Conselhos: Conselho Presidencial (órgão dos Chefes de Estado e/ou de Governo); Conselho de Políticas sociais; Conselho de complementação econômica; Conselho Político; Conselho **de Movimentos Sociais** (órgão que facilita a integração e participação social direta na Alba) e; a Secretaria Executiva, que se apoia no Comitê Coordenador, cuja sede está em Caracas, Venezuela.

plementaridade regional para promover o desenvolvimento dos países membros e o fortalecimento da cooperação através do respeito mútuo, justiça social, cooperação e da solidariedade.

Nos últimos anos, os países membros têm saído do âmbito da retórica anti-imperialista para a ação concreta, como se verifica no “Manifiesto Bicentenario de Caracas (2010)”, no qual os países colocam em marcha a iniciativa das empresas grannacionais<sup>132</sup>; o mecanismo financeiro “Sucre<sup>133</sup>” (a moeda do bloco); o Banco da Alba<sup>134</sup>, entre outras iniciativas conforme manifestam os signatários:

[...] construir una base económica independiente, desarrollada y socialista. [...] Nos proponemos la construcción y consolidación de un Espacio de Interdependencia, Soberanía y Solidaridad Económica que eleve a una mayor dimensión los proyectos y empresas grannacionales, el Tratado de Comercio de los Pueblos, el SUCRE y el Banco del ALBA, como elementos en construcción de una Zona Económica Común (MANIFIESTO, 2010).

---

<sup>131</sup> Ver Declaração da V Cumbre da ALBA em 2007 e Declaração Final da IX Cumbre da Alba em 2010

<sup>132</sup> A ideia conceitual das **Grannacionais** resulta dos **fundamentos histórico e geopolítico** (visão bolivariana da união das repúblicas latino-americanas e caribenhas); **fundamento socioeconômico** (estratégia de desenvolvimento das economias de nossos países) e **fundamento ideológico** (a afinidade conceitual de quem integra a ALBA, quanto a concepção crítica sobre a globalização neoliberal e a necessidade de romper o esquema do comércio baseado na ficção do livre mercado).

<sup>133</sup> Durante o ano de 2011 as transações canalizadas através do SUCRE totalizaram 431 operações, de um montante de 216.131.680 sucres (270.164.600 dólares). Os objetivos principais do SUCRE são: i) fim da dependência do uso do dólar no comércio exterior; ii) poupança de divisas para a realização dos pagamentos internacionais; iii) inclusão de novos atores aos fluxos de comércio exterior (economia popular); iv) expansão do comércio intrarregional, baseado na complementaridade produtiva; v) proteção da região com relação aos choques financeiros globais. Os sócios atuais são: Venezuela, Cuba, Equador, Bolívia e Nicaragua.

<sup>134</sup> Países membros fundadores: Bolívia; Nicarágua; Cuba e Venezuela. O Equador não figurou na assinatura da Ata Fundacional do Banco. O Banco iniciou suas operações com um capital de US\$1.000 milhões e está sediado em Caracas.

Nesse sentido, também merece destaque a constituição do Espaço Econômico da ALBA-TCP, assinado na XI Conferência Presidencial em 2012. Na declaração firmada pelos chefes de Estado e governo presentes, foi ratificada a necessidade de busca a realização de um Estado que se caracterize por ser o ator central da economia de um país, sobretudo, desenvolvendo a capacidade de “enfrentar as práticas privadas contrárias ao interesse público” (a constituição do Equador de 2008 já revela essa preocupação em combater os monopólios, oligopólios, cartéis, especulação, usura e práticas antimercado).

Contudo, para além da complementaridade e solidariedade econômica, a ALBA busca, de acordo com os seus princípios, atuar em torno do atendimento das necessidades dos povos latino-americanos, de maneira que

Muito embora ainda não seja muito expressiva, até mesmo no que se refere ao comércio entre os países do bloco, ou como destino principal das exportações de seus países membros, a ALBA possibilitou a ampliação e diversificação das relações comerciais desses países. Além disso, confere ao próprio processo de integração regional, um caráter diferenciado e até mais amplo do que o proposto pelos defensores do “regionalismo aberto”. Justamente por considerar aspectos políticos e socioculturais no processo de integração e cooperação entre os países da região, a ALBA cumpre um papel diferenciador no que se refere às relações interamericanas no século XXI (Oliveira, 2013, p. 16).

Entretanto, a participação no Equador<sup>135</sup> na ALBA tem sido criticada por não apresentar os resultados econômicos “tradicionais” (em termos de vantagens econômicas e comerciais). Segundo Beatriz Zepe-da (2011, p. 116):

---

<sup>135</sup> Segundo o presidente do Equador, Rafael Correa: “A ALBA se inspira em uma orientação política integral que reivindica os direitos inalienáveis de seus povos e a soberania de seus países e repudia toda classe de tutela e intervenção estrangeira, assim como as práticas neocolonialistas, a fim de organizar seu futuro de dignidade, bem-estar comum e de desenvolvimento equitativo; El ALBA, que se construiu sob um projeto de unidade nascido do mais fundo de nossa história, se propõe a transformar as sociedades latino-americanas e caribenhas, tornando-as mais justas, participativas e solidárias, mediante a eliminação das desigualdades sociais, o fomento da qualidade de vida e um aporte efetivo dos povos no desenho de seu próprio futuro” (ALBA, 2012, p. 44. Tradução do autor).

Según la Cámara de Industriales de Pichincha, en 2008 las exportaciones ecuatorianas a los países miembros de la Alba ascendieron a 981 millones de dólares, equivalentes a 5,3% de las exportaciones totales del país. Por su parte, las exportaciones no-petroleras representaron solamente 9% de ese total. En lo referente a las importaciones de Ecuador, si se excluye a Venezuela, los países de la Alba resultaron en ese mismo año proveedores marginales de sus compras en el extranjero, con una participación de apenas 0,13% del total. De igual manera, en 2008 la inversión extranjera en Ecuador provino en su mayor parte de México, mientras que Venezuela sólo aportó 2% del total y los demás países del bloque ni siquiera figuraron en las estadísticas.

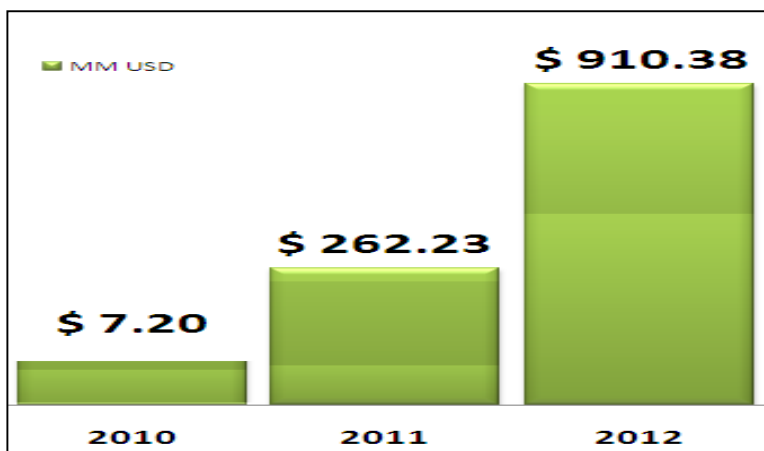
Desta feita, conforme verificado acima, tomando como base os resultados que caracterizam o modelo capitalista de integração, para alguns autores, a ALBA se realiza apenas no plano do enfrentamento ideológico (anticapitalista, anti-imperialista), sendo considerada, do ponto de vista tradicional dos resultados práticos da integração econômica, um mecanismo que poucas vantagens traz à economia equatorial, exceto, pelo incremento de trocas comerciais com a Venezuela.

Contudo, o que pouco se observa, para além dos números das balanças comerciais é que outros êxitos têm marcado a nova proposta da ALBA, como a iniciativa financeira da ALBA de criar uma moeda (o SUCRE – Sistema Unitário de Compensação Regional - ver evolução das transações em SUCRE no gráfico a seguir) para oferecer alternativas à monolítica arquitetura financeira internacional, buscando criar uma Nova Arquitetura Financeira Regional (NAFR). De modo que, para além desse mecanismo de compensação financeira regional, os países integrantes do Bloco atuaram também na Criação do Banco da Alba<sup>136</sup>, da Petrocaribe, das grannacionais, e a participação desses países no Banco do Sul, na Radio Sul e na Telesul, entre outras iniciativas (ALBA, 2012).

---

<sup>136</sup> São membros: Bolívia, Nicarágua, Cuba, Venezuela e San Vicente e Granadinas. Tem como objetivo apoiar o desenvolvimento econômico e social sustentável; reduzir a pobreza e as assimetrias; fortalecer a integração e promover o intercâmbio econômico justo, dinâmico, harmônico e equitativo entre os países membros da ALBA.

Gráfico 7. Transferências canalizadas através do Sistema Sucre  
(em milhões de dólares)



Fonte: Secretaria Executiva da ALBA-TCP, 2011.

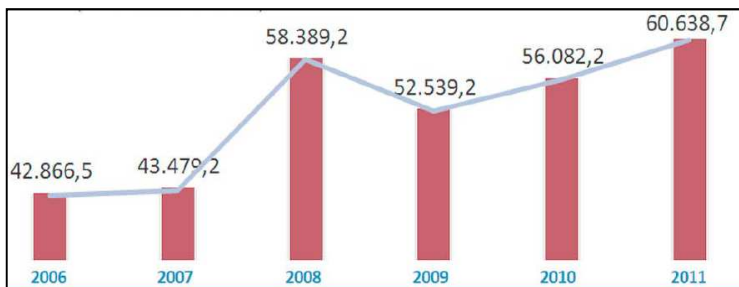
Outro fato que merece destaque é que a proximidade ideológica e do modelo de autonomia em política externa faz com que esses países juntos, deixem de ser apenas “pequenos” Estados com pouca ressonância em termos de capacidades e participação nos foros internacionais. Comprovando isso, com respeito às capacidades materiais, vale observar o importante dado das reservas internacionais conjuntas desses países:

Gráfico 8. Reservas internacionais dos países do ALBA-TCP  
(em milhões de dólares)



Fonte: Cepal, Divisão de Estatísticas e Projeções Econômicas, 2011.

Gráfico 9. Evolução das reservas internacionais ALBA-TCP de 2006 a 2011 (em milhões de dólares)



Fonte: Cepal, Divisão de Estatísticas e Projeções Econômicas, 2011.

Outro fator que merece destaque, é que um dos membros da ALBA é Cuba, único estado socialista na América Latina. Essa participação revela, para os governantes e governados dos países latino-americanos e de todo o mundo, que o socialismo não é uma estratégia política de desenvolvimento econômico, social e cultural alheia à realidade latino-americana e, a participação de Cuba permite observar o acelerado grau de aprofundamento das contradições de classe em vários países da América Latina (Ianni, 1988).



Deste fato resulta a preocupação das classes dominantes com a ampliação da ALBA (já é o segundo bloco econômico em trocas comerciais da América Latina) e de uma potencial aproximação com o MERCOSUL e a Unasul.

O projeto da ALBA-TCP, é uma aliança política, econômica e social com o objetivo de defender a independência, a autodeterminação e a identidade dos povos que a integram. Portanto, a avaliação do sucesso ou não dessa organização (que não é nosso objetivo neste trabalho) está para além dos critérios mercantilistas e dos interesses de lucros empresariais ou benefícios nacionais em detrimento de outros povos. Mesmo assim, observa-se quão fundamental é a união dessas repúblicas para enfrentar episódios como a crise internacional.

Portanto, mesmo que uma análise que contemple os fatores tradicionais de sucesso nos projetos de integração (balança comercial; processo decisório; índices de produtividade macroeconômica) apresenta pontos negativos (como a não evolução exponencial das trocas entre o Equador e os países participantes – ou a evolução lenta), do mesmo, mesmo a partir de elementos tradicionais, também há pontos positivos (como se observa acima, as reservas internacionais dos países integrantes são, inclusive, superiores às reservas disponíveis no período anterior a crise de 2009).

Portanto, o que se propõe é que outra análise da ALBA deva contemplar outra visão sobre a integração integral realizada pela ALBA, por exemplo, observando os resultados das políticas sociais propostas pela organização, como os programas:

- i) Missão e Operação Milagre (2.295.046 intervenções cirúrgicas gratuitas para pacientes com problemas oftalmológicos, sendo 108.416 no Equador);
- ii) Escola Latino-americana de Medicina (ELAM) – 1.098 estudantes matriculados desde 2007, sendo 161 equatorianos, com fundos da ALBA;
- iii) Cardiológico infantil latino-americano (3.249 intervenções desde agosto 2006 até agosto de 2011);
- iv) Centro de Regulação e Controle de medicamentos da ALBA (ALBAMED);
- v) Grã-nacional farmacêutica;
- vi) Programa de Alfabetização (erradicando o analfabetismo em Cuba, Bolívia, Nicarágua e Venezuela);
- vii) Programa de Pós-alfabetização (1.063.100 pessoa alfabetizadas ao sexto grau e posteriormente ao bacharelado);
- viii) Centro Internacional de Investigações Educativas da ALBA (CIED-ALBA);
- ix) Universidade

dos Povos da ALBA-TCP (UNIALBA); x) comissão de telecomunicações da ALBA (ampliada pelo lançamento do satélite venezuelano Simon Bolívar); Grannacional ALBATEL (soberania telecomunicacional, aprofundada para além da instalação de 1.860km de cabos de fibra ótica, pela TELESUR, RADIOSUR, ALBA TV, entre outros inúmeros programas (ALBA, 2012).

Ademais do sucesso que variados programas sociais, pode-se observar alguns êxitos políticos, para os quais a participação equatoriana, a partir do exercício de uma política externa mais autônoma, foi fundamental: i) a ALBA como alicerce da unidade latino-americana (conforme demonstra a participação ativa dos seus membros na fundação da CELAC); ii) apoio a autodeterminação do povo de Honduras, culminando com a volta do presidente destituído Manuel Zelaya, em 28 de maio de 2011, caracterizando uma solução política, pacífica e negociada para a restituição dos direitos políticos do ex-presidente; iii) condenação ao bloqueio criminal ao heroico povo de Cuba; iv) condenação da intervenção da OTAN na Líbia; v) respaldo ao reconhecimento do Estado da Palestina; vi) Defesa integral popular conjunta e garantia aos direitos humanos; vii) luta contra o intervencionismo e a Guerra; viii) direitos da Mãe Terra (ALBA, 2012).

Portanto, a participação do Equador na ALBA aponta a escolha conjunta de alguns países andinos e de alguns países caribenhos com relação ao projeto do “Socialismo do Século XXI<sup>137</sup>” e em linhas gerais, criando uma organização que seja parte da construção de uma nova ordem internacional, baseada não no *Hard Power*, no *Soft Power* ou *Smart Power*, mas no *Social Power*<sup>138</sup>.

Assim, se na ALBA a gestão de Rafael Correa encontrou as bases sociais para a autonomia em política externa, é preciso analisar se na UNASUL as bases políticas – como resultado do investimento simbóli-

---

<sup>137</sup> O ideal de Socialismo no século XXI tem raízes, dentre outros compromissos internacionais, na: i) Carta Social Unificada das Américas firmada em 29 de março de 2005, na cidade de Guayana, na Venezuela; e ii) nos compromissos assumidos na IV Cumbre da dívida social ou chamados “Compromissos de Caracas”, de 26 de fevereiro de 2005.

<sup>138</sup> “*Social Power*, ou seja, a construção de laços de solidariedade, a cooperação, o fomento a projetos sociais e a ajuda internacional, em muitos casos, humanitária da Venezuela com relação a outros países” (OLIVEIRA, 2013, p. 16).

co do governo de Rafael Correa na construção da sede desta organização e nada defesa de sua institucionalização— tem sido ampliadas.

O esquema de integração proposta pela UNASUL é resultado, sobretudo, dos esforços da diplomacia brasileira para uma maior articulação das relações de Brasília com os demais países da América do Sul.

Tendo a diplomacia brasileira um papel importante na fundação da UNASUL, a participação do Equador nessa organização depende de que se saiba, de antemão, de três situações importantes: i) a existência de um baixo perfil de trocas comerciais entre Brasil e Equador, ademais da inexistência de conexão física entre eles; ii) a ação do governo de Rafael Correa, em setembro de 2008, de questionar o pagamento da obra realizada em território equatoriano da construtora brasileira Odebrecht e; iii) a modificação dos termos de contrato de exploração de petróleo, no qual a petroleira brasileira Petrobrás teve que aceitar os termos impostos pela nova constituição.

A participação do Equador deve ser entendida, ademais do importante marco da compreensão de que o processo é uma iniciativa que congrega os interesses brasileiros, sob o marco do destaque, que a política externa equatoriana deu, a partir de 2007, para a ativação dos processos de integração regional, no qual o fortalecimento da UNASUL foi um objetivo sempre constante. Segundo a então chanceler equatoriana, Fernanda Espinosa:

Queríamos que la sede de Unasur estuviera en Ecuador, tener un primer secretario ecuatoriano, como inicialmente fue así con el ex presidente Rodrigo Borja. Logramos consolidar la idea de que el Ecuador sea la sede [...] Ese ha sido uno de los símbolos de nuestra política exterior soberana (*apud* Harnecker, 2012ii, p. 13).

A UNASUL, por ser uma iniciativa levada adiante pelo presidente Lula da Silva, deve levar em conta a importância, para qualquer país sul-americano, de aproximar-se do Brasil no contexto histórico atual, conforme aponta o ex-chanceler da república equatoriana, Fander Falconí (2010, p. 142; 145):

El rol de Brasil en el continente es central. Lula se ha convertido en un líder político con dimensión global. Del mismo modo, por su riqueza económica y natural, Brasil tiene una fuerza internacional creciente. Nosotros no podemos desentendernos de esta realidad. **Brasil no es sólo samba y fútbol** [...] Lula reposicionó a Brasil en América

Latina y en el mundo y generó una identidad con un proyecto latinoamericano. **La Unasur es una de las grandes apuestas de la diplomacia brasileña** (grifo nosso).

Entretanto, ainda que a nova política externa pensada e executada a partir da chegada ao poder de Rafael Correa objetivasse construir as bases para aprofundar a integração regional e as relações bilaterais com o Brasil, isso não significou, para o novo governo equatoriano, aceitar ingerências políticas e/ou econômicas das companhias estrangeiras (brasileiras) que atuavam no Equador, sobretudo, quando essas ingerências afetavam o interesse público equatoriano.

Assim, em setembro de 2008<sup>139</sup>, o presidente Rafael Correa decidiu suspender a construção de novas obras (duas hidroelétricas, um aeroporto e a execução de um projeto de risco) da construtora brasileira Odebrecht, após a confirmação de falhas na construção da Hidroelétrica de “San Francisco”. A suspensão das novas construções e a expulsão da Odebrecht afetou, em último grau, uma instituição pública do capitalismo brasileiro, o BNDES, que é o responsável pelo financiamento das obras realizadas por empresas brasileiras fora do país.

Por isso, houve uma atuação direta e ofensiva da diplomacia brasileira em resolver o impasse criado pelo questionamento soberano da República do Equador. A principal preocupação para o Itamaraty, foi que qualquer solução deveria prezar pelo respeito ao pagamento do crédito emprestado pelo banco de desenvolvimento brasileiro, conforme mostram as declarações de Brasília, segundo a imprensa internacional:

En su entorno [el entorno de Lula da Silva] se da por hecho que Brasil continuará respondiendo a

---

<sup>139</sup> Em setembro de 2008, o governo equatoriano exigiu o pagamento de uma indenização, devido aos danos estruturais e a paralisação da Central Hidroelétrica de San Francisco. O Decreto Executivo 1348 questionou o contrato assinado – antes do atual governo – com Hidropastaza e declarou a emergência nacional, pela diminuição da eficiência na prestação do serviço de energia elétrica originado pela central. A medida também se tomou para superar as deficiências nos projetos Toachi-Pilatón, Carrizal-Chone, Baba e aeroporto de Tena, em todos eles, houve a intervenção da empresa **Odebrecht**. O decreto presidencial ordenou a militarização dos bens e instalações da central hidroelétrica, a suspensão dos direitos constitucionais e a expulsão do país dos funcionários da construtora. **Em seguida, o governo suspendeu o pagamento de um crédito de aproximadamente US\$ 286 milhões, outorgado pelo BNDES** (Falconí, 2010, grifo nosso).

cualquier decisión ecuatoriana que considere injustificada y que perjudique a los intereses de las empresas nacionales (El país, 2008)<sup>140</sup>.

Portanto, o pano de fundo da questão da expulsão da Odebrecht era por em cheque o investimento público em favor do capital privado brasileiro (“vencedor”) na América Latina, independente da nobreza da causa empreitada pelo presidente Rafael Correa. Por sua vez, o governo de Quito recorreu à Corte Internacional de Arbitragem da Câmara de Comércio Internacional de Paris para tratar do assunto. A resposta prática do Palácio do Planalto foi a de, durante os quatro anos que se seguiram ao ocorrido, não financiar nenhuma obra no Equador.

Entretanto, isto não significou que as relações diplomáticas entre os países ficaram em suspenso<sup>141</sup> e que outras iniciativas não foram tomadas, como demonstra, por exemplo, a desgravação tarifária concedida pelo Brasil ao Equador para 3.200 diferentes produtos, que aumentou a competitividade das exportações equatorianas, entre outras. Contudo, com relação aos mega financiamentos do BNDES, apenas em 2013 o governo brasileiro anunciou que voltaria a financiar, outra vez via empresa Odebrecht, a construção de uma hidroelétrica em território equatoriano, agora diminuindo o risco de seu aporte a 85% do valor do financiamento<sup>142</sup>. Outro detalhe importante é que, mesmo sob trâmite de arbitragem, o governo equatoriano pagou, rigorosamente, os valores devidos à Odebrecht, que correspondiam aos aportes realizados pelo BNDES durante a construção da obra (Falconí, 2010).

Ainda sob a ótica da integração baseada na Unasul, pode-se afirmar que o IIRSA vem se constituindo na principal ação capitalista financiada pelo Brasil, ademais de criar uma excelente oportunidade de que se estabeleçam alianças entre China e países da América do Sul –

---

<sup>140</sup> El país. Brasil y Ecuador, al borde de la crisis. Disponível em: <[http://internacional.elpais.com/internacional/2008/10/13/actualidad/1223848801\\_850215.html](http://internacional.elpais.com/internacional/2008/10/13/actualidad/1223848801_850215.html)>. Acesso em: 21 jan. 2012.

<sup>141</sup> Já em dezembro de 2008, na Cumbre presidencial do Mercosur, Lula da Silva e Rafael Correa iniciaram os diálogos, continuados pelos chanceleres Fander Falconí e Celso Amorim que permitiram a volta do embaixador brasileiro Antonino Marques Porto a Quito em janeiro de 2009 e a normalização das relações bilaterais (Falconí, 2010).

<sup>142</sup> Ver em: Do Rio. Banco volta a financiar obra no Equador, Brasil, Valor econômico, 20 maio 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3129834/banco-volta-financiar-obra-no-equador>>. Acesso em: 22 set. 2013.

ainda que baseada na lógica de articular os circuitos comerciais para aprofundar a participação da América do Sul na globalização, a partir de seus produtos primários (modelo da velha economia exportadora) – com vistas a desenvolver comercialmente a conexão Pacífico-Atlântico, fazendo frente ao Canal do Panamá.

Ademais, do ponto de vista militar e geopolítico, representa um projeto que visa controlar militar, econômica e politicamente toda a área amazônica, naturalmente rica em minerais, água e biodiversidade. Entretanto, ao invés de esta estratégia estar sendo executada em favor das classes populares e dos projetos de emancipação nacional, em nome do desenvolvimento e do progresso dos povos no futuro, estão entregando estes recursos a empresas multinacionais, conforme já alertava Marini (1976, p. 57):

Desde os projetos de integração econômica regional e sub-regional até ao esboço de políticas agressivas de competição internacional, assiste-se em toda a América Latina à **ressurreição do modelo da velha economia exportadora** (grifo nosso).

Desta maneira, o IIRSA se constituiu do ponto de vista econômico, em uma nova forma de exploração capitalista na região, para o qual se faz necessária a construção de uma série de infraestruturas de comunicações, transportes, exploração dos recursos naturais, e, em geral, planejar as melhores opções para conectar as economias da América do Sul ao mercado mundial, não importando os impactos ambientais, humanos que a construção desta conexão gere. E, convém colocar que o IIRSA tem se realizado, sobretudo, porque os governantes da América Latina de tendência progressista como Lula, Evo, Correa e Cristina não estão questionando, pelo menos até agora, o modelo extrativista de crescimento, nem a forma de inserção submissa no mercado mundial<sup>143</sup>.

Nesse ponto, importa mencionar a ação das empresas brasileiras no Equador. Através do IIRSA, multinacionais brasileiras que são sustentadas pelos recursos financiados através do BNDES avançam e se consolidam para hegemonizar o referido projeto de integração. Corpo-

---

<sup>143</sup> “No solamente el Ecuador tiene interés en llegar a Manaus, el presidente Hugo Chávez ha hecho público que Venezuela pretende terminar y mejorar la carretera entre Caracas y Manaus; el presidente Evo Morales tampoco se ha quedado callado, ha dicho que Bolivia va a negociar con el presidente Lula la construcción de una carretera entre La Paz y Manaus para sacar sus productos al Atlántico” (QUEZADA, 2012, p. 97).

rações como Petrobrás, Gerdau, VC, Odebrecht, Friboi, Marfrig e Vale são escolhidas “a dedo” e a elas lhe é concedido a tarefa de traçar e construir hidrovias, rodovias, autopistas, portos e aeroportos para o projeto IIRSA, de modo a facilitar a extração de matérias primas, biodiversidade e construção de megaprojetos infraestruturais. Segundo Eduardo Quezada (2012, p. 99):

La expansión multinacional brasileña es apoyada mediante una agresiva diplomacia internacional liderada por el embajador Celso Amorim, en afán de consolidar y sostener la política expansiva regional por parte de las corporaciones brasileñas, repotenciando sus fuerzas armadas con tecnología francesa, submarinos, aviones y helicópteros han sido adquiridos con seguridad para salvaguardar los intereses económicos de las compañías transnacionales invertidos en la región amazónica, zona conflictiva por su condición de territorialidad multinacional, que tarde o temprano permitirá ver si bajo otro liderazgo **que no sea Brasil, se consolidara la UNASUR, el MERCOSUR, el SU-CRE como moneda común o la conformación militar de una especie de Comando Conjunto Unificado para enfrentar posibles agresiones de potencias extra regionales** (grifo nosso).

O governo de Rafael Correa tem dado bastante atenção ao esquema de integração regional propiciado pela UNASUL. Com o prestígio contínuo da CAN (ademais, com a saída da Venezuela<sup>144</sup> desta organização) e com a estratégia integrativa da Alba – pensada para além de ser um mero foro político – a UNASUL tem se apresentado como a iniciativa regional, sobretudo, do ponto de vista político, mais promissora aos olhos do palácio de Carondelet:

Lo que, aunado al hecho que Quito haya sido seleccionada como sede de la Secretaría General de la Unasur, permitiría suponer un fuerte compro-

---

<sup>144</sup> A Venezuela deixou de pertencer à Comunidade Andina de Nações desde o dia 22 de abril de 2011 (o governo de Caracas já havia anunciado que iria se retirar desde 2006). Vale observar, que, paralelamente à sua saída da CAN, “El gobierno bolivariano trabaja desde el año 2006 para establecer nuevos esquemas de integración comercial con Colombia, Perú, Bolivia y Ecuador, tras anunciar su retiro de la Comunidad Andina de Naciones” (El nuevo diario, 2011, disponível em: <<http://www.elnuevodiario.com.ni/internacionales/100245>>).

miso del gobierno ecuatoriano con este esquema. Además, Ecuador ocupó la presidencia *pro tempore* de la Unasul entre agosto de 2009 y noviembre de 2010, periodo durante el cual desplegó una intensa actividad a fin de fortalecer el Consejo de Defensa Suramericano, así como de crear varios otros consejos de relevancia para la región (Zepeda, 2011, p. 118).

Entretanto, a especialização produtiva, centrada na exportação de matérias-primas tem determinado a lógica de integração, baseado no desenvolvimento de infraestrutura, a partir da Unasul e, especialmente, do programa do IIRSA. Os projetos regionais promovidos por esta iniciativa, em transporte, energia e telecomunicações sofrem de uma falta de análise rigorosa, do ponto de vista ambiental e social, de transparência e abertura de conta e de limitada informação. Afinal de contas, a onda de investimentos em estradas, hidrovias e represas, não vai impactar somente na biodiversidade sul-americana, mas também no regime de trabalho dos camponeses, trabalhadores agrícolas e trabalhadores em geral, e sobre isso pouco se discute (Falconí, 2010).

Também cabe destacar que em 2013 o presidente da república equatoriana solicitou seu ingresso no MERCOSUL. Atualmente, o Equador é membro associado do bloco, na mesma situação que Bolívia, Peru, Colômbia e Chile. A participação do Equador no MERCOSUL seria uma maneira de estreitar os laços entre a ALBA, a Unasul e o MERCOSUL. Do ponto de vista estratégico, para os países do bloco seria interessante o ingresso do Equador, visto que dos países que tem saída para o pacífico na América do Sul (Colômbia, Chile, Peru e Equador), os outros três estão conectados com a esfera de influência de Washington, restante apenas o Equador como porta de saída para o pacífico e porta de entrada para a China.

Outro fator importante, conforme mencionado, são as boas relações de Quito com Pequim, que também é um importante sócio do capitalismo brasileiro. A aproximação de Rafael Correa com a China pode ser bem vista pelas elites dos países membros do MERCOSUL, ademais do Equador ser considerado um importante mercado de destino para a exportação das manufaturas brasileiras, uma vez que vem incrementado sua renda nacional *per capita*.

Por último, a criação da CELAC em fevereiro de 2010, consolida um esquema de concertação política alternativa à OEA, no qual os EUA e o Canadá não participam. A criação da CELAC e a presidência



*pro-tempore* (2013-2014) sob-responsabilidade do presidente cubano Raúl Castro, demonstra como os esquemas de integração econômica e política, alternativos ao modelo capitalista de desenvolvimento, podem coincidir e, conjuntamente, fortalecer as bases políticas, sociais e econômicas dos países latino-americanos rumo a um socialismo com a sua cara e o seu ritmo.

Portanto, a integração regional, a inserção alternativa na globalização e as relações diferenciadas que se vem estabelecendo com a República Popular da China são pilares fundamentais para manter a autonomia da política externa equatoriana e a independência do Estado equatoriano.

Participar na globalização de modo criativo e ativo pressupõe encontrar alternativas e possibilidades ao “fim da história” que a globalização e seus teóricos profetizaram. Atuar e reconquistar a soberania, sobretudo, sobre a dívida pública equatoriana foi um passo fundamental para aumentar a autonomia da política externa e possibilitar a busca de novos caminhos para uma inserção internacional não dependente das instituições financeiras internacionais.

O entorno regional tem sido a base para a ampliação dessa autonomia, seja através de mútuo apoio que a chegada ao poder de governo de tendência regional progressista tem dado uns aos outros, seja através de novos acordos políticos, econômicos e sociais que aproximem a Pátria Grande de uma inserção histórica cada vez e verdadeiramente autônoma e independente.

Assim, a política externa de Rafael Correa não é nada aventureira ou puramente ideológica, sobretudo, porque se aproveita do vazio da liderança estadunidense no início do século XXI na América Latina; se aproveita do florescimento econômico do gigante asiático, a China; se aproveita das similitudes políticas com os países vizinhos para garantir uma plataforma segura para a inserção equatoriana e latino-americana no Sistema Internacional em transformação e; como se avaliará a seguir, se aproveita transformações internas que trouxeram a possibilidade concreta do exercício de uma política externa autônoma.

### **Capítulo 3. Variáveis estatais: a política externa como espelho das transformações internas**

Nesse capítulo, em consonância com nosso objeto de pesquisa, se analisará como alguns determinantes ligados à vida estatal influenciam no nível de autonomia da política externa equatoriana. A correlação entre estes determinantes e seus efeitos na política externa nem sempre é claro, sobretudo devido à escassez de trabalhos que se proponham a lançar mão do enfoque marxista sobre o tema.

Para facilitar o trabalho de percepção da abordagem que aqui se realiza e a análise de política externa, dividimos o capítulo em três principais tópicos, que serão analisados à luz do período entre 1980 e 2007 e de 2007 a 2013: i) a evolução da institucionalidade política do Equador nesse período e a relação da institucionalidade com a política externa aplicada; ii) a economia política que caracteriza a estrutura de ação e planejamento da política externa nos períodos mencionados e; iii) o campo da soberania monetária, que trata, pois, de um elemento institucional (a moeda nacional) que recebe os impactos da economia política vigente (forças que condicionam determinada estratégia monetária).

Outro esclarecimento devido é que, ainda que o capítulo trate das variáveis estatais, de nenhum modo, o estudo aqui empreendido separará destas variáveis as influências exógenas ao cenário estatal que o próprio Sistema Interestatal capitalista pressupõe que existam. A organização do objeto de estudo em categorias separadas e que não se comunicam é um trabalho que não permite analisar as variáveis domésticas à luz da complexidade da realidade internacional. Ao trilhar esse caminho de “ostracismo” de variáveis – que pensamos improdutivo nas ciências sociais – se corre o risco de falhar e distorcer os fatos na tentativa de compreender a totalidade das relações sociais que envolvem a política externa equatoriana.

#### **3.1 O componente institucional da política externa**

O projeto de estabelecimento de um Estado com capacidade institucional e material para levar adiante iniciativas de autonomia, originalidade e partindo da realidade e das condições locais, é observado com grande frequência no discurso oficial governista atual do Equador, que aponta para uma transformação do regime equatoriano, tanto com relação aos aspectos políticos quanto aos econômicos:

Por tanto, no solamente debían producirse transformaciones en lo normativo, en el diseño institu-

cional, en las prácticas públicas y en la orientación de las políticas públicas, sino que todas ellas debían contar con cimientos profundos para mantenerse y de esa manera constituirse en los componentes de un nuevo ordenamiento (PACHANO, 2012, p. 43).

É com o intuito de compreender os condicionantes, as condições e as condicionalidades que a realização deste projeto político traz para o plano da avaliação de um maior ou menor grau de autonomia na política externa é que se aplicará um esforço, dentro do marco da TMD, para compreender os mecanismos que atuam sobre a superexploração da força de trabalho, sobre a hegemonia de classes e sobre a dimensão da economia interna, enquanto resultados que podem caracterizar as bases da autonomia da política externa equatoriana.

Assim, nesse capítulo, ao se analisar as transformações internas, tanto em âmbito político, quanto econômicos, nos períodos de 1980-2007 e 2007-2013, se procederá, necessariamente, com a análise das condições objetivas de análise das relações de classes dentro do Equador, fundamentais para compreender o projeto de política externa que vigora em cada período. Assim, o caminho trilhado será no sentido de revelar se existe tal qual descreve o professor Ruy Mauro Marini (2012, p. 56), um “Estado de compromisso, que reflete a complementaridade das relações de classes existentes na sociedade latino-americana”.

Convém, nesse ponto, atentar para a divisão tipológica realizada pela autora Vânia Bambirra (2013), que classifica o Equador<sup>145</sup> dentro da tipologia de desenvolvimento no qual as tensões podem ter se tornado mais graves devido ao controle direto realizado pelo capital estrangeiro do principal setor de exportação. Esse modelo seria diferente e ao contrário de países como Brasil, Argentina, México, Colômbia, Uruguai, nos quais houve condições necessárias (captura de uma parte do excedente econômico) para mudar a orientação em favor de uma industrialização.

Portanto, as condições internas de acumulação, caracterizadas pelo predomínio ainda mais forte do capital estrangeiro na estrutura produtiva equatoriana pode ter favorecido a existência de conflitos radi-

---

<sup>145</sup> Segundo a tipologia de Bambirra (2013), o Equador é um país do tipo B, com desenvolvimento da substituição de importação a partir do final da segunda guerra mundial.

cais, que, sobretudo nos ciclos de depressão da metrópole, como é o caso do período de 1970-80, forçou a uma maior apropriação dos excedentes econômicos equatorianos e a aumento da superexploração do trabalho (forçando a produção e apropriação de mais-valia), conduzindo, assim, a uma situação de repressão impostas pelas classes dominantes, refletidas no plano econômico desde a estagnação econômica nacional até a perda da soberania monetária e fiscal e, no âmbito político, à crise das instituições republicanas.

Vale lembrar, que ao longo da história latino-americana, em diferentes momentos, observa-se o desenvolvimento de uma ideologia do tipo nacionalista desenvolvimentista, proveniente, sobretudo, das burguesias nacionais, como, por exemplo, na fase posterior à implementação da indústria de bens duráveis leves (período entre 1930 e 1950) e ao esgotamento deste processo (década de 70), seguido da reivindicação, por parte das burguesias nacionais da implantação do setor de bens de capital. Entretanto, o capital multinacional estrangeiro fez um grande esforço para ele mesmo realizar a instalação da indústria de bens de capital, levando a burguesia nacional a defender sua mais-valia e seu próprio campo de investimento, definindo um modelo capitalista autônomo (MARINI, 2012, p. 60).

Sobre esta questão, vale a pena destacar dois pontos: i) essa classificação do enfrentamento que a burguesia nacional faz, tanto com o capital estrangeiro, mas também com as antigas classes dominantes internas, acontece, principalmente, nos países que tiveram sua industrialização anterior aos anos 1945; ii) o caso equatoriano não se enquadra nessa categoria, pois teve sua industrialização implementada dentro do grande jogo da “empresa monopolística” estadunidense no pós-1945.

Essa constatação leva a uma pergunta que bem pode iluminar os caminhos para compreender a luta de classes no Equador: em que medida a coalizão que permite ao economista Rafael Correa chegar ao poder em 2007 é caracterizada pela participação da burguesia equatoriana? Havendo um pacto do grupo liderado por Rafael Correa com setores da burguesia, essa participação descaracteriza a tentativa do governo de construir o Socialismo do Século XXI?

Se a observação da participação burguesa nacional é confirmada, o processo da Revolução Cidadã estaria mais próximo a uma revolução passiva<sup>146</sup>. Se não, se pode estar frente a um levantamento das

---

<sup>146</sup> Para uma compreensão e crítica do processo da Revolução Cidadã, Gramsci (1998) aponta as diferenças entre uma democracia liberal e uma democracia dos

classes subalternas, que, em primeiro lugar, reconquistam a participação política no aparelho institucional e o transforma, e; em segundo lugar, começam a resgatar os mecanismos de apropriação da riqueza nacional (excedente econômico) em favor da recuperação da autonomia nacional em vários âmbitos e, numa etapa posterior, colocando fim a exploração do homem sobre o homem (apropriação da mais-valia).

Há ainda a possibilidade, segundo Ianni (1988) de que o processo de Socialismo reformista, que contém em si elementos do capitalismo autônomo, desemboque num processo em que a vontade coletiva popular das classes subalternas se imponha sobre as classes dominantes. Para tanto, é preciso entender a inserção do capitalismo dependente equatoriano no sistema internacional e a conformação de sua superestrutura de representação de classes.

### **3.1.1 Institucionalidade ameaçada: crise interna pelo modelo de aprofundamento neoliberal e recuperação do Estado interventor**

*“La consecuencia inevitable fue el rechazo generalizado a la política”.*  
(Simón Pachano)

Estudar as instituições políticas do breve período de 1980 a 2013 significa observar e analisar os contornos de classes que estas instituições apresentam à luz da política externa pensada e executada. Na maioria das vezes, reclamar para si o controle do Estado nacional, é uma tentativa de criar uma “escama protetora” que serve única e exclusivamente para ocultar os interesses dominantes presentes nas instituições do Estado (seja ele uma República, uma Monarquia, um regime Parlamentar, etc), de modo que, o grande desafio ao qual se dedicará é o de revelar e apresentar ao leitor quais eram (e são) estes interesses e como eles se apresentaram na esfera da política pública da política externa.

---

trabalhadores. Para a América Latina a caracterização de capitalismo autônomo de Ianni (1988) também possibilita compreender o processo. Merece destaque também a interpretação de Arrighi (2003, p. 117): “[...] Gramsci usava a expressão revolução passiva de duas maneiras distintas e às vezes incoerentes. Por um lado, ele a empregava para designar as maiores transformações sociais e políticas que ocorrem sem a participação das massas sob o impacto de forças marginais. Por outro lado, ele a empregava para designar transformações sociais moleculares que ocorrem atrás da retaguarda e contra as intenções declaradas dos regimes políticos conservadores”.

A transformação constitucional realizada pelo grupo político liderado pelo presidente Rafael Correa de 2008 é vista como a reelaboração mais radical, profunda e intensa da institucionalidade equatoriana desde o regresso a democracia em 1979. A história dos partidos equatorianos tradicionais parece chegar ao fim com a reforma constitucional de 2008.

Para entender a perda de legitimidade destes partidos que representavam os interesses das classes oligárquicas e rentistas do Equador, importa observar como estes movimentos de reforma constitucional complementam as “diferentes modalidades” de desenvolvimento do capitalismo no Equador:

El retorno a la en 1979 era una necesidad de modernización política para la continuación de la modernización económica por la vía de la industrialización y la planificación económica con el rol determinante del Estado. La Asamblea Constituyente de 2008, en cambio, tiene que procesar las reformas políticas, inherentes al posneoliberalismo en un ambiente de globalización financiera, economía de casino mundial – que explica el auge de los precios de los *commodities* – reprimarización de la economía, desterritorialización del Estado y criminalización social (Dávalo, 2012, p. 98).

Neste sentido, as reformas de 1979 – a despeito de terem sido feitas sob a égide da crença no desenvolvimentismo de matizes cepalinas – foram fundamentais para a saída neoliberal dos anos oitenta, uma vez que a nova constituição permitia às instituições políticas usufruir de uma grande margem de manobra para as transformações macroeconômicas. Nesse sentido, vale observar a trajetória que o Equador iria novamente recorrer, conforme já em 1976 assinalava Ruy Mauro Marini:

A economia dependente continua a expandir as suas exportações, a preços cada vez mais compensadores para os países industriais (com os efeitos conhecidos na acumulação interna destes) e, simultaneamente, mantém o seu atrativo para os capitais externos o que permite dar continuidade ao processo (p. 68).

Como na maioria dos países latino-americanos, as décadas de 1960 e 1970 caracterizam a realização das “Estratégias Desenvolvimen-

tistas” baseadas em transformações da estrutura e no desenvolvimentismo (reforma agrária, industrialização por substituição de importações, integração, promoção empresarial, ampliação dos investimentos externos e, sobretudo, um ativo papel do Estado através de regulações sobre o Estado, investimentos públicos, redistribuição de renda e nacionalismo econômico).

Esse modelo desenvolvimentista foi impulsionado por uma Junta Militar que governou o país de 1963 a 1966 e logo por um golpe militar que deixou as transformações desenvolvimentistas nas mãos dos militares de 1972 a 1979. Ambos os governos colheram os frutos da bonança de recursos provindas da alta de preço do petróleo e do padrão dólar fiduciário, sobretudo, os governos militares do período de 1972 a 1979 (PAZ; CEPEDA, 2012).

As décadas de oitenta e noventa marcaram um novo ciclo para a economia e a política equatoriana: afetados pelas políticas econômicas da Tríade (EUA, Alemanha e Japão), a crise da dívida afeta diretamente o funcionamento dos fundamentos econômicos e das instituições que operaram durante a riqueza petrolífera que reinou na vida nacional equatoriana (Acosta, 2006).

Do ponto de vista econômico, as décadas de 1980 e 1990 marcaram a substituição do modelo desenvolvimentista pelo modelo neoliberal (que também pode ser chamado de: regionalismo aberto, reprimarização da economia, ajuste estrutural, consenso de Washington<sup>147</sup>, etc).

Do ponto de vista político-institucional, ademais do fim do governo militar, houve uma verdadeira desinstitucionalização do Estado, a configuração de um Estado de partidos e o contínuo desajuste das condições da vida e trabalho da ampla maioria da população nacional, que, no limite, sofria as determinações das exigências da balança de pagamento equatoriana. Obviamente uma classe dominante se beneficiava desse processo:

As burguesias nacionais, que veem na cooperação com o imperialismo a melhor fonte de benefícios, sentem-se suficientemente donas do poder político para não preocupar-se seriamente com a soberania nacional (Mariátegui *apud* Ianni, 1988, p. 176).

---

<sup>147</sup> O chamado Consenso de Washington, para os fins desta pesquisa, pode ser definido como a visão neoliberal de política econômica que dividem todas as instituições radicadas especialmente em Washington sobre como estabilizar e como reestabelecer o ciclo de crescimento de uma economia, tais com o FMI, o BIRD, o BID e o governo dos EUA da América (Acosta, 2006, p. 280).

De modo que, podemos afirmar que entre 1979 e 2006 realizou-se um modelo empresarial de desenvolvimento. Esse modelo se inicia com Jaime Roldós (1979-1981) e ganha força no governo de Osvaldo Hurtado (1981-1982) que aplica a risca as medidas aberturistas, dentre as quais, a primeira foi a nacionalização das dívidas privadas, e/ou, “sucretização” das dívidas privadas, o que significou, em termos práticos, que o Estado equatoriano assumiu o pagamento em dólares das dívidas privadas transformadas em “Sucre”, moeda nacional da época (PAZ; CEPEDA, 2012).

Com León Febres Cordero (1984-1988)<sup>148</sup> a economia aprofundou o seu processo de abertura empresarial indiscriminada, através da segunda “sucretização” das dívidas privadas, realizada sobre a supervisão do FMI, que tinha se convertido na “Reitoria” das políticas neoliberais aplicadas na América Latina como um todo.

Para a política externa, cabe aqui ressaltar um importante elemento que aparece no governo de Febres Cordero. Com Cordero foi criada a Academia Diplomática para formação de diplomatas equatorianos. Sendo criada neste período, é inegável a influência do pensamento “globalizante-neoliberal”<sup>149</sup> sobre aqueles diplomatas, que denota o sentido cultural e intelectual da dependência. Embora, a classe dos diplomatas se levante em “corro unísono” afirmando que a diplomacia não pratica nenhuma ideologia deliberada, que apenas consagra o interesse nacional, sabe-se que essa não é bem a realidade concreta que existe, em outras palavras, o interesse nacional defendido pelos diplomatas (conscientemente ou inconscientemente) nem sempre é popular.

Nessa lógica, ainda que possa ser verdadeiro que a diplomacia não pratica nenhuma ideologia específica, se observa que o interesse nacional (justificativa moral, filosófica e concreta de qualquer diplomacia) está influenciado por certa ideologia e por uma visão de mundo imposta por interesses de classe. Portanto, ao colocar em prática esta ou aquela noção de interesse nacional, a diplomacia está fazendo sim ideologia e representando interesses específicos de determinadas classes.

---

<sup>148</sup> “Apenas a tres años del retorno a la democracia, en el año 1983, el Ecuador, al igual que muchos países de la región, firmaron sendas Cartas de Intención con el FMI que implicaron una vuelta de tuerca radical y profunda en el modelo de desarrollo” (Dávalos, 2012, p. 99).

<sup>149</sup> Ver capítulo 1 da presente dissertação sobre o modo como operou a transformação dos marcos teóricos na década de oitenta e noventa: colonialismo intelectual.



No governo de Rodrigo Borja (1988-1992) e de Sixto Durán Ballén (1992-1996) se aprofundou o modelo empresarial de inspiração neoliberal<sup>150</sup>. A aplicação da “cartilha” de inspiração neoliberal teve consequência direta para a política externa do Equador naquele período: de um modelo desenvolvimentista baseado no estímulo à industrialização (e nas ações externas com fim de abrir mercados para seus produtos industrializados e para o óleo equatoriano) passou-se a outro mercado por políticas de reconversão econômica<sup>151</sup> que comprometeram a balança de pagamentos nacional, como estratégia compensatória dos desajustes macroeconômicos em favor dos grandes grupos industriais e financeiros, de maneira que se buscou cada vez mais aprofundar a liberalização da economia para a entrada de capitais dos países do centro:

Las políticas de ajuste y estabilización determinaron el fin de la estrategia de industrialización y crecimiento endógeno y el inicio de una época signada por el neoliberalismo, las privatizaciones, el aperturismo y la desregulación. La aplicación de esas políticas de ajuste significó a la larga **la reprimarización y la desindustrialización de la economía ecuatoriana** (Dávalos, 2012, p. 99, grifo nosso).

Este período entre o retorno à democracia e o governo de Durán Ballén, que totaliza 16 anos é importante por duas razões fundamentais: i) retorno ao regime democrático<sup>152</sup> pluripartidarista e; ii) confluência

---

<sup>150</sup> Durante o governo de Sixto Durán Ballén aprova-se a Lei de Modernização do Estado, que pretende uma total desregulamentação estatal e uma política de privatização total da máquina estatal, a partir da desregulamentação financeira e da desvalorização cambial.

<sup>151</sup> Para Marini (1992, p. 15): “A pressão [exercida] sobre a América Latina vai assim, no sentido de fomentar o modelo exportador, o que implica, em maior ou menor grau, uma reconversão produtiva que não apenas respeite o princípio da especialização, segundo as vantagens comparativas, mas abra maior espaço ao livre jogo do capital, reduzindo a capacidade intervencionista do Estado”.

<sup>152</sup> O projeto neoliberal não podia realizar-se facilmente através das ditaduras militares impostas nos anos setenta, pois pressupunha a diminuição do Estado (pela redução de sua base econômica e a limitação de suas funções) e esse projeto contraria os interesses das Forças Armadas, cuja condição material de existência é o próprio aparelho estatal. Mais grave ainda “as Forças Armadas se mostraram incapazes de construir regimes políticos estáveis, o que, afinal, era a missão prioritária que lhes fora designada pelos Estados Unidos” (Marini, 1992, p. 17)

das forças políticas e econômicas nacionais e internacionais para um novo modelo de desenvolvimento, agora marcado por fortes inspirações neoliberais. Entretanto, se pode dizer que as principais transformações institucionais, que marcaram a contínua crise institucional equatoriana, foi principalmente no ciclo que vai de 1996 a 2006, marcado por sete governos diferentes e com três únicos presidentes eleitos (Abdalá Bucaram, 1996 a 1997; Jamil Mahuad, 1998 a 2000 e Lucio Gutiérrez, 2003-2005). Os presidentes eleitos foram derrubados por amplas e contundentes mobilizações de classes subalternas:

Este ciclo de inestabilidad gubernamental no cambió el rumbo de la economía ya conformado en el anterior, de manera que los sucesivos gobernantes apuntalaron el edificio neoliberal del modelo empresarial de desarrollo, que con Mahuad llegó al ‘salvataje’ de los bancos privados (1999) y a la dolarización (2000) implementada, finalmente, por Gustavo Noboa, y que con Gutiérrez culminó con la suscripción del último acuerdo que ha tenido Ecuador con el FMI (2003) (PAZ; CEPEDA, 2012, pp. 24-25).

Portanto, desde 1996 nenhum presidente equatoriano havia conseguido cumprir o período de quatro anos estabelecido para sua gestão. Os três presidentes eleitos nas urnas em 1996, 1998 e 2002 foram derrocados por meio de procedimentos inconstitucionais em 1997, 2000 e 2005, respectivamente. Esta manifestação de ingovernabilidade se faz tanto mais grave quando se considera o longo período de onze anos (1996 a 2007), no qual houve a sucessão de nove governos. Segundo (PACHANO, 2012, p. 46), cinco fatores podem destacar-se como causas ou como elementos principiantes para a instabilidade:

En primer lugar, la fragmentación del sistema de partidos, que hizo prácticamente imposible la conformación de mayorías parlamentarias [...] en segundo lugar, la generalización de prácticas clientelares [...] en tercer lugar, la traslación de las diferencias regionales al ámbito de la representación política, que dificultó enormemente la formulación y aplicación de políticas públicas de interés general. En cuarto lugar, la presencia de poderosos actores con poder de veto [...] finalmente, la transformación del ámbito constitucional y normativo en arena de disputa política, que

ponía a las reglas del juego en permanente incertidumbre.

Tendo em vista o mencionado acima, de maneira resumida, se pode afirmar que o ciclo entre 1980 e 2006 expressou o triunfo do capital, ou seja, a hegemonia daqueles que fizeram do Estado sua câmara de altos negócios e, na sociedade, os interesses dos altos empresários e das câmaras de produção e especulação financeira<sup>153</sup>. A economia equatoriana, desde 1980, estabeleceu em torno da ideia de livre mercado, ampliação da iniciativa privada, afastamento do Estado das decisões econômicas, privatizações, pagamento de uma dívida externa crescente e respeito aos condicionamentos do FMI<sup>154</sup>. Portanto, algumas ações caracterizaram um modelo idealizado pela globalização transnacional e a ideologia do neoliberalismo, por exemplo:

El retiro del Estado de la mano de la liberalización económica, condujo a su desinstitucionalización creciente: el gasto social se redujo sistemáticamente, las obras públicas cayeron, los servicios estatales literalmente colapsaron, se generalizaron la burocratización y la corrupción administrativa, las funciones del Estado se volvieron cada vez más ineficientes y recibieron el cuestionamiento ciudadano y, por último, en el ciclo político final, el Ejecutivo literalmente entró en crisis; colapsó la gobernabilidad (PAZ; CEPEDA, 2012, p. 25).

Para o parâmetro normativo do planejamento e execução da política externa, se observa que a crise institucional vivida desde 1996 tem

---

<sup>153</sup> Veja, por exemplo, que este processo se reflète em uma maior concentração da riqueza nacional: “mientras en 1990, el 20% más pobre recibía el 4,6% de los ingresos, en 1995 el 4,1% y en 1999 apenas el 2,46%; entre tanto el 20% más rico de la población acumulaba el 52% en 1990, el 54,9% en 1995 y el 61,2% en el año 1999, de acuerdo a datos del Sistema Integrado de Indicadores Sociales del Ecuador, SIISE, a partir de la Encuesta Urbana de Empleo 1999. **Los más ricos aumentaron su participación en diez puntos porcentuales** (Acosta, 2006, p. 197, grifo nosso).

<sup>154</sup> Do ponto de vista da autonomia em política externa, além do problema de se submeter aos ditames de uma organização internacional, importa observar quem, dentro desta organização dita as regras: “funcionários dos EUA participam, necessariamente e em praticamente todos os níveis, das decisões sobre assuntos econômicos dos países que recebem ajuda [...] para convencer os seus empregadores da justiça dos seus juízos de valor” (Ianni, 1988, p. 129).

reflexos nas mudanças das leis fundamentais, com relação às eleições e aos aspectos econômicos da Constituição equatoriana. Esse movimento, na prática, é observado em 1997-1998 e 2007-2008, quando se criaram Assembleias Constituintes que produziram novas Cartas Constitucionais e nos anos 1986, 1994, 1995, 1997, 2006 e 2007, nos quais houve consultas populares convocadas para aprovar reformas legais e constitucionais (parciais) ou para convocar novas Assembleias Constituintes (PACHANO, 2012).

Portanto, a adesão ao projeto neoliberal de inserção internacional, materializado pelas transformações institucionais do pós-ditadura e dos anos noventa, trouxe consequências internas visíveis, principalmente, quando se observa a ampliação das desigualdades sociais, a concentração crescente da riqueza, o aumento da superexploração do trabalhador, via deterioramento das condições de vida, trabalho e reprodução da vida orgânica do trabalhador, como provam o aumento da taxa de desemprego, que chegou a ocupar 10% da população economicamente ativa do Equador, dado este agravado numa economia em que o emprego informal (sem as contrapartidas sociais trabalhistas) chegou a ocupar 60% da população ativa (PAZ; CEPEDA, 2012).

Ademais da pobreza, da concentração de renda, a população equatoriana se viu obrigada a emigrar, sobretudo para a antiga metrópole colonial, a Espanha. As condições internas sob as quais estavam submetidos os setores populares, trabalhadores e classe média eram de clara superexploração através de salários e remunerações insuficientes para a própria reprodução das energias vitais que o trabalho humano requer.

Além das condições de precariedade do trabalho e serviços sociais (educação, saúde, segurança) em contínuo e franco deterioro, obrigando seu próprio povo a gerar riqueza à outra nação que não à sua, o que caracteriza a lei básica de funcionamento da exploração das nações sobre as nações e que, no limite, é, pois senão, a exploração da classe burguesa sobre a classe proletária (PAZ; CEPEDA, 2012).

Atuando conjuntamente a este mecanismo de aumento da taxa de lucro empresarial – realizado via superexploração da força de trabalho e sua submissão a condições cada vez mais degradantes – a política externa equatoriana foi marcada pela busca da expansão das fronteiras e mercados para as exportações primárias, em contínuo compasso e submissão aos ditames das organizações financeiras internacionais e uma passividade ativa com relação às relações políticas, econômicas, sociais, culturais e ideológicas, sobretudo com os EUA. Assim, do ponto de vista institucional, é necessário perguntar-se como isto ocorreu?

[A través] de una clase política que, por intermedio de los partidos, controló las funciones y principales aparatos de Estado [entre ellos la formulación y ejecución de la Política Exterior], subordinándose a la construcción de la economía neoliberal, al mismo tiempo que hegemonizando el régimen político a su favor y cada vez más con claro desentendimiento de las demandas ciudadanas a las que supuestamente ofrecía responder en cada proceso electoral (PAZ; CEPEDA, 2012, p. 26).

No governo de Jamil Mahuad que um importante tema de política externa foi resolvido: a paz fronteiriça com o Peru. Entretanto, mesmo evitando o desgaste econômico (que tinha reflexos políticos e sociais) que o conflito gerava, o Equador enfrentou as consequências das crises financeiras internacionais (mexicana, asiática, brasileira) do final dos anos noventa e observou inerte (devido à liberalização realizada e respaldada pelas transformações institucionais) a fuga em massa de capitais de seu país, cujo resultado, pela pressão da burguesia rentista nacional sobre o governo, foi o salvamento escandaloso de vários bancos privados e a dolarização da economia. Essas ações, com desastrosas consequências para a economia política equatoriana, fazem com que a base de apoio de Mahuad se esfaça e ocorra sua destituição no ano 2000 (Falconí; Muñoz L, 2012).

Logo no governo seguinte de Lucio Gutiérrez segue a desestabilização do manejo da economia política nacional – mesmo num período de aumento dos preços das commodities que o Equador exporta (sobretudo o petróleo) – levando também a destituição de Gutiérrez em abril de 2005, que fora substituído por Alfredo Palacios. Palacios, a despeito de ser titular de um discurso de transformação constitucional do Equador, acaba por criar um processo técnico (Sistema Nacional de Concertación), evitando levar adiante a convocação de uma nova Assembleia Constituinte:

Palacio, por lo tanto, traiciona su promesa de abandonar el sistema y reconstruir los cimientos político institucionales del país, muy venidos abajo. Deja, entonces, listo el terreno para propuesta de transformación radical, para retomar la idea de una asamblea constituyente de plenos poderes que busque, decididamente, consolidar el Estado Nacional [...] Tal terreno, abonado por el descontento

to social, muestra que los cambios que se requerían no podían venir del statu quo del neoliberalismo y la política conservadora, sino desde la consigna de una revolución ciudadana (Falconí; Muñoz L, 2012, pp. 81-82).

Portanto, importa mencionar que foi das mãos de este Estado “democrático”<sup>155</sup>, pluripartidarista que se configurou o poder econômico e político do Equador em torno aos interesses do capital nacional e transnacional, o que derruba a tese que a dependência e o subdesenvolvimento equatoriano, e latino-americano, em geral, estão conectados com as formas de governo do tipo ditatoriais que reinaram nas décadas de 1960, 1970 e 1980.

Do ponto de vista da resistência e das contradições geradas por este período para a institucionalidade equatoriana, merece destaque as ações das massas populares, por exemplo, do “*Frente Unitário de Trabajadores FUT*”, que foi protagonista de várias greves nacionais e levantou a bandeira de reivindicações sociais, econômicas e políticas que resistiram as medidas “inevitáveis” da perversa globalização aplicada à realidade nacional equatoriana. Somado aos movimentos de trabalhadores, deve-se ter em mente o forte componente indígena que tem o Equador: esta ampla maioria, marginalizada desde o “acoplamento” da América Latina à Europa, no século XVI, seguiu, durante todo o período posterior à margem de quaisquer transformações econômicas e políticos-institucionais levadas adiante no Equador, de maneira que, com o aprofundamento das desigualdades, da submissão nacional, da perda de níveis mínimos de autonomia sobre a vida nacional, os movimentos de trabalhadores e os movimentos indígenas chegaram a mobilizações nacionais capazes de derrubar, seguidamente, três presidentes:

El movimiento indígena pasó a ser el actor social más importante. Y desde 1997, en oleadas, la movilización ciudadana provocó el derrumbe de tres gobiernos. En abril de 2005, al caer Gutiérrez, el grito callejero que expresó el sentir generalizado del país fue “¡ Que se vayan todos!” (PAZ; CEPEDA, 2012, p. 26).

---

<sup>155</sup> “A burguesia latino-americana que inspirara os regimes militares e que foi sua grande beneficiária, começou a superar-se deles a certa altura do processo, entrando a aspirar à reconquista do poder da gestão direta do aparelho estatal” (Marini, 1992, p. 26). Esta foi a tônica do retorno à democracia na América Latina nos anos 1990.

De este modo tanto a crise econômica alimentada desde os anos 80 e aprofundada pelas práticas neoliberais dos anos 90, quanto à crise institucional, sobretudo do período de 1996 a 2007, significou a impossibilidade de adotar uma política externa no marco de uma política formulada de longo alcance e que fosse o resultado de um debate político intenso, para constituir-se verdadeiramente como uma política pública. Pelo contrário, em consequência da crise econômica que se conjuga com a crise institucional equatoriana, a política externa se reduz às estreitas margens dos interesses de grupos específicos, no caso equatoriano, sobretudo aqueles ligados a dinâmica da exportação enquanto mecanismo de acumulação de renda para cumprir com os compromissos da dívida assumida nos anos 70 e 80.<sup>156</sup>

Dentro do marco geral que caracteriza a inserção latino-americana no mundo “globalizado” dos anos 80 e principalmente, dos anos 90, a especificidade do caso equatoriano que nos chama a atenção é que,

A diferencia de la mayor parte de países latinoamericanos, que definieron su rumbo económico y social a partir de la disputa entre los sectores que apoyaban la apertura de la economía y los que buscaban mantener una mayor presencia del Estado, en Ecuador no se dibujó con precisión esta línea divisoria (PACHANO, 2012, p. 47)

No Equador, os atores sociais e políticos mudavam constantemente de posição<sup>157</sup>, motivados por cálculos eleitorais que possibilitam o alcance de resultados imediatos. Como estes atores sociais e políticos estavam conectados com a lógica econômica e, no limite, dependiam dela para garantir sua participação no sistema democrático de direito, os resultados imediatos, nesse caso, devem ser pensados em termos de recompensar os grupos econômicos (ou seja, alcançar os objetivos dos

---

<sup>156</sup> “La ausencia de propuestas claramente definidas y la indiferencia con respecto a la toma de posiciones en los temas económicos y sociales, produjo el aislamiento paulatino y creciente de las fuerzas políticas” (PACHANO, 2012, p. 47).

<sup>157</sup> Por esta razão, “un mismo partido político podía impulsar políticas de ajuste y de apertura de la economía cuando ejercía el gobierno, pero se oponía radicalmente a éstas cuando se encontraba en la oposición” (PACHANO, 2012, p. 47).

conglomerados econômicos nacionais e transnacionais) pelo apoio eleitoral dado outrora.

Portanto, a institucionalidade do Equador e dos demais países subdesenvolvidos, mesmo que esteja sob o controle das elites dos países centrais, não se reduz às condições de aparelho colonial da metrópole. No mundo do Estado-nação, sobretudo, no breve período pós-1945, os Estados, ainda que profundamente subdesenvolvidos e dependentes, apresentam-se, interna e externamente como um estado hegemônico, ou politicamente independente<sup>158</sup> (Ianni, 1988).

De maneira que, a totalidade social daquele país está sofrendo constantemente as contradições do sistema de domínio, de modo que, a visão dialética das forças sociais demonstra cenários alternativos ao existente.

Assim, para se entender as mudanças políticos-institucionais ocorridas a partir de 2007 e estando atento para as contradições e características da atuação das forças sociais que marcaram o contexto institucional no período de 1980 a 2007, é que vale a seguinte observação:

Un cambio en el régimen de acumulación viene acompañado de un cambio en el modo de regulación social. Ello supone transformaciones en los ámbitos legales, regulatorios e institucionales. Involucra también cambios en la acción social, en el comportamiento y en las costumbres de los actores sociales (Falconí e Muñoz L, 2012, p. 90).

De este modo, é possível afirmar que o período anterior relegou um verdadeiro acumulado histórico de resistência popular e luta cidadã contra o modelo econômico empresarial e contra a hegemonia de classe presente nos partidos institucionalizados, que se materializava em práticas governamentais que pouco ou nada faziam pela ampla maioria da população<sup>159</sup>. É necessário cenário que surge a força política de “Alianza País”:

---

<sup>158</sup> “Mesmo a nação mais vilmente dependente possui direitos e oportunidades de manobra que não estão à disposição do país que se acha sob administração colonial direta: um aparelho estatal independente, um voto na ONU, controle limitado sobre a distribuição (e nível) dos gastos orçamentários e assim por diante” (Laurence Whitehead *apud* Ianni, 1988, p. 119).

<sup>159</sup> Neste sentido, a reconstrução democrática a partir do fortalecimento do parlamento significou para os grupos dominantes um *locus* onde eles poderiam com facilidade obter maioria, diretamente ou por mediação da elite política a seu serviço (Marini, 1992).



‘Alianza País’ (AP), un nuevo movimiento en el que convergían diversas agrupaciones, que acordó el binomio Rafael Correa Delegado y Lenin Moreno para la Presidencia y Vicepresidencia de la República, respectivamente [...] la idea que movilizó a la clase política tradicional, a las derechas ecuatorianas, a los altos empresarios y sectores oligárquicos, así como a los grupos otrora concentradores del poder económico y político, fue la de ‘todos contra Correa’ (PAZ; CEPEDA, 2012, p. 27).

Após materializar sua vitória no escrutínio eleitoral, o presidente Rafael Correa iniciou um processo de reforma constitucional que se realizou em várias fases: convocar uma consulta popular para facultar ou negar a convocatória de uma Assembleia Constituinte<sup>160</sup>; a eleição dos parlamentares constituintes; a elaboração textual de uma nova Constituição; a submissão a referendūm<sup>161</sup> da nova constituição; a convocação de novas eleições, sob as normas da nova constituição, para Presidente da República, assim como dos integrantes da Assembleia Nacional e, ademais, de autoridades seccionais e membros do Parlamento Andino (PAZ; CEPEDA, 2012).

A Constituição de 2008 (chamada de Constituição de Montecristi<sup>162</sup>) propôs a realização de um Estado plurinacional (segundo o

---

<sup>160</sup> Três meses depois de que Rafael Correa assumiu a presidência da República, se realizou uma consulta popular, no dia 15 de abril de 2007. Nas urnas, o povo equatoriano se pronunciou em 82% a favor da convocatória de uma Assembleia Constituinte. A eleição dos assembleístas foi realizada dia 30 de setembro de 2007. Alguns fatos merecem destaque: i) a aplicação de quotas, que exigia que metade dos candidatos à Assembleia Nacional Constituinte deveria ser homem e a outra metade mulheres. Na Assembleia Constituinte estiver 40 mulheres, de 130 assembleístas (ou seja, a representação feminina foi para além de 30% da Assembleia); ii) pela primeira vez houve intervenção dos equatorianos que vivem no exterior, que puderam votar e se candidatar à Assembleia Nacional (2 pelos imigrantes na Europa, 2 pela América do Norte e dois pela América do Sul); iii) financiamento público de campanha, ademais, apenas o Estado podia contratar publicidade nos meios de comunicação;

<sup>161</sup> A nova constituição foi aprovada com 64% de votos, no dia 28 de setembro de 2008.

<sup>162</sup> Montecristi é uma cidade localizada na província de Manabí no Equador. Por ter sido a cidade aonde nasceu um importante símbolo nacional, o presidente Eloy Alfaro Delgado (presidente do Equador entre 1895 a 1901 e 1906 a 1911),

exemplo do país vizinho – Bolívia) e intercultural, através de um novo regime de desenvolvimento<sup>163</sup> e se estabeleceram princípios de progressividade, aplicação imediata e de igual hierarquia dos direitos, ademais de tratar dos princípios próprios da Natureza (FALCONÍ; MUÑOZ L., 2012).

Além das transformações na forma e conteúdo do Estado equatoriano, outro aspecto que merece destaque é a concepção do esgotamento e esvaziamento que estaria ocorrendo da democracia sob a forma de democracia representativa. A constituição de Montecristi aponta os caminhos para uma “democracia cidadã”, com diversos mecanismos que transformam a participação social em algo permanente, constituindo-se, pois, em uma proposta de novo modelo verdadeiramente participativo.

As implicações da tentativa de execução de uma democracia participativa<sup>164</sup>, evidentemente, respingam na prática da política externa. De tal modo, observa-se um movimento de participação de classe subalterna, gênero e etnia oprimidos, antes relegados à marginalização representativa e participativa na política externa, tais como: sindicalistas exercendo postos de alta diplomacia; participação crescente de mulheres, indígenas e afrodescendentes na diplomacia equatoriana, em outras palavras, as classes subalternas estão invadindo os luxuosos salões da diplomacia equatoriana (PATIÑO, 2010).

A legitimação desse programa político, inclusive no plano das relações internacionais, pode ser observada pelo fato de o bloco de poder liderado por Rafael Correa ter realizado, em consecutivo, mais de oito processos eleitorais, nos quais o pronunciamento cidadão se deu, em todos os casos, a favor das propostas do movimento Alianza País e do governo atual, de maneira que, estas consultas não se resumiram apenas a confirmar o apoio as transformações do bloco histórico que

a cidade foi escolhida como sede para a Assembleia Nacional Constituinte de 2007.

<sup>163</sup> Segundo FALCONÍ; MUÑOZ L. (2012, p. 84): “el gobierno de la revolución ciudadana ha consolidado al Estado ecuatoriano [...] su proyecto político recupera e consolida al Estado con el objetivo de garantizar derechos mediante una importante inversión pública en hospitales, escuelas y red vial”.

<sup>164</sup> “democracia participativa se refiere a la capacidad real de la mayoría ciudadana de decidir sobre los principales asuntos públicos de la nación. En este sentido se trata de una ampliación cualitativa de la democracia formal” (Heinz Dieterich *apud* Quezada, 2012, p. 586).

detém o poder, mas propriamente a fortalecer o poder popular deste grupo.

Trata-se, portanto, de um regime presidencial com uma grande liderança e influência de Rafael Correa, que logrou atingir maioria na Assembleia Nacional em 2011 e, recentemente, em fevereiro de 2013, ampliou esse domínio da Alianza País no parlamento equatoriano. Segundo a retórica presidencial e de seu grupo de apoio, a Alianza País tenta colocar em prática uma tentativa de descorporativização do Estado e de recuperar as faculdades públicas de regulação e controle das mesmas, ou seja, tirar o Estado das mãos das classes oligárquicas e rentistas.

É importante atentar para participação dos movimentos sociais, tanto no apoio à candidatura de Rafael Correa, quanto na atuação conjunta com a Alianza País na Assembleia Nacional Constituinte de Montecristi. Dentro as reivindicações atendidas, por exemplo, do Movimento Indígena Pachakuti, da CONAIE, do Partido Socialista, da Coordenação nacional camponesa, entre outras entidades de classes e etnia, esteve o estabelecimento de um Estado plurinacional de direitos, a soberania energética, alimentar, entre outras muitas pautas colocadas pelos movimentos sociais.

Ao considerar as demandas dos movimentos étnicos, em específico, e dos movimentos populares em geral, ao final da Constituinte:

Tais manifestações sem dúvidas foram contempladas na Nova Constituição Equatoriana. Devido a grande pressão dos grupos sociais indigenistas, o recente texto apresenta pontos de plurinacionalidade, interculturalidade, a ampliação aos direitos coletivos, o reconhecimento do quéchua e outras línguas ancestrais como idiomas de relação intercultural, assim como, a proteção de seus territórios e saberes (Menon, 2012, p. 52).

Entretanto, apesar de ter havido um grupo coeso de apoio ao presidente Rafael Correa na sua candidatura e, especialmente, no segundo turno das eleições presidenciais de 2006, vale destacar que atualmente aconteceram uma série de rupturas, inclusive, de um de seus apoiadores e primeiro presidente da Assembleia Nacional Constituinte convocada por Rafael Correa, o historiador econômico Alberto Acosta<sup>165</sup>, entre outras figuras que lhe deram apoio:

---

<sup>165</sup> Em 27 de junho de 2008, o então presidente da Assembleia Constituinte, Alberto Acosta, renunciou por divergências com o presidente da República, Rafael Correa.

Si bien el gobierno contó desde sus inicios con el apoyo y la convergencia de amplios sectores políticos, especialmente del movimiento indígena, de agrupaciones campesinas y sindicales, capas medias e intelectuales identificados con la izquierda ecuatoriana, la ruptura entre varias de estas fuerzas sociales y académicas con el gobierno pasó a ser uno de los hechos de mayor afectación a la imagen del régimen (PAZ; CEPEDA, 2012, p. 33).

O processo de rupturas em torno do projeto político do movimento Alianza País ocorreu, majoritariamente, após o processo constituinte que resultou na aprovação, através de referendo constitucional, em 28 de setembro de 2008, do projeto de Constituição, elaborado em Montecristi de 30 de novembro de 2007 a 25 de outubro de 2008<sup>166</sup>.

Após esse momento, passaram a compor a oposição grupos de apoio e membros do governo até então, como o grupo “Ruptura dos 25”, o Movimento Popular Democrático, intelectuais, lideranças sindicais e, na sua maioria, os dirigentes de Pachakuti e da CONAIE. Do mesmo modo, o setor empresarial dos meios de comunicação se converteu em um ator ideológico e político, que alguns analistas consideram que substituiu aos partidos tradicionais e conservadores (PAZ; CEPEDA, 2012).

Do mesmo modo, sobre a lograda estabilidade institucional existente é importante diferenciá-la do que seria um regime de estabilidade presidencial (credibilidade do presidente da República, ou seja, do carisma do líder), pois, a estabilidade que goza o líder não significa, necessariamente, que haja estabilidade institucional. De maneira que, é preciso estar atento às consequências, por exemplo, que a não continuação do movimento político que hoje detém o poder pode trazer para a manutenção de qualquer política externa que se empenhe em conduzir e aumentar seu nível de autonomia e força de ação real<sup>167</sup>, visto que a

---

<sup>166</sup> A constituinte funcionou, inclusive, dias após a aprovação do texto constitucional no Referendum, pois, houve a necessidade de uma série de correções textuais.

<sup>167</sup> Para Pachano (2012, p. 53): “se encuentran claras evidencias de la persistencia e incluso de la profundización de las causas que llevaron a la situación irregular de los años anteriores. Efectivamente, las series deficiencias en el diseño constitucional, el déficit que se observa en la expedición de las leyes necesarias para dar soporte a la nueva Constitución, la presencia de autoridades provisiona-

liderança de Rafael Correa é peça fundamental da mudança em política externa.

Para consolidar essas transformações institucionais e com o intuito de enfrentar o aparato ideológico criado pela oposição e pelo empresariado do setor de comunicações, o governo de Alianza País se revestiu de um sistema estatal de meios de comunicação, que incluem rádio e televisão públicas, o jornal *El Telégrafo*, a agência de notícia Andes, e outros meios, como o jornal *El Ciudadano*.<sup>168</sup>

Esse aparato estatal de comunicação também tem sido útil para a popularização dos temas referentes à política externa equatoriana. De modo que, há uma grande disputa em torno da formação da opinião pública equatoriana (meios estatais e privados) sobre, por exemplo, temas como a concessão do asilo diplomático a Julian Assange; a participação do Equador na ALBA; as relações econômicas com as potências regionais e sistêmicas, entre outros. Assim, a própria diplomacia presidencial, é retratada diariamente em várias matérias jornalísticas, ampliado o debate em torno da política externa equatoriana. Contudo, o principal objetivo de noticiar as ações diárias presidenciais foi na verdade enfrentar os grupos econômicos que monopolizam o direito a comunicação:

Tales enlaces han servido para confrontar a los grandes medios privados, e incluso para que el Presidente descifre y denuncie la forma concreta que identifica el alineamiento antigubernamental de aquellos medios, a través de opiniones, noticias segadas o informaciones tendenciosas (PAZ; CEPEDA, 2012, p. 34).

Assim, mesmo considerando a existência de uma forte oposição por parte do movimento indígena e intelectual no Equador e dos meios oligopolísticos de comunicação, observa-se que a tendência opositora, em geral, não tem encontrado os mecanismos políticos para crescer ou para unificar-se com o objetivo de apresentar projetos alternativos, ca-

---

les en varios organismos fundamentales del Estado y la reiteración de las prácticas políticas que predominaron en la fase anterior”.

<sup>168</sup> Além da criação de uma rede de comunicação paralela aos meios tradicionais, o maior destaque da gestão de Rafael Correa foi a aprovação da Lei de Meios (Lei Orgânica de Comunicação) que tira o monopólio da informação das cadeias oligopolizadas e divide entre comunidade (33%); estatal (33%) e privada (33%), segundo artigo 13 “princípio de participação”.

pazes de acumular um forte apoio popular para colocar em marcha o seu projeto.

A concorrência ao poder mais forte que o bloco de poder liderado por Rafael Correa enfrentou, foi o episódio de ruptura institucional que sofreu o presidente Rafael Correa, quando da insubordinação de polícias do dia 30 de setembro de 2010 (30-S) e o suposto sequestro que o presidente sofreu por estes policiais que estavam em greve<sup>169</sup>. Esse episódio demonstrou como ainda não se pode afirmar que haja alcançado uma completa estabilidade institucional que permita descuidar do trabalho processo de transformação e derrubamento do Estado burguês de direito.

Nesse mesmo sentido, de criar um aparelho estatal que enfrente e destrua o Estado burguês equatoriano, é que vale observar algumas críticas às ações levadas adiante pelo presidente Rafael Correa Delgado, algumas, inclusive, que vão de encontro com os princípios que a atual gestão reclama para levar adiante as relações exteriores do país:

El llamado Socialismo del siglo XXI no es más que una fuerza abierta y descaradamente favorecedora para que el patrimonio social y nacional (petróleo, minas, gas, telefonía celular, agua potable del mayor centro poblacional del país<sup>170</sup>, como es Guayaquil, entre otros campos) sea manejado por grandes transnacionales. **El entre-guismo** es tan clamoroso que uno se pregunta ¿cómo es posible que ciertos intelectuales reconocidos en América Latina se presten para barnizar con inexactitudes, ponderando virtudes inexistentes, a los demás pueblos del mundo, pretendiendo hacer creer que en nuestra Patria existe un proceso revolucionario, y sin disponer de una

---

<sup>169</sup> No “golpe” de 30-S, o presidente Rafael Correa permaneceu sequestrado no hospital policial até que uma ação estratégica das Forças Armadas conseguiu libera-lo. Neste dia também se evidenciou uma ampla mobilização em apoio ao presidente, que aproveitando também de uma ampla solidariedade internacional condenou aos golpistas, nas reuniões emergências convocadas por vários órgãos americanos (UNASUL, OEA, ALBA).

<sup>170</sup> O colossal negócio de água potável de Guayaquil, onde está concentrado 17% da população nacional, foi outorgado pelo governo de Rafael Correa, nas mãos da empresa multinacional Interagua, ademais, qualquer reivindicação antes de 2031 será remetida para a Câmara de Comercio de Miami (QUEZADA, 2012, p. 24).

mínima información veraz? (QUEZADA, 2012, p. 22).

Segundo o mesmo autor do trecho acima, a gestão atual está desconsiderando os avanços aprovados pela Constituição de 2008, por exemplo, no que diz respeito à participação estrangeira nos campos de petróleo. A gestão de Rafael Correa estaria contrariando o artigo 316, inciso segundo, da Constituição de Montecristi e da Lei Orgânica de Empresas Públicas, publicada no suprimimento do Registro Oficial n. 48, do dia 16 de outubro de 2009. O presidente Rafael Correa, segundo Quezada (2012, p. 23), mediante Decretos Executivos habilitadores, estaria entregando o controle total e a liberdade discricionária dos maiores campos de petróleo a empresas como Schullumberger, Baker e Halliburton, como foi o caso dos campos Auca, Shushufindi, Conocaco, Cuyabeno e Libertador.

Do mesmo modo, as maiores reservas de ouro estão concessionadas às companhias transnacionais como Kinross-Aurelian Resource, Tongling-Ecuacorriente, International Metals Company, Iamgold, Cornestone, Monterra, Oding Mining Ecuador, Lowell Mineral Exploration, entre outras. Estima-se que reunidos, os 18 campos mineiros mais importantes do Equador chegariam a render mais de 185 bilhões de dólares (Quezada, 2012).

Quezada (2012, p. 24) também levanta outras suspeitas, como os quatrocentos mil hectares do Golfo de Guayaquil, no qual existem importantes reservas provadas de gás, que foram colocadas sob concessão da empresa chilena ENAP, que tem a obrigação de investir 45 milhões de dólares no país em quatro anos. Outro exemplo é a concessão da telefonia celular equatoriana que também está em mãos estrangeiras, pois, desde o ano de 2008 e até 2023, 70% da telefonia estará nas mãos de Carlos Slim Helou, dono da América Móvil, que é a possuidora da Portacelular ou Claro e os outros 30% está nas mãos os acionistas da companhia espanhola Movistar.

Segundo o autor, estas ações estariam em desacordo com o programa do Socialismo do Século XXI<sup>171</sup> e com a defesa da soberania

---

<sup>171</sup> Os críticos às concessões do governo de Rafael Correa questionam se seria possível chamar de socialista um regime que entrega a riqueza nacional do seu país a grandes corporações, o que caracterizaria uma atuação ao revés da conduta de presidentes como Salvador Allende, Hugo Chávez, Fidel Castro, Evo Morales, etc. Segundo esta interpretação, Correa estaria entregando o patrimônio social e nacional do Equador às grandes corporações estrangeiras.

energética e autonomia de gestão petrolífera equatoriana, com consequências diretas para a autonomia da política externa.

Do mesmo modo, observa-se, que muitas das críticas às ações realizadas pela gestão de Rafael Correa são atribuídas, diretamente, ao “personagem/presidente” Rafael Correa Delgado, como se verifica a seguir:

En Ecuador han enfatizado en el estilo del gobierno, destacando el lenguaje confrontacional de Correa, sus excesos verbales e insultos, la concentración del poder en el Presidente (a lo que bautizan como hiperpresidencialismo) y, adicionalmente, el clientelismo, el populismo, el caudillismo, etc., sin dejar de desconocer el carisma de Correa o su personalismo. Los argumentos varían, pero van a lo mismo (PAZ; CEPEDA, 2012, p. 32).

Entretanto, vale notar, que a despeito da validade de muitas das críticas atribuídas, sobretudo ao “estilo Rafael Correa” de governar (às ações implantadas pelo líder), do ponto de vista político, não se pode deixar de mencionar que no Equador vem ocorrendo uma reconfiguração do domínio de classe<sup>172</sup>, porque com a eleição de Rafael Correa, se constituiu uma nova hegemonia<sup>173</sup>, amplamente articulada com um setor burguês emergente (burguesia nacional) que vem estabelecendo seu domínio, aproveitando a marcha da mobilização cidadã no sentido de fortalecer o desenvolvimento capitalista que, para alguns, está gerando um modelo pós-neoliberal (capitalismo autônomo ou nacional). No mesmo sentido apontado por Quezada (2012), também Paz e Cepeda

---

<sup>172</sup> “El cambio cultural será un reto fundamental a emprender. Existe actualmente un desfase entre la transformación de las instituciones formales y el inmovilismo de las organizaciones informales: éstas últimas, en buena medida, responden, aún, al patrón instaurado por la ideología neoliberal y el espíritu del capitalismo: atomización, individualismo, desvalorización y descrédito de lo público” (Falconí e Muñoz L., 2012, p. 93).

<sup>173</sup> Num sentido mais crítico, vale observar como Vânia Bambirra (2013, p. 92) caracteriza esse tipo de política conciliatória: “trata-se de uma *hegemonia comprometida*. E é esta hegemonia burguesa comprometida que define o caráter e o modo de funcionamento do capitalismo dependente nesses países da América Latina, e define também suas possibilidades e limites”.

Do mesmo modo, Álvaro García Linera trata deste tema, no seu livro “A Potência Plebeia”.



(2012, p. 32) concordam: “desde luego, no hay nada de revolución y menos de socialismo del siglo XXI”.

Entretanto, um novo processo de reconfiguração do domínio de classe com algum espaço para benefícios para as classes dominadas pressupõe uma ampla mobilização de participação democrática popular. Assim, as transformações no sentido de ampliar a participação cidadã, encontram na prática dos “gabinetes itinerantes” um importante mecanismo operacionalizador, pois, estes gabinetes têm se convertido em uma maneira de aproximar, ainda mais, a política externa do poder popular. A ideia de gabinetes itinerantes significa levar reuniões de rotinas presidenciais, ministeriais, para os vários cantos do país, com participação popular direta. É uma maneira muito criativa e eficiente da autoridade estatal não ficar presa numa “jaula de cristal”<sup>174</sup>.

De maneira geral, afirma-se a partir das observações colhidas neste trabalho que a política externa equatoriana vem sofrendo as consequências destas transformações institucionais, sobretudo, no sentido apostado pelo governo de Rafael Correa de repartir, descentralizar e desconcentrar o poder através da bandeira da autonomia e da descentralização como forma de enfrentamento às elites separatistas, as classes oligárquicas tradicionais e a perspectiva unidirecional da globalização do capital que tem por objetivo acumular poder. Portanto, a política externa reflete alguns pontos fundamentais do novo ordenamento político-institucional, como a diversidade cultural e de classes na representação diplomática equatoriana.

É observando a construção real do movimento político liderado por Rafael Correa e suas consequências no nível institucional/presidencial<sup>175</sup> equatoriano que se pode observar a relação das ações

---

<sup>174</sup> Marta Harnecker (2010) relata os gabinetes itinerantes em <http://www.rebellion.org/docs/117764.pdf>. Conforme trata o tema o ex-ministro de Salvador Allende, Carlos Matus (2008): “el líder está en una jaula, aislado, prisionero de la corte complaciente que controla los accesos a su importante persona. Su jaula es de cristal, transparente y bien iluminada, aunque algunas zonas pequeñas, opacas y sombrías, lo protegen de la observación pública [...] en él, la vida del líder se asemeja a una *actuación teatral* agotadora, interminable. Está obligado a representar un papel que no tiene horario” (p. 13).

<sup>175</sup> Em quatro discursos recentes, o presidente Rafael Correa falou do desenvolvimento de uma política soberana, autônoma. O primeiro discurso foi o de posse, ante o Congresso Nacional em 2007; o segundo foi dado em comemoração do Natalício de Simón Bolívar (com seis meses de gestão); o terceiro foi na XX Cumbre do Grupo do Rio e; o quarto foi dado na ocasião da segunda pos-

empreendidas desde 2007 com o alcance de um nível maior de autonomia para a política externa equatoriana. Pode-se afirmar, que houve a emergência de um novo tipo de relações internacionais por parte da República do Equador:

En contexto de esta era, el gobierno ecuatoriano ha promovido un nuevo tipo de relaciones internacionales, ha cuestionado la institucionalidad diplomática americana, ha formulado estrategias para la unión latinoamericana y promueve la soberanía y dignidad de la nación contra las hegemónías de las grandes potencias y del capital transnacional (PAZ; CEPEDA, 2012, p. 37).

Concluindo a preposição levantada acima, Paz e Cepeda (2012) apontam que não é, tão somente, um novo estilo de “fazer” governamental, mas sim uma orientação do projeto político de longo prazo, que atualmente, se encontra na fase de transição, no que diz respeito à desestruturação das heranças do passado.

É preciso ter claro que, no processo de desconstruir estas heranças, haverá conflito, contradições, polarizações sociais, incompreensões e transformações no nível cultural, ideológica, político, econômico e social.

Entretanto, não se pode deixar de mencionar, que dentro do processo iniciado com a chegada ao bloco do movimento “Alianza País” em 2007, a despeito de ter havido uma ruptura com a instabilidade institucional anterior, o período 2007-2013 marca o desaparecimento da cena política por parte dos partidos políticos tradicionais.

O que queremos dizer com isso? Queremos dizer que a desconfiança com relação aos partidos tradicionais e ao próprio jogo político que os levou à crise de governabilidade entre 1996 e 2007 e a concentração dos movimentos sociais em torno da figura do presidente Rafael Correa está levando ao desaparecimento daqueles atores tradicionais do jogo democrático representativo burguês (PACHANO, 2012).

Em Rafael Correa se instauro uma forte liderança<sup>176</sup>, que passou a concentrar as definições da agenda política, sobretudo na política

sessão como presidente constitucional da República, cuja data coincidiu com o bicentenário do primeiro grito de independência equatoriano.

<sup>176</sup> Um líder não existe sem uma ampla base de apoio. Está claro que para entender a emergência do bloco dominante que circunda a figura de Rafael Correa, é preciso compreender as forças que atuam por detrás e ao lado deste homem. Católico (seu posicionamento é contra o aborto), originário de uma família de

externa e a predominar em escala nacional e regional. Claramente, o governo tenta aplicar essa forte liderança na realização de transforma-

---

classe média baixa – seu pai fora forçado a emigrar para os EUA –, economista pós-graduado em instituições estadunidenses (na condição de bolsista) com participação em missões indígenas das quais lhe resultou o conhecimento de línguas originárias, pai de família e casado com uma professora de nacionalidade belga, professor em Quito e convidado a ser ministro das Finanças do governo de Alfredo Palácio, ao que parece, Rafael Correa convenceu a burguesia da viabilidade de um projeto nacional autônomo de desenvolvimento, com alguma liberdade para o grupo de intelectuais e apoiadores dele. Convenceu a burguesia equatoriana da possibilidade do novo e fora convencido de que há espaço para a burguesia nacional. Tudo isso num período no qual Hugo Chávez emergia com grande respaldo das amplas maiorias excluídas da vida pública nacional na América Latina.

Minha tese é que, os acordos com os atuais conglomerados e bancos da economia interna é resultado do excelente desempenho do economista Rafael Correa, enquanto ministro das Finanças, durante menos de 10 meses, no qual ele convenceu a burguesia nacional e enfrentar (legalmente) as burguesias rentistas e latifundiárias do país. O jovem professor-economista despertou o interesse da burguesia nacional cansada e não detentora do excedente nacional. A trajetória pessoal de Rafael Correa parece ter dado as bases para a criação de um Estado de compromisso que permitisse maior cidadania, mas sem enfrentar violentamente os grupos de poder; resgatar o Estado tanto para a vida social pública quanto para os interesses econômicos privados, de modo que o conflito entre essa burguesia nacional ascendente e as velhas estruturas de poder parece ganhar contornos atuais ainda mais nítidos.

Entretanto, o grupo liderado por Rafael Correa parece ter conquistado mais poder do que o esperado pela burguesia nacional, sobretudo, pela forte acumulação (e resgate do excedente econômico nacional) a partir de impostos, do aumento na participação nos contratos de venda de petróleo, pela sólida base de apoio dos vizinhos regionais e pelo apoio do gigante asiático (China), na forma de crédito, que o Equador vem recebendo. Assim, esse “excesso” de capacidade de intervenção e planejamento que resultou nas mãos do grupo liderado por Rafael Correa pode ser materializado num enfrentamento radical da própria burguesia com a qual ele entrou em pacto (estado de compromisso), possibilitando o momento ou de uma ruptura definitiva em favor de um projeto autônomo nacional ou de um socialismo reformista (ou revolucionário) capitaneado por el “Mashi” (como Rafael Correa é chamado pela população). Resta-nos saber se se acovardará frente as pressões internas, regionais e sistêmicas ou se se agigantará a partir da convocação popular nacional, dos apoios regionais e de uma política externa que angariou financiamento para seu projeto de autonomia nacional e pode vir a ser uma ferramenta para concretizar o socialismo do século XXI.

ções constitucionais, políticas, econômicas que visam programar um ordenamento diferente daquele que teve vigência durante os anos oitenta e noventa. Para a política externa, tanto a situação interna de liderança ativa de Rafael Correa, quanto à situação externa favorável ao processo de expansão da acumulação equatoriana favoreceram a formulação e aplicação de políticas públicas que beneficiam o interesse nacional popular (Harnecker, 2012ii).

Assim, logo ao assumir a presidência, o bloco de poder liderado com Rafael Correa decide transformar o aspecto burocrático da Chancelaria equatoriana<sup>177</sup>. Resultante da correlação de forças relatada no capítulo 2, o Ministério de Relações Exteriores era, segundo palavras da Chanceler Espinosa (*apud* Harnecker 2012ii, p. 10), “absolutamente patriarcal”. As reformas levadas adiante na Chancelaria objetivaram ampliar a participação regional, de gênero, étnica e social:

¡Imágnate!, entrar a una cancellería que ha sido uno de los enclaves del conservadurismo más recalcitrante del sector público. Tuve que promover cambios legales [...] los cargos de embajador se heredaban prácticamente de padres a hijos: se controlaba a la Cancillería a través de grupos familiares [...] era una especie de botín para las viejas aristocracias [...] Además, la Cancillería tenía como vida propia, es decir, como una suerte de inercia y de mantenimiento del *status quo* (Espinosa *apud* Harnecker 2012ii, pp. 10-11).

Assim, ademais de transformações legais que afetaram o funcionamento da burocracia do Ministério de Relações Exteriores, o grande desafio da nova gestão da política externa foi criar um novo plano de política exterior, que congregasse transformações estruturais e profundas na orientação da política externa equatoriana. Essas orientações foram sendo aprimoradas ao longo dos anos, porque a própria Assembleia Nacional Constituinte tratou de temas paralelos e diretamente ligados com o trabalho da Chancelaria, como o significado de soberania. Dentro do plano de política externa, foi congregada a ideia de participação popular e não apenas “meritocrática” ou da burocracia oficial:

---

<sup>177</sup> A tarefa inicial coube a Chanceler Maria Fernanda Espinosa – em seguida foi substituída por Maria Isabel Salvador, que por sua vez deu lugar a Fander Falconí –, e hoje se encontra sob as mãos de Ricardo Patiño, braço direito de Rafael Correa desde sua campanha presidencial.

Lo que hicimos fue un proceso de participación con casi mil personas de diferentes provincias, que se pronunciaron sobre los grandes temas de política exterior, ¿Por qué?, porque yo pensaba que era fundamental ciudadanizar la política exterior. Los ciudadanos comunes y corrientes no ven cual es la relación entre las decisiones que se toman en política exterior y la realidad a nivel doméstico, creen que eso es cosa de embajadores, de gente muy importante, que debe preocuparse por los temas del mundo (Espinosa *apud* Harnecker 2012ii, p. 12).

Outro ponto importante foi que, ao começo da gestão de Rafael Correa, as responsabilidades do Comércio Exterior foram repassadas a Chancelaria de Relações Exteriores<sup>178</sup>, o que significou uma alteração importante, pois o comércio é parte fundamental das ações de uma política externa, tanto para explicitar sua busca de autonomia, quanto para angariar mais recursos para o aprofundamento desta autonomia. Ser detentora da gestão do comércio exterior significou pensar as relações econômicas internacionais a partir do interesse nacional popular, entendido enquanto elemento constituinte do bem-estar das populações nacionais (Harnecker, 2012ii).

Buscando abrir a política externa ao grande debate público nacional, o tema da prestação de contas também foi importante. Após a eleição de Rafael Correa, a Chancelaria de Relações Exteriores passou a prestar contas mensalmente, com participação direta e crescente da cidadania:

Se llenaban los salones de bote a bote, como no tienes idea. Invitábamos, por supuesto, a los otros embajadores, pero venían las federaciones de estudiantes, los estudiantes de relaciones internacionales, los afroecuatorianos, los indígenas, personas de movimientos sociales, podía asistir el que quisiera [...] Además cada 3 meses yo publicaba como un cuadernillo con el informe [...] ¿Cuándo un canciller había rendido cuentas a la gente? ¡Jamás se había visto! **Fue muy impor-**

---

<sup>178</sup> Segundo a ex-chanceler Fernanda Espinosa: “Antes el Ministerio de Comercio Exterior era um botín em el que se alternaban los diferentes sectores del gran capital con sus intereses” (Espinosa *apud* Harnecker, 2012ii, p. 12).

**tante ser una canceller de la no élite** (Espinosa *apud* Harnecker, 2012ii, pp. 12-13, grifo nosso).

Por último, importa mencionar as transformações dos quadros profissionais do Ministério de Relações Exteriores. Antes da gestão de Rafael Correa, ainda que a entrada fosse por concurso público, na Academia Diplomática equatoriana não havia nenhuma política de ação afirmativa. Na administração de Fernanda Espinosa, se tentou iniciar um processo de acesso via critério de ação afirmativa, para oportunizar que pessoas de outras províncias (e não apenas de Pichincha, que é a província na qual está Quito), estudantes de diplomacia indígena, afroequatorianos, que gerou, ainda que em pequena escala, uma nova camada de diplomatas equatorianos (Harnecker, 2012ii).

Na administração de Fander Falconí a Academia Diplomática foi fechada, mediante o Decreto Presidencial 650, do dia 10 de fevereiro de 2011. Desde então, tanto Fander Falconí como o seu sucessor e atual Ministro de Relações Exteriores, Ricardo Patiño, transferiram para a Escola de Relações Internacionais José Peralta, que está institucionalmente ligada ao Instituto de Altos Estudos Nacionais (IAEN) a responsabilidade de formar os novos diplomatas plurinacionais.

Há, portanto, um processo de transformação da raiz de formação dos diplomatas equatorianos, através de mudanças no processo de ascensão à diplomacia, mediante Editais orientados à critérios afirmativos e mudanças no currículo e no objetivo da formação do diplomata, qual seja, a busca autônoma pelos interesses de um país plurinacional. Esse processo culminará na formação de uma nova geração orgânica de diplomatas resultantes de transformações que questionam a hegemonia das classes dominantes nos altos postos da diplomacia.

Neste processo, tendo em conta os anos de crises políticas atravessadas pelo país e observando que, desde 2007, as forças populares vêm ganhando autonomia de ação e, que a própria autonomia das forças sociais – sindicatos, movimentos indígenas, movimentos estudantis – aumentou a mobilização popular em torno do aprofundamento das reformas, que, no estágio atual, ainda não trabalha para superar por completo a dependência e o subdesenvolvimento, mas ao que parece, para reformulá-lo sobre outras bases, embora isso não signifique que não haja dinâmica no processo. Nesse sentido, tem forte influência a ação dos movimentos sociais:

Los movimientos sociales desempeñaron un papel fundamental en la definición de la agenda política y tuvieron notoria incidencia en la orientación de

las políticas públicas. Más allá de sectores sociales con intereses específicos, fueron actores políticos de primera importancia, en un nivel que en ocasiones rebasó a los partidos (PACHANO, 2012, p. 49).

De qualquer forma, o principal impacto de Rafael Correa<sup>179</sup> (ver tabela 6 abaixo) para a política externa do Equador, ocorre devido ao aumento dos movimentos de massas e a polarização que se consuma em sua representação política, que repercute fortemente sobre as classes dominantes.

Há de se observar que a própria política externa autônoma e ativa de Rafael Correa enfrenta e esbarra nas limitações da possível “nova dependência” que seu processo de acumulação de capital vem criando. Em longo prazo, o pacto entre os dirigentes tecnocráticos do bloco “Alianza País” e as classes dominantes (burguesia nacional) se mostrará impraticável, na medida em que Rafael Correa tiver que retroceder no seu processo de ampliar dos gastos públicos na Economia e da redistribuição de renda, ou seja, conforme afirma Pachano (2012, p. 70):

Frente a esta compleja realidad, se puede afirmar que las transformaciones realizadas por la revolución ciudadana, tiene muy pocas probabilidades de supervivencia. La débil intervención en los aspectos que requerían cambios profundos, la reiteración de las prácticas políticas que sus propios integrantes las atribuyeron a la partidocracia y la alta dependencia del liderazgo presidencial, pueden determinar que su duración se restrinja al tiempo que el actual Presidente ocupe el cargo.

Tabela 6. Aprovação da gestão de presidentes da América com mais de 4 anos de governo

País	Presidentes	Meses de gestión*	Porcentaje de aprobación <sup>3</sup>	Fuente
VENEZUELA	Hugo Chávez <sup>(2)</sup>	148	49%	DATANALISIS*
ECUADOR	Rafael Correa <sup>(2)</sup>	59	56%	CEDATOS*
MEXICO	Felipe Calderón <sup>(2)</sup>	56	51%	CONSULTA MITOFSKY*
NICARAGUA	Daniel Ortega <sup>(4)</sup>	54	42%	CID-GALLUP*
CANADA	Stephen Harper <sup>(2)</sup>	66	40%	ANGUS REID STRATEGIES
REPUBLICA DOMINICANA	Leonel Fernández <sup>(2)</sup>	83	32%	CID GALLUP *
BOLIVIA	Evo Morales <sup>(2)</sup>	81	35%	IPSOS, APOYO, OPINIÓN Y MERCADO*

yo estuve acompañándolo en ese sacudón” (Espinosa *apud* Harnecker, 2012ii, p. 13).

Fonte: Cedatos.

De tal maneira, mais do que administrar os destinos dos países subdesenvolvidos a partir do domínio de suas instituições, para os objetivos imediatos dos países desenvolvidos tem sido mais barato e efetivo trabalhar pela despolitização do tema da soberania nacional e da autonomia na política externa. Conforme se observará a seguir, com relação à presença de forças militares estrangeiras no território nacional equatoriano, a importância de politizar o tema da forças estrangeiras em território nacional e agir concretamente para enfrentar esta situação.

### **3.1.2 Presença militar estrangeira no Equador: um desafio à nova institucionalidade**

A história da discussão sobre a presença militar estrangeira em território equatoriano se remonta a própria história da constituição nacional e territorial deste país. Desde a participação da frota estadunidense no Pacífico Sul, no qual ancorou no Porto de Guayaquil em 1834, com participação decisiva na derrota da Revolução dos Chihuahuas, até as tentativas estadunidenses de se apoderar do Arquipélago de Galápagos<sup>180</sup> e a arbitragem sobre a questão territorial com o Peru (TAMAYO, 2000).

Também vale destacar que na década dos oitenta, a presença da CIA tinha certa relevância nos países andinos, especialmente na Colômbia e na região de fronteira com o Equador. Como consequência da aparição de grupos subversivos, foram criados grupos de elite das Forças Armadas e da Polícia, ademais, segundo o dossiê investigativo do jornalista Eduardo Quezada (2012, p. 113):

También llego a Quito Leyla Hadah, conocida como 'Swat', y supuesta agente de la CIA que se quedó en Ecuador hasta agosto del 2007 [...] La CIA cooperó em las acciones, especialmente en el gobierno de León Febres Cordero.

No entanto, o caso mais conhecimento de presença de militares estrangeiros no Equador é o Acordo de Manta, de abril de 1999. O a-

---

<sup>180</sup> Nesse sentido, sobre as investidas sobre as ilhas Galápagos, houve também: tentativa do Capitão David Porter no século XIX; a encomenda de compra do Embaixador Cushing; a tentativa de comprar os direitos de exploração em 1854; a tentativa de obter do presidente Eloy Alfaro o direito de utilização por 99 anos, por 15 milhões de dólares), entre outras (Tamayo, 2000).



cordo sobre a Base de Manta remonta a tentativa dos EUA, em 1987<sup>181</sup>, durante o governo de León Febres Cordero de materializar, através de um Memorando de Entendimento, a realização de exercícios militares conjuntos e a construção de um trecho de 65 km de rodovias, ligando Hollín-Loreto-Coca. Entretanto, o congresso nacional, conclamando a defesa da soberania nacional, obrigou ao presidente que retirasse as tropas estadunidenses do território equatoriano (TAMAYO, 2000).

No caso do acordo de 1999, o governo equatoriano decidiu ceder o porto e o aeroporto da cidade de Manta ao governo e às forças armadas dos EUA. Segundo o acordo confirmado no dia 12 de novembro de 1999 pelo chanceler Benjamin Ortiz, seguindo as orientações do então presidente Jamil Mahuad, a utilização da Base de Manta teria como principal justificativa a realização de atividades antinarcóticas<sup>182</sup> (detecção, monitoramento, rastreamento e controle de atividades ilegais de tráfico de narcotráficos, por dez anos). Segundo Tamayo (2000, pp. 64-65):

en el ámbito de sus imperativos geoestratégicos, Manta y el Ecuador, son un punto sobre la costa del Pacífico, importante para el control regional de nuestros pueblos, sobre todo tomando en cuenta que Panamá se ha mantenido firme y unido en la defensa de su soberanía, que el Coronel Hugo Chávez insiste en la construcción de una república bolivariana y no subordinada en Venezuela [...] lo que está en la mira de la administración norteamericana, no es sólo el combate al narcotráfico o peor la ayuda para el desarrollo de Manta y

---

<sup>181</sup> Nos anos oitenta a pressão por aceitar o acordo militar - tanto no plano político, quanto no plano econômico - era ainda mais imponente. Ademais, não se pode deixar de observar as ações intervencionistas dos EUA, como a invasão de Granada em 1983 e, principalmente, em 1986 o financiamento da contra-revolução contra o governo sandinista na Nicarágua. Há, pois, um “casamento” entre as estruturas de apropriação (econômicas) e dominação (política) do imperialismo estadunidense na América Latina (Ianni, 1988).

<sup>182</sup> A mudança da política externa para a América Latina nos anos 1980 (na política do não apoio aos governos militares) não implicou o abandono da doutrina de contra insurgência. Trata-se de uma mudança de ênfase, que opera diferentemente segundo a zona ou a situação específica de cada país. No caso andino, mediante a política de combate ao narcotráfico, os EUA perseguem o objetivo de controlar e subordinar as forças policiais e militares latino-americanas, valendo-se mesmo disso para instalar forças próprias em vários países, mediante o envio de tropas e assessores militares (Marini, 1992, p. 18).

Manabí, sino la necesidad de reemplazar las bases militares que han dejado en Panamá. **Manta tiene una posición estratégica para el control del Pacífico Sur** (grifo nosso).

Trazer a tona o tema das bases militares é uma proposta analítica que tem por objetivo confirmar nossa hipótese de que a concessão de parte do território de um país a outro, sem maiores planejamentos estratégicos (como é o caso do acordo de Manta de 1999), reflète a perda da capacidade soberana sobre uma parcela de seu território, que a partir de então passou a ser atendida pelas forças armadas de outro país e, num nível mais profundo, reflète a falta de autonomia de planejamento estratégico da política externa frente às propostas e ditames das potências tradicionais e, a consequência direta da própria cessão de Manta é a redução do nível de autonomia em termos de política externa:

La concesión o arriendo u otra forma de entrega de parte del territorio nacional para la instalación de bases militares extranjeras agresivas, constituye una entrega, disfrazada o no, de la propia soberanía nacional que amenaza la paz y seguridad del Estado en que ella se encuentra y de otros estados también. Y esto ha venido a confirmarse con una norma internacional que, en los últimos años, ha ganado una categoría propia (Miguel D'Estefano *apud* Tamayo, 2000, p. 76).

Para colocar em prática uma série de propostas de campanha, o programa político da Aliança País, concebia a ideia de cinco revoluções<sup>183</sup> e tinha no seu quinto eixo a busca do resgate da dignidade, soberania e da integração latino-americana. O presidente Rafael Correa, desde que assumiu a presidência demonstrava em seus discursos<sup>184</sup> uma compreensão prática do que seria exercer autonomia em termos concretas na política externa, quando considerava que, a despeito de ser exercida desde e pelo Estado equatoriano, são, verdadeiramente, os grupos que detém o poder aqueles que exercem a capacidade de atuar. Isso

---

<sup>183</sup> Revolução constitucional e democrática; revolução ética (combate a corrupção); revolução econômica e produtiva; revolução educativa e da saúde e; revolução pela dignidade, pela soberania e pela integração latino-americana.

<sup>184</sup> Ver discurso da Segunda Posse Presidencial de Rafael Correa, em 10 de agosto de 2009. Disponível em: <<http://www.voltairenet.org/article161992.html>>.

justifica a nossa preocupação neste trabalho em mostrar a caracterização das classes e poder no Equador desde a vitória eleitoral de Rafael Correa.

Romper com as classes que determinavam os caminhos da política externa antes da gestão de Rafael Correa significou rever os acordos estabelecidos naquele período. Nesse sentido, é que ganha destaque as mudanças institucionais em torno de rever a presença de forças estrangeiras em território nacional equatoriano.

Ademais do problema da presença estrangeira estadunidense, o caso da Base de Manta há de ser compreendido, sob a luz do Plano Colômbia, no qual os EUA e a República da Colômbia não descartavam intervir conjuntamente em qualquer país com o argumento de lutar contra o narcotráfico ou o terrorismo (como de fato fizeram no Equador, como vimos no capítulo 2), deixando entrever uma intervenção conjunta contra os grupos insurgentes radicados em Colômbia<sup>185</sup>. Assim:

El gobierno ecuatoriano debe estar alerta y no descartar nuevas incursiones militares de carácter conjunto entre fuerzas militares de las dos naciones, ya que en los hechos, más no en el discurso se verá si son o no antiimperialistas [pues] Existen 23 destacamentos militares ecuatorianos a lo largo de 700 kilómetros de frontera con Colombia, el ejército ha descubierto más de 200 bases clandestinas de las FARC, sólo en el 2008 fueron localizadas 156 en suelo ecuatoriano (QUEZADA, 2012, p. 89).

Contrário às opiniões gerais que apontam para o enfretamento da Política Externa equatoriana com relação à política de combate ao narcoterrorismo da Colômbia – especialmente nos governos de Álvaro Uribe –, segundo Quezada (2012) há uma escalada armamentista levada adiante pelo Equador, que de forma velada mostra uma orientação no sentido de apoiar os governos colombianos e estadunidense na luta contra os movimentos insurgentes: FARC e o Exército de Libertação Nacional (ELN).

---

<sup>185</sup> Espinosa (*apud* Harnecker 2012ii, p. 11) afirma que: “[...] los problemas serios con Colombia. Ahora hemos distendido mucho las relaciones, pero yo empecé las primeras semanas con fumigaciones aéreas de Colombia en las zonas de frontera. Nuestra posición fue muy fuerte en el rechazo a esas fumigaciones.

Na opinião deste autor, a inimizade entre os dois governos é aparente e hipócrita, comprovando-se no plano político, no qual os presidentes tratam de demonstrar certa retórica de animosidade e inimizade na defesa da pátria e de seu integridade territorial, contudo, no plano militar os mesmos países tem acordos para colocar em marcha uma estratégia militar desenhada pelo Comando Sul denominada “*yunque y martillo*”. No período a partir de 2007,

EUA ha invertido \$ 4 millones de dólares para fortalecer la capacidad operativa de las FF.AA... Tenemos una cooperación admirable en todos los niveles de gobierno. La relación ha sido muy fuerte y yo diría que, inclusive, estamos viviendo nuestros mejores momentos en términos de cooperación militar (QUEZADA, 2012, p. 92).

Segundo o mesmo autor, que escreveu um livro de crítica ao governo de Rafael Correa, chamado “A falsa revolução”, mesmo com a ação soberana da não renovação da Base de Manta, o exército equatoriano continua submisso aos ditames dos quartéis estadunidenses, através do envio de uma media de 150 militares para que recebam cursos de capacitação e preparação militar por parte de estadunidenses, ademais de continuarem a receber doações militares via ação da Embaixada americana, na pessoa de Paúl Lemke, agregado militar dos EUA em Quito, que confirma, inclusive, os pedidos do Comando Conjunto das Forças Armadas do Equador para que os estadunidenses continuem lhes auxiliando, por exemplo, na construção de bases fluviais em zonas conflituosas.

Quezada (2012) defende que com o reestabelecimento das relações diplomáticas entre Colômbia e Equador, o denominado Plano Equador (um objetivo prático do Plano Colômbia) entrou em vigência novamente, mas remoldurado, já que o presidente Rafael Correa definiu prazos para que o Plano funcione de melhor maneira, em caso contrário, o mesmo será cancelado. O Plano Equador foi criado para construir escolas, rodovias e hospitais nas zonas de fronteiras, com o objetivo de evitar que se infiltrem grupos subversivos.

Dessa maneira, a concessão<sup>186</sup> da Base de Manta teve implicações importantes na inserção geopolítica dos EUA na América Latina,

---

<sup>186</sup> O então presidente da República do Equador, Jamil Mahuad, em 1999, firmou acordos com os EUA, nos quais o governo de Quito concedia toda classe de faculdades à Washington para estabelecer em Manta uma Base Militar destinada, aparentemente, a controlar e combater o tráfico de estupefaciente e, em

pois foi no mesmo momento em que Washington consolidava a política do Plano Colômbia para Bogotá. Conforme avalia o atual embaixador do Equador em Cuba, Edgar Ponce Iturriaga (2005, p. 92) que:

[...] el convenio es un atentado a la dignidad nacional y la soberanía de la nación ecuatoriana, porque, simple y llanamente, la Base pasa a constituirse territorio libre del Imperio del Norte, sometida a su legislación y arbitrio; el convenio que desconoce el estatus jurídico del Ecuador, en todo su contenido, a tal punto que otorga inmunidad plena a los ciudadanos norteamericanos asentados en la Base, y prohíbe el apresamiento de los gringos por parte de las autoridades del Ecuador, aún en el caso de que cometiesen delitos flagrantes de cualquier naturaleza.

Partindo da mesma interpretação sobre a concessão da Base de Manta ao exército dos EUA, Rafael Correa, ainda como candidato em 2006, afirmou o seu compromisso de campanha de não renovar a Base de Manta depois de 2009, ou, ironicamente, comentou que “apenas renovaria se os EUA aceitassem a instalação de um forte militar equatoriana em ‘La Florida’” (BÁEZ, 2010, p. 196).

Assim, procedendo com o seu compromisso de campanha, Rafael Correa e os membros do seu programa de governo (Aliança País), durante a Assembleia Constituinte de 2007 que ficou encarregada de redigir a Nova Constituição equatoriana<sup>187</sup>, impuseram todo um título sobre Relações Internacionais (Título VIII), na qual são contemplados os princípios das Relações Internacionais do Equador (capítulo primeiro, artigo 416), sobre os Tratados e Instrumentos Internacionais (capítulo segundo, do artigo 417 ao 422), sobre a Integração Latino-americana (capítulo terceiro, artigo 423), e, sobre especificamente à questão da renovação da base de manta, a nova constituição versa o seguinte:

**Art. 5.-** El Ecuador es un territorio de paz. **No se permitirá el establecimiento de bases militares** extranjeras ni de instalaciones extranjeras con

---

contrapartida, o Congresso estadunidense aprovou a destinação de uma grande quantidade de ajuda financeira para o Plano Colômbia, do qual, apenas uma parte marginal foi destinada ao Equador.

<sup>187</sup> No Preâmbulo a Constituição também se refere às relações internacionais, especificamente, à integração latino-americana: “Un país democrático, comprometido con la integración latinoamericana – sueño de Bolívar y Alfaro-, la paz y la solidaridad con todos los pueblos de la tierra”.

propósitos militares. Se prohíbe ceder bases militares nacionales a fuerzas armadas o de seguridad extranjeras (grifo nosso).

Portanto, nesse apartado temático se tentou mostrar ao leitor os indicadores de ordem institucional, política e social que podem corroborar, alguns em menor outros em maior grau, que há, na prática, um maior grau de autonomia na política externa equatoriana e que as reformas institucionais foram fundamentais para tanto, sobretudo, num discurso presidencial que não se cansa de insistir na soberania em termos de definição dos objetivos e interesses nacionais. Contudo, no próximo tópico se abordará como essa superestrutura institucional responder à correlação de forças econômicas dentro do Equador, antes e depois da gestão de Rafael Correa.

### 3.2 Do auge ao declínio da dependência do modelo monoexportador de petróleo: o desafio de evitar a repetição do mesmo ciclo

*[...] Nós, os países pobres, subsidiamos, com os nossos recursos e o nosso trabalho, a prosperidade dos povos ricos [...] se trata de comprovar que a estrutura do intercâmbio internacional, tal como funciona, tornou-se um instrumento espoliador, que suga os povos menos desenvolvidos.*  
(Salvador Allende *apud* Ianni, 1988, p. 75)

A compreensão da economia política equatoriana do período que aqui se busca estudar depende da observação continua do mecanismo de associações de capitais. A associação de capitais é a forma que consagra a integração máxima da burguesia latino-americana com os capitais dos centros imperialistas e na compreensão deste mecanismo é que radica o processo de dependência e perda de autonomia em política externa, e do subdesenvolvimento latino-americano (OURIQUES, 1995, p. 99).

A subordinação da política econômica às necessidades do capital<sup>188</sup> impôs a lógica de que o combate à inflação é o objetivo principal das estratégias estatais na condução da economia. Tomando como verdade esse pressuposto, os governos latino-americanos, nos anos oitenta e noventa, no trato sobre o aprofundamento da crise da dívida, aceita-

---

<sup>188</sup> “El propio presidente de la República, Gustavo Noboa, en julio del 2001, llegó a reconocer que se le había ocultado información... su gobierno, no hay duda, resultó un digno heredero del régimen **bancocrático de Jamil Mahuad**” (Acosta, 2006, p. 214).

ram os desmandos do capital internacional (solução para contar a crise das balanças de pagamento) com relação à imposição das chamadas “políticas de ajuste”.

As políticas de ajuste, com o objetivo de orientar o destino do excedente econômico para cumprir com os compromissos internacionais, fez com que as perdas salariais do trabalhador e a exploração do trabalho se ampliassem, através, por exemplo, de restrições salariais, consolidação de perdas de assalariados (públicos e privados), etc (OURIQUES, 1995, p. 143).

Portanto, nos anos oitenta e noventa, a despeito das mudanças quase diárias na condução da política econômica, a política salarial, ou melhor dito, o aperto sobre a política salarial está sempre no centro dos objetivos econômicos dos governos. É este comprometimento que caracteriza a hegemonia das classes dominantes internamente, e o compromisso delas com as classes dominantes metropolitanas. A fim de honrar com a política externa dependente e associada, as estratégias foram muitas, por exemplo: congelamento de salários e preços, estabelecimento de um mecanismo mínimo reajuste automático dos salários, implantação de uma nova moeda ou desvalorizações constantes (OURIQUES, 1995).

A política externa equatoriana deste período se caracteriza pelo empenho em colocar em prática, a nível interno, uma estratégia de transferência de valor do trabalho para o capital. Ademais, essa realização contrasta com o “mito” de que o arrocho sobre os trabalhadores ocorria apenas sobre regimes ditatoriais (o Equador esteve sob uma ditadura entre 1972-1979), e que nos regimes democráticos os trabalhadores tenderiam a ganhar<sup>189</sup>.

No caso equatoriano, especificamente, a própria ideia de que em condições democráticas os trabalhadores podem recuperar seus níveis de vida deve ser cuidadosamente observada a partir de condições concretas. De maneira que é possível afirmar que nem as transferências de valor (riqueza nacional), tampouco a superexploração da força de trabalho estão, tão somente vinculadas ao sistema político (ditadura ou

---

<sup>189</sup> Esse é o argumento de Cardoso, Faletto, Serra e demais escritores da chamada matriz webberiana da Teoria da Dependência para combater o argumento de Florestan, Ianni, Marini, Bamberger, Theotonio dos Santos, entre outros, que enxergavam a superexploração do trabalho como mecanismo permanente no capitalismo dependente latino-americano. A tese mariniana se confirma, visto que a democracia foi viável no marco do denominado capitalismo dependente com exclusão social.

democracia burguesa), não constituindo, pois, um elemento estrutural do capitalismo dependente equatoriano e latino-americano.

De tal maneira, é importante observar a situação do Equador nesse período, sobretudo, com relação à apropriação pelos capitalistas estrangeiros da principal atividade de exportação (a exportação de petróleo e banana). Pois, nesse caso, o excedente colhido na esfera do comércio mundial, pertence, concretamente, aos capitalistas estrangeiros e tão somente uma parte deste excedente passa à economia nacional através de tributos e impostos pagos ao Estado<sup>190</sup>.

Não obstante, deve-se ter em mente que dentro das sociedades nacionais latino-americanas, e o Equador não foge à regra, as classes dominantes locais se apropriaram dessa parcela, já pequena, do excedente econômico nacional em atividades econômicas que beneficiavam apenas a si mesmas (sobretudo em demanda de bens importados), reduzindo consideravelmente o excedente passível de ser investido em atividades que atuassem, conjuntamente, para a criação de um mercado interno e fortalecimento da produtividade do trabalho (MARINI, 2012).

No nível interno, no que diz respeito à luta de classes e distribuição da riqueza nacional, o aprofundamento da dependência, via associação de capitais entre burguesia periférica e centro imperialista (capitalismo associado), aumenta o divórcio – sempre permanente – entre a burguesia e as massas populares, intensificando a superexploração do trabalho a que estão submetidas as população latino-americanas e negando-lhes o que representa a sua reivindicação mais elementar: o direito ao trabalho<sup>191</sup> (OURIQUES, 1995).

Assim, no período que vai dos anos 1980 ao começo do século XXI, verifica-se, por exemplo, que o padrão de vida da população equa-

---

<sup>190</sup> Característica de uma economia, como a equatoriana, do tipo *enclave*, em que o processo de acumulação se quer gera excedente interno, visto que sua apropriação é feita quase por completo na economia estrangeira, ficando apenas os impostos e tributos para o governo.

<sup>191</sup> A capacidade de importar se deteriorava constantemente e, para elevar o monte de divisas disponíveis para a importação de equipamentos e bens intermediários, oferece facilidades e incentivos ao setor agrário-exportador. A consequência da necessidade de mais capitais para importação é sobrecarregar as massas trabalhadoras da cidade e do campo, jogando sobre eles o esforço para capitalização, o que reafirmar o princípio fundamental do sistema subdesenvolvido, qual seja, a superexploração do trabalho, materializado através do aumento do exército industrial de reserva, sob a forma de desemprego aberto ou disfarçado e pelo divorcio da estrutura produtiva e das necessidades de consumo das amplas maiorias (Ouriques, 1995, pp. 100-101).



toriana é ainda mais rebaixado (consequência da superexploração do trabalho), caracterizando uma verdadeira exploração adicional do homem nas sociedades dependentes e subdesenvolvidas (OURIQUES, 1995).

Assim, os salários caem em um abismo, aprofundado pelos efeitos ultranegativos da hiperinflação, que opera em favor da transferência de recursos dos pobres para os ricos, dos assalariados para os proprietários dos médios de produção capitalista e da periferia para o centro sistêmico, como demonstra observa-se na tabela abaixo:

Tabela 7. Crescimento econômico na América Andina (1980-2005)  
Porcentagem do Produto Interno Bruto - PIB

	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	Mé- dia
Bolívia	-1,4	0,3	-3,9	-4,0	-0,2	-1,7	-2,6	2,5	2,9	3,8	4,6	5,3	1,6	4,3	4,7	4,7	4,4	5,0	5,0	0,4	2,3	1,5	2,8	2,4	3,8	4,0	2,0
Colômbia	4,1	2,3	0,9	1,6	3,4	3,1	5,8	5,4	4,1	3,4	6,0	2,3	5,0	2,4	5,8	5,2	2,1	3,4	0,6	-4,2	2,9	1,4	1,6	4,1	3,3	3,0	3,0
Equador	4,4	3,4	-0,6	-2,5	3,8	2,9	4,1	-2,1	8,4	1,0	2,7	5,2	1,5	0,3	4,7	1,8	2,4	4,1	2,1	-6,3	2,8	5,1	3,4	2,3	6,3	3,5	2,8
Peru	3,1	7,2	-0,6	-11,8	5,2	2,8	10,0	8,0	-8,7	-11,7	-5,1	2,2	-0,4	4,8	12,8	8,6	2,5	6,8	-0,6	0,9	2,8	0,3	4,9	3,8	4,6	4,0	2,2
Venezuela	-4,4	-0,4	-2,1	-3,8	1,4	0,2	6,5	3,5	5,8	-8,6	6,5	9,7	6,1	0,3	-2,3	4,0	-0,2	6,4	0,2	-6,1	3,2	2,8	-8,9	-9,7	18,0	5,0	1,3
Região	1,2	2,6	-1,3	-4,1	2,7	1,5	4,8	3,5	2,5	-2,4	2,9	4,9	2,8	2,4	5,1	4,9	2,2	5,1	1,5	-3,1	2,8	2,2	0,8	0,6	7,2	3,9	2,2

Fonte: BIRD, 2004.

A tabela sobre o crescimento econômico equatoriano revela oscilações de crescimento 8,4% (1988) ao ano e uma redução a 1% (1989) no ano seguinte, o que demonstra como a economia estava à mercê das oscilações internacionais, portanto, vulnerável externamente, que demonstra a consequência dos pactos entre burguesia nacional e burguesia metropolitana nos anos oitenta. De maneira que a dependência externa é extrema.

O petróleo equatoriano é a principal alavanca para o crescimento equatoriano e, nos anos 1970, esteve sobre as responsabilidades dos governos militares que chegaram ao poder em 1972, em meio a uma crise hegemônica entre os grupos mais poderosos e quando os preços do petróleo, influenciados pela crise do petróleo, já alcançavam uma alta considerável, embora os aumentos significativos se dessem mesmo a partir de 1973.

É importante observar que a instauração do regime ditatorial em meio à subida dos preços e abundância de recursos provindos da exportação petrolífera, através dos fluxos de dólares provenientes do exterior, permitiu um manejo de certa tolerância em meio a um ambiente político ditatorial, postergando ao futuro alguns conflitos internos equatorianos, conforme aponta Acosta (2006, p. 128):

Había suficientes ingresos externos como para tener que recurrir a cambios en el interior del Ecuador.

No era necesario alzar el precio de la gasolina, por ejemplo, para disminuir la brecha fiscal; es más, esto se lo hacía con créditos externos, cuando los ingresos del petróleo resultaban coyunturalmente insuficientes.

A política de câmbio articulada com o bloco de poder dominante no Equador estabelecia o patamar de 25 sucres por dólar, contribuindo para o processo de substituição de importação levado adiante, através da importação barata de bens de capital e insumos para a indústria, ademais de alimentar o consumo dos setores altos e médios.

Por sua vez, uma parte da elite local, a partir da política de câmbio mencionada acima, tinha possibilidade de adquirir dólares para gastá-los ou investi-los fora do país, sendo este um elemento fundamental para entender a fuga de capitais equatorianos. Ademais de estes mecanismos de aumento da dependência e apropriação dos excedentes derivados da alta do preço do petróleo, os grupos econômicos dominantes no Equador se beneficiavam de subsídios governamentais que lhes permitiam manter ao nível mais baixo possível as remunerações dos trabalhadores equatorianos (Acosta, 2006).

Portanto, a elite burguesa e oligárquica equatoriana teve a sua disposição verdadeiros anos de bonança econômica, provenientes do falso sonho do “*El Dorado petrolero*”. Estes grupos econômicos esperavam e exigiam um tratamento especial favorável por parte do governo e entender essa exigência é importante para compreender a crise na própria formulação do pacto de forças dominante no Equador nos anos 90, pois os mesmos grupos de pressão não conseguiram colocar-se de acordo para apoiar, desde o início uma estratégia de ajuste neoliberal, sobretudo, porque o Estado já não podia dar-lhes os mesmos benefícios que pode outrora.

Entretanto, a crescente riqueza de uma minoria no Equador chocava-se com a insatisfação das necessidades da ampla maioria das classes populares, sobretudo, os trabalhadores industriais, camponeses e indígenas<sup>192</sup>. De maneira que estes grupos se organizaram em torno de

---

<sup>192</sup> No momento da bonança do petróleo, os processos internos de industrialização, confirmam a regra de atender a empresa monopolística metropolitana, levando adiante uma industrialização que pouco alocou a mão de obra local (a indústria que veio para a América Latina, veio já num estágio de poupança de mão de obra), pouco elevando a competitividade, que era compensada com forçosas jornadas de trabalho e baixos salários, confirmando a superexploração do trabalho. Com o fim da bonança, gerada pela queda do preço do petróleo, a

grupos sindicais e formações orgânicas populares e começaram a manifestar seu descontentamento perante o Estado que, incapaz de responder de maneira assertiva a estes pedidos, incrementou a pressão ditatorial a partir do ano de 1976, principal mecanismo para desarticular e controlar os movimentos de massa.

O maior exemplo desta política de repressão violenta foi o massacre dos trabalhadores de Aztra<sup>193</sup>, de 18 de outubro de 1977, mostrando que apesar do período do auge petrolífero marcar o papel do Estado como agente propulsor do desenvolvimento, por outro lado, continua a marcar a tendência de o Estado estar ao lado do empresariado privado (para garantir a extração e produção da mais-valia), como classe que se lhe ocupava as direções estratégicas, nem que para tanto o Estado tivesse que tirar a vida dos seus próprios nacionais, obviamente os mais pobres, que ousavam questionar as políticas de superexploração às quais estavam submetidos (Acosta, 2006).

Portanto, a participação estatal em muitas empresas e atividades produtivas e a própria política de promoção e busca de novos mercados para exportação e empréstimos, levado adiante pela política externa, tanto no Equador como nos demais países que viveram regimes ditatoriais na América Latina, mostra a deliberação estatal em apoiar e servir de escudo e escada ao processo de acumulação privada e, em muitos casos, como “empresa de reparações do sistema capitalista”, conforme descreve Acosta (2006, p. 132):

En los años setenta se pueden consignar dos casos notables: Ecuatoriana de Aviación y el Banco la Previsora; otras intervenciones estatales se dieron en el Ingenio Azucarero del Norte (IANCEM), Azucarera Tropical Americana (AZTRA), Empresa de Leche Cotopaxi, Empresa Nacional de Semen (ENDES), empresa Fertilizantes Ecuatorianos, economía mixta Semillas Certificadas (ENSEMILLAS), Ecuatoriana de Artefactos S.A. (ECASA), Ecuatoriana de Cardamomo, Desarrollo Agropecuario (DACA).

---

necessidade de enviar excedente para o Centro força a aprimorar o mecanismo de superexploração. Esse processo aprofunda a pobreza e miséria das massas trabalhadoras (sobretudo sobre as massa indígenas e afrodescendentes) e intensificará a luta de classes no Equador, vista nos anos 1990.

<sup>193</sup> Ver mais em: < [http://www.latroncal.gob.ec/TURISMO/TUR01\\_1.HTML](http://www.latroncal.gob.ec/TURISMO/TUR01_1.HTML)>.

De tal maneira, o Estado por meio de uma série de ferramentas subsidiava o setor privado, através de congelamento de preços, tarifas e serviços de empresas estatais ou através de tarifas deterioradas ou mesmo através de isenções tributárias ou exonerações alfandegárias para facilitar a importação de bens de capital e o estabelecimento de indústrias.

Deste modo, o estado assumiu cada vez mais as tarefas em benefício de grupos monopólicos e oligopólicos (para exportar e angariar mais dividendos – a política externa foi essencial para ampliar esse processo de promoção de exportações), tanto durante a bonança petrolífera dos anos 1970, quanto durante o fim da bonança e o arrocho econômico, marcando os mecanismos de ação estatal fora do marco de um real projeto nacional de desenvolvimento, mas sim

era el resultado de una desordenada y hasta contradictoria suma de decisiones y acciones que obedecían a los variados intereses de los diversos grupos económicos de la sociedad (Acosta, 2006, p. 134).

Neste cenário, entrante para os anos 1980, ademais da crise pela queda dos preços do petróleo e pelo aumento das taxas de juros dos empréstimos internacionais<sup>194</sup> concedidos aos países do terceiro mundo, em especial, aos países da América Latina e Leste Europeu, observa-se que no Equador, a despeito da bonança econômica dos anos 1970, não se gerou, em termos capitalistas de acumulação, um empresariado com capacidade de inovação e presença política determinante, significando que o Estado, no limite, agia de acordo com a pressão dos grupos oligárquicos, orientados a aproveitar os recursos naturais e humanos nacionais por meio de uma superexploração extensiva e intensiva (Marini, 2012).

---

<sup>194</sup> Vale observar a **dependência financeira** como um dos campos específicos da estrutura geral de dependência e subdesenvolvimento na América Latina: “Variadas podem ser as manifestações da subordinação financeira internacional, contudo, as mais comuns e efetivas se traduzem através de empréstimos inter-governamentais, empréstimos de organismos e bancos internacionais e bancos privados estrangeiros a empresas radicadas nos países devedores e, a inversão direta. Cada uma destas formas de relação financeira internacional tem, por sua vez, mecanismos para **submeter**, em muitos casos sutilmente, **aos países receptores de capital**. Estes mecanismos se referem, principalmente, a altas taxas de juro, curtos prazos para a amortização, curtos – ou nenhum – período de carência e outros”. (Mena, 1991, p. 21, tradução e grifo nossos).

Para tanto, o próprio Estado, caracterizado pelo predomínio do bloco de poder oligárquico conduzia as estratégias nacionais no sentido de permitir e garantir o desenvolvimento da lógica do capital estrangeiro, caracterizando o processo histórico ao qual a América Latina está condicionada desde sua inserção no mundo capitalista:

El Estado ecuatoriano no es simplemente obra de los burócratas y de sus sindicatos, como ahora, en un acto de cinismo mayúsculo, pretende demostrar quienes han sido sus principales beneficiarios. En términos generales se puede decir que muchos de los problemas acumulados en el Estado ecuatoriano son consecuencia de las acciones y omisiones de las propias clases propietarias que fueron moldeándolo de acuerdo a sus apetencias y necesidades (Acosta, 2006, pp. 135-136).

A partir dos anos 1980, com a queda dos preços do petróleo (ver gráfico abaixo) e a reversão do ciclo de empréstimos aos países do terceiro mundo, a economia equatoriana e conseqüentemente, sua política externa entraram num ciclo recessivo em termos de autonomia de formulação e execução.

Como parte da estratégia de reordenamento da política internacional a partir dos países metropolitanos<sup>195</sup>, os preços do petróleo e de outros produtos primários começaram a debilitar-se nos mercados internacionais, atingidos, também, pelas políticas protecionistas dos EUA e da Comunidade Econômica Europeia (ver gráficos abaixo).

Gráfico 10. Evolução do preço das commodities, entre 1970 e 2010.

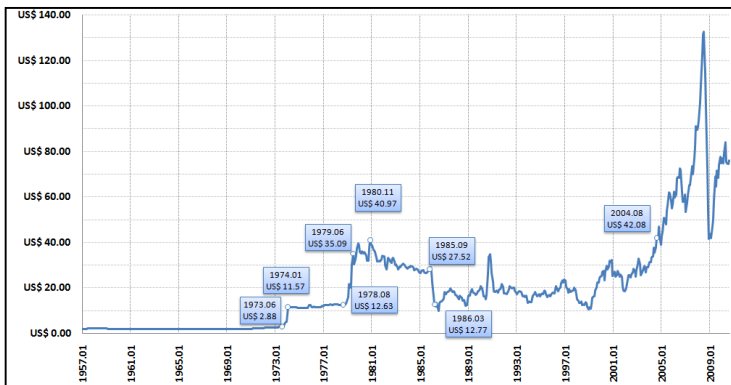
---

<sup>195</sup> “A estrutura do poder que dirige o mundo através da globalização está concentrada no G-7, no Conselho de Segurança da ONU e no Fórum Econômico de Davos, na Suíça [também fazer parte] as megacorporações: 96% delas têm sua matriz em oito países, somente 2% dos membros de suas diretorias são estrangeiros e 85% de seus desenvolvimentos tecnológicos têm origem no país sede da matriz [...] os governos dos países centrais [...] as instituições surgidas em 1944 como resultado dos acordos de Bretton Woods [...] As empresas de comunicação de massa [...] os economistas que legitimam a ordem neoliberal” (SEGRERA, 2003, p. 123).



Fonte: FMI/IFS (International Financial Statistics)

Gráfico 11. Evolução do preço do petróleo em dólares



Fonte: FMI/IFS (International Financial Statistics).

Neste sentido, os principais constrangimentos aos países latino-americanos vieram da política expansionista do governo Reagan, que provocou o encarecimento e uma notável diminuição do capital disponível para empréstimos para os países do terceiro mundo. Em termos da política externa equatoriana, a interrupção do sonho petroleiro a princípio dos anos oitenta, marcou a submissão econômica do Equador ao mercado<sup>196</sup> mundial e às obrigações assumidas com as instituições financeiras internacionais e, portanto, o aprofundamento de sua dependência e o agravamento de seu subdesenvolvimento.

A ação política internacional dos EUA e de suas empresas transnacionais, que já operava fortemente, mesmo dentro da política externa equatoriana operada nos anos 60 e 70 – que foi marcada pela busca do desenvolvimento através substituição de importação – passa a operar e organizar o mundo de acordo com as mudanças que Washington precisava para ampliar a “nova revolução tecnológica” que estava em marcha e para ampliar os benefícios de uma nova divisão internacional do trabalho (Acosta, 2006).

Portanto, o sistema rentista equatoriano se aprofundou de maneira complexa<sup>197</sup>, pois, ao mesmo tempo em que acomodava a ação das elites nacionais no sentido de ampliar a capacidade de consumo, não

---

<sup>196</sup> No sentido apontado por Franco López Segrera (2003), a entidade “mercado mundial” tem cara, corpo, endereço, nome, sobrenome e telefone celular. Muitas vezes se cai no engano de pensar na estrutura do mercado mundial como um “ente” à parte das condições objetivas de exploração do Sistema Capitalista. Pois bem, para se evitar dito engano, em nosso ponto de vista, o mercado mundial é uma estrutura composta por atores específicos, normalmente concentrados nos países metropolitanos e com agudo grau de conexão com os grupos de poder políticos dominantes nas nações mais ricas e nas nações mais pobres. Se o mercado mundial é agraciado por gerar desenvolvimento para alguns países, isso só é possível, porque gerou dependência e subdesenvolvimento para a maioria dos outros (em termos de quantidade de países e quantidade de população).

<sup>197</sup> Por exemplo, os donos do Banco Filanbanco, pouco antes do Estado salvá-lo, aproveitaram os depósitos dos clientes e expandiram seus domínios: meios de comunicação, serviços telefônicos, imprensas, agroindústria, empresas leiteiras e de gado, açúcar (compraram o engenho La Troncal do Estado pelo valor de 100 mil dólares, 60 vezes menos que o valor estimado das máquinas lá encontradas). Portanto, a prática dos donos do banco anos antes da falência (zero de juro, sete anos de plano de pagamento), beneficiou os próprios banqueiros, que a despeito do salvamento do Estado, seguiram atuando em outras ramos da economia equatoriana (Acosta, 2006, p. 215).

conseguia aumentar na mesma proporção à capacidade produtiva nacional para satisfazer a demanda de, pelo menos, trabalho para as classes populares equatorianas (criação de um mercado interno). Este processo conduziu à ampliação da dependência com relação aos recursos financeiros atrelados à venda de petróleo e ao endividamento externo, que foram por água abaixo nos anos oitenta, devido à queda de preços dos produtos primários (banana, camarão, cacau e, principalmente, o petróleo).

Portanto, a política externa se realiza num verdadeiro “Estado de compromisso” entre as elites industriais e exportadoras, através da realização de uma industrialização direcionada apenas para reduzidos setores altos e médios do país dependente, não criando, pois, um mercado interno para a produção em massa, o que gerou o aumento da dependência da origem de recursos da exportação para condução deste processo.

Neste sentido, o processo de apropriação dos excedentes da bonança petroleira e das políticas de transformação e ajustes nacionais gerou polarizações no interior das Forças Armadas que foram debilitando a sua presença no Poder, sobretudo, pela existência de desejos iniciais de uma transformação revolucionária e nacionalista na sociedade equatoriana. Antevendo esta possibilidade, as elites latifundiárias e industriais trabalham, desde agosto de 1979, para a constituição de um novo regime político e uma nova etapa constitucional, na qual o modelo econômico não registrasse maiores transformações (Acosta, 2006).

Este novo desenho institucional a partir de 1979 é importante porque acomodou as demandas populares por maior participação na riqueza nacional (através de um populismo político), mas sem afetar as estruturas de poder, enquanto permitia a adaptação das elites às transformações externas. Neste cenário, com a emergência de grupos com concepções mais modernizantes da coisa pública, apareceram limites do sistema constitucional e da administração civil-populista.

Do ponto de vista da execução de política externa, nesse período, o governo leva a cabo uma política de endividamento externo via comprometimento de sua produção petrolífera<sup>198</sup>. Este endividamento se

---

<sup>198</sup> “[...] la predisposición manifiesta de los gobiernos para beneficiar a los inversionistas extranjeros llegó incluso a ofrecerles ventajas al margen de cualquier racionalidad económica y aún contrarias a las propias disposiciones legales; basta mencionar diversas formas de subsidio **a las empresas transnacionales petroleras**, en donde hay varios casos de violación a la ley con perjuicios



fazia necessário para cobrir o próprio serviço da dívida externa e as necessidades constantes de importações para a indústria, que, somados ao próprio aumento do custo de financiamento internacional (aumento das taxa de juro do FED), também se deve agregar os custos do conflito fronteiriço com o Peru, na cordilheira do Cóndor, no início dos anos 1981, para o qual foi deslocado grande parte da Reserva Monetária Internacional do Equador.

Portanto, há um verdadeiro estrangulamento do processo de acumulação baseado na substituição de importações que é resolvido, em toda América Latina (com exceção de Cuba) com o retorno ao esquema liberal (reconversão produtiva), rebatizado de esquema neoliberal, que significou a modernização do modelo primário-exportador implantado no Equador no final dos anos 1800 e a abertura ao capital financeiro (Acosta, 2006).

É esse sistema econômico implantado à luz da crise da dívida dos anos oitenta e de suas consequências em nível de economia real, que levaram o Equador a sofrer em 1999, talvez o retrocesso econômico mais severo<sup>199</sup> na América Latina:

O PIB, medido em dólares, caiu 31% entre 1998 e 2000, de US\$ 19,7 bilhões à US\$ 13,6 bilhões. O PIB per capita se reduziu em 33% entre 1998 e 2000, ao cair de 1.169 dólares a 1.079 entre 1998 e 2000). A política econômica em 1999 provocou uma desvalorização de 216% e uma inflação na casa dos 52%, ademais de uma **perda salarial real de 23%** e uma **saída de capitais privados** de na casa de 15% do PIB nacional (Acosta, 2006, p. 196, tradução e grifo nosso).

---

para la sociedad, o a empresas eléctricas privadas, a las cuales el Estado de hecho les garantiza utilidades mínimas” (Acosta, 2006, p. 216, grifo nosso).

<sup>199</sup> “El país, según UNICEF, experimentó el empobrecimiento más acelerado en la historia de América Latina. Entre el año 1995 y el año 2000, el número de pobres se duplicó de 3,9 a 9,1 millones, en términos porcentuales creció de 34% al 71%; la pobreza extrema también dobló su número de 2,1 a 4,5 millones, en términos porcentuales el salto fue de 12 a un 35%. El porcentaje de niños viviendo en hogares pobres aumentó de 37 a 75%. El gasto social per cápita disminuyó un 22% en educación y un 26% en salud. **En estos años del tornasiglo se produjo una masiva emigración de ecuatorianos [...] proceso que incidirá profundamente en la vida económica, social y política del país**” (Acosta, 2006, p. 196, grifo nosso).

Portanto, o modelo econômico levado adiante entre 1992 e 1999 é o cerne das causas endógenas de dependência e aprofundamento do subdesenvolvimento equatoriano. Este processo de salvamento de instituições bancárias nacionais e internacionais; aceitação incontestada das cláusulas dos organismos multilaterais; a reprimarização da economia e aumento da dependência com relação à monocultura de produtos primários, especialmente a banana<sup>200</sup> e à extração de petróleo (e a submissão aos contratos das empresas internacionais que extraíam o óleo); a dolarização da economia equatoriana como estratégia para enfrentar os crescentes déficits em razão do pagamento da dívida e a crises financeiras internacionais e os fatores exógenos ligados a esta questão impossibilitou o exercício de uma política externa autônoma e independente: o Equador não apresentou credenciais e a política externa tampouco trabalhou no sentido de criá-las:

“la debilidad y fragilidad del mercado interno, a causa de las enormes desigualdades en la distribución de la riqueza, del bajo poder adquisitivo de las masas (pobreza) y de una creciente concentración del ingreso y los activos en pocas manos; concentración que motiva, también, la creciente pobreza; la presencia de sistemas de producción atrasados y en el que se anclan la poca capacidad de absorción de la fuerza de trabajo y la desigualdad en la distribución del ingreso y los activos”; los elevados niveles de desempleo (abierto y oculto) y de subempleo; la carencia de una adecuada integración entre las diversas regiones del país; los escasos encadenamientos fiscales, productivos y de consumo; la elevada propensión marginal a importar; el mal manejo administrativo del Estado; las masivas ineficiencias del sector privado; la existencia de estructuras oligopólicas y aún mo-

---

<sup>200</sup> As políticas coladas em práticas pelos governos de Ballén e Mahuad (que caracterizam o que bem pode ser chamado de “ajuste estrutural”) produziram o seguinte efeito na economia real equatoriana: “alentó aún más la producción primaria con ventajas naturales y dirigida: la reprimarización, como objetivo básico o consecuencia automática del ajuste. Esta reprimarización vino acompañada con un deterioro relativo de la industria manufacturera – desindustrialización – y de los sectores dirigidos a satisfacer la demanda interna, con capacidad de generar empleos adecuados, pagar remuneraciones decentes y reducir consistentemente la pobreza [...] la estrategia orientada a la exportación primaria agudizó las tendencias excluyentes y concentradoras” (Acosta, 2006, p. 232).

nopólicas que caracterizan los mercados (Acosta, 2006, pp. 200-201).

Deste modo, a inserção internacional equatoriana na globalização produtiva e financeira demonstra, por exemplo, que a estrutura das importações<sup>201</sup> revela o elevado grau de dependência externa da indústria nacional, que é o setor que aglutina as compras de bens de capital (máquinas e equipamentos) e de matérias primas. Esse processo de crises econômicas e falta de projeto hegemônico para amortecer os impactos da dependência econômica e financeira, abriu passo para as vicissitudes de esta perene vida econômica criarem uma verdadeira crise político-institucional burguesa no Equador.

Portanto, em mais de duas décadas e meia, pode-se afirmar que o Equador e os governos que dirigiram o país não tinham um plano nacional de Economia Política, de maneira que não surpreende que os principais feitos destes governos tenham sido a contenção dos gastos públicos, as privatizações, a liberalização comercial e financeira e crescimento econômicos muitos reduzidos. Nesse sentido é que se há de entender desde o plano político os porquês do florescimento do projeto de poder alternativo, liderado pelo economista Rafael Correa Delgado.

Os passos iniciais do bloco de poder composto por Rafael Correa consistiram na adoção de medidas que consolidassem o abandono do modelo empresarial-financeiro sustentado pela ideologia neoliberal, uma vez que os setores empresariais e financeiros deixaram de ser os setores orientadores e hegemônicos nas políticas econômicas.

Ainda que a total autonomia frente a estes grupos econômicos possa ser questionada em vários níveis, como propõe Quezada (2012), sobre alguns pontos é possível observar uma superação do modelo anterior tendo em vista a nova conduta econômica do governo de Rafael Correa: a não continuação do afastamento do Estado em matéria de decisões da Economia Política; o não prosseguimento das privatizações; o enfrentamento da flexibilização e da precarização das condições de trabalho e, principalmente, o afastamento dos condicionamentos e dos empréstimos do FMI, instituição cujas salas disponíveis aos seus agentes na sede BCE foram fechadas (PAZ; CEPEDA, 2012).

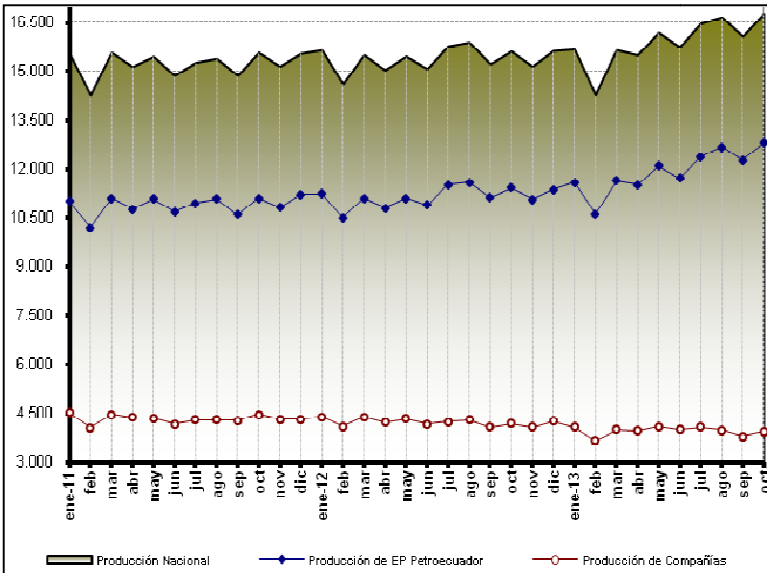
Em geral, se aponta que o governo de Alianza País imprimiu uma visão nacionalista sobre a economia, cujos primeiros reflexos, se deram na revisão dos contratos petrolíferos, com o objetivo de aumentar a participação estatal até o nível de 80% da riqueza gerada pelo petróleo

---

<sup>201</sup> Ver mais em Acosta (2006, p. 362).

(conforme gráfico 12). Com relação ao capital externo, o governo de Aliança País estabeleceu uma série de novas regras e normas com o sentido de gerar e ampliar a responsabilidade trabalhista nacional.

Gráfico 12. Produção de petróleo por milhares de barris



Fonte: BCE, Boletim 1941 – Novembro/2013.

Portanto, abordar essas transformações é passo fundamental em nosso trabalho de avaliar o nível de autonomia que essas alterações trouxeram para o Estado e as elites formuladores da política externa equatoriana. Nesse sentido, em alguma medida, as modificações institucionais, sociais e econômicas levadas a cabo pelo grupo liderado em torno da figura de Rafael Correa, podem caracterizar a emergência de um novo modelo de acumulação, no qual o papel do Estado volta a ser fundamental. Entretanto, vale observar o que pontua Paz e Cepeda (2012, p. 29):

En ese modelo, el papel del Estado ha pasado a ser fundamental. No se trata de una simple recuperación de roles, sino de la transformación de las esferas estatales, que incluye el desplazamiento de los intereses de las clases sociales que antes habían hegemonizado.

Outra importante transformação que impactou nos níveis de autonomia da política externa foi com relação à dinâmica das relações externas com outros polos de influência econômica e política, Paz e Cepeda (2012, p. 28), afirmam que:

Las relaciones comerciales con el extranjero también se modificaron, a tal punto que para 2012 disminuyó la tradicional dependencia con los EE.UU., pues se diversificaron las relaciones económicas al ampliarse el trato con los países latinoamericanos, Europa, Oriente Medio e incluso China. Es paradójico que la oposición considere que con las nuevas políticas el gobierno ha ‘ahuyentado’ a las inversiones extranjeras, tesis empíricamente indefendible.

Assim, do ponto de vista do enfrentamento à ação das multinacionais e do próprio empresariado nacional equatoriano e da exploração do trabalho nacional, o processo constituinte levado adiante por Rafael Correa acabou com a terceirização trabalhista<sup>202</sup> e visou colocar um fim aos mecanismos de precarização da força de trabalho. Igualmente, houve uma política de melhoramento das remunerações e a orientação de políticas sociais e trabalhistas do governo em favor dos trabalhadores e de amplos setores cidadãos, antes desprotegidos<sup>203</sup>:

La nueva conducción económica del Ecuador priorizará una política digna y soberana, es decir, más que liberar mercados, liberaremos al país de los atavismos y poderes intereses nacionales e internacionales que lo dominan; liberaremos al país con una clara opción preferencial por los más pobres y postergados, priorizando al ser humano sobre el capital (CORREA, 2007).

Portanto, o presidente Rafael Correa, recém empoderado, tratou de realizar suas promessas discursivas através de uma recuperação da capacidade de intervenção estatal em favor das massas pobres e marginalizadas. De modo que, merece destaque, uma das principais mudanças

---

<sup>202</sup> Artigo 326, 327 da Constituição de 2008.

<sup>203</sup> Conforme apontam (PAZ e CEPEDA, 2012, p. 28): “Hay que sumar en ese cuadro el reforzamiento de los derechos laborales, sociales y colectivos fijados en la nueva Constitución de 2008, el fortalecimiento de la seguridad social pública y del gasto social del gobierno, para entender que desde 2007 el país se enrumbo bajo un nuevo modelo”.

introduzidas por Rafael Correa, que foi o “Servicio de Rentas Internas (SRI)”, tributo que passou a exercer um trabalho no sentido de cobrar e arrecadar impostos, com ênfase na redistribuição da riqueza e, como consequência da reestruturação do bloco de poder que apoia a Alianza País: aumentaram-se os impostos sobre a renda, que historicamente, era evadido pelos setores mais ricos da população.

Conforme apontado, a própria formatação da administração pública sofreu significativas alterações. Novas formas organizativas de controle e administração, a incorporação de uma tecno-burocracia jovem e preparada para os postos de direção, ademais da incorporação de setores antes marginalizados de participação na máquina estatal (como as mulheres<sup>204</sup>, os afrodescendentes, sindicalistas e trabalhadores em geral<sup>205</sup>). Entretanto, as principais modificações, em termos de atuação do Estado em investimentos, participação social (gastos sociais<sup>206</sup>) e autonomia burocrática se devem aos recursos e ações no sentido de retomar o controle do planejamento da vida nacional. Nesse sentido, vale observar os subsídios praticados pelo governo de Rafael Correa, conforme mostram a tabela e o gráfico a seguir:

Tabela 8. Subsídios do governo do Equador em 2010 (milhões de dólares)

<b>Subsídios</b>	<b>Milhões de dólares</b>
<b>Bônus de Desenvolvimento Humano</b>	751
<b>Previdência Social</b>	827
<b>Moradia</b>	356
<b>Eletricidade</b>	171
<b>Combustível</b>	2.571
<b>Subsídios ao pequeno produtor rural</b>	61
<b>Banco Nacional de Fomento</b>	31
<b>Outros</b>	52
<b>Total</b>	4.820

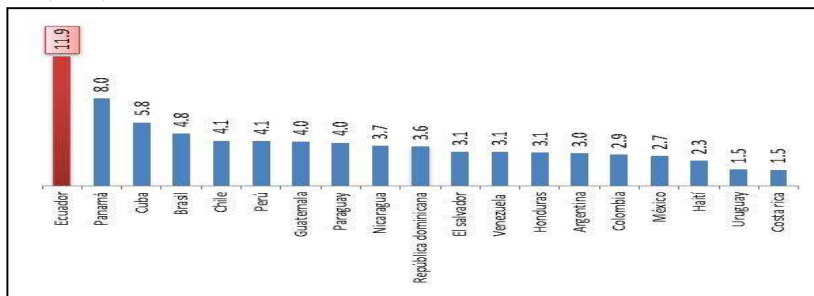
<sup>204</sup> As mulheres tiveram um aumento de 9% para 39% de participação nas instituições do Estado (Somos Pais, 2013).

<sup>205</sup> “Formaron parte del equipo gubernamental, como ministros o altos funcionarios, personas (muchas mujeres, porque se trató de afianzar el principio de equidad de género) que no provenían de los viejos partidos ni del empresariado oligárquico” (PAZ; CEPEDA, 2012, p. 29).

<sup>206</sup> Para efeito de comparação, no início dos anos oitenta, os gastos sociais, dentro do Orçamento do Estado, caíram de quase 50% em 1980 à 15% em 2000, enquanto o serviço da dívida, no mesmo período, se incrementou do 18% a mais de 50% (Acosta, 2006, p. 234).

Fonte: OPF (Observatório de Política Fiscal do Equador).

Gráfico 13. Gasto de capital como porcentagem do PIB – Comparativo Regional (2011)



Fonte: CEPAL. Ministério das Finanças do Equador.

É inegável que o governo de Rafael Correa foi favorecido com a afluência de substantivos recursos, que vieram tanto da alta dos preços do petróleo<sup>207</sup>, quanto da nova dinâmica da administração pública, buscando superar os condicionamentos externos, nesse caso, sobretudo, pela redução e auditoria da dívida pública nacional (externa e interna), as novas arrecadações do Serviço de Rendas Internas que efetivaram a justiça tributária e a clara opção de reforçamento das políticas sociais e redistributivas de riqueza, que foram materializadas via crescente e amplos programas de créditos, benefícios e investimentos públicos (PAZ; CEPEDA, 2012).

Do ponto de vista das transformações internas que garantem uma inserção internacional mais competitiva (em termos capitalistas) e que permitem a criação de um espaço maior de autonomia para a política externa do Equador se pode destacar: i) as obras de infraestrutura, sobretudo aquelas que permitem uma integração nacional e regional de maior fôlego; ii) o estímulo via crédito e/ou programas de apoio aos produtores comunitários, pequenos e médios, camponeses, indígenas e a tirar os trabalhadores de setores informais; iii) estabelecimento de “bônus” especiais para segmentos da classe pobre e necessitada; iv) ampliação do gasto social, sobretudo em educação pública e gratuita<sup>208</sup>, bem

<sup>207</sup> No período 2002-2006, o preço médio (mensal) do barril de óleo foi de USD 35,96; enquanto no período de 2007-2011 foi de USD 75,12 (Crespo, 2012, p. 289).

<sup>208</sup> Sobre a educação universitária, vale destacar que o governo de Rafael Correa tem levado adiante uma “reforma universitária”, destinada a qualificar, avaliar e

como Saúde Pública, previdência social e melhoramento das condições de vida e trabalho.

Os resultados econômicos e sociais<sup>209</sup> destes programas são uma importante base real para o planejamento e execução da política externa equatoriana, tanto no que tange aos recursos humanos, quanto aos recursos de poder com os quais a República do Equador contará na arena internacional. Sob este ponto de vista, as transformações econômicas e sociais confirmam alguma tendência favorável ao crescimento, à redistribuição da renda e a política de bem-estar (tratado no âmbito da Constituição aprovada em 2008 como “*buen vivir*”).

Também vale destacar que o desemprego e o emprego informal<sup>210</sup> (ver tabela 9) vêm caindo e há uma reversão com relação à tendência de emigração dos nacionais, há uma diminuição da pobreza<sup>211</sup>, aumento do consumo, aumento do salário básico<sup>212</sup>, recuperação de setores produtivos da economia, entre outras ações que confirmam as bases internas para a projeção da política externa autônoma e ativa do presidente Rafael Correa (PAZ; CEPEDA, 2012).

Tabela 9. Taxa de desemprego na América Latina

---

potencializar as universidades. Também merece destaque o programa de bolsas de estudos no exterior; os investimentos em ciência e tecnologia e o programa nacional para atenção aos deficientes. Na prática, os gastos em educação passaram de 2,6% do PIB em 2006 à 5,4% do PIB em 2011, o que significou um aumento de 2,5 bilhões de dólares. Ver mais em: VIANA, 2013.

<sup>209</sup> Conforme aponta o Balanço Preliminar das economias da América Latina e do Caribe (2011), da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL): Depois de Paraná e Argentina, o Equador foi o país que mais cresceu no ano de 2011 (8%).

<sup>210</sup> Ademais do aumento quantitativo dos empregos, há o aumento qualitativo, materializado através da eliminação da flexibilidade laboral; aumento de outros custos trabalhistas (previdência social; segurança do trabalho; horários).

<sup>211</sup> Entre 2006 e 2012 o Equador reduziu em 12% a situação de pobreza de acordo com a renda. Pela primeira vez na história a pobreza extrema está abaixo dos 10% da população. A renda dos 10% mais rico é 17,8 vezes o ingresso dos 10% mais pobres, cifra 10 pontos menor que a de 2006 e 5 pontos menor que a de 1991. Ademais, vale destacar que se reconhecer ao trabalho familiar doméstico como susceptível de cobertura da previdência social (Somos País, 2013).

<sup>212</sup> No ano de 2006 o salário básico (mínimo) era de 187 dólares e no ano de 2012 estava em 340 dólares, o que significa um aumento de 82%, superior a inflação de 33% dos últimos cinco anos (Paredes, 2012, p. 131).



	2006	2007	2008	2009	2010	2011
ARGENTINA	10,2	8,5	7,9	8,7	7,8	7,2
BRASIL	10	9,3	7,9	8,1	6,8	6,4
CHILE	7,7	7,1	7,8	9,7	8,3	7
COLOMBIA	13,1	11,4	11,5	13	12,4	9
ECUADOR	8,1	7,4	6,9	8,5	8	5,52
MEXICO	4,6	4,8	4,9	6,7	6,5	5,6
PERU	8,5	8,4	8,4	8,4	8	9,1
VENEZUELA	10	8,4	7,3	7,8	8,6	8,8

Fonte: INEC, Equador; Anuário de Estatísticas CEPAL 2010.

A recuperação do poder de intervenção do Estado vem sendo feito mediante o aumento do investimento público, que está na casa de 12% do PIB, para a produção e setores estratégicos, desenvolvimento social e talento humano, segurança e justiça. Dois elementos tem sido essenciais para alcançar os recursos para a o investimento pública: o exercício da autoridade pública e a orientação política do governo, que se reflete, por exemplo, nas frentes de política externa, conforme apontam FALCONÍ e MUÑOZ L., (2012, p. 86):

La recuperación de la participación del Estado en la renta petrolera – permitida por la renegociación de los contratos petroleros – y el incremento de la presión tributaria (14,5% en el 2011) y de la recaudación de impuestos, que pasó de 4.663 millones de dólares en el 2006 a 9.561 millones de dólares en el año 2011.

A própria orientação do governo no período pós-2007 pode ser observada no comportamento do orçamento destinado ao pagamento da dívida externa: no ano de 2011 7% e em 2012 apenas 4% do Orçamento Geral do Estado se destinou ao pagamento da dívida externa, em contraste com o ano de 2006, no qual 24% do orçamento havia sido destino ao pagamento da dívida externa<sup>213</sup>.

A nova maneira de conceber a ferramenta política externa foi diretamente responsável e conseqüente do processo de ampliação da autonomia: a nova orientação em termos de política externa foi fundamental para levar adiante as renegociações da dívida (auditoria da dívi-

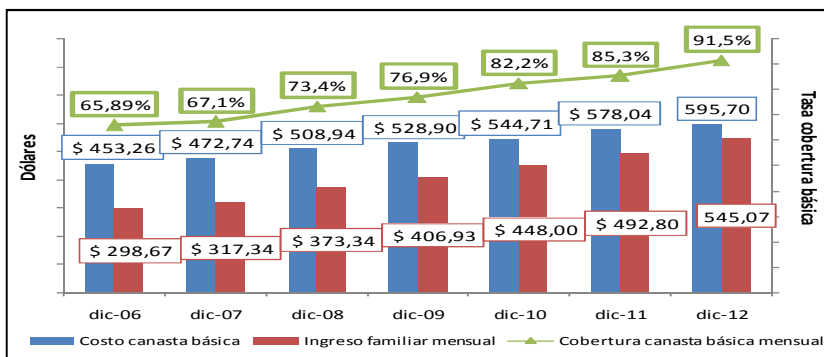
<sup>213</sup> FALCONÍ; MUÑOZ L., 2012, p. 86; Somos País, 2013.

da equatoriana), do mesmo modo, que as exitosas negociações e a diminuição do orçamento comprometido com os serviços e pagamentos dos dividendos externos deu à própria política externa uma margem maior de autonomia de ação e execução.

Algo a se destacar também é a busca do ambicioso regime de “salário digno<sup>214</sup>”. Segundo este conceito, o governo atua em várias frentes (bônus de desenvolvimento humano, aumento dos salários, diminuição das condições de precarização do trabalho, etc<sup>215</sup>) para possibilitar que a renda média familiar alcance cobrir as plenas necessidades, por exemplo, da cesta básica:

En el año 2011, el ingreso promedio familiar logró cubrir el 85% de la canasta básica, hecho de significativa importancia para las familias ecuatorianas y que prepara el terreno para uno de los postulados más progresistas y ambiciosos del régimen: el salario digno (Falconí e Muñoz L., 2012, p. 88).

Gráfico 14. Evolução da cobertura da cesta básica



Fonte: Instituto Nacional de Estadísticas e Censos, Equador.

<sup>214</sup> Artigo 328 da Constituição Equatoriana de 2008.

<sup>215</sup> Nesse sentido, vale destacar que também tem alcançado muitos avanços nas capacidades humanas (a taxa de matrícula na educação básica chegou, em 2011 à 95,4% e da educação média à 62,5%, com um importante fator de agregação de grupos étnicos e população de menor renda); na redução da pobreza (de 37,6% em 2006 à 28,6% em 2011) e melhora no coeficiente de Gini (de 0,54 em 2006 à 0,47 em 2011), segundo dados do Instituto Nacional de Estadística e Censos (INEC).

Entretanto, há algumas limitações que valem a pena ser mencionadas: a insuficiente organização e mobilização popular para servir como base para sustentar o processo de transformação da economia política equatoriana no longo prazo; o problema da vulnerabilidade da balança comercial não petroleira; a não modificação da matriz produtiva do país, que continua sendo essencialmente primário-exportadora dependente (modelo extrativista, mineraria); mesmo as novas frentes governamentais não superaram o dogma do burocratismo, no qual ainda se manifestam práticas de corrupção administrativa e; a não realização da revolução agrária, que é parte efetiva na produtividade econômica equatoriana.

Do ponto de vista retórico, tanto grupos de direita (altos empresários, oligarquias regionais e forças políticas tradicionais) quanto grupo de esquerda (dirigentes, líderes sindicalistas e setores políticos) vem atacando as ações realizadas pelo governo de Rafael Correa. Os primeiros acusam seu governo de totalitário, autoritário, ditatorial e os segundos de entreguista, destruidor do meio-ambiente, serviçal do capital estrangeiro e da rentabilidade dos grandes capitalistas nacionais. Entretanto, como uma janela histórica de oportunidades de movimentação e luta de classes em torno ao poder, que esse momento deve ser entendido:

[...] en el siglo XXI, después de la Revolución Juliana (1925), no se ha presentado otro momento de cambios como el que encierra el ciclo abierto en 2007, y que da continuidad histórica a las posibilidades de construcción de una nueva sociedad (PAZ; CEPEDA, 2012, p. 39).

Tabela 10. Crescimento do Produto Interno Bruto

PAISES	2008	2009	2010	2011a	2012b
Colombia	3.5	1.5	4.3	5.3	4.5
<b>Ecuador</b>	<b>7.2</b>	<b>0.4</b>	<b>3.6</b>	<b>6.4</b>	<b>4.0</b>
Argentina	6.8	0.9	9.2	8.3	4.5
Bolivia	6.1	3.4	4.1	5.3	4.0
Brasil	5.2	-0.6	7.5	4.0	4.0
Chile	3.7	-1.7	5.2	6.3	4.5
México	1.5	-6.1	5.4	4.0	4.0
Perú	9.8	0.9	8.8	7.1	5.5

Fonte: BCE (2008-2011); Cepal (2011).

A renegociação dos termos dos contratos de participação do Estado na renda do Petróleo e o consequente aumento da participação do Estado<sup>216</sup> na produção petrolífera (conforme tabela abaixo) foi um importante artifício para elevar o montante de divisas disponíveis para a importação de bens e equipamentos, assim como para incrementar os gastos sociais a partir de 2007.

Tabela 11. Participação do Estado equatoriano na produção petrolífera

Ano	%
2005	36,6
2006	46,3
2007	50,6
2008	52,8
2009	57,9
2010	62
2011	71,6

Fonte: BCE *apud* Paredes (2012).

Tabela 12. Renda petrolífera bruta do Estado: Renda por exportações menos subsídio  
(em milhões de dólares)

Ano	\$
2006	2.161
2007	1.892
2008	6.785
2009	4.126
2010	5.828
2011	9.400

Fonte: BCE *apud* Paredes (2012, p. 139).

<sup>216</sup> A produção estatal passou de 37% à 72% desde o ano 2006. As principais razões para este aumento, além da renegociação forçada dos contratos de participação do Estado na exploração de petróleo foram: a saída do Equador da empresa estadunidense Oxy; a saída de outras empresas, como a francesa Perenco e a brasileira Petrobras; a diminuição da produção privada pelos efeitos da renegociação dos contratos, etc. O mais importante para elevar o grau de autonomia e ganho relativo do Estado nessa participação é que esse crescimento da participação na produção ocorreu no momento de enorme aumento do preço do petróleo nos mercados internacionais.

No caso do Equador, diferentemente dos países latino-americanos que dependem da exportação de matérias-primas do latifúndio<sup>217</sup>, ao reconquistar o acesso à riqueza nacional produzida pelo petróleo, o governo não cede em favor de uma classe detentora dos recursos petrolíferos, porque essa classe que recolhe a riqueza da exportação petrolífera ou é próprio Estado ou é a classe dominante dos países desenvolvidos. Ademais ao não ceder em favor da oligarquia petrolífera (grupos que dominavam o aparelho estatal e as classes dominantes dos países centrais), o governo de Rafael Correa nega-lhes facilidades e incentivos e atua em favor de seu projeto de “Revolución Ciudadana”.

Entretanto, vale observar que, a despeito dos enormes ganhos desta renegociação (nacionalização), não se pode cair no falso engano de apostar as fichas na nacionalização como uma suficiente para garantir um desenvolvimento autônomo, ainda que ela seja condição necessária como base de uma estratégia de desenvolvimento. Obviamente as nacionalizações implicam em aumento da estatização. O grande problema é que:

a realidade é que o nacionalismo inspirado na hipótese de um capitalismo nacional pouco resiste ao dinamismo da economia internacional, à torrente da superioridade tecnológica, financeira, política, militar e ideológica das sociedades metropolitanas (Ianni, 1988, p. 223).

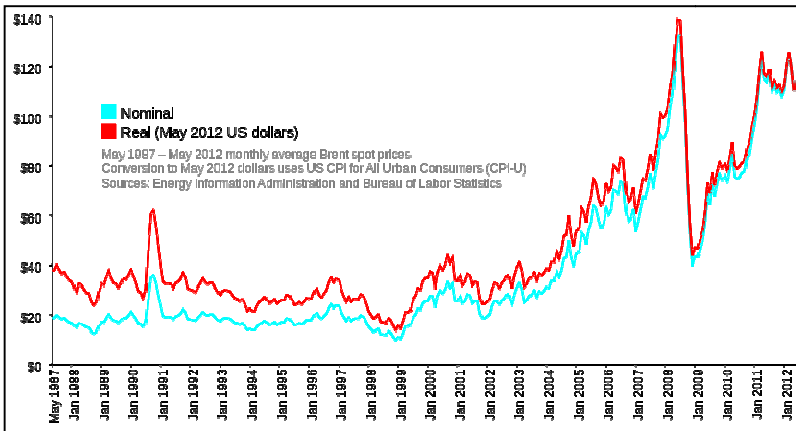
---

<sup>217</sup> “As grandes fazendas para exportação”. Tratado assim, se indica que: i) a natureza da exploração do petróleo pelas classes nacionais e metropolitanas não cria uma burguesia “diversificada”, pois o setor de exploração de petróleo estava quase que totalmente controlado, desde sua prospecção, pelos gigantescos conglomerados do petróleo estadunidense e; ii) a grande fazenda para exportação cria uma série de atividade (produtivas e financeiras) atreladas ao monocultivo realizado, ademais da conexão do grupo de grandes latifundiários locais e os compradores metropolitano e, entre eles, outros setores burgueses e médios que cuidavam do transporte, da venda futura, etc. Com isso, se quer chegar ao ponto de que no Equador, a monoexploração petrolífera não gerou diversificação das atividades e tampouco um grande grupo de oligarquias que controlam esse setor. Ademais, a grande disputa é em torno do controle do Estado, pois a classe dominante que controlar o Estado, controlará os direitos sobre as regalias do petróleo. Portanto, ainda que o rompimento com a oligarquia petrolífera não ocorra em uma ordem pacífica, certamente é menos conflituoso do que o rompimento em países que dependem da grande fazenda de exportação como em países com o Brasil, a Argentina, o Uruguai, a Colômbia, o Paraguai.

De qualquer modo, vale notar que no período 2003-2006 o petróleo acumulou elevação de preços superior a 150% (Filgueiras; Gonçalves, p. 41-42), que são afetados por diversos fatores, como a pressão de demanda (EUA e China); conflito na Rússia; guerra no Iraque; sabotagem na Venezuela e na Nigéria; risco de sabotagem na Arábia Saudita; apreciação do dólar; especulação; estoques baixos nos países consumidores; baixa capacidade ociosa; atuação da OPEP – à qual o Equador confirmou o seu retorno em novembro de 2007<sup>218</sup>; e catástrofes naturais.

Contudo, nesse período prévio (2002-2006) à gestão de Rafael Correa, em que pese o bom desempenho do preço do barril de petróleo, não se observou uma distribuição dos ingressos provenientes desta renda nem uma política externa que virtualmente trabalhasse por ampliar os espaços e credenciais de autonomia. Essa inércia e dependência se devem, sobretudo, pela manutenção dos tipos de contratos internacionais (contratos de participação) que permitiam que as empresas que exploravam o petróleo equatoriano ficassem com 85% dos recursos, enquanto o governo se apropriaria de apenas 15%.

Gráfico 15. Preço do Barril de Óleo Brent



Fonte: Oilenergy.com

<sup>218</sup> Depois de quinze anos de ausência na OPEP – em 18 de setembro de 1992, o então presidente Sixto Durán-Bellén anunciou a retirada do Equador desta organização –, no dia 18 de novembro de 2007, o presidente Rafael Correa confirmou o retorno do Equador a esta instituição, na Terceira Conferência da OPEP, realizada em Riad. Ver em: El País, 2007, disponível em: [http://economia.elpais.com/economia/2007/11/18/actualidad/1195374774\\_850215.html](http://economia.elpais.com/economia/2007/11/18/actualidad/1195374774_850215.html).

Portanto, durante muitos anos os recursos provenientes da extração de petróleo eram levados, em sua grande maioria, pelas empresas transnacionais. De maneira que, mesmo quando o preço do petróleo subiu, a partir de 2003, os contratos petrolíferos (de participação<sup>219</sup>) estabeleciam condições totalmente desvantajosas para o Equador. Já na direção do Ministério de Economia e Finanças, Rafael Correa colocou em ação o questionamento<sup>220</sup> deste tipo de contrato, inclusive apontando necessidade de reformular os contratos que estavam em vigor.

Para além da Agenda Econômica e do Plano Nacional de Desenvolvimento<sup>221</sup> preparados pelo Executivo, que pressuporiam transformações na agricultura, indústria, geração de energias renováveis, se observa o assentamento sobre um modelo econômico que, no curto prazo, busca a reativação produtiva e a redistribuição da renda mediante a utilização da renda proveniente dos momentos de alta cotação internacional do barril de petróleo.

---

<sup>219</sup> Há dois tipos de contrato: o contrato de prestação de serviços e o contrato de participação. No contrato de prestação de serviços, determinada empresa tem tecnologia, recursos, capital, pessoal, etc, ou seja, tem experiência em temas petrolíferos e quem a contrata não o tem, de maneira que o acordo é feito sobre os seguintes termos: a empresa extrai o petróleo e o Estado paga determinada quantidade de dinheiro por cada barril de petróleo sacado. Este é o contrato de prestação de serviços, uma empresa presta um serviço e o contratante paga pelo serviço em função dos custos e a empresa tem uma razoável lucratividade. Por sua vez, os contratos de participação, usados no Equador, determina que as empresas transnacionais participem do petróleo que se extrai. De maneira que, no caso examinado, o aumento do preço do petróleo era levado pelas empresas internacionais, em virtude da apropriação de 85% do petróleo extraído e o Estado apenas com 15% (HARNECKER, 2012, p. 12).

<sup>220</sup> Correa havia proposto a reforma da Lei Petrolífera durante o período em que foi ministro de Economia e Finanças e, justamente pela preposição desta medida, ele não durou muito no cargo, e o presidente Palacio teve que substituí-lo porque estava começando a redirecionar o formando do governo no tema econômico.

<sup>221</sup> Ver SENPLADES, 2009, p. 102-104, na qual o governo de Rafael Correa define a tese de desenvolvimento do Equador: “Esta estrategia tiene por objetivo iniciar un proceso de transformación del patrón de especialización de la economía que permite superar el modo de acumulación primario-extractivista-exportador [...] La alternativa por contraposición, es un patrón de especialización enfocado en la producción secundaria y terciaria, generador y agregador de valor, que desarrolle el mercado interno sin dejar de aprovechar las ventajas del comercio exterior”.

Portanto, se pode afirmar que é muito tímida a superação da velho-nova divisão internacional do trabalho, o que também é explicado pela manutenção dos privilégios da banca financeira nacional, que desafiada nos primeiros anos do governo Rafael Correa pela ideia de “renegociação soberana” da dívida externo-interna, agora se acomoda sobre a tese da “renegociação amistosa”.

Nesse sentido, é importante observar o que, a sua época, o economista e professor Rafael Correa (2004) apresentava sobre a ideia de crescimento a médio e curto prazos:

[...] para su crecimiento en el mediano y largo plazo, Ecuador sigue apostando prácticamente en forma total a los altos precios del petróleo y a incorporar nueva producción petrolera, factores externos que, además de incrementar la vulnerabilidad de la economía, tienen un efecto tan solo marginal en cuanto a bienestar y generación de empleo.

Entretanto, apesar da defesa teórica da não dependência da renda petrolífera, se observa a manutenção dessa dinâmica no governo Correa. O problema se agrava quando o país começa a perder ingressos pela queda da demanda e preços de seus produtos primários de exportação<sup>222</sup>. Conforme mostra o gráfico 15, o preço do barril caiu de mais 120 dólares em junho de 2008 para 30 em meados de 2010. Assim, por mais que hajam avanços em várias áreas, ainda mantém-se a internacionalização dos fatores e das condições de funcionamento e expansão do capitalismo nacional, aumentando a dependência e limitando a autonomia de planejamento estatal e da política externa como ferramenta deste projeto nacional.

Além disso, é preciso levar em conta que, em janeiro de 2007, quando o Rafael Correa assumiu a presidência do Equador, a taxa de produção nacional era de 530 mil barris diários, com reservas comprovadas de 4,1 bilhões de barris e; no ano de 2012, a produção caiu a 504 mil barris diários, o que significa uma perda diária na casa de 30 mil barris de petróleo, equivalente a 10,9 milhões de barris anuais, que a um preço de 80 USD/BL, representa USD 872 milhões a menos a cada ano. As reservas comprovadas remanescentes em dezembro de 2010 foram

---

<sup>222</sup> A tendência a baixa das vendas se estendeu a outros importantes setores da economia primário-exportadora (banana, camarão, flores, cacau, atum), com os referidos impactos sobre o emprego e a entrada de divisas.



de 3,538 milhões de barris. Após apresentar estes dados, conclui Fernando Villavicencio:

En los seis años de revolución ciudadana [hasta diciembre de 2012] se habrá extraído alrededor de 1,007 millones de barriles, que a un precio promedio de USD 80 el barril, representa la cifra aproximada de USD 80 mil millones. Mientras tanto, el gobierno se ha conformado con restituir volúmenes insignificantes del petróleo consumido [...] Si al total nacional de reservas probadas (3.178 millones) restamos mil millones de barriles, correspondientes al ITT y al bloque 31, sobre las cuales pesa una prohibición constitucional de explotación [...] tenemos reservas probadas disponibles de 2.178 millones de barriles, que con una tasa de producción de 500 mil barriles diarios, **proyecta un horizonte petrolero de apenas 12 años** (2013, pp.38-39, grifo nosso).

Portanto, o desafio do novo governo de Rafael Correa, que se iniciou em fevereiro de 2013, é o de transformar e dinamizar o seu setor produtivo, de maneira que permite à economia equatoriana e ao projeto de Economia Política de Aliança País desviar da trajetória ascendente rumo à dependência da estratégia produtiva primário-exportadora, o que significa, nas palavras de BÁEZ (2010, p. 220),

[...] avanzar a una fase superior del neoliberalismo – también reconocida como neoinstitucionalismo-, [...] que constituiría, en la práctica, un retroceso al modelo económico/político de dominación que implantara en estas tierras la Corona española en su primera fase de colonización de estas tierras.

A existência de um pacto entre a burguesia petroleira nacional-internacional e a burguesia industrial equatoriana não exclui, de nenhum modo, o conflito de interesses no interior da coalizão dominante. É, sobretudo, nas divergências sobre políticas cambiais e de créditos, apropriação do excedente gerado no setor exportador, tentativa de assegurar o desenvolvimento dos setores básico que provocam uma “**política superficial**”, que desestabilizam as próprias bases do poder. Conforme aponta Marini (2012, p. 57):

Essas tensões resultavam, em última instância, dos movimentos do polo econômico vinculado ao

mercado interno, em sua progressiva busca por se libertar da dependência do polo externo e interno.

Com relação à atuação do Investimento Externo Direito (IED)<sup>223</sup>, importa mencionar que desde a chegada ao poder de Rafael Correa e, principalmente, após a auditoria da dívida pública em 2008, vem ocorrendo uma crescente diminuição da entrada desses investimentos e, em contrapartida ao que pregava a ortodoxia econômica, o crescimento econômico equatoriano não foi afetado por esse fator.

De maneira que é possível afirmar que o país diminuiu sua dependência externa (do capital financeiro e produtivo) e passou a buscar formas alternativas de manter o investimento estatal, que vem possibilitando, aumentar o grau de autonomia em matéria de decisões econômicas e na busca de novos parceiros no Sistema Internacional e no plano doméstico, o que de certa maneira, confirma a tese do avanço a um determinado capitalismo nacional autônomo.

Entretanto, aumentar o grau de autonomia em política externa e consolidar a participação do Estado na economia pode ser, também, um meio mais eficaz para garantir os compromissos econômicos internacionais e os nacionais que levaram o grupo político ao poder<sup>224</sup>, ou seja, a retomada do poder do Estado para intervir pode se organizar segundo os interesses dominantes no sistema capitalista como um todo, como ocorreu no auge do processo de substituição de importações em toda América Latina (Ianni, 1988).

Neste sentido é importante observar os grupos econômicos<sup>225</sup> consolidados no programa da Revolução Cidadã da gestão do presidente

---

<sup>223</sup> Em 2002 o Equador atraiu 1,53% do IED do continente; em 2011 recebeu apenas 0,34%, ficando no posto número 18. Como porcentagem do PIB, o IED do Equador vem perdendo peso: passou de 3,17% do PIB em 2002 à 0,29% em 2011 (Mayoral, 2012, p. 251).

<sup>224</sup> Segundo Ianni (1988, p. 224): “O paradoxo está em que o fortalecimento do Estado, enquanto instituição econômica – além de social, política e cultural – desenvolve a subordinação do subsistema econômica nacional às forças predominantes na economia internacional”.

<sup>225</sup> Segundo Quezada (2012), para contrapor os subsídios e benefícios dado a determinados grupos empresariais, fundamentais para o programa político do presidente Rafael Correa – de desenvolver a indústria nacional e o mercado interno – o governo tem atuado a partir da Política de Subsídios, cujo eixo central é a o assistencialismo baseado no “Bono de Desarrollo Humano” e sua ampliação e aumento, com a finalidade de evitar qualquer tipo de descontenta-

Rafael Correa Delgado. Observar estes novos grupos é fundamental para entender a correlação de forças de classes e o modelo de acumulação que a Revolução Cidadã vem legando ao Equador:

El modelo de acumulación no lo hemos podido cambiar drásticamente. Básicamente estamos haciendo mejor las cosas con el mismo modelo de acumulación, antes que cambiarlo, porque no es nuestro deseo perjudicar a los ricos, pero sí es nuestra intención tener una sociedad más justa y equitativa [...] **el sistema financiero es fundamental para la actividad económica, y no porque la maneja, sino porque encauza la riqueza generada para la sociedad** (Rafael Correa *apud* Quezada, 2012, p. 288).

Portanto, nas próprias palavras de “accountability” do presidente Rafael Correa, observa-se o reconhecimento da não superação do modelo de acumulação vigente no Equador anterior ao seu governo, mas a sua reformulação, sob a égide da diminuição da pobreza, da recuperação da soberania e da reativação de atividades econômicas que permitam uma maior divisão e apropriação social e coletiva do trabalho. Nesse sentido, importa avaliar as novas atividades econômicas surgidas na esteira da gestão da Aliança País:

[...] se han consolidado 28 nuevo grupos económicos<sup>226</sup>, desplazando su eje de influencia de la sierra a la costa ecuatoriana [...] los ingresos de los grupos económicos han pasado de USD 9.300 millones a USD 25.400 millones en el 2010, aumentando significamente su peso en la economía desde un 32% en 2003 a casi un 44% en 2010. Durante el gobierno actual, el poder económico de estos grupos creció cinco puntos porcentuales. Las utilidades de los grupos económicos habrían pasado de USD 529 millones en 2006 a USD

---

mento que possa provocar um conflito social-popular contra o governo de Correa Delgado.

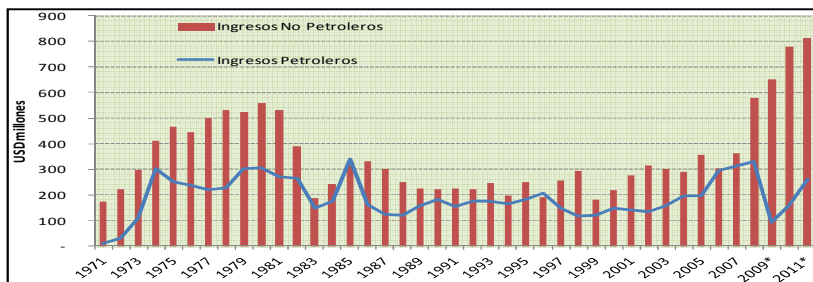
Para se entender melhor o avanço dos principais grupos econômicos do país (75 grupos e aproximadamente 3.080 empresas), importa observar que em 2003 esses grupos representavam a renda de 32,5% do PIB; em 2010 representavam 44%, empregando 24,4% da população ocupada no Equador, segundo o Censo Nacional Econômico 2010.

<sup>226</sup> Ver grupos econômicos e seus detalhes em Quezada (2012, pp. 294-305).

1.830,4 millones en 2010 [...] **la banca privada, en el año 2011, reportó que sus utilidades fueron de 393 millones de dólares** (Quezada, 2012, pp. 288-289, grifo nosso).

A justificativa do governo de Rafael Correa é de que mais atividades econômicas significa mais geração de empregos, mais arrecadação de impostos<sup>227</sup>, mais autonomia frente a crises internacionais e uma dependência cada vez menor da arrecadação estatal com relação à arrecadação petroleira, ou seja, o Estado ampliando sua capacidade de apropriar-se do excedente econômico nacional. Ademais, os gestores da política econômica de Rafael Correa parecem defender a tese de que os investimentos governamentais criam as economias externas indispensáveis à instalação e ao crescimento do setor privado da economia, para tanto, é preciso fortalecer a arrecadação estatal, conforme se observa no gráfico a seguir:

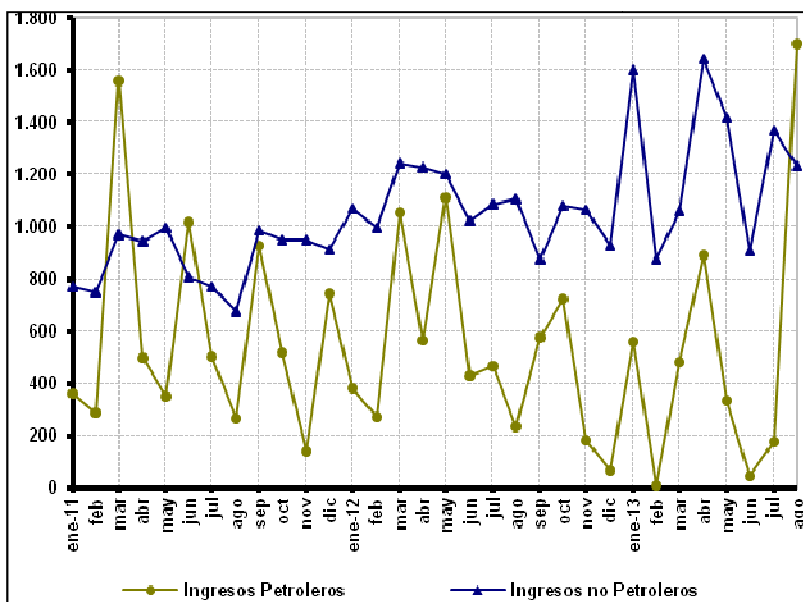
Gráfico 16. Arrecadação do Governo Central 1971-2011  
(em milhões de dólares)



Fonte: Ministério das Finanças do Equador

Gráfico 17. Arrecadação do governo central do Equador (2011-2013)  
(em milhões de dólares)

<sup>227</sup> Ampliação do Serviço de Renda Interna (SRI), que apenas atuava sobre o Imposto ao Valor Agregado (IVA) ao imposto sobre a renda, com ênfase nos chamados grupos econômicos. De modo que, houve uma ampliação da pressão tributária, não apenas pela criação de novos impostos, como o Imposto sobre a Saída de Dívida – atualmente em 5% - ou pelo aumento de taxas, mas pela implementação de mecanismos adicionais, como a antecipação tributária (Paredes, 2012, p. 135).



Fonte: BCE, Boletim 1941 – Novembro/2013.

Contudo, a análise da história do subdesenvolvimento latino-americano revela que a forma pela qual o Estado tem participado do processo econômico na periferia se articula no sentido de transferir para a coletividade os custos daqueles investimentos em favor do setor privado. O Estado se agiganta de tal maneira que se justifica o discurso de socializar os custos do capital social indispensável ao funcionamento e à prosperidade do capital privado nacional e estrangeiro<sup>228</sup>. Ademais deste ponto, não se pode deixar de observar o lado da moeda que trata sobre os custos humanos e ambientais que o elogio cego a este modelo pode esconder, conforme revela o dado sobre o salário básico e o custo de vida no Equador:

El salario básico está en 292 dólares mensuales [para el 2014 estará en el 340 dólares<sup>229</sup>], y la ca-

<sup>228</sup> “O investimento e a empresa públicos, no Estado capitalista, cobrem com recursos do povo, extraído dos contribuintes, os custos sociais dos negócios do capitalista privado, propiciando à empresa capitalista privada economias externas e fonte de lucros crescentes” (Oscar Lange *apud* Ianni, 1988, p. 118).

<sup>229</sup> Ver El Diálogo, 2014. Disponível em: < <http://www.eldiario.ec/temas/sueldo-basico-ecuador/>>.

nasta básica sobrepasa los **550 dólares mensuales**, quedando muy distante todavía lo dispuesto en la transitoria Vigésimoquinta de la Constitución Política del Estado aprobada en el 2008 y que es la columna vertebral de este gobierno autodenominado de la ‘revolución ciudadana’ (Quezada, 2012, p. 290).

Vale destacar que se a análise levantada acima toma o salário individual e a comparação com o custo da cesta básica. Por sua vez, se tomada em conta a renda familiar mensal e o salário digno<sup>230</sup> (hoje de 397 dólares) vigentes no Equador e observando o aumento anunciado para 2014 do salário mínimo para 340 dólares, se conclui neste ano, a renda familiar cobrirá 104% da cesta básica familiar, o que significa, um salário mínimo maior do que o praticado no Brasil, Colômbia e Peru (Hoy, 2013).

As questões relacionadas com relação ao privilégio de grandes grupos econômicos se dão em duas vias: i) não alteração da distribuição da terra (reforma agrária); ii) reduzidos avanços no aumento da renda dos trabalhadores (produção e apropriação da mais-valia) e; iii) busca de apoio popular ao programa de política externa.

Com relação à distribuição das terras e levando em conta a dependência da entrada de dólares via exportação, sobretudo, em uma economia dolarizada como é o Equador atualmente, é que se percebe a dificuldade prática do governo de enfrentar as oligarquias latifundiárias e levar adiante um verdadeiro programa de reforma agrária:

La revolución agraria no avanza lo más mínimo. Cifras del INEC – Instituto Nacional de Estadística y Censos – permiten ver que el 5% de propietarios concentran el 52% de tierras agrícolas. El 60% de pequeños propietarios disponen apenas del 6,4% de las tierras [...] el 88% de los regantes-minifundistas disponen de entre el 6% y el 20% de los caudales totales de agua disponibles, mientras que el 1% a 4% del número de regantes-hacendados dispone de 50% a 60% de dichos caudales [...] el 47,7% de pequeños propietarios poseen el 2,04% de la tierra de uso agrícola y el

---

<sup>230</sup> Para efeito de comparação, o cálculo do salário dignidade é equiparado ao cálculo que o DIEESE faz periodicamente no Brasil, sobre o salário mínimo necessário, que considera um salário mínimo capaz de atender às necessidades básicas do trabalhador e de sua família.

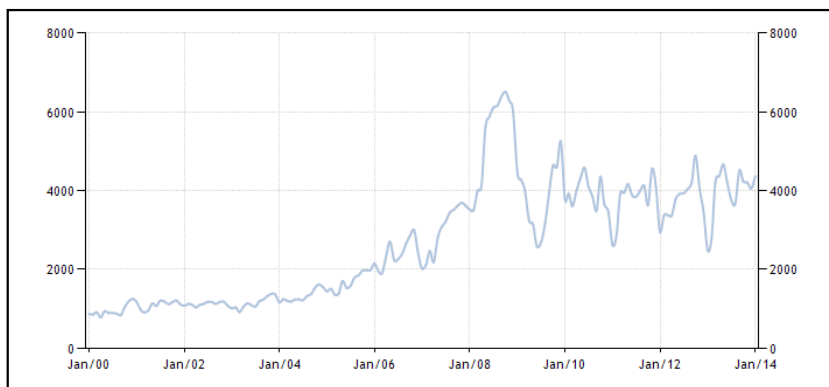
3,32% de grandes propietarios acapara el 42,57% de la tierra de uso agrícola (Quezada, 2012, p. 293).

No âmbito das propostas levantadas por Rafael Correa para romper com a vulnerabilidade externa equatoriana (ver gráfico 18), que seria materializado através do desenvolvimento de uma indústria nacional capaz de reduzir a dependência das exportações petrolíferas, deve-se mencionar a importância que tem (e terá cada vez mais) o necessário aumento das transferências de capital do setor exportador e instaurar barreiras alfandegárias que defendam o mercado nacional, que passam, tanto pelo enfrentamento do capital financeiro internacional (a dívida pública), quanto pelo enfrentamento dos mecanismos de expropriação da riqueza nacional (envio de lucros, *royalties*, etc) <sup>231</sup>.

Gráfico 18. Evolução das reservas internacionais do Equador (2000-2014)  
(em milhões de dólares)

---

<sup>231</sup> Um importante componente da avaliação da vulnerabilidade externa do trabalho de Reinaldo Gonçalves e Luiz Filgueiras (2007) – embora não seja o trabalho que aqui pretendamos realizar – é o nível das reservas internacionais de livre disponibilidade: no caso do Equador, a acumulação e elevação das reservas, em virtude do rápido incremento do preço do petróleo entre fins de 2007 e metade 2008 foi importante para se alcançar o nível de 6,5 bilhões de dólares (mais de 10% do PIB) – em setembro de 2008. Essas reservas, de origem 90% de entidades públicas foram essenciais para manter a própria autônoma equatoriana no período de queda do preço do petróleo e crise financeira internacional de 2008-2009 ( a reserva caiu a 2,5 bilhões de dólares). Atualmente o governo está recompondo as reservas internacionais, que neste momento - janeiro de 2014 – estão em 4,3 bilhões de dólares (Ver em: <http://es.tradingeconomics.com/ecuador/foreign-exchange-reserves>).



Fonte: BCE.

Portanto, o plano da recuperação do planejamento e execução em termos de Economia Política nacional (o Equador tem o gasto público mais elevado do continente atualmente), tem consequências diretas para a política externa equatoriana, pois, se tem observado o trabalho em contrabalancear a influência<sup>232</sup> de atores estrangeiros no planejamento desta política pública, sobretudo no que diz respeito à inserção econômica internacional equatoriana. Entretanto, só pode haver inserção internacional autônoma e independente na medida em que há certa soberania monetária nacional e a expansão das bases econômicas, monetárias, financeiras e fiscais da nação. Observando isto, é que se tratará do tema da dolarização e da soberania monetária no próximo tópico.

<sup>232</sup> Uno de los puntos principales de cambio habría sido el redescubrimiento de la conexión entre retorno del Estado y soberanía [...] Tras años de intromisión por parte de instituciones financieras internacionales, se propuso la recuperación de la soberanía. En el Ecuador, la soberanía ha pasado a ocupar un espacio preponderante en la articulación del discurso de la llamada ‘Revolución Ciudadana’ (LÓPEZ A, 2010, p. 15).



### 3.3 Soberania Monetária: caracterizando e discutindo a dolarização da economia equatoriana

*Com a dolarização se quer chegar a uma fase superior do modelo neoliberal, inspirando no Consenso de Washington. Ela não muda o rumo. Acelera o passo.*  
(Alberto Acosta, 2006, p. 241)

Sabe-se que a dolarização provoca a inibição das funções de emissão monetária das moedas nacionais, o que gera falta de efetividade da política monetária, enquanto função de reguladora dos Estados nacionais. Dolarizar a economia nacional significa, de qualquer modo, tornar a economia dependente do que aconteça ao dólar e da política que o FED aplique em virtude dos interesses da nação estadunidense. A dolarização, resumidamente, transforma o país que o adotou em uma colônia ou satélite e coparticipe dos objetivos e política monetária estadunidense.

Com o presidente Jamil Mahuad Witt (1998-2000) houve uma série de compromissos firmados com a banca nacional e internacional. O esquema rentista<sup>233</sup> que funcionava na economia equatoriana desde início da década dos noventa gerou uma das piores crises econômicas da história do país, cujo ápice do agravamento foi a imposição da dolarização oficial da economia nacional equatoriana, desde o dia 9 de janeiro de 2000. Com a dolarização plena da economia, o Equador foi o primeiro país da América Latina que sacrificou oficialmente sua moeda nacional e introduziu uma moeda estrangeira como recurso legal completo. O objetivo foi que:

Com a dolarização, um ingresso significativo de capitais tende a aumentar internamente o crédito e a demanda, promovendo a atividade econômica e incrementando os passivos externos. Por outro la-

---

<sup>233</sup> Com o esquema rentista, se pretende mostrar que, em diversos esquemas de política monetária vigente (câmbios fixos; desvalorizações, minidesvalorizações programadas; âncora cambial; banda cambial; esquema de câmbio flutuante controlado e livre; liberalização cambial; etc), a classe dona do capital (os banqueiros) sempre tiveram o aporte estatal para garantir a manutenção de suas regalias e lucros. A última estratégia, dentro da lógica neoliberal, foi a eliminação da moeda nacional: o Sucre. Desta forma, segundo Alberto Acosta (2006, p. 227): “Con la dolarización oficial de la economía será cada vez más urgente recuperar la capacidad de gestión fiscal – ingreso y gasto –, pues ese es uno de los pocos instrumentos disponibles para incidir en la economía”.

do, diante de um déficit em conta corrente, ou uma evasão de capitais, a defesa da dolarização implica a elevação da taxa de juros, e portanto a consequente redução da atividade econômica, para conter a saída de capitais e contrair as importações (Acosta, 2006, p. 227, tradução nossa).

No início dos anos 2000, o governo equatoriano de Jamil Mahuad (e de seu vice-presidente que assume a presidência após a rebelião de indígenas e militar no dia 22 de janeiro de 2000) decidiu dolarizar a economia como um recurso de última instância para manter-se politicamente no poder.

A medida necessária para assumir o dólar como moeda nacional passou pela macrodesvalorização (a maior até ali realizada) da então moeda nacional, o Sucre. Em janeiro de 1999 a taxa de câmbio do dólar estava na casa de cinco mil sucres, durante a crise bancária (monetária) a cotação alcançou um pico máximo de 18 mil sucres por dólar. Entretanto, para entrar à dolarização o governo incrementou essa cotação a 25 mil sucres por cada dólar e com essa equivalência entrou no esquema da dolarização econômica:

Nunca na história recente do Equador se havia produzido uma macrodesvalorização de tal magnitude, nem nos instantes mais radicais do neoliberalismo. Um fenômeno dessa magnitude tinha como objetivo a destruição da moeda nacional e colocar o contador econômico a zero para a economia equatoriana (Dávalos, 2012, p. 110, tradução nossa).

Por outro lado, essa estratégia é uma maneira de jogar o fardo dos compromissos financeiros da elite equatoriana para a maioria da população (classes populares e classe média), como por exemplo, demonstra o nível do salário mínimo resultante desta macrodesvalorização, que passou a valer quatro dólares. O próprio sistema de preços interno colapsou, assim como o aumento da pobreza e uma crise generalizada. A renda nacional equatoriana caiu cerca de 30%, com uma quebra massiva de indústria, restrição do comércio e empobrecimento, inclusive da classe média. Neste sentido, a dolarização, conforme aponta Alberto Acosta (2006, p. 240):

Respondió a la dinámica de los intereses políticos hegemónicos y a la lógica del capital a escala internacional, en estrecha vinculación con gran par-

te de los grupos dominantes del Ecuador. Fue más el resultado de decisiones y angustias políticas que la consecuencia de reflexiones técnicas.

O programa que levou à dolarização da economia equatoriana começou em agosto de 1999. Para entendê-lo, é preciso ir além do plano da necessária compreensão das razões internas, e também entender os interesses estadunidenses e dos organismos multilaterais. Essa observação remonta ao exame do próprio plano de ajuste econômico via dolarização da economia equatoriana, que foi apoiado pelo FMI e pelo Departamento de Tesouro dos EUA. Influenciado por estes interesses, o presidente Jamil Mahuad decide declarar a moratória da dívida externa equatoriana, tão logo haver reajustado repetidamente a economia para tentar manter o pagamento do serviço da dívida, mesmo em detrimento dos serviços públicos de saúde e segurança nacionais:

desta forma, acaba-se caindo num círculo vicioso: as políticas de austeridade vêm acompanhadas por grandes desvalorizações. A taxa de câmbio real diminui, traduzindo-se por um aumento dos custos (importações e encargos financeiros) e por uma tendência à diminuição dos encargos salariais e/ou à aceleração da alta dos preços, tudo isto dentro de um contexto geral de diminuição do ritmo de crescimento e mesmo de queda da produção. A alta de preços e sua aceleração redundam em novas desvalorizações que acabam reproduzindo este ciclo e completando esta conexão. O circuito 1 (empréstimos das empresas/depósitos de divisas no Estado) leva ao circuito 2 (desvalorização cambial/financeirização/inflação elevada/desvalorização cambial). (SALAMA, 1989, p. 73)

Nesse sentido, dentro do marco de um capitalismo dependente, os compromissos econômicos internacionais do Equador, e por consequência a sua Política Externa mantém estreita conexão com a vida doméstica (no caso aqui mencionado, com a dolarização da economia equatoriana), uma vez que o mecanismo da superexploração do trabalhador é aumentado e colocado em prática para o “bem-estar” das finan-

ças nacionais e isto, não somente pela pressão em níveis salariais<sup>234</sup>, mas

[...] sobretudo pela maior exploração da força física do trabalhador, em contraposição à exploração resultante do aumento da sua produtividade, e tende normalmente a exprimir-se no fato de a força de trabalho se remunerar abaixo do seu valor real (MARINI, 1976, p. 69).

Desta maneira, é que se observa uma política externa subalterna<sup>235</sup> aos interesses internacionais e nacionais privados, como se observa, por exemplo, quando se busca os responsáveis pelo ajuste financeiro de janeiro de 2000, que, nos sucessivos governos, constituem-se, basicamente, pelos burocratas dos organismos multilaterais, que se transformam em verdadeiros gestores da política econômica equatoriana, chegando a tal ponto, que seu poder e sua crescente influência, à margem de qualquer controle democrático, são indiscutíveis, segundo o professor Alberto Acosta (2006, p. 166):

El poder del FMI no radica en el monto de sus créditos, cuanto en su posición de acreedor preferido en la medida que sus acreencias se atienden en forma prioritaria; en sus condiciones crediticias determinantes en el manejo económico de los países deudores; y, en su capacidad para movilizar recursos de otras fuentes en el caso de los buenos discípulos de sus políticas. Sin el visto bueno de FMI, por ejemplo, **no se accede al Club de París, tampoco es posible avanzar en conversaciones con los acreedores privados**, ni se puede conseguir préstamos del BIRD o del BID (grifo nosso).

---

<sup>234</sup> “[...] al inicio del siglo XXI, el 64,6% de los trabajadores recibía menos de 1,5 salarios mínimos vitales al mes; el 20,4% ganaba entre 1,5 y 5 salarios y solo el 3% obtenía más de 5 salarios (un salario mínimo vital equivale a 117,6 dólares). Así, una familia, con 1,6 personas aportando para el ingreso familiar, recibía un ingreso de 201 dólares en julio del 2001, apenas cubría un 69% de la canasta básica” (Acosta, 2006, p. 197).

<sup>235</sup> Segundo Batista (2000) a economia do Equador ao dolarizar-se, acabou por desnacionalizar seu sistema financeiro, e facilitar a transferência das receitas econômicas para o tesouro dos EUA, ademais de aceitar com cumplicidade oscilar nas flutuações da política monetária estadunidense, transformando-se em um satélite monetário.

Percebe-se que as contínuas pressões dos grupos de poder, partidários políticos e econômicos dos ajustes estruturais e setoriais, realizados sob a tutela do FMI e do Banco Mundial são seguidas também de queixosas querências de intervenção (paternalismo estatal<sup>236</sup>) em favor do capital, o que, ao contrário do que a falta ortodoxia econômica prega, não se constitui em nenhuma contradição do funcionamento do sistema capitalista em geral, e tampouco em específico nas economias dependentes latino-americanas.

Esse comportamento, que na política externa se exerce através de uma submissão incansável aos ditames e “Cartas de Intenção” dos organismos multilaterais, explica o caráter rentista dos grupos dominantes, que interessados em privatizar e aumentar suas receitas, que advogavam pela aceitação dos compromissos impostos por Washington. Contudo, esses mesmos grupos jamais defendem uma verdadeira modernização do Estado, que através de reformas faça funcionar verdadeiramente um mercado competitivo (Acosta, 2006).

De tal maneira, é que a lógica rentista<sup>237</sup> é a lógica predominante nas relações econômicas e políticas do Equador, desde 1980 à 2006.

---

<sup>236</sup> De encontro com o discurso de livre mercado, não faltaram intervenções do Estado a favor de bancos em situação crítica, como demonstra o salvamento do Banco Continental, durante o governo de Durán Ballén. Do mesmo modo, observa-se a relação de classes econômicas e poder político, quando analisado os presidentes da República do Equador, que chegaram ao poder político a partir do financiamento direto de oligarquias financeiras, às quais eles se submeteram após as eleições. Em 1998, os banqueiros (na pessoa de Aspiazu, dono da empresa Emelec) financiaram 27% da campanha de Jamil Mahuad. Ademais dos recolhimentos de campanha, a vinculação bancária se evidencia nas designações dos postos de governo de Mahuad: Guillermo Lasso (representante do Banco de Guayaquil, como ministro da economia); Álvaro Guerrero (representante do Banco La Previsora como presidente da CONAM); Medardo Cevallos Balda (representante do Bancomex como embaixador no México), etc. Mais detalhes em: Acosta, 2006, p. 212.

<sup>237</sup> Após as intervenções do Estado para salvar a banca privada nacional, durante os anos noventa, tem-se a seguinte situação no início do século XXI: “El Estado controla por esta vía el 70% del patrimonio y el 60% de los activos de la banca. El salvataje represento solo en el año 1999 casi el 30% del PIB, una de las mayores cifras registradas a nivel mundial en este tipo de operaciones: 15% en el Sudeste Asiático entre 1995 y 1997, mientras que el promedio de América Latina fue de 8,3%. He aquí una de las explicaciones del aumento de la pobreza y la miseria, pues el peso del salvataje se cargó a la sociedad, mientras la mayoría de banqueros ponía a buen recaudo sus propiedades y sus inversiones. **En**

Assim, o comportamento prático desta tendência é observado através dos grupos de poder e dos partidos políticos que imperam neste período, que a despeito que exercerem posição de domínio, tem uma grande dificuldade de exercer hegemonia, pelas próprias contradições.

Portanto, o processo de ajuste e aplicação das medidas neoliberais nos anos 1980, 1990 criou um conflito de dimensão latino-americana, no geral, e especialmente, no caso do Equador, de tormenta interminável, agravado pela presença e recrudescimento do peso secular do subdesenvolvimento, que no caso do Equador, aproveitou-se de condições etnográficas, geográficas, para ampliar a dependência econômica:

El comportamiento rentista de los inversionistas latinoamericanos tiene consecuencias sobre la gestión de la fuerza de trabajo: se desengancha de la evolución de los salarios reales y de la productividad del trabajo; la flexibilidad se acrecienta y la precariedad es más importante; el empleo productivo declina y aumenta la participación del empleo informal en el empleo total. No obstante, la hipótesis de que el origen de las ganancias está en el trabajo sigue siendo válida porque el capital se nutre del trabajo y hace que el desarrollo de las actividades financieras influya sobre el empleo, las remuneraciones y las formas de dominación en el trabajo (Salama, 2006, p. 120).

A elevação dos compromissos financeiros levou a que, a partir de 2001, já dentro do esquema de dolarização, o Equador financiou-se com cada vez mais dependência externa, através de: exportações petrolíferas, que aumentaram devido a demanda mundial resultante do crescimento da China e Índia; remessa dos trabalhadores no exterior; endividamento externo dos agentes privados, e inversões estrangeiras, por exemplo IED.

Entretanto, a “pegadinha” que uma economia dolarizada cria é que a sua fragilidade econômica é agravada pela dolarização, uma vez que as autoridades estatais não tem como imprimir moeda para financiar o déficit, já que não pode imprimir dólares americanos. Do mesmo modo, não tem como desvalorizar a moeda (prática realizada, por exemplo,

---

**este punto el salvataje del Filanbanco, que recibió más de 1.200 millones de dólares desde 1998 al 2001 – más del doble de lo que el Estado destinó para salud en el mismo período”** (Acosta, 2006, p. 214, grifo nosso).

pela China) para dar mais competitividade aos produtos do país e equilibrar as suas contas externas.

A consequência direta deste processo, no nível da necessidade constante de produzir gigantescos excedentes econômicos para compensar a economia dolarizada é a precarização do trabalho (ou seja, elevar a mais-valia relativa), além da própria e já praticada intensificação da jornada laboral, também se recorre à competição (transformação dos trabalhadores em prestadores de serviço) e à exigência formal de qualificação (daí a grande expansão das universidades privadas “diplomáticas”, fenômeno representativo principalmente no Brasil).

Portanto, com a abertura comercial e financeira dos anos noventa, a própria natureza dos produtos fabricados pela economia nacional intervém na definição da organização do trabalho e na chamada “flexibilidade laboral”. Em outras palavras, o sistema de abertura baseado na internacionalização da economia nacional às empresas estrangeiras, ao endividamento interno e externo, traz verdadeiras transformações para a organização da produção nacional: há uma diminuição do trabalho fixo (ocupação formal), o trabalhador se vê obrigado a ter “vários” tipos de trabalho de maneira a complementar seu salário, comprovando o raciocínio do professor Ruy Mauro Marini (1976, p. 71):

A maior exploração do trabalhador oferece duas alternativas: aumentar o tempo de trabalho excedente (modificando ou não a jornada de trabalhos), ou, sem alterar a jornada e os tempos de trabalho, elevar a intensidade do trabalho.

Nesse cenário da globalização financeira, ademais da superexploração do trabalhador (intensificação da produção de mais-valia – trata-se, portanto, da esfera produtiva), observa-se a realização plena (e aprofundamento) do mecanismo da troca desigual<sup>238</sup> (esfera da circulação do capital), no qual as nações subdesenvolvidas são obrigadas aceitar os termos de uma enganosa e falsa teoria ricardiana, na qual eles seriam beneficiados pela especialização primária, necessária para levar adiante o processo de industrialização interno e os recorrentes déficits na conta de capitais, por consequências do endividamento interno e externo. Desta maneira,

---

<sup>238</sup> Segundo Ruy Mauro Marini (1976, p. 28): “O efeito da troca desigual é – na medida em que põe obstáculos à sua plena satisfação – o de exacerbar esse afã de lucro e agudizar, portanto, os métodos de extração do trabalho excedente”.

as nações desfavorecidas pela troca desigual não procuram tanto corrigir o desequilíbrio entre os preços e o valor das suas mercadorias exportadas (o que implicaria um esforço redobrado para aumentar a capacidade produtiva do trabalho), mas antes compensar a perda de receitas geradas pelo comércio internacional, através do recurso a uma maior exploração do trabalhador (Marini, 1976, p. 25).

Portanto, dentro da lógica da globalização financeira, a mais-valia, ou numa linguagem mais acessível ao internacionalista, o lucro, é obtido através de uma maior/super exploração<sup>239</sup> (quantitativa e qualitativa) do trabalhador e não do incremento da capacidade produtiva nacional. Daí a recorrência ao mecanismo de alargamento da jornada de trabalho, do aumento da idade mínima de aposentadoria e, o mais importante, de forçar o trabalhador a reduzir seu consumo para além do seu limite normal (mais hora de trabalho para consumir a cesta básica; etc), “pelo qual o fundo necessário de consumo do operário converte-se de fato, dentro de certos limites, num fundo de acumulação de capital” (Marini, 1976, p. 27).

De tal maneira, que é possível afirmar que o subdesenvolvimento, com a dolarização chega a uma fase superior, dentro do modelo neoliberal. A dolarização se configura em uma ferramenta âncora para garantir a continuidade neoliberal, independentemente de quem governe o sonho tecnocrático da institucionalidade democrática. O dólar estadunidense substituiu a moeda nacional equatoriana (Batista, 2000).

De modo que, dentro do plano da soberania monetária econômica local, se pode afirmar que há uma perda tripla: da moeda enquanto reserva de valor, enquanto unidade de conta e enquanto meio de pagamento. E a nível real, a consequência da adoção de uma moeda estrangeira como a moeda nacional equatoriana sacrificou a política monetária e cambial, pilares fundamentais de qualquer programa de Economia Política (Acosta, 2006; Batista, 2000).

---

<sup>239</sup> Os três mecanismos identificados – a intensificação do trabalho, o prolongamento da jornada de trabalho e a expropriação de parte do trabalho necessário ao operário para refazer a sua força de trabalho – configuram um modo de produção fundado exclusivamente na maior exploração do trabalhador, e não no desenvolvimento da sua capacidade produtiva (Marini, 1976, p. 28).



Além dos custos políticos, há de se destacar que dolarização traz implicações adicionais<sup>240</sup> ao governo local. Há a perda da capacidade governamental de controlar de modo autônomo o estoque dos meios de pagamento. Tal controle permitiria lograr os objetivos de uma política monetária específica e, de modo geral, alcançar os objetivos de uma política econômica nacional. Daí a importância de um governo ser o responsável pela emissão de determinado papel (moeda/títulos).

No caso equatoriano, a dolarização significa, inevitavelmente, a perda de soberania monetária (em específica) e econômica (no geral), pois o governo acaba por definir seu programa de ação em torno à necessidade de divisas (que no limite é a moeda nacional) provenientes de operações do setor externo e de uma poupança nacional que vai depender da política monetária do país emissor daquela moeda, no caso, a depender da política monetária (contracionista ou expansionista) do FED<sup>241</sup>. Ademais, a dolarização, por si só

No asegura los equilibrios macroeconómicos, pues aún cuando con la rigidez cambiaria se consiga la estabilidad de precios, ésta por si sola no representa una real estabilidad macroeconómica [...] con la dolarización, una **entrada significativa de capitales** tiende a aumentar el crédito y la

---

<sup>240</sup> Conforme Batista (2000, p. 50): “a [implicação adicional] mais óbvia é a transferência ao exterior de receita de *seigniorage* (senhoriagem), isto é, de recursos que podem ser obtidos pelo Estado, a custo praticamente zero, com o monopólio da emissão de moeda fiduciária de curso legal dentro do território nacional”. A impressão de uma nota de US\$ 100, por exemplo, custa apenas US\$ 0,04. O governo dos EUA obtém cerca de US\$ 25 bilhões por ano em receitas de senhoriagem. Com a dolarização das economias de outros países, essas receitas crescem. Ou seja, os países que se dolarizam estão concedendo um empréstimo sem juros aos EUA, além de reduzir os ricos para os investimentos estadunidenses com relação às taxas futuras de câmbio.

<sup>241</sup> Neste caso, ainda é preciso mencionar que a adoção do dólar como moeda nacional equatoriana foi justificada pelas autoridades locais, como necessária para por fim a especulação cambial, o que é correto. Entretanto, o que não foi dito, é que a eliminação da especulação cambial não é suficiente para desaparecer, do mesmo modo, a especulação financeira – no limite, a dolarização potencializa ainda mais a especulação financeira e a precariedade de um sistema refém da fuga de capitais (dólares). Como se sabe, a especulação financeira não é produto exclusivo das decisões econômicas equatorianas, uma vez que se nutre no mercado financeiro internacional. Portanto, a dolarização não resolve nem o problema da especulação financeira e tampouco o problema (e risco potencial) de corridas bancárias.

demanda internos, alentando la actividad económica e incrementando los pasivos externos; la defensa de la dolarización conlleva la subida de las tasas de interés y la consecuente disminución de la actividad económica, con el objeto de **contener la salida de capitales** y de contraer las exportaciones (Acosta, 2006, p. 244, grifo nosso).

Conforme se viu neste capítulo, com a eleição do Presidente Rafael Correa em 2007 algumas mudanças começam a ser praticadas no país e dentro deste processo algumas medidas importantes foram tomadas, como a auditoria da dívida pública e a Constituição de 2008, que garantiu ao BCE um alinhamento com os objetivos do governo, diferente da prática recomendada pelo FMI e pelo BIRD de autonomia do BCE:

A Constituição de 2008 eliminou a autonomia do BCE e transferiu ao Executivo a formulação das políticas monetárias, creditícias, cambial e financeira, que agora se instrumentam através do BCE. “La Ley Reformatoria de la Ley de Régimen Monetario y Banco del Estado (2009)” atribuiu uma composição inteiramente governamental ao Diretório do Banco e transferiu as funções sociais e culturais aos correspondentes Ministérios do Estado. (BCE, 2012, p. 3, tradução própria).

Entretanto, o governo do Equador, ainda que, sob o ponto de vista dos vários avanços alcançados pela gestão presidencial de Rafael Correa – que permitiram avançar na caracterização e defesa de uma política econômica autônoma, cujo principal objetivo é resgatar a capacidade do Estado como criador e interventor da política nacional –, não recuperou a capacidade de emitir moeda no exercício de sua política monetária e tampouco dispõe de mecanismos para operar o que seria a capacidade discricionária soberana do Estado nacional para aumentar ou reduzir o volume de dinheiro em circulação, isto compromete seriamente, a política fiscal e monetária da Nação. Para completar o quadro, o juro que o BCE terá que estar sempre acima daqueles praticados pelo FED<sup>242</sup>, para cumprir o objetivo (fiscal e monetário) de atrair dólares para a economia equatoriana.

---

<sup>242</sup> Essa é a condição essencial, de um país subdesenvolvido e dependente, com uma elite incapaz de garantir estabilidade institucional, para atrair capital forâ-

Entretanto, há de se reconhecer que o aumento de ingresso (ver tabela abaixo) provenientes das exportações, o aumento do recolhimento de impostos nacionais (a partir da Reforma tributária elaborada), a diminuição do gasto com os compromissos de serviço e amortização da dívida (resultado da auditoria da dívida pública realizada em 2008) conseguiram permitir ao governo a gestão de recursos maiores para manter, em algum nível, a autonomia da política econômica nacional (Dávalos, 2012).

Tabela 13. Arrecadação do Estado (petroleiros e não petroleiros) em milhões de dólares

Ingressos	2000-2006	2007-2010	Variação
Petroleiros	13.430,3	25.049,8	11.619,5
Não petroleiros	36.978,5	48.418,4	11.439,9

Fonte: BCE.

Neste sentido, a capacidade do Estado de poder retomar os rumos de sua política fiscal (daí o esforço programático do colocar o setor público como motor do crescimento econômico e distribuição da renda nacional) é fator determinante na redução da vulnerabilidade externa – decorrente do não exercício de uma soberania econômica completa – que, ainda deste modo, fica à mercê, principalmente, da possibilidade de choques externos e da relação destas crises internacionais com a alta concentração das exportações primárias e a escassa reserva nacional, que não afasta o permanente fantasma da fuga de capitais ao exterior.

Vale observar que, a dolarização respondeu à dinâmica dos interesses políticos hegemônicos e à lógica do capital à escala internacional, em estreita vinculação com grande parte dos grupos dominantes do Equador. Segundo o professor Alberto Acosta (2006, p. 240):

Fue más el resultado de decisiones y angustias políticas antes que la consecuencia de reflexiones técnicas. Fue, para decirlo descarnadamente, **producto de la mediocridad de las elites gobernantes** [pues] para entender la dolarización no hay como quedarse solo en el campo económico. Hay que ver a esta decisión como una herramienta de uso múltiple, que se explica por diversas razones internas, a las cuales hay que añadir **los in-**

---

neo. Entretanto, há de considerar que com a dolarização, houve uma redução da taxa de juro, uma vez que o risco, pelo menos das desvalorizações monetárias, foi eliminado.

**tereses norteamericanos y, por cierto, la estrategia de los organismos multilaterales** (grifo nosso).

Também à seu tempo, o próprio Rafael Correa Delgado (2004, p. 88), enquanto professor de Economia na Universidade de San Francisco, em Quito, foi crítico com relação a manutenção do dólar como moeda equatoriana, propunha uma série de “passos” à enfrentar para superar a dolarização:

a) Crear demanda por la nueva moneda, es decir, superar lo que Dr. Naranjo llama la crisis de confianza en la nueva moneda, b) evitar una crisis bancaria por corrida de depósitos, y c) evitar una crisis de balanza de pagos por salida de capitales, es decir, evitar lo que el Dr. Naranjo llama la liquidación del sistema financiero. Además [...] para minimizar los costos de salida y, sobre todo, los grandes ganadores y perdedores, la salida de la dolarización debería realizarse de manera paulatina e, implicaría un largo período de tiempo, dividido en forma general en **tres etapas: una primera etapa de blindaje financiero y externo, una segunda etapa de desdolarización y una tercera etapa de corrección de precios relativos** (grifo nosso).

Entretanto, tanto na sua primeira eleição em 2007, quanto no processo de reeleição deste janeiro de 2013, o pacto da burguesia nacional que sustenta o bloco de Rafael Correa não permitiu que houvesse qualquer comprometimento com o objetivo de trabalhar para por fim à dolarização da economia equatoriana, sobretudo, por razões que vão mais ao encontro da política de manutenção alianças, apoios, pactos internos (Estado de Compromisso) do que pela declarada “pressão psicológica” que o fim do dólar na economia trairia aos cidadãos (Harnecker, 2012i).

Assim, a maior contradição<sup>243</sup> da política econômica (e por que não também da política externa) está presente quando observamos que o programa de Rafael Correa (Aliança País) apresenta uma série de pon-

---

<sup>243</sup> Que não difere dos já históricos limites que os programas de burguesia nacional nos país dependente da América Latina apresentaram, quando afetam para além da apropriação de uma parcela maior do excedente econômico nacional, a própria produção e apropriação da mais-valia no país subdesenvolvido.

tos sobre a defesa da soberania e autodeterminação nacional (materializados em realizações concretas<sup>244</sup>), ao mesmo tempo em que não se decide sobre o fim da violação à soberania monetária equatoriana que a dolarização representa. Desta feita, a grande questão que cabe ao novo governo de Rafael Correa, eleito recentemente, é como conciliar a busca pela realização plena da soberania nacional sem o exercício de uma verdadeira soberania monetária?

Em um plano teórico, a dolarização do Equador poderia, forçosamente, ser interpretada sob a haste teórica da interdependência, uma vez que se poderia reclamar que a dolarização no Equador é, pois a continuidade do processo econômico dos EUA no Equador, e que, portanto, a sua realização depende da continuidade e aprofundamento desse mesmo processo econômico. Entretanto, essa interdependência, na realidade, converte-se em dependência e submissão, quando:

transforma-se em dependência estrutural de um país, em relação com o outro, quando aquele que é economicamente menos desenvolvido tende a adotar (ou ser levado a adotar) as decisões de política econômica e financeira tomadas pelo país mais desenvolvido [...] a dependência será tanto maior quanto maiores forem as distorções que as relações econômicas externas produzirem no país subordinado (Ianni, 1988, p. 157).

O maior problema que a gestão de Rafael Correa, enquanto projeto que pretende aumentar o grau de autonomia da política externa e das demais políticas públicas<sup>245</sup> nacionais pode enfrentar, com relação à dolarização, é que a dependência econômica deste processo transborda, inevitavelmente, para a esfera política. Não se pode dissimular do fato de que as decisões sobre a política monetária do Equador são tomadas

---

<sup>244</sup> Como a não assinatura do TLC com os EUA, a não renovação da Base de Manta ao Pentágono, o não alinhamento à cruzada contra o chamado “narcoterrorismo”, ademais de apoio massivo aos variados processos de integração/coordenação política e econômica levados adiante na América Latina.

<sup>245</sup> Outro drama relacionado com a dolarização é que, quando a base monetária se condiciona à existência de uma contrapartida igual sob a forma de liquidez internacional – e que, no caso do Equador, não é a moeda equatoriana o caso, mas sim o dólar –, desaparece também a possibilidade de socorrer o sistema bancário, ou seja, deixa de existir um emprestador de última instância em moeda nacional e aumenta a vulnerabilidade das instituições financeiras internas (Batista, 2000).

no exterior, nos EUA, nação que cunha o dólar, e essas decisões trazem consigo implicações para a esfera política<sup>246</sup>, de modo que não seria demais afirmar que se recorreu a um verdadeiro sistema monetário do tipo colonial (Ianni, 1988; Batista, 2000).

Entretanto, vale destacar que com a implantação no país (e nos países membros da ALBA que acordaram em consolidar essa moeda, conforme trabalhado no capítulo 2) do SUCRE, foi dado um importante passo – ademais de constituir numa medida criativa realizada pelo BCE junto com os demais países da ALBA que participam desse acordo – para enfrentar possíveis problemas relacionados a dolarização e, ir criando elementos que podem vir a blindar o sistema monetário nacional em decorrência do eventual abandono do dólar como moeda nacional.

O SUCRE consiste em um mecanismo utilizado para recebimento de pagamentos internacionais resultantes de operações de comércio entre os países membros: Bolívia, Cuba, Equador, e Venezuela. O sistema baseia-se na utilização de uma unidade de conta virtual, o Sucre, para o registro das operações, exclusivamente entre os Bancos Centrais. O pagamento feito aos exportadores é feito em moeda local, no caso equatoriano, o dólar. Os benefícios para os países que o utilizam é a geração de uma poupança de divisas, uma vez que o pagamento é feito no fechamento do período de compensação, que é de seis meses. Funciona também como fonte de liquidez, e ainda reduz os custos operacionais caso as transações fossem feitas fora do sistema (BCE, 2012).

Do ponto de vista da autonomia da política externa, a manutenção da economia dolarizada compromete os mecanismos de ampliação das variáveis que impactam nessa autonomia. Ademais, a diplomacia estadunidense tem atuado prontamente contra os países que ameaçam retirar do dólar o papel de moeda de venda de seus recursos, de reserva monetária ou de unidade de troca, uma vez que para além de ser uma decisão de determinado país, tal decisão poderia afetar outros países a usarem outra moeda para comprar determinado recurso ou produto. Portanto, o que ameaça a política externa do país ainda hegemônico é a possibilidade de desintegração do pilar dólar e, nesse sentido, o governo

---

<sup>246</sup> “Pouco a pouco, o próprio poder público, no país dependente, começa a adotar medidas de política econômica e a criar instituições destinada a pôr em prática e a desenvolver as relações econômicas existentes. Em consequência, consolida-se e expande-se a dependência [...] Assim, o país subordinado é permeado pelas determinações extra-econômicas da dependência” (Ianni, 1988, p. 158).

de Rafael Correa tem cumprido muito bem com os objetivos da política externa estadunidense.

Portanto, as maiores motivação que parecem inclinar a burguesia equatoriana e o pacto feito com Rafael Correa pela não reversão da dolarização podem ser: a atual liquidez internacional (devido ao crescimento chinês e ao baixo juro dos bancos centrais dos países desenvolvidos); o apetite de Pequim por comprar petróleo (em contratos de venda futura) e gastar os dólares que detém de reserva; as receitas positivas tanto da venda de petróleo quanto da arrecadação de impostos nacional e a recuperação da soberania sobre os títulos da dívida pública nacional resultante do processo de auditoria da dívida realizado em 2008.

Entretanto, a dolarização inclina os produtos tanto de exportação quanto de importação aos EUA, o que os mantém como principal destino do Comércio Exterior equatoriano e, principalmente, frente aos atuais acenos do presidente do FED dos EUA, Bem Bernanke, de elevação do juro do FED e de um cenário no qual tanto a atuação de Washington quanto a atuação de Pequim seja em favor da queda do preço de petróleo, se evidencia um panorama de necessária discussão sobre a importância monetária, econômica, fiscal e financeira do fim da dolarização através de seu enfrentamento urgente, como forma de sustentar e ampliar a autonomia não tão somente da política externa equatoriana, mas da soberania nacional.

No atual momento da América Latina, podemos observar números acontecimentos políticos, econômicos e militares que refletem os esforços e as lutas no sentido de provocar rupturas estruturais ou refazer, em termos diversos daqueles impostos pelo imperialismo, as condições de dependência.

Considerando que, variando as condições do conflito de classes em nível interno e da correlação de forças das potências dominantes e os momentos de crise em nível externo, tomados em conjuntos, esses acontecimentos, enquanto elementos concretos da sociedade em que vivemos, podem permitir crises ou rupturas no padrão de dominação exercido pelas potências na América Latina, e no nosso caso, no Equador<sup>247</sup>.

---

<sup>247</sup> Um desses tipos implica crises ou rupturas estruturais parciais. Esse é o caso dos governos e classes dominantes que procuram, no máximo, reformular as relações de dependência. **Em geral, tratam de refazer essas relações em outros termos**, mas de tal modo que sejam preservadas as estruturas internas, nacio-

Essa possibilidade de atuar sobre a apropriação do excedente econômico nacional, segundo IANNI (1988, p. 49), que de alguma maneira permite ao país dependente reter no país parte do da produção da mais-valia que antes era retirada, é devido:

à reformulação das condições de dependência, pode ser utilizado também em programas de investimentos públicos e privados. Há casos em que as alterações nas taxas do excedente econômico que se encaminhar para o exterior permitem a realização de investimentos industriais. Em todos esses casos, no entanto, o que os países experimentam são modalidades ou estratégias políticas singulares de desenvolvimento econômico capitalista. Sob esses governos, fazem-se movimentos e lutas com a finalidade de nacionalizar também processos decisórios, além de recursos minerais e empresas estrangeiras. **Nesses casos, pois, as políticas governamentais orientam-se principalmente no sentido de refazer, em termos diversos dos pré-existentes, as relações e estruturas de dependência.**

Portanto, refazer a dependência em nível de autonomia da política externa, conforme se mostrou neste capítulo, depende de aprofundar as reformas já iniciadas pela atual gestão desde 2007. No âmbito institucional, faz-se necessário ampliar os mecanismos de ação estatal, participação popular, concretização da plurinacionalidade e interculturalidade e, sobretudo, transformação em favor do trabalho as condições de produção e apropriação da mais-valia, em um nível cada vez mais orgânico e institucional.

Do ponto de vista da Economia Política praticada, verificou-se que a política tende a consolidar, com certo grau de autonomia, o programa da burguesia nacional em busca de um capitalismo autônomo, abrindo brechas para a distribuição da renda em favor do trabalho. Efetivar esse processo e/ou transitar em face de um tipo de socialismo reformista requererá, para além do já realizado, o enfrentamento das estruturas oligárquicas tradicionais de poder e de grande parcela da burguesia nacional que ainda mantém vínculos com a velha classe dominante, principalmente, no que tange à terra (reforma agrária), a apropria-

---

nais, de dominação política e apropriação econômica (IANNI, 1988, p. 48, grifo nosso).



ação da mais-valia (e o enfrentamento à superexploração do trabalho), e não menos importante, o contínuo processo de enfrentamento às elites metropolitanas e às elites dos centros dinâmico da própria periferia, especialmente aquelas que concretizam hoje as estruturas do capital dependente brasileiro, na forma de subimperialismo, ou num nível linguístico mais rebuscado, enfrentar às classes da semiperiferia.

A concretização das transformações institucionais e o aprofundamento da democracia popular dentro um programa socialista de economia política serão, pois, elementos fundamentais para a reconquista da soberania monetária equatoriana, sem a qual, nenhum programa de autonomia em política externa pode ser realizado plenamente, pois, no limite, a dolarização efetiva facilita, de maneira permanente, o mecanismo de transferência de valor do excedente econômico nacional para o centro hegemônico. Embora não se trate do pecado original na busca da autonomia na política externa, a dolarização é de uma originalidade contraditória, cuja manutenção colocará em risco não apenas a autonomia das relações internacionais do Equador, mas da própria nação que recém descobriu uma possibilidade concreta de reformular sua dependência e de pensar, desde aqui, a superação de seu desenvolvimento dentro de um programa socialista latino-americano.



## Considerações Finais

A mudança de orientação que ocorreu no Equador, com a chegada ao poder de Rafael Correa, teve impacto considerável na formulação da política externa equatoriana. O principal elemento que se pode destacar é o resgate, não apenas retórico, do elemento bolivariano – que remete à luta pela emancipação conjunta dos povos latino-americanos – com relação às amarras que impedem nossa completa realização enquanto povos livres e emancipados de *facto*.

É visível o redirecionamento e a diversificação das relações internacionais da República do Equador, tanto no âmbito comercial, quanto no político e diplomático. Do mesmo modo, a retórica e prática da diplomacia equatoriana vem atuando na defesa e exercício do multilateralismo e da multipolaridade. Muitas vezes, essa redefinição da ação externa tem levado ao enfrentamento direto com a política externa da potência hegemônica, os EUA, como no caso do asilo diplomático concedido a Julian Assange (que é buscado pelas autoridades estadunidenses acusado de revelar informações sigilosas da atuação diplomática de Washington pelo mundo).

Num contexto no qual se observa o aumento das lutas sociais na América Latina, estamos percebendo que os povos andinos – a classe trabalhadora operária e os camponeses – têm se movimentado no sentido de fazer acontecer da política externa. Ainda que as lutas sociais não se orientem todas na mesma direção, nem possuam a mesma importância relativa para a interpretação das controvérsias e contradições mais inerente à situação de dependência econômica, cultura, militar e política que cada país recebe, esses acontecimentos estão direta e indiretamente, relacionados com as contradições mais características da situação de dependência e subdesenvolvimento que se encontram quase todas as sociedades da América Latina.

Após a análise aqui realizada e aproveitando-se da proposta de modelos classificação da política exterior dos países latino-americanos do professor Octavio Ianni<sup>248</sup>, a atual política externa equatoriana, inici-

---

<sup>248</sup> Ianni (1988, p. 99) propõe que a história das lutas dos países da América Latina para romper totalmente ou reformular as condições de dependência, envolvem quatro modelos: a) capitalismo dependente; b) capitalismo nacional ou autônomo; c) socialismo reformista; d) socialismo revolucionário. Os modelos mencionados implicam distintas modalidades básicas de organização das estruturas de dominação política e apropriação econômica. Em última instância, cada modelo compreende um modo particular de produção e apropriação de mais-valia e excedente econômico.

ada a partir da ascensão à presidência da República do grupo de intelectuais e empresários, cuja liderança recai sobre o economista e catedrático Rafael Correa Delgado, pode ser caracterizada como uma transição entre o modelo de política externa característico do capitalismo nacional (autônomo) e o modelo de socialismo reformista, ou um modelo híbrido que consagra alguns fatores que são perenes à ambos os modelos.

Expliquemo-nos: a busca pela realização de um capitalismo autônomo cria – assim como a busca levada adiante pelo programa de socialismo reformista e no socialismo revolucionário – tensões e contradições nas relações com as potências hegemônicas tradicionais. Neste sentido, as classes sociais capitalizam politicamente as controvérsias e contradições da dependência histórico-estrutural, de maneira que, capitaneando a história desta dependência, a burguesia subalterna (nacional) busca por em prática algum tipo de atuação original, ou seja, propõe transformar a história da apropriação do excedente econômico nacional e, para além das rupturas estruturais externas e internas, é necessário que alguma facção da burguesia local combine os seus esforços políticos com parte de outras classes sociais (os assalariados, o proletariado).

Acontece que assumir compromissos políticos com classes assalariadas significa comprometer-se, em alguma medida, com o projeto político deles, que no limite, toca a questão da produção e apropriação da mais-valia. Historicamente, as classes burguesas da América Latina não quiseram ou não puderam desenvolver esse tipo de aliança, porque eventualmente, comprometeria a própria lógica de funcionamento das leis do capitalismo.

Por seu turno, o modelo de política externa socialista reformista, se propõe a uma ruptura profunda e completa das estruturas de dependência produzidas pela dominação estrangeira sobre a economia e política nacional. Entretanto, essa ruptura não ocorre nem tão rapidamente, nem tão homoganeamente. Por ser gerado no modelo de democracia representativa e ligado às ambiguidades da burguesia subalterna, as reformas deste modelo operam em diferentes tempos.

Do mesmo modo, caracteriza-se por ser um programa que atua de acordo com as possibilidades contidas na própria institucionalidade estatal e na adequação aos processos sociais, na indústria e na agricultura, nos partidos políticos e nos sindicatos, na Igreja e no Exército. Portanto, “o reformismo que pode conduzir ao socialismo tem alguns dos mesmos traços característicos do reformismo inerente às exigências da estratégia voltada para a formação do capitalismo nacional, ou autônomo” (Ianni, 1988, p. 102).

Assim, a política externa que resulta desse esforço reformista tenta beneficiar-se das leis, normas, regras do jogo político, que o Estado capitalista estava elaborando ou ponto em prática para ampliar e aprofundar sua autonomia. A diferença fundamental com o modelo de política externa do capitalismo autônomo nacional é que em dado momento, para rumar rumo ao socialismo, é preciso avançar para além do tema da apropriação do excedente econômico e tocar o tema da produção e apropriação da mais-valia, e no limite do programa, a supressão da exploração do homem pelo homem.

Neste momento, embora o presidente Rafael Correa ostente o *slogan* de “Socialismo do Século XXI”, a política externa está caminhando mais no sentido de ampliar e aprofundar a autonomia econômica e política do Equador, do que engendrar um modelo socialista de ação, pois, trata de reconquistar a capacidade do Estado de se apropriar do excedente econômico e, até o momento, pouco avança no sentido de transformar o modelo de produção e apropriação da mais-valia.

É neste sentido que se pensa que a atual política externa equatoriana também pode estar cumprindo mais com o objetivo de capitalismo nacional do que com o programa de socialismo reformista ou revolucionário.

De maneira que, ao se considerar que a atual política externa está mais próxima de cumprir com os objetivos do capitalismo autônomo do que com o socialismo reformista, cabe perguntar-nos se é possível afirmar que estamos diante de uma nova política externa independente, nos marcos do sistema capitalista. A resposta dessa questão resulta da consideração de se a autonomia do país apoia-se ou não em uma estratégia que conquista sua independência política e econômica plena.

Assim colocado, é inegável que as iniciativas adotadas pelo governo de Rafael Correa, em sua política externa, estão diretamente relacionadas com os problemas econômicos, sociais e políticos que a sociedade equatoriana está enfrentando. Em especial, destaca-se o problema do endividamento externo do país e a grave crise de confiança institucional.

Para enfrentar o primeiro problema, tem-se recorrido a intensificação da exploração e exportação dos recursos naturais equatorianos, aproveitando-se, da elevação dos preços das commodities nos mercados internacionais bem como da diversificação e multiplicação das áreas e países com os quais se tem interesse em comerciar e da parceria estratégica com a China; o segundo problema tem sido trabalhado sobre a base de um projeto institucional baseado na plurinacionalidade, em uma

transformação ética e numa agressiva política de distribuição da renda nacional.

Outro ponto que influencia na avaliação de quão autônoma é a política externa de um país é a relação a que ela se propõe com a potência hegemônica. Houve um tempo em que as políticas exteriores da América Latina estiveram profundamente influenciadas, ou totalmente determinadas, conforme o caso, pelas relações econômicas, políticas e militares que esses mesmos países mantinham com os EUA, sobretudo, a partir dos anos oitenta até início dos anos dois mil.

Atualmente, a América Latina continua a ser uma área de influência e manobra dos EUA, em um grau muito menor do que no breve início da década de oitenta. Os países latino-americanos, individualmente ou em grupo, começam a redefinir suas relações externas com e a partir dos EUA, alguns, inclusive, em um sentido de luta para romper totalmente ou reformar as condições de dependência dos países latino-americanos. De uma maneira ou de outra, a história das políticas exteriores mostra que os países latino-americanos, seja em ato de apoio, seja em ato de rebeldia, continuam a ser profundamente condicionados pelas doutrinas, decisões e ações dos governantes dos EUA.

Como explicar as várias vezes que os diplomatas latino-americanos criticaram os Estados e logo se propuseram cooperar com os mesmos em vários âmbitos? Essa atitude ambígua pode ser compreendida uma vez observada a dependência dos governos e das elites latino-americanas quanto ao apoio econômico e militar dos EUA, além do próprio medo de revoltas populares internas e do interesse em estimular padrões ocidentais de comportamento sociopolítico. É o que o professor James Petras chama de estilo e conteúdo “latino-americano” de tomar decisões quanto às relações interamericanas. De maneira que, é importante ter claro a diferença entre interiorizar os processos decisórios em termos de política externa e nacionalizar os centros de decisão de política externa.

Nacionalizar os centros de decisão pressupõe enfrentar a síndrome do “complexo de vira-lata” – a dependência cultural –, superar a docência acrítica e a intelectualidade que se contenta em alugar a sua mente, a sua consciência à serviço do sistema de opressão e de seus beneficiários. Nesse sentido, é preciso ser criativo e pensar que eventuais processos ligados ao sistema internacional podem influenciar no aprofundamento do grau de autonomia da política externa equatoriana.

Esse esforço criativo de interpretação é que conduz a tecer certos comentários sobre a importância da China na atual política externa. A China é a grande aposta, no nível sistêmico, para a ampliação da

autonomia da política externa equatoriana. A própria história da inserção da China na globalização pode ser uma eventual lição de autonomia e independência de política externa. Assim como Pequim adentrou, a partir da aproximação sino-americana, em 1973, de modo programado e paulatino na globalização, sem seguir as cartilhas dos organismos multilaterais, o Equador, parece apostar na mesma fórmula, tendo no corredor do pacífico Quito–Pequim sua aposta econômica para angariar autonomia política. Aproximar-se do gigante asiático deste modo condiz com a estratégia de transformar em possibilidades os antes desígnios deterministas da globalização.

Ademais, se seguimos a linha dos autores que consideram o sudeste asiático como potencial novo centro de acumulação e a China como eventual “hegemon”, é possível afirmar que o estabelecimento de acordos estratégicos entre o Equador e a China, no marco da não ingerência nos assuntos internos, seja fundamental para a própria inserção futura dos povos latino-americanos. Se confirmada a hipótese da China ser a potência hegemônica em um breve período, sabe-se que será a partir dela que as dinâmicas políticas e culturas emanaram. Assim, a partir dos acordos e diálogos preferências estabelecidos com Pequim é que a América Latina e o Equador poderão figurar como importante elemento do contorno político e do conteúdo social de uma nova ordem mundial, que nascida de acordos que respeitem a independência e a autonomia equatoriana, tenda, se não a aprofundá-los, pelo menos mantê-los.

Ainda importa observar que a estratégia do governo de Rafael Correa de se aproveitar da estratégia geopolítica de Pequim, que consiste em impedir o reforço do poder estadunidense na América Latina, como o vem tentando Washington, por exemplo, com a Iniciativa do Pacífico (Aliança do Pacífico). Portanto, não parece nem altruística, nem otimista e tampouco ingenuidade apontar que tanto Pequim quanto Quito tem interesses próprios que os motivam a estreitar os laços entre o próximo grande espaço econômico, político e cultural do breve futuro que se aproxima: o bravo e extenso pacífico, para o qual a América Latina sempre esteve apontada, muito embora nossas elites teimem e tenham se acostumado a pensar – e nós somos assim ensinados – que a nossa bússola, a nossa conexão natural é com a Europa e os EUA.

Outro ponto fundamental para uma política externa autônoma e que destacamos ao longo do trabalho é desvendar se há em marcha uma revolução nacional e democrática, no sentido de que, a socialização nacional e democrática do poder político e do Estado signifique, fatalmente, a destruição da sociedade burguesa e a transição ao socialismo.

Observa-se que, há, de fato, a superação do “imperialismo total”, nos moldes do formulado pelo professor Florestan Fernandes em termos de uma dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação (incomunicação) de massa e o consumo de massa, até a educação, o transplante massivo da tecnologia ou das instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política nacional.

Entretanto, a possível superação do imperialismo total ainda é insuficiente para afirmar que o Equador caminhou no sentido de alcançar um rápido crescimento econômico, cultural e social em bases autônomas e contínuas. É preciso contribuir política e intelectualmente para que a revolução (“ciudadana”) não se detenha em passos democrático-burgueses e passe às reivindicações populares de caráter socialista, abrindo uma guerra franca contra a reação, uma revolução na que cada etapa se baseia na anterior e que não pode terminar mais que com a liquidação completa da sociedade de classes<sup>249</sup>.

Entretanto, em geral, o governo atual está tratando apenas de refazer as relações de dependência em outros termos, mas de tal modo que sejam preservadas as estruturas internas, nacionais, de dominação política e apropriação econômica. As reivindicações deste “refazimento” dizem respeito à retenção de uma parcela maior do excedente econômico, cuja destinação cumpre às necessidades crescentes do aparelho estatal e financiamento de programas de investimento públicos e privados ou investimentos industriais.

Entretanto, em todo caso, o que os países experimentam, nesse caso de refazer a dependência, são modalidades ou estratégias singulares de desenvolvimento econômico capitalista (como foram Cardenas no México; Vargas no Brasil; Perón na Argentina; o Movimento Nacional Revolucionário na Bolívia; o general Velasco Alvarado no Peru; o próprio Eloy Alfaro no Equador, entre outros).

A reformulação das relações de dependência inclui as fórmulas de nacionalização dos processos decisórios, dos recursos minerais e empresas estrangeiras, refazendo em termos diversos dos pré-existentes, as relações e estruturas de dependência. Por exemplo, o Equador, na gestão de Rafael Correa, apresenta uma reformulação da dependência

---

<sup>249</sup> “O avanço irrefreável das massas exploradas se orienta inevitavelmente para a substituição do atual sistema de produção por outro que permita a plena expansão das forças produtivas e que resulte numa elevação efetiva nos níveis de trabalho e de consumo, isto é, o sistema socialista” (MARINI, 2012, p. 67).



baseada na luta entre facções das classes dominantes, com o apoio de setores amplos, da classe média e proletariado.

De modo que, a grande questão é: historicamente nestes processos de reformulação da dependência raramente a burguesia deixou de desempenhar-se como classe social subalterna com relação às classes dominantes do país hegemônico, portanto, é preciso observar como a burguesia que comanda o processo atual equatoriano seguirá o processo da Revolução Cidadã. Na medida em que é criada e desenvolvida pelas próprias relações e estruturas de dependência, essa burguesia tende, no mínimo, a ser ambígua, se não subalterna. Além disso, ela teme as classes assalariadas, o proletariado, levando-a a preferir uma associação madura, ou harmonizar os interesses com os governantes do país hegemônico.

O mais importante é observar que quanto mais as classes assalariadas e o proletariado estiverem envolvidos de modo direto e amplo nos acontecimentos, maior a possibilidade de uma crise ou ruptura estrutural amplas ou radicais, através da total mudança das estruturas de dominação política e apropriação econômica e não apenas a uma parcela do excedente econômico. Quando ocorre esse tipo de ruptura, se verifica a substituição do Estado capitalista pelo Estado socialista. A política externa do Equador se propõe a exprimir os objetivos reais dos interesses das classes assalariadas?

Para responder a esta pergunta é necessário observar que o aparecimento do bloco histórico de poder que gira em torno da figura de Rafael Correa não caracteriza a falta de desenvolvimento capitalista no Equador, mas propriamente as contradições do próprio desenvolvimento capitalista naquele Estado e das condicionantes impostas à sua reprodução social, pois, a situação de dependência do sistema capitalista mundial é uma situação condicionante do desenvolvimento das sociedades latino-americanas.

Nesse sentido, a luta mundial dos povos contra o imperialismo, à qual a América Latina se integrou vitoriosamente com a Revolução Cubana, não depende exclusivamente do que queiram e façam os povos deste continente, mas sofre também a influência de acontecimentos tão importante quanto a guerra de libertação dos povos de todos os quadrantes do mundo: México, Guatemala, Colômbia, Peru, Chile, África, Ásia; dos governos populares que chegaram ao poder em alguns países: Venezuela, Equador, Bolívia, Nicarágua, Honduras, Uruguai; da própria ação chinesa, detentora do *porvenir* do sistema capitalista e do acirramento das lutas de classe no interior dos próprios países ocidentais. Não se pode esquecer que a resposta para a superação da dependência será

revelada pelas lutas dos oprimidos de todo o mundo, em nosso caso, dos povos unidos da Pátria Grande.

Considerando, portanto, as contradições que esse processo gera diariamente é que importa observar que a oposição dos movimentos indígenas, intelectuais e das classes políticas tradicionais corresponde, pois, não a uma abstração midiática, mas sim a uma realidade social objetiva que, a longo prazo, pode forçar o governo a aprofundar seu programa político em favor da superação da dependência e não apenas em sua reformulação.

A generalização das lutas dos povos da América Latina, ou, a generalização da revolução latino-americana, por exemplo, a partir de governos com o corte de Rafael Correa, Hugo Chávez, Evo Morales, Manuel Zelaya, tende a destruir os principais suportes de apoio do imperialismo, e a vitória dessas lutas representará para este um golpe mortal. A construção de uma nação latino-americana, de novos projetos de união dos povos – há de se distinguir as organizações com corte integracionista como o Mercosul; as organizações de concertação política como a CELAC; as organizações que se colocam entre a integração e a cooperação, como a ALBA e; aqueles que se colocam entre a integração e concertação política, como a UNASUL – o próprio MERCOSUL pós-2002, o projeto de nova arquitetura financeira regional baseado no sistema SUCRE e na consolidação de instituições como o Banco do Sul, Banco da Alba, as empresas grannacionais, a Petrocaribe, o Fundo de Reservas do Sul, remetem a uma complexa relação entre classes, etnias e nações, constituindo um terreno de urgente e necessária exploração, não somente como demanda teórica, mas sim como fato empírico; não somente como tarefa intelectual, mas como dever político.

A despeito dos históricos problemas de vontade política limitada; dificuldade com relação ao estabelecimento de acordos políticos regionais que privilegiem cada interesse nacional/setorial imediato; as desigualdades econômicas; o comportamento do capital externo na região; o fracionamento dos movimentos sociais; a inibição da capacidade criativa de nossas sociedades pela dinâmica da indústria cultural e dos mercados culturais das economias centrais, a integração tem vivido um novo período, no qual tem se favorecido os processos de democratização e desenvolvimento através de acordos de desarme, segurança, paz e desenvolvimento e de políticas externas latino-americanas concertadas, multiplicando a capacidade de incidência da região no mundo e sobre si mesma.

Visto assim, se pode afirmar que o Equador vive um novo período de sua história, que coincide com uma nova era na história das lutas

de resistência dos “de abaixo”. Isso revela a particularidade de uma das leis do desenvolvimento capitalista: as contradições sociais específicas das sociedades capitalistas não se circunscrevem ao âmbito nacional, elas se tornaram internacionais, e na América Latina, elas se tornaram regionais.

No entanto, o principal obstáculo da continuação da política externa autônoma é no sentido expresso neste trabalho de reformular a dependência, se vê diante a impossibilidade de avançar dentro do marco do capitalismo equatoriano, em razão de duas limitações estruturais.

A primeira, de ordem externa, que se manifesta na crise do comércio exterior, onde se verifica uma tendência à queda dos preços dos produtos exportados e a incapacidade do principal mercado consumidor – chinês – para absorver as quantidades crescentes que a economia equatoriana necessita exportar para atender as importações necessárias para o prosseguimento do projeto de industrialização nacional.

A segunda, de ordem doméstica, diz respeito à limitação deriva do regime de propriedade de terras, que estrangula a oferta de alimentos e das matérias-primas requeridas pela indústria e pelo crescimento demográfico urbano, o que além de impulsionar os aumentos dos preços – que estimula, por sua vez, os movimentos reivindicativos de massas –, concentra os rendimentos da agricultura nas mãos de uma minoria e obstaculiza a expansão do mercado interno para a produção industrial.

Assim, dentre os principais desafios para sustentar e ampliar a autonomia da política externa, se destaca: i) reduzir a concentração das exportações por destino; ii) aumentar a participação de produtos não tradicionais nas exportações não petroleiras; iii) avançar no sentido da revolução agrária; iv) por fim à dolarização da economia; v) revolucionar a educação e; vi) avançar não apenas na apropriação do excedente econômico nacional, mas na destruição do sistema de produção de mais valia.

Portanto, trata-se de desafios que consistem em conciliar o processo de transformação interna com a turbulência do mercado mundial, com as transformações em nível tecnológico e com a complexidade crescente dos fenômenos geopolíticos a nível interno, regional e mundial.

Apontar esse desafio consiste em assumir um compromisso intelectual que exige ir além do proposto sempre e continuamente, devemos-nos inquietar com as seguintes perguntas para o caso equatoriano: vencemos o subdesenvolvimento? Vencemos a subnutrição, a mortalidade infantil, o analfabetismo? Desenvolvemos uma infraestrutura que potencialize os sonhos dos homens e não os interesses do capital? A-

vançamos no fim da exploração do homem sobre e pelo próprio homem?

Portanto, a intelectualidade só pode contar conta dos interesses das classes subalternas se toma partido de sua luta, se propõe a colocar em prática sua intelectualidade pública. Assim, a TMD terá que ser concebida, em termos de teoria da transição ao socialismo. De maneira a permitir a superação concreta, por via socialista, do capitalismo dependente.

O exemplo de Cuba, do Equador, da Bolívia, da Venezuela, dos recentes levantamentos populares no Chile, Brasil, mostram que entramos numa nova fase de luta de classes no continente, marcada pelo fato de que os de “abaixo” retomam, de alguma maneira, a iniciativa política. Ainda que algumas destas iniciativas estejam marcadas por um tom reformista, a tendência geral não poderá ser outra se não que uma crescente radicalização que forçará seus setores mais avançados a teorizar sobre os caminhos da superação da dependência.

Nosso papel, enquanto intelectuais públicos é o de continuar as reflexões propostas pela TMD no sentido de realizar as reflexões e investigações para as maiorias da Pátria Grande, ainda carentes de definições políticas e teóricas específicas, pois o continente latino-americano tem uma importância vital na retomada do socialismo do século 21.

## Referências bibliográficas

Acosta, ALBERTO. **Breve historia Económica del Ecuador**. Quito: Corporación Editora Nacional, 2006.

ALBA. **Alianza Bolivariana para los pueblos de Nuestra América: Tratado de Comercio de los Pueblos**. Caracas: Secretaria Ejecutiva del ALBA-TCP, agosto 2012.

ANCHUNDIA ,María Rosa. **Auditoria de la deuda interna pública del Ecuador**, Informe final. Quito: Subcomissão Dívida Interna, 2008.

ANATEL, 2011. **Concentração de Mercados de SMP**. Disponível em: <  
<http://www.anatel.gov.br/Portal/verificaDocumentos/documento.asp?numeroPublicacao=262166>>, 2011. Acesso em: 20 maio 2013.

ANSALDI, Waldo. Ni los unos, ni los otros: Nosotros: Nación e Integración en América Latina In: SÁNCHEZ, Jorge Núñez (org.). **Política Exterior y proyectos de integración**. Quito: Editora Nacional-ADHILAC, 1992, pp. 213-229.

ANTUNES, Ricardo. A América Latina e o socialismo do século 21, **Brasil de Fato**, Entrevista concedida à Joana Tavares, 28 out. 2011.

ARRIGHI, Giovanni. Hegemonia e movimentos anti-sistêmicos DOS SANTOS, Theotônio (coord.). **Os impasses da globalização**. São Paulo: Edições Loyola, pp. 107-123, 2003.

ARRIGHI, Giovanni; ZHANG, Lu. Beyond the Washington Consensus: a New Bandung? In SHEFNER, Jon; FERNÁNDEZ-KELLY, Patricia. **Globalization and beyond: new examinations of Global Power and its alternatives**. Pennsylvania: Pennsylvania State University Press, 2011, pp. 25-58.

AYDINLI, Ersel; MATHEWS, Julie. Are the Core and the Periphery Irreconcilable? The Curious World of Publishing in Contemporary International Relations. **International Studies Perspectives**, vol. 1, 2000, pp. 289-303.

BÁEZ, René. **Antihistoria ecuatoriana**. Quito: Universidad Central del Ecuador, 2010.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2 ed, Florianópolis: Insular, 2013.

BANCO CENTRAL DEL ECUADOR. **História**. Disponível em: <http://www.bce.fin.ec/contenido.php?CNT=ARB0000009>. Acesso em: 01 set. 2012.

BATISTA, Paulo Nogueira. **O consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas latino-americanos**. São Paulo: Pedex (Programa da Dívida Externa), caderno 6º, 1994.L

BATISTA JR, Paulo Nogueira. Dolarização: significado e consequências. **UFF, Revista Econômica**. v 2, n 3. Rio de Janeiro, 2000, pp. 37-62. Disponível em: [http://www.uff.br/revista\\_economica/v2n1/3-pnbjr.pdf](http://www.uff.br/revista_economica/v2n1/3-pnbjr.pdf). Acesso em: 22 nov. de 2013.

BATISTA JR, Paulo Nogueira. O suicídio Monetário do Equador. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 2000. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi1301200003.htm>. Acesso em: 13 jan. de 2014.

BENINCA, Dirceu. **Universidade e suas fronteiras**. São Paulo: Outras expressões, 2011.

BÓRON, Atilio; “Las desavenencias del realismo periférico”, **América Latina Internacional**, Vol. 8, núm. 29, julio-septiembre, 1991.

BRAILLARD, Phillippe. **Teorias das Relações Internacionais**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1990.

BREUNING, Marijke. **Foreign Policy Analysis: a comparative introduction**. United States: Palgrave Macmillan, 2007.

BURGES, Sean. Consensual hegemony: Theorizing Brazilian Foreign Policy after the Cold War, **International Relations**, Los Angeles, London, New Delhi, Singapore, v. 22(1), 2008, pp. 65-84.

CANO, Wilson. **Soberania e política econômica na América Latina**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

CALVO SANTOS, Maria. **Considerações acerca da hegemonia financeira e a autonomia do Estado**: refletindo sobre uma realidade de bem estar social ou de em estar privado. 2001. 169 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Florianópolis, Universidade Federal de Santa Catarina, 2001.

CARDOSO, Fernando H.; FALETTO, Enzo. **Dependencia y desarrollo en América Latina**. México: siglo veintiuno editores, 1988.

CARDOSO, Fernando H. Las políticas sociales en crisis: ¿nuevas opciones? **Desarrollo Social en los 80**, CEPAL – ILPES – UNICEP, 1984, p. 3-18.

CARR, Edward Hallet. **Que é história?** 3 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

CDES. ¿Dónde está lo que nos prestaron? Deuda externa, deudas ilegítimas y auditorías. Quito: Sergrafte, 2004.

CEPEDA, Fernando; “La lucha por la autonomía: La gran encrucijada de la política exterior de Betancur” In: Muñoz, Heraldo; (org.), **América Latina y el Caribe: Políticas exteriores para sobrevivir**. Buenos Aires: Grupo Editor Latinoamericano, 1986.

CHESNAIS, François (2003). A nova economia: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. CHESNAIS, François et al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã.

CHOMSKY, Noam. **Contendo a democracia**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA DO EQUADOR, 2008.

CORREA, Rafael. Dolarización y desdolarización: más elementos para el debate, **Íconos**, n. 20, septiembre 2004, pp. 84-89.

\_\_\_\_\_. **Discurso de la Primera Posesión del Presidente de la República.** Quito, 15 jan. 2007.

\_\_\_\_\_. **Discurso de la Segunda Posesión del Presidente de la República.** Quito, 10 ago. 2009.

COUTINHO, Marcelo. Democracias andinas: chegando tarde à festa? **Dados.** Rio de Janeiro. vol. 49, n.4, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582006000400005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582006000400005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 20 dez. 2013.

COX, Robert. “Social forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory”. **Millennium**, vol. 10, no. 2, 1981, pp. 126-155.

\_\_\_\_\_. Gramsci, Hegemony and International Relations: An Essay in Method, **Millennium - Journal Of International Studies**, p. 162-175. jun. 1983.

\_\_\_\_\_. “Gramsci, Hegemony and International Relations: an Essay n method”, in: GILL, Stephen (ed.), **Gramsci, Historical Materialism and International Relations.** Cambridge: Cambridge University Press, 1994, pp. 49-66.

CRESPO, Mauricio Pozo. Manejo Económico 2007-2011 In: MANTILLA B., Sebastián; MEJÍA R, Santiago. **Balance de la revolución ciudadana.** Quito: Editorial Planeta, 2012, pp. 289-320.

CUEVA, Agustín. **América Latina en la frontera de los años 90.** Quito: Planeta/Letравiva, 1989.

CUEVA, Agustín. Ecuador: 1925-1975 in: CASANOVA, Pablo González (coord.). **América Latina: historia de medio siglo.** México: Siglo veintiuno editores, 1986.

DÁVALOS, Pablo. Alianza País, las clases medias ecuatorianas y el Ángel de la Historia In: MANTILLA B., Sebastián; MEJÍA R, Santiago. **Balance de la revolución ciudadana.** Quito: Editorial Planeta, 2012, pp. 97-123.



DOS SANTOS, Theotônio. Unipolaridade ou hegemonia compartilhada In: DOS SANTOS, Theotônio (coord.). **Os impasses da globalização**. São Paulo: Edições Loyola, pp. 46-107, 2003.

DOS SANTOS, Theotônio. Celso Furtado e a busca de uma nova aliança política para o desenvolvimento In: SABOIA, João; CARVALHO, Fernando J. C (org.). **Celso Furtado e o século XXI**. Rio de Janeiro: Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp. 109-139, 2007.

\_\_\_\_\_. El desarrollo latinoamericano: pasado, presente y futuro. Un homenaje a André Gunder Frank, **Problemas del desarrollo**, v. 27, n. 104, México, IIEc.-UNAM, enero-marzo 1996, pp. 143-172.

\_\_\_\_\_. El nuevo carácter de la dependencia (1967), **El pensamiento social latinoamericano en el siglo XX** (Tomo I), UNESCO, Caracas, 1999, pp. 297-324.

DREIFUSS, René. **A internacional capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional 1918-1986**. Rio de Janeiro: Editora Espaço e Tempo, 1986.

DREKONJA, Gerhard. “Autonomía periférica redefinida: América Latina en la década de los noventa”, **Documentos Ocasionales CEI**, n. 31, julio-septiembre, 1983.

ESCUDE, Carlos (1992). **Realismo periférico: fundamentos para a nova política exterior argentina**. Buenos Aires: Editorial Planeta.

FALCONÍ, Fander; MUÑOZ L., Pabel. Ecuador: de la receta del Consenso de Washington al posneoliberalismo In: MANTILLA B., Sebastián; MEJÍA R, Santiago. **Balance de la revolución ciudadana**. Quito: Editorial Planeta, 2012, pp. 75-97.

FALCONÍ, Fander. **¡Con Ecuador por el mundo!** La política internacional ecuatoriana. Quito: Editorial El Conejo, 2010.

FATTORELLI, Maria Lúcia. **Auditoria da Dívida Pública: Instrumento para enfrentar a crise financeira**. Disponível em: <[www.divida-auditoriacidada.org.br](http://www.divida-auditoriacidada.org.br)>. Acesso em: 11 jan. 2013.

FIORI, José Luis. **O poder global e a nova geopolítica das nações**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FRANK, André Gunder. **Capitalismo y subdesarrollo en América Latina**. Buenos Aires (Argentina): Siglo XXI editores, 1976.

\_\_\_\_\_. **El subdesarrollo del desarrollo: un ensayo autobiográfico**. Caracas, Venezuela: Nueva Sociedad, 1991.

\_\_\_\_\_. Tigre de Papel, Dragão de Fogo In: DOS SANTOS, Theotônio (coord.). **Os impasses da globalização**. São Paulo: Edições Loyola, pp. 24-46, 2003.

GARCIA, Marco Aurélio. O lugar do Brasil no mundo: a política externa em um momento de transição In: GARCIA, Marco Aurélio; SADER, Emir. **Brasil: entre o passado e o futuro**. São Paulo: Editora Boitempo, 2010, pp. 153-177.

GERMAIN, Randall D; KENNY, Michal. “Engaging Gramsci: international relations theory and the new Gramscians”, **Review of International Studies**, vol. 24, 1998, pp. 3-21.

GILPIN, Robert. **A economia política das relações internacionais**. Brasília: Unb, 2002.

GONÇALVEZ, Reinaldo; FILGUEIRAS, Luiz. **A economia política do governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Para la reforma moral e intelectual**. Madrid: Los libros de la Catarata, 1998.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios brasileiros na era dos gigantes**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

\_\_\_\_\_. O mundo multipolar e a integração sul-americana, **CEBELA – Centro Brasileiro de Estudos Latino-americanos**, 2008.

\_\_\_\_\_. **Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional**. Porto Alegre; Rio de Janeiro: Ed. da UFRGS: Contraponto, 1999.

IANNI, Octavio. **Imperialismo y cultura de la violencia en América Latina**. Ciudad de México: Siglo XXI editores, 1987.

\_\_\_\_\_. **Imperialismo na América Latina**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1988.

ITURRIAGA, Edgar Ponce. **La esperanza em marcha**. Quito: Editorial El Conejo, 2005.

JAGUARIBE, Helio (1986). “Autonomia periférica e hegemonia cêntrica”. IN: JAGUARIBE, H. **O novo cenário internacional**: conjunto de estudos. Rio de Janeiro: Guanabara.

\_\_\_\_\_. Autonomía periférica y hegemonía céntrica, en **Estudios Internacionales**, n.º 45, 1979.

HARNECKER, Marta. **Los desafíos de un gobierno en busca de la vida en plenitud**: 1 de 4. La Habana, Cuba: Biblioteca Popular, 2012.

\_\_\_\_\_. **Los desafíos de un gobierno en busca de la vida en plenitud**:4 de 4. La Habana, Cuba: Biblioteca Popular, 2012iv.

\_\_\_\_\_. **Los desafíos de un gobierno en busca de la vida en plenitud**:2 de 4. La Habana, Cuba: Biblioteca Popular, 2012ii.

HERRERA, Washington. Integración regional: Comunidad Andina y Unión de Naciones del Sur In: MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, COMÉRCIO E INTEGRACIÓN. **Plan nacional de Desarrollo: 2007-2010, Política Exterior**. Quito: Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo, 2007.

HERMANN, Charles F. When governments choose to redirect foreign policy, **International Studies Quarterly**, Vol. 34, No. 1 (Mar., 1990), pp. 3-21.

HOBSBAWN, Eric. **A era dos extremos**. São Paulo: Companhia de letras, 1995.

HOFFMANN, Stanley. “An American Social Science: International Relations”. **Daedalus**, vol. 106, 1977, pp. 41-60.

KEOHNE, Robert O.; NYE, Joseph S. **Poder e interdependencia**: La política mundial en transición. Buenos Aires: GEL, 1988.

LÓPEZ A., Adrián R. **La soberanía y sus fronteras**: frontera norte y Estado ecuatoriano. Quito: Facultad latinoamericana de Ciencias Sociales, 2010. Dissertação da “Maestría en Ciencia Sociales con mención en Ciencia Política”.

MANIFIESTO Bicentenario de Caracas, Declaración Final de la IX Cumbre del ALBA. 19/04/2010. **Portal ALBA-TCP**. Disponível em: <http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=News&file=article&sid=6266>. Acesso em: 01 fev. 2012.

MANTILLA B., Sebastián; MEJÍA R, Santiago. **Balance de la revolución ciudadana**. Quito: Editorial Planeta, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica da Dependência**. Coimbra: Editora Centelha, 1976.

\_\_\_\_\_. **América Latina**: dependência e integração. São Paulo: Editora Brasil Urgente, 1992.

\_\_\_\_\_. **Subdesenvolvimento e Revolução**. 3 ed. Florianópolis: Insular, 2012.

MARX, Karl. **Elementos fundamentales para la crítica de la economía política** (Grundrisse). México: Siglo XXI, 1987.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifiesto Comunista**. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 2008.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Prefácio de ‘Contribuição à crítica da economia política’ [1859] In: SADER, Emir; JINKINGS, Ivana. **As armas da crítica**: antologia do pensamento de esquerda. São Paulo: Boitempo, 2012.

MATUS, Carlos. **El líder sin estado mayor**: la oficina del gobernante. San Justo: Univ. Nacional de La Matanza, 2008.

MAYORAL, Fernando Martín. El desempeño de la economía ecuatoriana durante el gobierno del economista Rafael Correa In: In: MANTILLA B., Sebastián; MEJÍA R, Santiago. **Balance de la revolución ciudadana**. Quito: Editorial Planeta, 2012, pp. 237-266.

MELO, Filipe Reis. **Alba-Tcp: novo regionalismo ou mais do mesmo?** Brasília, Seminário de Pós-graduação, Associação Brasileira de Relações Internacionais, 2012.

MENA, Francisco Carrión. **Consideraciones teóricas sobre la Política Exterior del Ecuador**. Quito: Secretaría Nacional de Comunicación Social – SENAC, 1991.

MENON, Gustavo. A Revolução Cidadã: o governo Rafael Correa e os movimentos sociais do Equador, **Rebela**, v.2, n.1, jun. 2012, pp. 45-53.

MINISTÉRIO DE ECONOMÍA Y FINANZAS. **Auditoria de la deuda interna pública del Ecuador: Informe Final**. Quito: Comisión de Auditoria Integral de Crédito Público, 2008.

MINTZ, Beth; SCHWARTZ, Michael (1985). **The Power structure of American Business**. Chicago, IL: University of Chicago Press.

MONGE, Daniel Camacho. Integración centroamericana: el proyecto popular a la luz del pensamiento bolivariano In: SÁNCHEZ, Jorge Núñez (org). **Política Exterior y proyectos de integración**. Quito: Editora Nacional-ADHILAC, 1992, pp. 185-213.

MORAES, Dênis de (org.). **Combates e Utopias**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MURPHY, Craig. “The promise of critical IR, partially kept”. **Review of International Relations**, vol. 33, 2007, pp. 117-133.

OLIVEIRA, Renata Peixoto. **Novas Perspectivas Analíticas para Política Externa em Países da América do Sul**: novos aportes a partir da experiência Andina, Bogotá, VII Congreso Latinoamericano de Ciencia Política, 2013.

PAZ, Juan J.; CEPEDA, Miño. El gobierno de la Revolución ciudadana: una visión histórica In: MANTILLA B., Sebastián; MEJÍA R, Santiago.

**Balance de la revolución ciudadana.** Quito: Editorial Planeta, 2012, pp. 23-43.

PACHANO, Simón. RC – R'C'=0 In: MANTILLA B., Sebastián; MEJÍA R, Santiago. **Balance de la revolución ciudadana.** Quito: Editorial Planeta, 2012, pp. 43-74.

PARDO, Rodrigo ; TOKATLIAN, Juan G. **Política exterior colombiana: ¿De la subordinación a la autonomía?** Bogotá: Tercer Mundo Editores/Ediciones UNIANDES, 1988.

PAREDES, Pablo Lucio. ¿el modelo ecuatoriano? In: MANTILLA B., Sebastián; MEJÍA R, Santiago. **Balance de la revolución ciudadana.** Quito: Editorial Planeta, 2012, pp. 125-151.

PATIÑO, Ricardo. Diferencias entre el socialismo del siglo XX y el socialismo del siglo XXI. La democracia participativa y el nuevo sujeto revolucionario In: SENPLADES. **Los nuevos retos de América Latina: socialismo y sumak kawsay.** Quito: Senplades, 2010.

PUIG, Juan Carlos. “Lineamientos de un nuevo proyecto nacional”, Buenos Aires, 1969 In: DI MASI, Jorge Rafael. **Las relaciones entre el este de Asia y América Latina en el marco de una visión autonomista de la política exterior.** V Reunión de la Red América Latina y el Caribe del Centro de Estudios de Asia- Pacífico. Buenos Aires, 12 e 13 de dez./ 2002.

ROSENAU, James N (1990). **Turbulence in World politics: a theory of change and continuity.** Princeton: Princeton University Press.

\_\_\_\_\_. “The Scholar as an Adaptive System”, in: **Journeys Through World Politics. Reflections of Thirty-Four Academic Travellers.** Lexington, Lexington Books, 1989.

\_\_\_\_\_. Pre-Theories and Theories of Foreign Policy. In: \_\_\_\_\_. **The Scientific Study of Foreign Policy.** London: Franches Pinter; New York: Nichols Publishing, 1979, pp. 115-169.

\_\_\_\_\_. Paradigm Lost: Five actors in Search of the Interactive effects of domestic and Foreign Affair, **Policy Sciences**, 4, 1973, pp. 415-436.

\_\_\_\_\_. Comparative Foreign Policy: Fad, fantasy, or Field?, **International Studies, Quarterly**, vol. 12, n. 3, sep. 1968, 296-329.

ROMÃO, Filipe Luís de Vasconcelos. Do Estado-nação à autonomia-nação: desafios ao conceito de soberania, **Boletim Meridiano** 47, v. 14, n. 136, mar-abr. 2013, pp. 3-9.

RUALES, Nicole Pérez. Hacia un nuevo modelo de desarrollo In: SANTAMARÍA, Ramiro Ávila. **La constitución del 2008 en el contexto andino: análisis desde la doctrina y del derecho comparado**. Quito: Ministerio de Justicia y Derechos Humanos, 2008.

SALAMA, Pierre. **Deudas y dependencia financiera del Estado en América Latina**. Argentina: SRL, 2006.

SALAMA, Pierre. **Dolarização**. São Paulo: Nobel, 1989.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 18 ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Editora Record, 2009.

SEGRERA, Franco López. Raíces, consecuencias e propostas alternativas à hegemonia unipolar e à globalização In: DOS SANTOS, Theotônio (coord.). **Os impasses da globalização**. São Paulo: Edições Loyola, pp. 123-173, 2003.

SENPLADES, Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo. **100 Logros de la Revolución Ciudadana**.

SENPLADES, Secretaría Nacional de Planificación y Desarrollo. **“Plan Nacional de Desarrollo**, Plan Nacional para el Buen Vivir 2009-2013. Quito: Senplades, 2009.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SOARES, Maria Susana Arrosa (2005). Autonomia e Interdependência nas Relações Internacionais na América Latina, **Cedep**, Biblioteca Ufrgs. Disponível em: <[http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos\\_Elet/Alas/Maria%20Susana%20A.pdf](http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/Alas/Maria%20Susana%20A.pdf)>. Acesso em: 04 set. 2013.

SOARES DE LIMA, Maria Regina. A Economia Política da Política Externa Brasileira: Uma Proposta de Análise, **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, n. 12, jul/dez 90, pp. 7-28.

TAMAYO, Manuel Salgado. **La guerra sucia llega al Ecuador: los documentos secretos de Manta**. Quito: ediciones La Tierra, 2000.

TAVARES, M.C.; FIORI, J. L (1997). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. São Paulo, Ed. Vozes.

TOKATLIAN , Juan Gabriel ; CARVAJAL, Leonardo (1995). “**Autonomía y política exterior en América Latina: un debate abierto, un futuro incierto**”. Espanha: Afers Internacionals, pp. 7-31.

TOKATLIAN, Juan Gabriel (1996). Posguerra fría y política exterior: de la autonomía relativa a la autonomía ambigua, en Análisis Político (Colombia), n. 28, Mayo-Agosto 1996.

TOKATLIAN, Juan Gabriel (2005). “**Pos-Guerra Fria y Política Exterior**”. Disponível na Internet em:<http://wblaavirtual/analisispolitico/posguerra.htm> . Acesso em: 07 out. 2013.

QUEZADA, Eduardo Ruilova. **Falsa Revolución**. Ecuador, Cuenca: Editorial Gallo Rojo, 2012.

VIANA, Jefferson Pecori. POLÍTICA EXTERNA DO EQUADOR: O MODELO DE INSERÇÃO INTERNACIONAL DO GOVERNO RAFAEL CORREA DELGADO, **Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD**, 2, set. 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/2467>. Acesso em: 13 Nov. 2013.

VILLAVICENCIO, Fernando V. **Ecuador: made in China**. Quito: Artes Gráficas Silva, 2013.

WALLERSTEIN, Immanuel. **O declínio do poder americano**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

ZEPEDA, Beatriz. La política exterior de Ecuador durante el gobierno de Rafael Correa: un balance In: Mathieu, Hans; Guarnizo, Catalina Nuño (edit.). **Anuario 2011 de la Seguridad Nacional en América**



**Latina y el Caribe.** Bogotá: Friedrich Ebert Stiftung (Fescol), 2011, pp. 114-127.

### Jornais:

ANDES. Adam Namm como nuevo embajador de EUA en Quito, **Andes**, 27 abril 2012. Disponível em: <<http://www.andes.info.ec/es/pol%C3%ADtica-audio/1894.html>>. Acesso em 29 nov. 2012.

ANDES. O Equador se aproxima do bloco comercial Rússia... **Andes**, 12 nov. 2013. Disponível em: <<http://www.andes.info.ec/pt/noticias/o-equador-aproxima-do-bloco-comercial-russia-belarus-e-cazaquistao-liberacao-tarifas>>. Acesso em: 21 dez. 2013.

DO RIO. Banco volta a financiar obra no Equador, Brasil, **Valor econômico**, 20 maio 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/brasil/3129834/banco-volta-financiar-obra-no-equador>>. Acesso em: 22 set. 2013.

EL COMÉRCIO. Alta dependencia de China, **El comercio**, 06 jul. 2011. Disponível em: <[http://www.elcomercio.com/editorial/ALTA-DEPENDENCIA-CHINA\\_0\\_511748958.html](http://www.elcomercio.com/editorial/ALTA-DEPENDENCIA-CHINA_0_511748958.html)>. Acesso em: 03 nov. 2013.

EL DIÁRIO. Sueldo básico 2014 Ecuador, **El Diário**, 09 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.eldiario.ec/temas/sueldo-basico-ecuador/>>. Acesso em: 09 jan. 2014.

EL NUEVO DIÁRIO. Venezuela concretó su salida de la Comunidad Andina de Naciones, **elnuevodiário**, 22 abril 2011 Disponível em: <<http://www.elnuevodiario.com.ni/internacionales/100245>>. Acesso em: 17 out. 2013.

EL PAÍS. Brasil y Ecuador, al borde de la crisis, **El país**. Disponível em: <[http://internacional.elpais.com/internacional/2008/10/13/actualidad/1223848801\\_850215.html](http://internacional.elpais.com/internacional/2008/10/13/actualidad/1223848801_850215.html)>. Acesso em: 21 jan. 2012.

EL PAÍS. El presidente Correa firma el regreso de Ecuador a la OPEP tras 15 años, **El país**, 18 nov. 2007. Disponível em:

<[http://economia.elpais.com/economia/2007/11/18/actualidad/1195374774\\_850215.html](http://economia.elpais.com/economia/2007/11/18/actualidad/1195374774_850215.html)>. Acesso em: 26 dez. 2013.

EL TELÉGRAFO. Elecciones 2013, **El Telégrafo**, 13 febrero 2013, p. 09.

EL UNIVERSO. Rafael Correa pone fin a la iniciativa Yasuní ITT, **El Universo**, 15 agosto 2013. Disponível em: <<http://www.eluniverso.com/noticias/2013/08/15/nota/1294861/rafael-correa-pone-fin-iniciativa-yasuni-itt>>. Acesso em 11 dez. 2013.

HOY. Correa anuncia el incremento salarial de \$22 en 2014 tras larga explicación matemática, **Hoy**, 29 dez. 2013. Disponível em: <<http://www.hoy.com.ec/noticias-ecuador/correa-anuncia-el-incremento-salarial-de-22-en-2014-tras-larga-explicacion-matematica-597886.html>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

GILL, Nathan. Ecuador credit rating raised by Moody's on China, Finances, **Bloomberg**, 13 set. 2013. Disponível em: <<http://www.bloomberg.com/news/2012-09-13/moody-s-raises-ecuador-rating-on-china-loans-improved-finances.html>>. Acesso em: 23 nov. 2013.

HARNECKER, Marta. Los gabinetes itinerantes en Ecuador: una forma de acerca el gobierno al pueblo, **Rebelión**, 01 dez. 2010. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/docs/117764.pdf>>. Acesso em: 13 jan. 2014.

MURAKAWA, Fábio. Dinheiro chinês ajuda a reeleger Correa no Equador, Internacional, **Valor Econômico**, 18 fev. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/internacional/3008870/dinheiro-chines-ajuda-reeleger-correa-no-equador#ixzz2o84W13ra>>. Acesso em: 11 nov. 2013.

REPÚBLICA DO EQUADOR. “Declaração da República do Equador sobre a solicitação de asilo de Julian Assange”, **El mundo**. Disponível em: <[http://estaticos.elmundo.es/documentos/2012/08/16/asilo\\_assange.pdf](http://estaticos.elmundo.es/documentos/2012/08/16/asilo_assange.pdf)>. Acesso em: 01 dez. 2013.

SOMOS PAÍS. Tema Central, **Somos País**, n. 16, Quito, fevereiro de 2013.

VALOR. Equador renuncia a tratado com EUA por caso Snowden, **Valor**, Internacional, 28 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/internacional/3178100/equador-renuncia-tratado-com-eua-por-caso-snowden#ixzz2aeOB3wly>>. Acesso em 31 jul. 2013.

VALOR. Presidente do Equador conversou com vice dos EUA sobre Snowden, **Valor**, Internacional, 29 jun. 2013. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/internacional/3179592/presidente-do-equador-conversou-com-vice-dos-eua-sobre-snowden#ixzz2qOdcGzII>>. Acesso em 31 jul. 2013.